JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1958

RIO DE JANEIRO
BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇAO

PARTE PRIMEIRA
SITUAÇAO POLITICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I
POLITICA INTERNA

CAPITULO II
POLITICA ADMINISTRATIVA

CAPITULO III
RELAÇÕES EXTERIORES

PARTE SEGUNDA
SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPITULO I
SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

CAPITULO II
ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

CAPITULO III
ORDEM PUBLICA

PARTE TERCEIRA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL EM 1957

CAPÍTULO II

POLÍTICA ECONÔMICA: ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO III

MOEDA E CRÉDITO

CAPÍTULO IV

FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO V

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR

CAPÍTULO VI

ENERGIA

CAPÍTULO VII

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO VIII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

CAPÍTULO IX

INDÚSTRIA

CAPÍTULO X

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PARTE QUARTA

TRABALHO, BEM-ESTAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

TRABALHO

CAPÍTULO II

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARTE QUINTA

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

CAPÍTULO II

SAÚDE PÚBLICA

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Ao dar conta da situação do País, quando nova sessão legislativa se inicia, cumpre-nos, em primeiro lugar, agradecer aos nobres representantes do povo brasileiro a decisiva cooperação prestada no encaminhamento e solução de questões de capital importância para o progresso e bem-estar da nossa coletividade.

O harmonioso entendimento entre o Legislativo e o Executivo não tem facultado apenas a adoção de medidas imprescindíveis ao êxito dos esforços da Administração, em prol do desenvolvimento nacional. Completando-se na ação lúcida e serena do Judiciário e no patriótico comportamento de nossas Fôrças Armadas, tem permitido principalmente que a Nação, liberta de inquietações, se entregue ao trabalho, tranqüila e confiante.

Ao início do terceiro ano de atividade, podemos, pois, assinalar que, acima de auspiciosos resultados já conseguidos nos programas de trabalho, um bem, que a todos sobreleva, foi alcançado — a restituição do País à completa normalidade. A moderação com que vem o Govêrno agindo na órbita política e a ação intensa que desenvolve na esfera administrativa têm-lhe assegurado o apoio não apenas das fôrças que, desde o primeiro instante, o prestigiaram, mas também de ponderáveis parcelas da opinião, antes retraídas, por prevenções oriundas do renhido embate eleitoral.

Restabeleceu-se a confiança no regime e, contido o extravasamento que delineava perspectivas sombrias à

paz da família brasileira, voltam as correntes antagônicas a exprimir a sua divergência através do mecanismo legítimo das instituições.

Repondo-se no exercício normal de sua atividade política a Oposição presta ao Govêrno o inestimável benefício de sua ação fiscalizadora, que desejamos ver praticada amplamente, sob a forma de crítica serena e imparcial.

Infunde-nos estímulo e confiança poder contar, no Parlamento, com a solidariedade de prestigiosa maioria, que assegura à Administração o apoio de que necessita. Os Partidos, que a constituem, atuam sob orientação uniforme, não significando afrouxamento de sua coesão o fato de manterem as agremiações coligadas pontos de vista próprios, sôbre matérias e problemas que não exigem pensamento unificado.

Aspecto que também releva distinguir, no panorama nacional, a par da atuação vigorosa dos Partidos — índice da vitalidade e da normalidade do regime —, é a progressiva participação que nêles vão assumindo as fôrças do trabalho e da produção, que se capacitam, mais e mais, para o contrôle da coisa pública. À incorporação dos trabalhadores à vida política, seu contínuo acesso aos benefícios e recursos da civilização representam não apenas enriquecimento da convivência democrática mas garantia de paz social e extraordinário impulso à evolução da nossa sociedade.

Em traços amplos, é esta a situação política do País, no momento em que a Nação se apresta para um grande prélio eleitoral, a fim de renovar o Parlamento e dar sucessores aos chefes dos executivos estaduais e aos prefeitos que cumpriram o seu mandato. Tanto as fôrças

que se solidarizam com o Govêrno, como as que dêle divergem, podem, agora, disputar, com plena garantia e em atmosfera de perfeita imparcialidade, as eleições que se avizinham.

A paz política, afinal conquistada, bem como o espírito de concórdia reinante entre as classes que mais imediatamente respondem pelo progresso e bem-estar do País, permitiram ao Govêrno desenvolver com firmeza e intensidade o seu programa econômico.

Falam, por si, os resultados conseguidos em 1957: crescimento do Produto Nacional em tôrno de 6%; formação bruta de capital equivalente a 17% dêste produto; redução, para menos de 10%, da taxa média de elevação de preços; grande avanço nas indústrias e em serviços fundamentais, como energia e transportes.

Não obstante os pesados encargos recebidos pela atual Administração e dificuldades outras, já explanadas em Mensagens anteriores, adiantou-se consideràvelmente o programa de metas. Acha-se encerrada a fase de elaboração analítica de projetos específicos, no que se refere aos objetivos a atingir até 1961, e vários dêles foram ampliados, para progressivo desdobramento em qüinqüênio posterior.

Fêz-se, em 1957, completa revisão da estimativa dos recursos necessários às metas, havendo-se evidenciado que o esfôrço de capitalização, por elas exigido, pode realizar-se sem sacrifício dos atuais níveis de consumo, e contribuirá substancialmente para a elevação dêstes, em futuro próximo. Basta dizer que apenas três das indústrias de base, ora em desenvolvimento — siderurgia, veículos automóveis, celulose e papel —, proporcionarão, até 1961, produção total que corresponderá a

mais de meio bilhão de dólares, deduzidos os custos em moeda estrangeira. Isto representa um afluxo de bens, ao mercado interno, muito superior ao que se poderia conseguir através de importações correntes.

Ajustes de vulto se ultimaram e outros se iniciaram, para assegurar financiamento, em moeda estrangeira, aos projetos básicos. Além disto, estimulou o Govêrno consideráveis inversões diretas provindas do exterior. Os financiamentos registrados subiram de 80 milhões de dólares, em 1955, para 253 milhões, em 1956, atingindo a elevada cifra de 523 milhões, em 1957. As inversões diretas, que, em 1955, apenas totalizaram 31 milhões, somaram 56 milhões em 1956, para alcançar volume superior a 108 milhões de dólares em 1957.

Outros financiamentos, em estudo na SUMOC, ascendiam, em fins de 1957, a 648,9 milhões de dólares. Tais cifras atestam expressivamente a confiança que a economia brasileira desfruta hoje no exterior e dão idéia da contribuição que o País pode esperar do mercado externo de capitais, neste e nos próximos anos.

No setor monetário e bancário, prosseguindo na política iniciada em 1956, o Govêrno estimulou as atividades básicas, sobretudo rurais, coibiu o crédito especulativo e a excessiva expansão dos meios de pagamento. Manteve-se, assim, a Instrução n.º 135, da SUMOC, sôbre recolhimento compulsório dos Bancos; estabilizou-se, mediante seleção, o nível geral dos redescontos e, por via de incentivos de vária ordem, procurou-se aumentar a participação dos bancos privados nos financiamentos às atividades rurais. Ao mesmo passo, os estabelecimentos oficiais de crédito ultrapassaram em 1957 — não só em valores absolutos como percentuais — todos

os níveis anteriormente atingidos, no tocante aos financiamentos à lavoura e à pecuária.

No que concerne às finanças públicas, a ação do Govêrno continuou a orientar-se para dois objetivos fundamentais: reduzir o impacto inflacionário do deficit financeiro do Tesouro Nacional e assegurar recursos para os investimentos essenciais à expansão econômica do País.

Excedia a 60 bilhões de cruzeiros o deficit potencial de caixa que pairava sôbre o exercício de 1957. Tal circunstância levou-nos a determinar medidas semelhantes às aplicadas, com êxito, no ano anterior: contenção dos gastos públicos, de acôrdo com uma escala de prioridade, que atendia apenas às despesas inadiáveis; melhoria do aparelho arrecadador; máximo aproveitamento de recursos não inflacionários no financiamento do deficit residual. Dêsse modo, foi possível limitá-lo a 41 bilhões e, ainda, financiá-lo em larga margem, sem que as emissões de papel-moeda atingissem 16 bilhões de cruzeiros.

As perspectivas para o corrente ano ainda são de molde a exigir severas medidas de contenção, de vez que há um deficit potencial da ordem de 45 bilhões de cruzeiros.

O desequilíbrio orçamentário vem sendo provocado principalmente pelas despesas de custeio — sobretudo as de pessoal que, por motivos legais, seria difícil comprimir de pronto e substancialmente. Por outro lado, a margem de flexibilidade, que se depara ao Executivo na aplicação das receitas, acha-se bastante reduzida, em virtude de vinculações a despesas com o desenvolvimento econômico e social, cuja compressão, em escala apreciável, viria, de resto, prejudicar o crescimento do País.

Dêsse modo, torna-se necessário, mais do que nunca, que o Legislativo e o Executivo conjuguem esforços para elaborar orçamentos que — pautando o volume da despesa total pelas reais possibilidades da receita e de operações de financiamento equilibradas e não inflacionárias — deixem de constituir permanente fonte de desequilíbrio monetário.

Não será possível encerrar o exercício financeiro de 1958 sem deficit de caixa. Contudo, medidas estão sendo postas em prática, a exemplo do que se fêz em 1957, para limitar êsse deficit a dimensões financiáveis, sem recurso excessivo a emissões de papel-moeda.

Com referência à política de comércio exterior, cumpre destacar que os incentivos às exportações e o combate ao aviltamento das cotações no mercado internacional produziram salutares efeitos. A despeito de notórios fatôres conjunturais que prejudicaram o escoamento normal dos nossos três principais produtos — café, algodão e cacau — foi diminuto o declínio na receita de câmbio, em parte por terem adquirido maior relêvo outras mercadorias, principalmente os minérios de manganês e de ferro, o pinho e o açúcar. Com o refôrço da oferta de divisas nos leilões cambiais, mediante a utilização de saldos acumulados no exterior, promoveu-se maior afluxo de bens ao mercado interno.

Além disso, estimulando investimentos estrangeiros diretos, incentivou-se, sem ônus imediato para o Balanço de Pagamentos, a importação de matérias-primas e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento industrial. A nova Lei de Tarifas, conferindo maior ductilidade à ação do Executivo no campo fiscal e cambial, veio per-

mitir melhor seleção de importações e inversões estrangeiras.

Exposta, em linhas amplas, a gestão econômica e financeira, daremos, a seguir, a súmula dos resultados já obtidos, na execução do programa de metas.

No setor da energia, os 253 mil kW, incorporados, em 1957, à capacidade geradora, vieram aumentar para 679 mil kW — ou seja de 22,1% em números relativos — a potência instalada nos últimos dois anos. Grande impulso imprimiu-se a obras de alto porte, como as de Três Marias e de Furnas, cujo significado nacional não é necessário encarecer. Além dêsses dois empreendimentos, que assegurarão uma capacidade geradora total de 1 620 000 kW, acham-se em acelerado andamento doze grandes projetos, para a produção de 1 815 000 kW, e vários projetos menores. Assim, no decurso do próximo Govêrno, terá o Brasil pràticamente triplicado a capacidade geradora que encontramos no início da atual administração.

Os extraordinários êxitos alcançados pela política do petróleo superaram as expectativas mais otimistas. A meta de produção fixada para o fim do qüinqüênio foi atingida antes de completar-se o segundo ano da administração e assinalaram-se consideráveis progressos na pesquisa, no refino e no transporte. Sem embargo das perspectivas de crescimento do consumo, espera-se, a partir dêste ano, gradativa diminuição das importações de petróleo, com alívio considerável dos encargos do Balanço de Pagamentos. Esforços sem precedentes estão sendo envidados neste setor, bastando assinalar que os investimentos dêste ano equivalerão a mais do dôbro dos realizados no ano passado.

Prosseguem as iniciativas empreendidas a fim de que o País se beneficie dos avanços técnico-científicos, no campo da energia nuclear. Centros de pesquisas foram instalados e estimulam-se projetos de iniciativa privada, para montagem de usinas átomo-elétricas. Em 1960, deverá entrar em funcionamento uma usina de 10 000 kW, em Areal, no Estado do Rio. Duas fábricas para produção de urânio estão em fase inicial de instalação. Três ultracentrífugas devem começar a operar no corrente ano.

Para melhor aproveitamento do carvão nacional, incentiva-se a mecanização da lavra e a montagem de usinas termelétricas, na proximidade das minas.

Em matéria de transportes, registraremos, como principal resultado, em 1957, o descongestionamento da cabotagem e das ferrovias, cujos serviços vinham apresentando deficiências notórias. Foi organizada a Rêde Ferroviária Federal, S. A., que, superintendendo a quase totalidade das nossas ferrovias, irá resolver, em conjunto, problemas cuja solução até agora não pôde ser encontrada, por falta de unidade de orientação e de esforços. Prosseguiu, em ritmo intenso, o reaparelhamento ferroviário, com a incorporação de material rodante e de tração e com a recuperação da via permanente.

No programa rodoviário, desenvolveu-se grande atividade, assinalando-se, em 1957, um avanço de 2 017 km. na construção e reconstrução de estradas, e de 562 km., na pavimentação. Assim, de janeiro de 1956 a janeiro de 1958, inclusive, o Govêrno Federal construiu 3 552 km. e pavimentou 1 482 km.

Os serviços portuários foram objeto de atentos cuidados. Executaram-se as obras mais urgentes, promo-

vendo-se, ainda, a importação de dragas e equipamento pesado, com créditos obtidos no exterior. Quanto à meta de construção naval, os estudos e entendimentos estão bastante adiantados. Com a aprovação do Fundo Portuário Nacional e do Fundo de Marinha Mercante, dar-se-á plena execução ao programa. Em 1960, devemos ter uma capacidade de construção naval estimada em 130 000 toneladas dw.

A frota aérea comercial, mediante facilidades cambiais e garantia de financiamentos externos para importação de aeronaves, pôde ampliar-se e modernizar-se, de par com a permanente melhoria da infra-estrutura de proteção ao vôo. Temos, assim, mantido os altos níveis de eficiência da aviação brasileira, aparelhando-a para ingressar, pròximamente, na rotina dos vôos comerciais a jacto.

Nas metas relativas à indústria, registraram-se auspiciosos resultados, merecendo especial destaque o extraordinário impulso imprimido à produção de veículos automóveis, que foi de 33 mil unidades, em 1957, equivalendo a um aumento de 500% sôbre o ano anterior. No ano corrente, mais de 70 mil veículos serão entregues ao mercado, com um custo de produção superior a 20 bilhões de cruzeiros. Tal indústria, além dos benefícios imediatos que traz, suscita o desenvolvimento de várias outras subsidiárias, de auto-peças e acessórios, bem como abre caminho à produção de tratores, que, dentro em breve, será uma realidade no País.

A mineração apresentou incremento substancial em quase todos os seus ramos, notadamente quanto ao manganês, cuja extração se elevou de 260 000 toneladas, em 1956, para 800 000 em 1957. Em conjunto, a produção

mineral proporcionou exportações em valor correspondente ao dôbro do apurado no ano anterior.

A aceleração do desenvolvimento industrial veio provocar considerável demanda de produtos siderúrgicos. Apoiando projetos de iniciativa privada e ativando os empreendimentos sob contrôle do Poder Público, pôde o Govêrno programar a expansão dêsse setor básico do parque industrial, de modo que se alcance, em 1960, produção superior a 2 milhões de toneladas. Empenhou-se, ainda, em assegurar a continuidade dessa expansão, estabelecendo condições e meios para que, em 1965, se atinja a meta de 3 450 mil toneladas, ou seja o consumo estimado para aquêle ano. Os primeiros resultados desta política já se fazem sentir, pois, em 1957, a produção ascendeu a 1 424 mil toneladas, representando um acréscimo de 22% sôbre a produção verificada em 1956.

Avançam, também, a indústria do cimento, que passou a produzir 3 400 mil toneladas; a de álcalis, que, da atual produção de 20 000 toneladas, passará à de 152 000, em 1959/60; a de adubos, que já pode suprir-nos de fosfatos naturais, e a de fertilizantes, que em breve disporá de uma unidade de nitrogenados, na Refinaria Presidente Bernardes, destinada a satisfazer a totalidade do consumo interno.

Prosseguem ativamente os trabalhos para atingir a meta de celulose e papel. Em 1957, a produção de celulose cresceu de um têrço. Em 1958, espera-se que a de papel de imprensa registre um aumento de, pelo menos, 80%, e que a de papel de impressão se eleve a níveis de auto-abastecimento, ao fim do ano.

A indústria do alumínio progride satisfatòriamente, tendo sua produção crescido de 2 600, em 1955, para

8 800 toneladas, em 1957. Quanto a outros metais não-ferrosos, acham-se em curso empreendimentos que permitirão se amplie, em 1960, a produção de chumbo para 15 mil toneladas; a de estanho, para 800 toneladas; a de zinco, para 7 000 toneladas; a de ligas ferro-níquel, para 5 000 toneladas. Além disto, desenvolve-se a exploração do cobre, de acôrdo com as possibilidades das reservas que se estão levantando.

Com o objetivo de suprir as deficiências da produção de borracha natural, de cujo incremento se cogita, decidiu o Govêrno promover a fabricação de sintéticos de uso geral, numa unidade que funcionará juntamente com a Refinaria Duque de Caxias. Já se acham concluídos os estudos para êsse fim e o programa entrará, agora, em fase executiva.

Cresce a indústria de equipamentos mecânicos, graças à instalação de mais uma unidade completa em Taubaté e ao reaparelhamento de oficinas e fundições pesadas já existentes no País. A produção de material elétrico pesado receberá substancial incremento, com a recente inauguração de uma fábrica em São Paulo, e a ampliação de três outras em São Paulo e no Distrito Federal. Tôdas essas iniciativas têm recebido o apoio do Govêrno.

A fim de obviar aos desequilíbrios que a expansão da indústria, sem o concomitante incremento da lavoura e da pecuária, traria à economia do País — vem o Govêrno estimulando, por todos os meios, as atividades agropecuárias, seja no setor da produção, seja no do transporte, ou no do abastecimento e da armazenagem.

Em 1957, o crescimento do volume físico da produção agropecuária traduziu-se no expressivo índice de

12,7%. Para essa expansão, contribuiram principalmente o incremento de 14,3% nas colheitas agrícolas e o aumento de 9% na produção de origem animal. Tais cifras evidenciam os progressos realizados, em boa parte devido à amplitude facultada ao crédito rural, através dos estabelecimentos bancários oficiais.

Empenha-se vivamente a Administração, não só em estimular a produção destinada aos mercados externos, como em reforçar e melhorar o abastecimento do País. Tôda a prioridade se vem dispensando à armazenagem, ao beneficiamento e ao transporte de gêneros alimentícios. Promove, ainda, o incremento da produtividade, através de ação ampla, que abrange desde a pesquisa agronômica até a difusão de conhecimentos técnicos e o suprimento de máquinas, implementos agrícolas e fertilizantes.

Os problemas da educação mereceram, por igual, todo o nosso desvêlo. Assinalados progressos se verificaram no esfôrço para instituir um sistema educacional que de fato propicie, à generalidade dos cidadãos, uma formação escolar básica e os integre na civilização moderna, bem como prepare especialistas altamente qualificados naqueles campos do saber, cujo domínio é mais urgentemente requerido.

Graças à cooperação do Congresso, foi possível, em 1957, destinar, às tarefas da educação, da ciência e da cultura, recursos em níveis jamais alcançados no País.

As metas para o ensino elementar, médio e superior representam o mínimo que o País reclama. Especialmente no que respeita à formação de técnicos e de pesquisadores, é imperativo que envidemos esfôrço ainda maior, sob pena de vermos o nosso desenvolvimento compro-

tido em suas próprias bases. O fato de já dispormos de alguns centros de formação altamente especializada, como o Instituto Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, é indicação alvissareira do que podemos e precisamos conseguir prontamente.

A potencialidade de progresso de um País afere-se, hoje, sobretudo pelo número de técnicos e cientistas de que possa dispor, especialmente se, encontrando-se em fase de desenvolvimento, não quiser repetir o lento caminho palmilhado pelas velhas Nações. Só a técnica poderá abreviar a superação dos fatôres de atraso com que defrontamos.

Eis a missão que se apresenta ao sistema educacional e aos institutos de pesquisas do País. Em nossos dias, a educação, a ciência e as atividades produtoras constituem três faces de um mesmo problema, que só em conjunto pode ser resolvido. Por assim entender, é que o Govêrno vem dando passos decisivos, a fim de que, simultâneamente com a industrialização do País, se acelere o seu desenvolvimento cultural e científico.

No setor da saúde, a ação governamental se exerceu, sobretudo, no campo do saneamento e do combate às doenças de massa que desfalcam nosso potencial de trabalho, tanto nas grandes aglomerações urbanas como nas zonas rurais. Medidas de grande alcance foram iniciadas ou desenvolvidas, visando a sanar graves deficiências da nossa estrutura sanitária de base. Procurou-se principalmente suprir a carência de médicos e a inexistência de serviços de saúde em numerosas localidades do interior, com a criação das Unidades Sanitárias Aéreas e do Serviço de Assistência Médica Federal aos Municípios.

Nesta ampla tarefa de erguer uma nova estrutura econômica, apta a assegurar melhores condições de vida ao povo brasileiro, a Nação poderia correr o risco de, por um desenvolvimento desigualmente processado, agravar os contrastes de riqueza e de penúria entre as diferentes regiões do País. A par da ação econômica que se exerce, com vigor, em nossos dias, impunha-se um ato enérgico, de efeitos mais profundos, capaz de imprimir a necessária homogeneidade ao desenvolvimento nacional, ensejando o aproveitamento das riquezas potenciais do Brasil interior e a sua integração efetiva em nosso progresso cultural e material.

Êsse ato — a transferência da sede do Govêrno da República, tantas vêzes recomendada e sempre procrastinada — permitiria comandar-se, do próprio centro geográfico do País, o processo de reestruturação da sociedade brasileira em bases efetivamente nacionais. Apresentando-se como imperativo da economia e da história, sôbre mandamento constitucional, a construção de Brasília não podia deixar de ser uma das metas fundamentais dêste Govêrno. Com o apoio do Congresso, não vacilamos em aceitar a responsabilidade dêsse passo decisivo e das ingentes tarefas a que êle obriga. Podemos anunciar, nesta Mensagem, que já se configuram, no Planalto Central, os contornos da metrópole que, em breve, será o eixo da vida política do País, o núcleo irradiador de sua civilização e do seu progresso.

Os problemas de vária ordem que a sua edificação implicava foram definitivamente equacionados, e a execução dos planos realiza-se em acelerado ritmo. Em maio próximo inauguraremos o Palácio Residencial do

Presidente da República. Em 1959, estarão terminados o edifício do Palácio de Despachos e o do Supremo Tribunal Federal. O do Congresso e os dos Ministérios concluir-se-ão em 1960. Concomitantemente, edificam-se conjuntos residenciais para o funcionalismo. Comunicações, transportes, abastecimento, obras de urbanismo, todos os serviços, enfim, que uma cidade moderna exige, estarão ultimados quando ali se instalarem os três Podêres da República, a 21 de abril de 1960.

A transferência da sede do Govêrno será, dêsse modo, o remate de iniciativas que, em seu conjunto, visam a dar expansão mais ampla à cultura e à economia brasileira, abarcando, harmoniosamente, todo o território nacional.

O esfôrço que custa à Nação o programa de metas só se justifica na medida em que permite criar melhores condições de trabalho, de saúde, de segurança e de educação para todos os brasileiros. Nosso escopo é, pois, a liquidação do pauperismo, que ainda mantém parcelas ponderáveis do povo em condições precárias de existência e que, em virtude do alto incremento demográfico, ameaçava alastrar-se cada vez mais, diluindo, pela crescente massa de marginalizados, tôdas as potencialidades de progresso. Para alcançar êsse escopo, é que se torna imperativo marchar para a plena industrialização, multiplicando fábricas, estradas, silos, frigoríficos, laboratórios, granjas, bem como promover a ocupação e exploração de áreas até agora inaproveitadas.

A velha estrutura econômica do País já se mostrava incapaz de absorver os novos contingentes, cada ano acrescidos à nossa população, e propiciar-lhes condições dignas de existência. Com as perspectivas que agora

se nos abrem, já podemos ver, sem receios, o crescimento da população brasileira e o deslocamento das grandes massas rurais que, desde há alguns anos, vêm avolumando as populações citadinas.

Não lograria a Nação duradouros resultados em sua luta pelo progresso e em seu empenho pela paz social, se tôdas as classes não estivessem compenetradas de que o desenvolvimento aproveita a tôda a coletividade, e não apenas a uma parte dela. Certos de que êle suscitará uma vida melhor, mais fecunda e rica de estímulos, o trabalhador rural, o operário das fábricas, o artesão, o profissional liberal, o homem de emprêsa, o servidor público, todos, enfim, contribuirão com novo alento para esta obra nacional de tamanha amplitude e complexidade.

Afortunadamente, o programa de desenvolvimento global, nos têrmos em que o propusemos à Nação, constitui, hoje, não apenas um plano de govêrno, mas a expressão da vontade irreprimível de todo o povo brasileiro. Representa, não mais um roteiro, nem simples formulação da tarefa que a história nos impõe, mas concretiza-se em atos coordenados, disciplinados e vigorosos, que, polarizando as energias nacionais, definem o caminho do Brasil, na conquista de sua civilização.

O entusiasmo com que em tôdas as camadas sociais foi recebido o nosso apêlo em prol do desenvolvimento é seguro penhor do êxito dos nossos esforços. Praza a Deus Todo-Poderoso conserve o brasileiro êste afã de crescer e de afirmar-se, esta fé nos destinos da Pátria, esta generosa idéia de que nos cabe, entre as Nações, uma nobre missão de progresso, de cultura e de concórdia.

Rio de Janeiro, D. F., em 15 de março de 1958

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

PARTE PRIMEIRA

SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I

POLITICA INTERNA

Conforme assinalamos na Introdução desta Mensagem, volveu à completa normalidade a vida politica do País. Contribuindo para o aprimoramento do regime e cooperando com o Govêrno, na complexa tarefa que cabe a êste, os Partidos desenvolvem a sua ação com liberdade e segurança, seja ao defender os seus programas, seja ao suscitar o debate de grandes temas nacionais, seja ao mobilizar cidadãos para os prélios cívicos. Com interêsse, o Govêrno acompanha-lhes as atividades, procurando fortalecer as bases e condições que lhes permitam constituir-se em sólidos baluartes do regime democrático.

No que concerne aos Podêres Constitucionais, tivemos também ocasião de nos referir à perfeita harmonia reinante entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. A êstes foi dado exercer, em tôda a amplitude, as atribuições que a Constituição lhes prescreve: cada um dêles se viu no pleno gôzo e exercício de suas prerrogativas. Com a aprovação de importantes projetos de lei, o Legislativo facultou ao Executivo meios para levar avante empreendimentos indispensáveis ao progresso do País. Por outro lado, através de leis de sua própria iniciativa ou do exercício de uma crítica lúcida, os representantes do povo ofereceram à Administração valioso subsídio para a solução de relevantes problemas. Ao Judiciário, que, em seus arestos, tem sabido harmonizar os altos interêsses da coletividade com os direitos dos cidadãos, todo acatamento foi dispensado. Em conseqüência dessa íntima colaboração, que não quebra e antes revigora a independência que devem guardar entre si os Podêres da República, pôde o povo brasileiro fruir garantias e liberdades que colocam o nosso País

entre aquêles onde a democracia floresce com mais segurança e vigor.

O Executivo e o Congresso Nacional

A harmoniosa colaboração que se estabeleceu entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo permitiu, em 1957, como já o fizera em 1956, não só o revigoramento da ordem constitucional, mas também a ativação dos empreendimentos que o Govêrno programou em seu intenso esfôrço pelo desenvolvimento nacional.

Importantes proposições que haviam sido enviadas ao Congresso em 1956 foram transformadas em lei no ano que findou, assegurando à Administração os instrumentos de que necessitava para levar a efeito medidas básicas, relacionadas com o plano da ação governamental.

Destacaremos, com especial relêvo, as leis que se referem à fixação de data para transferência da Capital Federal; à reforma das tarifas aduaneiras; à emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional; à autorização de empréstimos para obras de pequena açudagem no Poligono das Sêcas; à instituição do Fundo de Assistência à Maternidade; à organização do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários; à construção da Usina Termelétrica de Curiúva, no Estado do Paraná; à abertura de créditos especiais para pavimentação de trechos da ligação rodoviária Santos — Brasília, e para construção da ponte sôbre o Rio Grande; à transformação das emprêsas ferroviárias da União em sociedade por ações, constituindo a Rêde Ferroviária Federal, S/A; e à abertura de créditos especiais para instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear e aquisição de materiais atômicos.

Das 97 Mensagens enviadas, em 1957, ao Congresso, com os respectivos anteprojetos de lei, apenas 17 puderam percorrer todos os trâmites na última sessão legislativa, e lograr aprovação e sanção. Foi de 27 o número de projetos de lei vetados total ou parcialmente. Dêsse conjunto, 14 vetos foram mantidos pelo Congresso Nacional, tendo sido rejeitados um veto total e 2 parciais. Encontram-se pendentes de apreciação 2 vetos totais e 8 parciais.

Cumpre assinalar que ainda se encontram em tramitação, no Congresso, várias proposições de grande alcance, cuja transformação em lei proporcionará ao Poder Executivo os meios necessários para impulsionar os seus planos de desenvolvimento. Entre estas, cabe ressaltar as seguintes, cuja importância justifica o empenho do Govêrno em vê-las aprovadas, com presteza: criação do Fundo Portuário, do Fundo de Marinha Mercante e do Fundo Rotativo para financiamento da construção dos sistemas públicos de abastecimento de água potável; fixação das Diretrizes e Bases da Educação; lei orgânica da Previdência Social; isenção de direitos, impostos e taxas aduaneiras para importação de equipamentos destinados ao incremento da indústria de material ferroviário e de mecânica pesada; administração e aproveitamento das águas públicas interiores, da energia hidráulica e energia elétrica; e, finalmente, autorização ao Poder Executivo para participar, como acionista, da Companhia Siderúrgica Paulista e das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, S/A; aprovação do Código de Menores e do Código do Trabalho.

Funcionamento do Sistema Federativo

O sistema federativo repousa na autonomia das Unidades de vários níveis que integram a Federação.

Aos Estados compete, nos limites de sua jurisdição, assegurar vida normal das respectivas populações, zelar pela ordem pública e garantir o livre exercício dos podêres constituídos. A União cabe, nesse particular, ação supletiva ou excepcional.

Em 1957, assinalaram-se, em algumas unidades da Federação, ocorrências que exigiram maior atenção e vigilância do Govêrno Federal, ou reclamaram, mesmo, sua ação direta.

Além dos acontecimentos verificados em Alagoas, que serão tratados adiante, cumpre-nos dar conta de fatos ocorridos nos Estados de Sergipe, Paraná, Mato Grosso, Maranhão e Goiás, que reclamaram providências do Govêrno da República.

Em Sergipe verificaram-se agitações políticas, notadamente em Umbaúba, Ribeirópolis, Buquim, Barra dos Coqueiros, Ita-

baianinha, Riachão do Dantas, Canhoba, Lagarto, Cruz Cavalcanti, Pedrinhas e Tomar do Geru. A ação do tempo e o efeito apaziguador da presença de fôrças federais nessas localidades reduziram, em muito, senão mesmo extinguiram, êsses incipientes focos de intranqüilidade pública.

No Paraná, a disputa de terras entre o Núcleo Colonial General Osório e Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. revestiu-se de aspecto grave, trazendo preocupações ao Govêrno. Entretanto, a perturbação da ordem, que infelizmente acarretou perda de vidas e prejuízos materiais, restringiu-se aos Municípios de Santo Antônio e Capanema. Registre-se o fato de haverem cidadãos brasileiros procurado asilo na República Argentina, temerosos de represálias por parte das autoridades estaduais. Agitações, ainda resultantes de questões de terras, ocorreram no Município de Pato Branco, felizmente sem maiores violências. Na Região Oeste do Estado, mais especialmente em Francisco Beltrão, 2 000 colonos revoltados ocuparam a cidade, bem como as Repartições públicas. O Ministro da Justiça prestou informações à Câmara dos Deputados sôbre o caso do Paraná, respondendo a requerimento formulado pelo Deputado João Machado.

Em Mato Grosso, cidadãos paraguaios, foragidos, procuraram asilo no Brasil. Sôbre o caso, o Ministério da Justiça prestou informações à Câmara dos Deputados, atendendo a requerimento dessa Casa do Congresso. Foi autorizada a regularização da permanência, no Brasil, dêsses refugiados políticos, concedendo-se-lhes tôdas as garantias de liberdade e ação, desde que passassem a residir em localidade distante das fronteiras com a Nação amiga.

No Maranhão, houve incidentes na Assembléia Legislativa, sem que tivessem maior repercussão ou abrissem caminho a novas agitações. A Assembléia comunicou ao Govêrno Federal haver-se ausentado o Governador, sem passar o exercício do cargo; tal fato, entretanto, não justificava providências do Govêrno, sem quebra do princípio de autonomia estadual.

Em Goiás, houve agitações de caráter subversivo nos Municípios de Porangatu, Formoso e Quirinópolis, principalmente por

parte de posseiros e garimpeiros. Coibidas a tempo, não tiveram amplitude. De maior vulto foram os acontecimentos originados da aprovação, pela Assembléia Legislativa daquele Estado, do Ato Constitucional n.º 1, que prorrogava, por mais um ano, os mandatos do Governador, Vice-Governador e Prefeitos Municipais e estabelecia eleição indireta para preenchimento dêsses cargos, por igual prazo, a fim de alcançar-se a coincidência dos mandatos eletivos locais com o do Presidente da República. Formulada representação ao Supremo Tribunal Federal contra a medida, o Procurador-Geral da República emitiu parecer no sentido de que se declarassem inconstitucionais os artigos 3.º e 4.º do referido Ato Constitucional. Decidiu o Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade dos dispositivos, visto que a prorrogação de mandato fere o regime republicano e o princípio democrático da temporariedade das funções e que a eleição indireta, tal como adotada, não encontrava base na Constituição Federal.

No Estado de Alagoas, após as indispensáveis investigações, diligências e estudos, viu-se o Govêrno Federal na contingência de intervir, quando se tornou evidente que a ordem pública entrava em colapso e que o Govêrno local se mostrava incapaz de assegurar à Assembléia Legislativa, em cujo recinto se registraram choques sangrentos, o seu normal funcionamento, bem como de garantir aos deputados estaduais o livre exercício do mandato.

A intervenção federal foi solicitada inicialmente a 12 de fevereiro de 1957, pela maioria da Assembléia Legislativa, em telegrama oriundo de Recife, para onde se havia transportado a maior parte dos componentes daquele órgão dos podêres estaduais, por se julgarem ameaçados e coatos. Tal solicitação foi confirmada a 28 de fevereiro. Em se tratando de medida de exceção e da maior gravidade, entendeu o Ministério da Justiça que o pedido devia ser examinado detidamente, pesando-se tôdas as circunstâncias. Nesse interim, foram, entretanto, tomadas medidas acautelatórias, como a de conceder garantia pessoal, por intermédio da guarnição federal sediada em Maceió, aos deputados que a solicitassem. Para êsse fim, entrou o Ministério da Justiça em entendimentos com o Ministério da Guerra, sendo tomadas as providências necessárias.

Parecendo agravar-se a situação em setembro, e diante de novos apelos da Assembléia Legislativa, resolveu o Ministério da Justiça enviar um observador àquele Estado, com instruções para, em acôrdo com as autoridades civis e militares, diligenciar fôssem asseguradas amplas garantias ao funcionamento da Assembléia Legislativa e a seus membros. As medidas, então concertadas, pareceram suficientes ao próprio Presidente da Assembléia Legislativa.

Estava, pois, o Govêrno Federal confiante em que a tensão se reduziria a limites toleráveis, quando, inesperadamente, se verificou sangrento conflito no recinto da Assembléia, do qual resultou a morte do Deputado Humberto Mendes, além de graves ferimentos em outros deputados e em particulares. À vista disso, teve o Govêrno Federal de recorrer à medida extrema da intervenção. Para executor do decreto de intervenção, foi nomeado o General-de-Brigada Armando de Moraes Ancora, Comandante Especial de Grandes Unidades — 7ª Região Militar, sediada em Recife. Na conformidade do disposto no art. 10 da Constituição, foi o referido decreto submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Procurou o Govêrno reduzir ao mínimo as restrições impostas ao Poder Executivo local, e agiu com a maior prudência, através de uma intervenção mitigada, em têrmos os mais estritos. Por medida de precaução, fôrças federais se deslocaram para o teatro dos acontecimentos e ali desempenharam sua delicada tarefa, sobrepondo-se às divergências locais, aos choques de interêsses particularistas e às paixões que aqueciam o ambiente.

Em virtude de sua ação moderada, mas pronta e eficiente, pôde o Govêrno Federal devolver o Estado de Alagoas à tranqüilidade. A intervenção foi limitada ao prazo de sessenta dias. Não se julgou necessário prorrogá-lo, por serem tranqüilizadoras as informações prestadas pelo Interventor, General Armando de Moraes Ancora, pelo Governador em exercício e pelo Ministério da Guerra.

O caso teve o seu desfecho com a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão plena, ao julgar o Recurso de Mandado de Segurança n.º 4 928.

Reforma da Constituição

A reforma constitucional tem sido objeto de estudos e preocupações do Govêrno, bem como das agremiações politicas e dos meios jurídicos do País. Algumas emendas, apresentadas no Congresso Nacional, acham-se em tramitação.

Por sua vez, o Poder Executivo tomou a iniciativa de estudar e propor ao Legislativo medidas tendentes ao aperfeiçoamento da Constituição vigente.

Decorridos quase doze anos de sua promulgação, é natural que o texto do diploma legislativo de 1946 seja revisto, para que melhor se adapte às circunstâncias atuais.

Legislação Eleitoral

A influência dos sistemas eleitorais sôbre a vida do País e a estrutura do Estado impõe ao Govêrno, na esfera de sua competência, uma vigilância constante e um exame aturado e contínuo, tanto da legislação eleitoral como dos meios práticos para sua perfeita e eficaz observância.

As reformas até agora feitas, se em muito melhoraram os textos legais, não podiam deixar de mostrar-se unilaterais e insuficientes, por visarem apenas à legitimidade do voto e à capacidade eleitoral ativa, ou ao aumento do colégio de eleitores, sem curarem, todavia, de outros aspectos não menos importantes.

Êsse o problema, para cuja solução o Govêrno tem envidado os melhores esforços no interêsse e na salvaguarda do próprio regime, que só se pode manter pelo respeito ao princípio de autoridade, como obra da vontade e do consenso gerais, através do voto consciente, livre e civicamente orientado.

Transferência da Capital Federal

A fim de dar execução à Lei n.º 3 273, de 1.º de outubro de 1957 — que, em cumprimento do art. 4º, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determina se transfira, em 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal, já delimitado no Planalto Central do País —, vem a Administração incrementando vigorosamente a conclusão das obras básicas do Plano-Pilôto e das vias de acesso à futura sede do Govêrno.

Os serviços de construção de Brasília foram pràticamente iniciados em fevereiro de 1957, pela Companhia Urbanizadora criada pela Lei n.º 2 874, de 19 de setembro de 1956. A celeridade que pôde a NOVACAP imprimir à sua ação e os resultados que vêm coroando os seus esforços devem-se, de um lado, à flexibilidade administrativa que lhe foi outorgada e, de outro, ao harmonioso funcionamento dos seus órgãos soberanos: o Conselho Administrativo, o Fiscal e a Diretoria, todos êles integrados por um têrço de elementos pertencentes à Oposição.

Sòmente a adoção de um regime de responsabilidade coexistente e dividida, aliado à rapidez na tomada de decisões, como o que caracteriza as sociedades anônimas, permitiria levar avante, com êxito, empreendimento dessa magnitude, no prazo que lhe foi assinado pelo Congresso Nacional.

Cumpre esclarecer que a Companhia não tem por objetivo edificar todo o conjunto da Capital mas tão-sòmente realizar-lhe a urbanização — disposição geral das quadras, abertura de ruas, instalações de parques e *play-grounds*, serviços básicos de utilidade pública, tais como água, esgotos, fôrça e luz — e construir o núcleo da administração federal: palácios presidenciais, edifícios ministeriais, casas do Legislativo e do Judiciário. As demais edificações caberão à iniciativa privada.

Como providência preliminar foi realizado o concurso para escolha do Plano-Pilôto da Cidade, ao qual concorreram 26 arquitetos. A Comissão Julgadora — constituída de autoridades internacionais e nacionais em Urbanismo e Arquitetura — decidiu-se pelo projeto Lúcio Costa. Logo a seguir, a Companhia ini-

ciou, na área do futuro Distrito Federal, a implantação de seus serviços e sementeiras de trabalho. Assim, construiu alojamentos para operários solteiros; alojamentos para funcionários e engenheiros; casas para engenheiros e funcionários casados; casas para operários casados; escritórios e depósitos; restaurante; residência provisória do Presidente da República; olaria com forno reversível; 1 serraria; 1 usina-pilôto de 15 H.P.; rêde de abastecimento d'água do acampamento central e respectiva caixa distribuidora; 250 km de estradas de acesso; 1 escola primária com capacidade para 200 alunos em cada turno (projeto Niemeyer); estação de passageiros do aeroporto comercial com agências das diversas companhias de transportes aéreos e outras instalações auxiliares.

PLANO DE OBRAS

As obras projetadas com o fim de permitir a instalação da Capital Federal e o seu povoamento, compreendem os edifícios públicos: Palácio Residencial do Presidente da República, Palácio de Despacho do Chefe da Nação, edifícios ministeriais, Palácio do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal; os edifícios residenciais: residências para Senadores e Deputados Federais, residências para os Membros do Poder Judiciário, residências para os servidores dos Três Podêres da República, a fim de garantir o regular funcionamento dos respectivos serviços; os estabelecimentos de hospedagem: Hotel de Turismo; os serviços de utilidade pública: luz e fôrça, água e esgotos, comunicações (telegrafia, radiotelegrafia, telefonia e radiotelefonia); e os transportes interestaduais: aéreos, rodoviários, ferroviários.

Com referência aos edifícios públicos, esclareça-se que o Palácio Residencial do Presidente da República se acha em fase de construção adiantada e deve ser inaugurado a 3 de maio do corrente ano; o Palácio de Despacho do Presidente já foi iniciado e prevê-se a sua conclusão em 1959; os edifícios ministeriais deverão estar ultimados até o primeiro trimestre de 1960, o mesmo ocorrendo com o Palácio do Congresso Nacional, que é o de maior relêvo, pelo seu aspecto monumental. Em 1959 estará igualmente construído o edifício do Supremo Tribunal Federal.

No que concerne aos edifícios residenciais, programas especiais de construção foram organizados, com a cooperação dos Institutos de Previdência Social da União.

Assim, o I.P.A.S.E., nas duas quadras que adquiriu, fará erguer, imediatamente, dois conjuntos constituídos de 1 200 apartamentos, destinados aos membros do Congresso, do Poder Judiciário, e a outras autoridades. Do projeto do I.A.P.C., orçado em ..... Cr$ 848 400 000,00, e compreendendo a construção de 168 casas populares duplex e de 11 edifícios, com 398 apartamentos, já foram iniciadas as obras de 3 edifícios, com 108 apartamentos. Do projeto do I.A.P.I., compreendendo 25 blocos, com 360 apartamentos, e prevendo o investimento de Cr$ 470 000 000,00, estão concluídas as fundações de 7 blocos. O I.A.P.E.T.C. projetou, também, para entrega em 12 meses, a construção de 11 edifícios, com 420 apartamentos, pelo custo total de Cr$ 724 913 883,00. Por sua vez, o Instituto dos Bancários está investindo ..... Cr$ 600 000 000,00 na construção de 11 edifícios, com o total de 456 apartamentos. Pela Caixa Econômica Federal estão sendo construídas 74 casas residenciais, de um projeto de 148, e 40 lojas para o comércio local. A Fundação da Casa Popular, a seu turno, deverá ter prontas, em maio do corrente ano, 500 residências completas, cuja aquisição será facultada aos candidatos que satisfizerem às exigências regulamentares.

Êsses investimentos estão sendo feitos diretamente pelas administrações das entidades respectivas e se aplicam à construção de residências para seus próprios contribuintes, de acôrdo com os programas normais de atividades específicas dêsses órgãos.

À iniciativa privada foi reservado considerável contingente, na edificação da nova Capital. E o interêsse, cada vez maior, pela compra de lotes urbanos em Brasília demonstra, cabalmente, que não faltarão recursos particulares de vulto para que se complete a grande obra nacional encetada pelo Govêrno.

Além dos edifícios destinados ao serviço público, a NOVACAP está construindo o Hotel de Turismo, cuja inauguração se fará a 3 de maio dêste ano. Obedece o mesmo aos mais modernos padrões internacionais, no gênero, e disporá de 180 apartamentos.

No que concerne aos Serviços de Utilidade Pública, damos, a seguir, a situação dos trabalhos.

Já está com seus estudos e projetos concluídos a construção da hidrelétrica do Rio Paranoá, distante 3 quilômetros da cidade, com o aproveitamento previsto de 25 000 kW de fôrça. Sua instalação estará terminada em abril de 1959.

Os estudos, projetos e construção dos serviços de água e esgotos prevêem a extensão das respectivas rêdes, em conformidade com o desenvolvimento dos trabalhos de urbanização. A 3 de maio próximo se inaugurará a rêde distribuidora de esgotos e de águas pluviais de uma unidade de vizinhança.

Para as suas comunicações, Brasília já conta com o serviço de radiotelegrafia da F.A.B. e da Real Transportes Aéreos. Pela nova cidade passa, ainda, a linha telegráfica que liga Luziânia a Formosa. As ligações telefônicas interestaduais se farão através da extensão da rêde de Araguari até a nova Capital. Como a radiotelegrafia, através de microondas, oferece grandes vantagens de ordem econômica e técnica, está sendo providenciada a instalação, em Brasília, de uma agência da emprêsa concessionária dêsse serviço.

Quanto aos transportes aéreos, Brasília já dispõe de aeroporto pavimentado, com 3 300 metros de extensão, capaz de receber qualquer tipo de aeronave e equipado com instrumentos para pousos noturnos. Disporá, ainda neste ano, dos mais modernos serviços de proteção ao vôo.

Por outro lado, os aeroportos de Uberaba, Uberlândia, Goiânia e Anápolis vêm sendo modernizados, de acôrdo com os planos do Ministério da Aeronáutica. Várias companhias de aviação comercial — Vasp, Real-Aerovias, Lóide Aéreo, Cruzeiro do Sul e Paraense de Transportes — já incluíram Brasília em suas rotas regulares.

No campo das comunicações terrestres, a localização da nova Capital no Planalto Central brasileiro veio acelerar a execução do sistema nacional de ligações rodoviárias e ferroviárias, unindo aquela região a grandes centros econômicos e industriais do País — Rio, São Paulo e Belo Horizonte — e, por conseguinte, entrosando-a com as rêdes ferroviárias e rodoviárias nacionais.

Os estudos levados a efeito pela NOVACAP determinaram prioridade para a construção da ligação Brasília — Anápolis, ponto

obrigatório de passagem da BR-14, uma vez que esta, entroncando com a BR-33, fará ligação imediata com São Paulo e possibilitará o abastecimento da nova Capital pela rica região de Anápolis.

Dando continuidade à ligação de São Paulo a Brasília, já foi entregue ao tráfego o trecho São Paulo — Matão, da rodovia BR-32, pavimentada; de Matão a Frutal, a BR-33 entronca, acima de Frutal, com a BR-14, ou Transbrasiliana, que atinge Anápolis. Os últimos trechos ficarão concluídos em fins do corrente ano.

A ligação Brasília — Belo Horizonte, tendo como pontos de passagem obrigatória Luziânia, Cristalina, Paracatu, João Pinheiro, Três Marias, Felixlândia e Sete Lagoas, já teve sua construção iniciada pela NOVACAP, de acôrdo com as atribuições e recursos delegados pelo D.N.E.R.

Em síntese, a rêde rodoviária que servirá a nova Capital compreende ligações: *a*) com o Triângulo Mineiro, São Paulo e, conseqüentemente, com os Estados do Sul; *b*) com Belo Horizonte e Rio de Janeiro; *c*) com o Nordeste; *d*) com o Norte (via Anápolis); *e*) com o Oeste.

Como se vê, a pronta ligação de Brasília com o resto do País torna-se possível graças ao seu entrosamento natural com o sistema rodoviário brasileiro, que já vinha sendo atacado de maneira intensa pelo Govêrno da União, antes da resolvida a mudança da Capital, e que obedece a interêsses de ordem econômica, social e estratégica.

Essa ligação com tôdas as Capitais dos Estados se fará, apenas, e conforme foi ressaltado, com a realização de 5 trechos constantes do Plano Rodoviário Nacional. Antecipando-lhe a conclusão, a mudança da Capital abre novas perspectivas ao mercado consumidor de produtos manufaturados e desenvolverá uma zona de vastos recursos potenciais.

A ligação rodoviária com Brasília vem sendo executada pela NOVACAP, através da adoção, mediante acôrdo, do regime de delegação de recursos orçamentários destinados ao D.N.E.R., sob a fiscalização dêste Departamento.

Do mesmo modo, através de obras delegadas à NOVACAP pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, vias férreas unirão São Paulo e Belo Horizonte a Brasília.

A ligação com São Paulo e Minas Gerais será feita com a construção inicial de um trecho de 86 km até o local denominado Surubi. Nesse ponto, o tronco se biparte, dirigindo-se uma das linhas a Pires do Rio, na Estrada de Ferro Goiás, para articular-se com o sistema de bitola de metro — Mogiana, Rêde Mineira e Goiás — de onde prosseguirá até Colômbia, na Estrada de Ferro Paulista. A outra infletirá rumo a Pirapora, no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil. Essa ligação obedecerá as seguintes etapas: *a*) Brasília — Surubi (conexão das linhas da Goiás, Paulista e Minas — 86 km); *b*) Surubi — Pires do Rio (entroncamento com a linha da Goiás — 146 km); *c*) Surubi — Pirapora (ligação com a Estrada de Ferro Central do Brasil — 410 km). A interligação dessa rêde demanda a construção de 1 080 km de linhas férreas, obedecendo as seguintes bitolas:

O trecho Brasília — Surubi — Pires do Rio está sendo construído para receber linha de bitola mista, e permitirá, desde logo, as comunicações de Brasília com o sistema ferroviário de bitola de metro, constituído pelas Estradas de Ferro Goiás, Rêde Mineira e Mogiana. O trecho até Surubi, numa extensão de 86 km, será inaugurado a 3 de maio próximo. Seu prolongamento até Colômbia (segundo trecho), prevendo apenas a implantação da bitola de 1,60 m, permitirá as comunicações com a nova Capital pela rêde de bitola larga do Estado de São Paulo.

O prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Pirapora a Brasília, realizado simultâneamente com o alargamento do trecho daquela ferrovia entre Belo Horizonte e Pirapora, ligará Brasília à Capital do Estado de Minas e ao Rio de Janeiro, em linha de bitola de 1,60 m. Os serviços vêm sendo atacados numa extensão de 90 km, dos quais já se concluíram aproximadamente 80%, com terraplenagem e obras d'arte correntes.

A Divisão de Construção de Estradas de Ferro da NOVACAP, encarregada dêsses serviços, até 30 de dezembro de 1957, executou as seguintes tarefas: 426 km de reconhecimento aéreo; 95 km de exploração; 95 km de projeto; 95 km de locação.

Em ritmo acelerado vem operando nos seguintes trechos: 86 km de *grade* (Brasília — Surubi); 76 km de *grade* (Pirapora — Pires do Rio).

PLANO URBANISTICO

O plano urbanístico da futura Capital abrange, nos eixos rodoviários Norte e Sul, respectivamente, 30 superquadras duplas, 94 superquadras, 91 quadras de habitações individuais e geminadas, 88 quadras de comércio local, 14 quadras comerciais e 26 comerciais-residenciais.

A NOVACAP vem executando, para entrega a 3 de maio próximo, as seguintes tarefas de urbanização pròpriamente dita: terraplenagem da esplanada de Brasília, de 300 m de largura por 2 km de extensão, onde serão instalados a estação ferroviária de passageiros e carga, armazéns, galpões de locomotivas e vagões, e outros serviços; terraplenagem do eixo monumental, inclusive o Triângulo dos Três Podêres e a Esplanada dos Ministérios; terraplenagem do eixo residencial (1 trevo); *park-way;* terraplenagem e pontes; entroncamento das estradas de Anápolis e Belo Horizonte, numa rodovia dupla com seis pistas de tráfego, que vai terminar no eixo residencial; ligação aeroporto — eixo residencial; pintura asfáltica dos acessos à esquerda da estrada do Cruzeiro; pintura asfáltica de uma pista de acesso ao Palácio da Alvorada; conclusão de uma unidade de vizinhança (15 000 habitantes), compreendendo 6 quadras de blocos de apartamentos, 2 quadras de casas populares (500), 2 quadras de comércio, escola, igreja, mercado, campo de esportes, pôsto de saúde, cinemas, lojas; conclusão de uma unidade de vizinhança à margem do lago (parte externa), compreendendo: 6 conjuntos de casas residenciais e 1 conjunto comercial; avenida perimetral externa (setor Sul); plano urbanístico no setor Norte, constituído de: 15 superquadras duplas, 45 superquadras, 45 quadras de habitações individuais geminadas, 44 quadras de comércio local, 14 quadras comerciais e 13 quadras comerciais-residenciais; no setor Sul: 15 superquadras duplas, 45 superquadras, 46 quadras de habitações individuais geminadas, 44 quadras de comércio local, 14 comerciais e 13 comerciais-residenciais.

PLANO FINANCEIRO

Os recursos com que a NOVACAP vem operando procedem de:

a) Crédito especial de Cr$ 125 000 000,00, constante da Lei n.º 2 874, para atender as despesas de organização, instalação e início dos serviços da Companhia.

b) Emissão de 700 000 «Obrigações Brasília», do valor nominal de Cr$ 1 000,00 cada uma, juros de 8% e bonificação de 10% transformada em «obrigação imobiliária». Essa emissão teve a garantia do Govêrno Federal e a sua venda foi efetuada através dos bancos autorizados e dos corretores da Bôlsa de Valores. A venda alcançou uma renda de Cr$ 385 557 000,00.

c) Empréstimo do Export and Import Bank of Washington, com garantia do Govêrno Brasileiro, no valor de ..... US$ 10 000 000,00, juros de 5½% ao ano, calculados sôbre o saldo devedor do principal, em vigor à época, pelo prazo de 15 anos. Êsse crédito destina-se a auxiliar o financiamento da aquisição, nos Estados Unidos, e exportação para o Brasil, de maquinaria, equipamento, bens de capital e serviços a serem usados na construção de Brasília, inclusive aquisição de estruturas metálicas. Fêz-se a aquisição dessas estruturas nos Estados Unidos por não poder a Companhia Siderúrgica Nacional fornecê-las, a não ser que substituísse a sua linha de montagem.

d) Acôrdos, em regime de descentralização de recursos, firmados com o D.N.E.R., D.N.E.F., Ministério da Agricultura e I.N.E.P., para execução das obras específicas da responsabilidade dêsses órgãos e constantes dos planos nacionais de estradas de rodagem e de ferro, e ampliação da rêde do sistema escolar primário do País.

e) O autofinanciamento de Brasília está assegurado pelo valor dos 80 000 lotes integrantes da área da cidade, os quais, vendidos ao preço médio de Cr$ 300 000,00 cada um, produzirão uma receita de 24 bilhões de cruzeiros, quantia superior ao custo das obras a que a Companhia está obrigada e que foram estimadas em 16 bilhões.

O atual mercado imobiliário não oferece possibilidades para vendas à vista e força a adoção do regime de prestações ao longo

de vários anos. Se, por um lado, isto produz maior volume de vendas e maior receita, por outro diminui consideràvelmente o montante de recursos de que a NOVACAP pode dispor imediatamente, para a realização das obras indispensáveis, com prazo certo de conclusão.

A estimativa das necessidades demonstrou que a NOVACAP, para cobrir o claro resultante do sistema de prestações, deveria contrair um empréstimo da ordem de um bilhão de cruzeiros, utilizável em parcelas mensais de cem milhões cada uma, e resgatável com a receita proveniente da cobrança parcelada dos custos dos lotes. Com tal suprimento liquidável a prazo médio, não se quebraria o princípio do autofinanciamento, pois o crédito se pagaria com as mesmas fontes originàriamente destinadas ao custeio das obras e serviços. Tratava-se, portanto, de simples antecipação de receita.

Diante disto, a NOVACAP, por decisão do Conselho de Administração e da Diretoria, recorreu a um empréstimo no Banco do Brasil, no valor de um bilhão de cruzeiros, prazo de um ano, juros de 9 %, dando como garantia, em primeira e especial hipoteca e sem concorrência, tantos lotes residenciais ou comerciais na cidade de Brasília quantos perfaçam o valor de 1,5 vêzes o valor do crédito.

Além da garantia real acima indicada, a dívida da NOVACAP está garantida por fiança do Tesouro Nacional, consoante a letra c do art. 2.º da Lei n.º 2 874, de 19 de setembro de 1956.

CAPITULO II

POLITICA ADMINISTRATIVA

Pessoal

ESTUDOS GERAIS

Estudos de caráter geral foram realizados em 1957 com o objetivo de regularizar a situação de várias categorias de servidores. Dentre êstes, cumpre destacar o do aproveitamento, no serviço público, do pessoal da Superintendência das Emprêsas

Incorporadas ao Patrimônio Nacional (S.E.I.P.N.) e dos funcionários, em disponibilidade, dos Territórios extintos. Além disto, elaboraram-se vários anteprojetos regulamentares, necessários à complementação do Estatuto dos Funcionários Públicos, no tocante a gratificações previstas nesse diploma legal.

No que concerne ao pessoal das Autarquias, fêz-se rigoroso exame em seus quadros e tabelas, para efeito de aplicação do art. 16 da Lei n.º 2 745, de 12 de março de 1956. Verificou-se que várias delas não possuíam tabelas de mensalistas regularmente aprovadas, nem observavam as normas que disciplinam a concessão de vantagens aos servidores autárquicos.

Por êsse motivo, pareceu conveniente, na época da elaboração do novo Regimento do D.A.S.P., fôssem instituídas determinadas normas de orientação e supervisão do pessoal das autarquias, sobretudo quanto a quadros e tabelas, a fim de evitar a repetição de erros que muito oneram o custo de manutenção dessas entidades.

Quanto ao pessoal temporário que serve à União, à margem de quadros e tabelas normais, era grande a dificuldade de contrôle, não só quanto a admissões, como no que respeita à remuneração. Por êsse motivo, o novo Regimento do D.A.S.P. dá a êsse órgão a atribuição de manter registros numéricos e nominais, atualizados, no que concerne às funções de extranumerários contratados e tarefeiros e ao pessoal custeado por dotações orçamentárias globais.

Pela primeira vez, conseguiu-se fazer o levantamento do pessoal de verba global, pago à conta das antigas Verbas 3 e 4, com o objetivo de regularizar a sua situação e lhe estender as medidas, em que se acha empenhado o Govêrno, no que se refere ao saneamento da administração de pessoal. Em 1958, todo êsse pessoal deverá estar cadastrado para efetivo contrôle.

LIMITAÇÃO DE ADMISSÕES

No início do atual Govêrno, adotaram-se severas medidas para que as admissões, quer nos órgãos pertencentes à administração direta, quer nos integrantes da administração descentralizada, se limitassem às exigências e necessidades inadiáveis do serviço.

Através de Circulares da Secretaria da Presidência da República, recomendou-se às entidades autárquicas que nenhuma nomeação, admissão ou designação, a qualquer título ou de qualquer natureza, se fizesse sem prévia e expressa autorização presidencial. Em outra Circular, expedida com o objetivo de possibilitar o levantamento dos que recebem por dotações globais, vedaram-se as admissões por conta das mesmas, nos têrmos do Decreto n.º 39 017, de 11 de abril de 1956 — que concedeu melhoria pecuniária ao pessoal custeado por dotações globais. Posteriormente, o Decreto n.º 39 533, de 7 de julho do mesmo ano, dispôs sôbre o preenchimento de funções vagas custeadas por dotações globais, sem, no entanto, deixar de atender à política de compressão de despesas. Assim, o art. 1.º do referido diploma estabeleceu que as admissões só poderiam ocorrer em casos de substituição e desde que não acarretassem aumento de despesa. A seu turno, o art. 3.º permitiu as admissões indispensáveis a serviço ou obra nova, desde que prèviamente autorizadas pelo Presidente da República.

Determinação posterior estendeu, às admissões por conta das antigas Verbas 3 e 4, a obrigatoriedade de prévia autorização presidencial, mesmo nas exceções previstas no Decreto nº 39 533/56. Mais tarde foram reiteradas as normas em vigor, no que se refere às de assalariados, em todos os órgãos da administração, inclusive autarquias. Estabeleceu-se, outrossim, que deveriam ser tornados sem efeito todos os atos processados em desacôrdo com as determinações em vigor. Torna-se imperativo manter esta política de restrição, em face do vulto da despesa atualmente destinada ao pagamento desta categoria de empregado público.

Quanto aos candidatos habilitados em concurso, a política do Govêrno, tanto para a administração direta como para a indireta, consiste em só fazer as nomeações que não acarretem aumento de despesa. Assim, limita-se o Govêrno a só nomear interinos, quando haja exigências prementes da administração. Tais nomeações não se fazem antes que se verifique a existência de recursos orçamentários disponíveis, a fim de que possam as despesas resultantes correr pelos saldos das contas-correntes das respectivas Repartições.

Fato a registrar é a verificação de que, em 1957, o número de servidores egressos da administração, sobretudo por motivo de aposentadorias, excede o dos que entraram nas carreiras e séries funcionais. As nomeações para as diversas carreiras foram, em 1957, em número de 2 833. Dêsse total, 92 em comissão, 59 em substituição e 1 361, em virtude de concurso. Houve, ainda, 1 321 nomeações em caráter interino. O número de pessoas que deixaram o serviço público foi de 3 536, isto é, excedeu o dos que nêle ingressaram, não se havendo preenchido 703 vagas. Nesse contingente, predominam as aposentadorias, que atingiram 2 881, em 1957. Seguem-se 460 exonerações, 147 falecimentos e 48 demissões.

Manteve-se uma política de restrição no preenchimento de cargos e funções públicas. Atualmente acham-se vagos 18 119 cargos e funções iniciais, no custo anual de Cr$ 1 488 670 200,00.

O quadro abaixo traduz o resultado dessa política de contenção, no tocante à admissão de pessoal.

Resumo geral de cargos e funções iniciais (vagos e vagas)

Espécie	Quantidade	Economia anual Cr$
Cargos iniciais	7 513	753 363 600,00
Funções iniciais	7 223	473 883 600,00
Departamento dos Correios e Telégrafos ...	3 383	261 423 000,00
Total geral	18 119	1 488 670 200,00

Além de se conservarem vagos êsses cargos e funções iniciais, é oportuno lembrar que, através do Decreto nº 41 064, de 27 de fevereiro de 1957, foram extintas 15 362 funções de extranumerários, resultando a medida numa economia anual de ..... Cr$ 903 760 800,00.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

No decorrer de 1957, as atividades de recrutamento e seleção para as carreiras do Serviço Público Federal, apesar da política de contenção de gastos, não sofreram solução de continuidade.

Ao contrário, por meio de diretrizes racionalizadoras, visando a objetivos bem definidos, lograram-se resultados positivos, tanto administrativa como tècnicamente.

No início do ano, não se julgou aconselhável abertura ou realização de novos concursos; concluíram-se tão-sòmente os concursos específicos, para fins de transferência de função e de carreiras, que não podem sofrer paralisação, uma vez que representam o cumprimento efetivo do instituto da transferência, previsto na Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952.

Após o primeiro trimestre, ficou patenteada a urgência de regularizar-se a situação dos interinos existentes, pôsto que, segundo o art. 12 do Estatuto dos Funcionários, não podem os mesmos permanecer nos respectivos cargos por período superior a dois anos. Por isso, foram realizados concursos, exclusivamente para provimento de cargos já ocupados por interinos.

Orçamento

ELABORAÇÃO E CONTRÔLE

Tem procurado o Govêrno desenvolver as atividades de gestão de dinheiros públicos de modo a fortalecer a execução administrativa. Assim, além dos trabalhos normais de elaboração da Proposta Geral de Orçamento, estabeleceu-se, no D.A.S.P., o contrôle das dotações globais, mediante planos de aplicação e programas de contenção de despesas.

No que concerne à elaboração orçamentária pròpriamente dita, desenvolveram-se os trabalhos em três planos: 1) acompanhamento da execução do orçamento, através do exame dos planos de aplicação das dotações globais e dos de contenção de despesas, e pronunciamento sôbre pedidos de abertura de créditos adicionais; 2) exame de processos relacionados com o orçamento encerrado, sob a forma de "restos a pagar", etc.; e, finalmente, 3) elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Pela legislação vigente, especialmente quanto ao Ministério da Agricultura (Lei nº 1 489, de 10 de dezembro de 1951, art. 2.º), as Repartições são obrigadas a apresentar, anualmente, à aprovação presidencial, seus programas de trabalho. Êsses programas referiam-se, em têrmos globais, à tarefa a realizar, dentro do total disponível, sem individualizar as despesas e os trabalhos.

A Circular nº 29, de 27 de dezembro de 1956, da Secretaria da Presidência da República, conjugou numa só peça, e pela primeira vez, os dois objetivos: programas de trabalho e planos de aplicação do crédito orçamentário respectivo. Por outro lado, estendeu, a qualquer órgão ministerial ou diretamente subordinado à Presidência da República, a exigência de prévia aprovação presidencial aos respectivos planos de aplicação. Posteriormente, a Circular nº 13/57, que disciplinou a execução orçamentária para 1958, sistematizou a forma de apresentação dêsses planos.

Conseguiu-se, destarte, a especialização dos gastos vinculados às dotações globais, permitindo ao D.A.S.P. sugerir normas quanto à regular utilização dêsses recursos, seja no que toca a despesas de pessoal e à limitação do seu montante, em relação ao valor total do crédito orçamentário, seja no que diz respeito aos gastos com material, serviços de terceiros, obras, equipamentos, instalações, etc.

Sendo o Orçamento um programa de Govêrno, nada mais natural que a aplicação das dotações globais obedeça a planos prèviamente aprovados pelo Presidente da República. O exame prévio dêsses planos, havendo levado em consideração a oportunidade da despesa e sua conveniência em face das diretrizes do Govêrno, permitiu fôssem rejeitados ou alterados, no exercício de 1957, vários planos, enquanto outros sofreram modificações profundas, para adaptá-los às metas governamentais. Foram submetidos ao D.A.S.P., em 1957, 250 planos de aplicação, no montante de Cr$ 8 423 452 247,00.

A execução orçamentária deve processar-se de forma a impedir que os gastos públicos se transformem em focos importantes de inflação. Assim, o volume da despesa pública efetiva deve limitar-se às possibilidades da receita e às de obtenção de financiamento não inflacionário.

PLANO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS

Face a contingências incontornáveis, viu-se o Govêrno, a partir de seu primeiro ano, forçado a adotar medidas de restrição à execução orçamentária, a fim de não só possibilitar a redução ou a eliminação do deficit orçamentário, como também de utilizar todos os meios disponíveis de combate à inflação.

O orçamento federal, conjugado com planos racionais de contenção, orienta os investimentos, elimina dispêndios desnecessários, reduz ou anula os programas inadequados e coloca as despesas dentro dos recursos disponíveis, de modo a evitar o apêlo desnecessário às emissões de papel-moeda, uma das causas naturais do surto inflacionário que o atual Govêrno vem procurando debelar.

Essa é a orientação seguida na elaboração dos referidos Planos, também adotados em países de estrutura econômica mais sólida e de desenvoltura administrativa mais ampla.

RECEITA PÚBLICA

A estimativa da Receita Federal tem-se mostrado, nos últimos anos, trabalho árduo e delicado, seja pela introdução constante de legislação nova, seja pelo impacto de alguns elementos perturbadores da estimativa.

Ao contrário das despesas públicas, cuja fixação é calcada, em princípio, nos elementos de custo ou em vinculações legais, a estimativa da receita depende de um complexo de fatôres econômicos interdependentes e suscetíveis de oscilações bruscas.

Por êsse motivo, a Proposta Orçamentária vem sendo habitualmente cautelosa na estimativa da receita, inclinando-se a

subestimar a renda. No geral, os resultados da arrecadação se mostram sempre superiores à estimativa que o Executivo consigna em sua Proposta, e inferiores à receita inscrita na Lei de Meios. Em sua tramitação no Legislativo, a Proposta sofre emendas que por vêzes elevam a previsão da receita a cifras superiores às suas possibilidades.

Outro problema não menos delicado é a vinculação legal de tributos, e a votação de vultosas despesas de custeio, sem cobertura de receita. Uma e outra reduzem a margem de flexibilidade na execução orçamentária.

ANALISE DOS ORÇAMENTOS DAS AUTARQUIAS

Continuando na sua tarefa de introduzir, nas autarquias, sistemas orçamentários semelhantes ao adotado no Govêrno Federal, elaborou-se anteprojeto de decreto, que no momento vem sendo examinado pelos órgãos interessados. Cogita-se de dotar as autarquias de padrões orçamentários, especialmente de esquemas de classificação da receita e despesa, que permitam não só a uniformidade de orçamentos e balanços, para fins de comparabilidade e estatística, como também o melhor contrôle, por parte do Govêrno Federal, da execução orçamentária das autarquias.

Os padrões em aprêço dividem as despesas em três grupos distintos: Custeio, Transferência e Capital — categorias de grande importância para análise econômica e contrôle da Administração. Na parte da receita, os auxílios e subvenções concedidos pela União serão computados como receitas transferidas e não como receitas próprias das autarquias. Assim, poder-se-á determinar, com rigor, a verdadeira situação financeira e econômica das entidades autárquicas.

Várias autarquias já apresentaram os seus orçamentos dentro dos novos moldes. A padronização decorre, de um lado, de imperiosa necessidade de ordem técnica, e, de outro, de dispostivo legal — o Decreto-lei n.º 5 570, de 10 de junho de 1943.

Organização

Prosseguiram os trabalhos de simplificação burocrática e o exame de estrutura das Repartições públicas. Pesquisas e levantamentos têm sido feitos para que os regimentos das Repartições melhor se adaptem às suas atividades.

Muito temos por fazer, ainda, em matéria de racionalização de serviços. Cumpre estabelecer rotinas apropriadas, medir as cargas de trabalho e fixar para êste unidades-padrão calcadas no preço de custo. Daí serem necessários estudos e pesquisas aprofundados, para que o planejamento dos órgãos e sua posterior implantação produzam resultados satisfatórios.

Com o objetivo de acelerar e melhor entrosar os trabalhos de organização, cuida-se, no momento, de reorganizar a Comissão de Simplificação Burocrática. Em 1957, êsse órgão realizou numerosas reuniões, que permitiram a conclusão dos seguintes trabalhos:

1) Subcomissão do Ministério da Fazenda : *a*) descentralização de pagamento ao funcionalismo; *b*) instituição do decreto coletivo; *c*) padronização e simplificação do processo de aposentadoria dos servidores da União; *d*) descentralização dos serviços de arrecadação das Recebedorias do Distrito Federal; e) simplificação dos métodos e rotinas de trabalho e elaboração do anteprojeto de regimento do Serviço de Comunicações do Ministério da Fazenda.

2) Subcomissão de Simplificação do Ministério da Viação e Obras Públicas : *a*) simplificação dos métodos e rotinas de trabalho do Serviço de Comunicações do referido Ministério; *b*) simplificação do registro de firmas e de profissionais habilitados para a execução de instalações elétricas e a gás; *c*) padronização de requerimentos para o pedido de exame de instalação de luz e gás; *d*) padronização de ofícios de uso constante, relativos a exercício findo, licenças especiais, reforço de crédito do Departamento de Portos, Rios e Canais; e) formação de 12 turmas de simplificação em vários órgãos do Ministério.

3) Subcomissão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores : *a*) estudo do anteprojeto de lei relativo à criação de mais 60 cargos de Datiloscopista do Departamento Federal de Segurança

Pública: *b*) simplificação dos métodos e rotinas do Serviço de Comunicações.

4) Subcomissão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: maior facilidade e rapidez na entrega da carteira do menor e, bem assim, da carteira profissional do trabalhador.

Cooperação do Govêrno Federal com os Estados e Municípios

Seja em obras locais que diretamente realize, seja por meio de subvenções ou de empréstimos, o Govêrno Federal vem aplicando nos Estados e Municípios parte considerável das receitas da União.

Assinale-se que as metas administrativas fixadas para o atual qüinqüênio — especialmente nos setores da eletrificação, da construção e aparelhamento de ferrovias e rodovias, da construção e dragagem de portos, da renovação e ampliação dos meios de transporte, da produção agrícola e da mecanização da agricultura — trazem como objetivo imediato a valorização de áreas e, em conseqüência, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações do interior, como se verá em diferentes capítulos desta Mensagem.

A par disto, tem o Govêrno determinado, aos órgãos executores da política de crédito, que empreguem os seus recursos não apenas em regiões onde o investimento alcança, imediatamente, maior compensação em juros, mas que os utilizem também em função de necessidade do fomento, em áreas até agora desassistidas dos benefícios do crédito, e onde novas riquezas podem ser suscitadas. Como resultado dessa medida, foi superior, em 22%, sôbre o montante do ano anterior, o total dos empréstimos concedidos, em 1957, através da Carteira do Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, para atividades rurais.

Benefícios de vulto resultarão, também, da Lei n.º 3 337, de 12 de dezembro de 1957, que autorizou o Poder Executivo a destinar 30% dos recursos obtidos com a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional a empréstimos, não só aos Estados e ao

Distrito Federal, como também aos Municípios, na conformidade de plano a ser elaborado pelo Congresso Nacional.

Em regiões menos desenvolvidas, onde o problema fundamental é a fixação do homem à terra, lembraremos que, atendendo a sugestões alvitradas no encontro dos Bispos do Nordeste e da Amazônia, o Govêrno empreendeu várias medidas, notadamente no que se refere à criação de Núcleos Coloniais de Abastecimento e de Postos de Migração, à melhoria e construção de portos, ao fomento da pecuária e da indústria do gado, à construção de casas populares, de adutoras para abastecimento d'água e à ampliação dos auxílios financeiros que a União concede às entidades de assistência social.

Em 1957, devidamente autorizado pelo Congresso Nacional, o Executivo abriu créditos especiais destinados a socorrer vítimas de calamidades públicas, como inundações e sêcas, e a outros fins, em favor de inúmeros Municípios de vários Estados.

Problemas que interessam vitalmente às populações dos Municípios — como os dos serviços primários de saneamento — têm merecido especial atenção do Govêrno. Mais de uma centena de sedes municipais estão, no momento, construindo seus sistemas de abastecimento d'água com recursos concedidos pela União. O número das comunidades beneficiadas será grandemente ampliado, assim aprove o Congresso projeto de lei que, a respeito, lhe foi enviado e no qual condições mais favoráveis se oferecem às Prefeituras, para realização dêsses serviços, como se verá em outra parte desta Mensagem.

No Setor da Saúde Pública, vultosos são os encargos que o Govêrno da União vem assumindo, através de serviços federais instalados nos Estados e Municípios — como o S.E.S.P., as Delegacias dos Departamento e Serviços Nacionais da Criança, de Endemias Rurais, da Lepra, da Tuberculose e outros — para diminuir os índices de morbidade que afetam a produção e o bem-estar do homem do interior.

No que tange aos problemas educacionais, aumentam, também, de ano para ano, os auxílios do Govêrno Federal aos Estados e Municípios, através dos Fundos de Ensino Primário e do

Ensino Médio. Numerosos convênios foram firmados êste ano com os Estados e Municípios, para construção de prédios escolares e prosseguimento de programas de ensino. Acham-se em andamento obras de ampliação de escolas industriais em diversas Capitais de Estados da Federação, e que irão multiplicar por quatro a sua atual capacidade de matrícula. Com os recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, centros de pesquisas educacionais vêm sendo instalados no interior do País. Recentemente, foi criada a Universidade do Pará, e os recursos que se proporcionaram permitirão instalar, por forma condigna, os seus diversos institutos. No Recife prosseguem as obras da Cidade Universitária, estando já concluído o prédio da Faculdade de Direito. A Universidade da Bahia foi contemplada em cêrca de meio bilhão de cruzeiros, no orçamento federal. Em Minas Gerais teve início, através da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Prêto, ativa campanha de formação de geólogos, para que melhor se possam pesquisar as riquezas minerais do País, e, por outro lado, encontrar soluções menos onerosas para os problemas de abastecimento d'água aos Municípios.

Assim, o atual Govêrno tem ampliado, cada vez mais, o seu âmbito de ação, provendo, onde pode prover, seja na esfera estadual, seja na municipal, as necessidades do povo brasileiro.

CAPITULO III

RELAÇÕES EXTERIORES

Política Internacional

POSIÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

A diplomacia brasileira vem-se empenhando numa ação internacional vigilante e persistente, norteada pelas superiores conveniências da segurança e do desenvolvimento do País, e, em harmonia com os compromissos por nós livremente assumidos, no âmbito dos organismos e sistemas de defesa de que participamos. Reivindica a nossa diplomacia, para o Brasil, o direito de ser ouvido em

tôdas as questões que envolvam a paz, a segurança e o bem-estar dos povos e, em especial, nos debates que digam respeito às Nações do Continente. Exige, com firmeza, atento exame das opiniões e princípios que esposamos, e a consideração que é devida àquilo que reputamos de interêsse fundamental para o povo brasileiro.

Essa posição, mais ativa e atuante, veio trazer, para o livre debate da opinião pública, do Parlamento e da imprensa, uma série de problemas que outrora apenas se discutiam e analisavam no recinto dos gabinetes. Assim, as questões da política externa passaram a ter profunda repercussão interna e vieram paulatinamente interessar várias camadas da população. Isto, longe de constituir obstáculo ao desenvolvimento da nossa ação internacional, fornece inestimáveis elementos de orientação e de esclarecimento ao Govêrno, que não deseja senão manter a sua política exterior em harmonia com as tendências mais puras e legítimas da consciência nacional.

Essa política exterior obedece, hoje, às seguintes diretrizes: afirmação brasileira, fraternidade americana, solidariedade democrática, espírito universal e cristão.

ATUAÇÃO NAS NAÇÕES UNIDAS

Quando se abriram os trabalhos da XII Sessão da Assembléia-Geral da O.N.U., era de expectativa e ansiedade a atmosfera predominante. Havia pessimismo, quanto à possibilidade de resolver, ou, mesmo, encaminhar, satisfatòriamente, problemas capitais — como o desarmamento, o colonialismo e o desenvolvimento econômico — responsáveis, em grande parte, pela presente tensão internacional.

Em coerência com os princípios que têm norteado a sua política nas Nações Unidas, o Govêrno brasileiro fixou para a sua Delegação as seguintes diretrizes: a) propugnar pela intensificação imediata do programa de desenvolvimento econômico dos países de baixa renda *per capita*, através da assistência técnica e financeira internacional, mediante projetos de resolução que atendessem aos interêsses tanto dos países latino-americanos como dos árabes

e afro-asiáticos; *b*) reiterar nossa solidariedade ao bloco latino-americano, sem prejuízo dos compromissos históricos e culturais que nos prendem às nações latinas da Europa; *c*) apoiar as potências ocidentais em todos os esforços tendentes a assegurar a paz, de acôrdo com os princípios da Carta de São Francisco; *d*) buscar, no tratamento do problema colonial, uma conciliação entre os interêsses dos blocos em que se divide a Assembléia, tendo em vista a conveniência de promover reaproximação com os países árabes e asiáticos e, bem assim, as realidades econômicas dos territórios não-autônomos.

O Brasil foi um dos países latino-americanos escolhidos para integrar a nova Comissão de Desarmamento das Nações Unidas. Foi, ainda, convidado pelo Presidente da Assembléia-Geral, Sir Leslie Munro, para participar, juntamente com os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, do recém-criado Comitê de Bons Ofícios, estabelecido pela Comissão de territórios não-autônomos, a fim de discutir, com a União Sul-Africana, a situação internacional dos territórios do Sudoeste Africano.

Por falta de elementos para decidir da aplicação do princípio da autodeterminação ao problema da Argélia, o Brasil optou pela co-autoria de um projeto de resolução, no qual se manifesta a esperança de solução pacífica para o conflito, em conformidade com os princípios contidos na Carta das Nações Unidas.

Também, na questão de Chipre, não nos pronunciamos pelo reconhecimento imediato do princípio da autodeterminação, embora a Delegação do Brasil demonstrasse certa receptividade a uma proposta grega de convocar um plebiscito na ilha, ressalvados os direitos das minorias turcas e a futura posição de Chipre no sistema europeu de defesa.

Na questão do Iriã Ocidental, o Brasil, declarando-se favorável à manutenção do *status quo* territorial, sugeriu que o Govêrno holandês apresentasse informações de natureza política sôbre o progresso da Nova Guiné Ocidental.

Favorável à tese da universalidade das Nações Unidas, desde que preenchidos os requisitos do artigo 4.º da Carta de São Francisco, votou o Brasil pela admissão, na O.N.U., da República da

Coréia, do Viet-Nam e da Malásia. Os vetos opostos pela União Soviética impediram, entretanto, que os dois primeiros países lograssem acesso à Organização.

Reiteramos nosso apoio à tese da competência da Assembléia-Geral, para conhecer das violações de direitos humanos que lhe sejam notificadas, ainda que a adoção de resoluções específicas fique condicionada às características e peculiaridades de cada caso. O ponto de vista brasileiro fundamentou-se, não sòmente em resolução anterior da Assembléia-Geral — que condenava a discriminação racial, por incompatível com os princípios da Carta e com os postulados da Declaração dos Direitos Humanos — mas, também, em nossa tradicional oposição a tôda e qualquer política de discriminação de raças.

Pela palavra de nosso representante na II Comissão, ressaltamos a crescente desigualdade econômica entre os países industrializados e subdesenvolvidos, e analisamos as causas dêsse desnível para, em seguida, sugerir corretivos à disparidade existente. Nessa oportunidade, focalizamos a conveniência de eventual revisão nos estatutos dos organismos de Bretton Woods. O Brasil se fêz, assim, intérprete dos sentimentos, anseios e reivindicações dos países que propugnam pela concretização das promessas contidas na Carta de São Francisco, no que concerne ao bem-estar econômico e social.

Aprovamos o projeto relativo ao financiamento do Programa Ampliado de Assistência Técnica e defendemos sua continuidade, ameaçada por escassez de recursos. Dirigimos um apêlo aos países econômicamente desenvolvidos, a fim de que aumentem suas quotas de financiamento para aquêle Programa, assinalando as conseqüências negativas que a redução percentual da contribuição dos Estados Unidos da América traria para o Programa Ampliado.

A Delegação Brasileira propôs, ainda, se constituísse uma Comissão Econômica para a África, que, à semelhança de suas congêneres para a Europa, Ásia e América Latina, orientasse o desenvolvimento econômico daquele Continente, evitando, ao mesmo tempo, o impacto nocivo que tal desenvolvimento, estimulado pela criação do Mercado Comum Europeu, poderia vir a exercer sôbre as eco-

nomias latino-americanas. A proposta brasileira foi co-patrocinada por 29 Estados-Membros, na II Comissão, e aprovada em Plenário.

Juntamente com onze outros países, co-patrocinou o Brasil um projeto de resolução, finalmente aprovado, segundo o qual a Assembléia-Geral decide manter em funcionamento a Comissão Especial encarregada de preparar a realização de uma conferência para a revisão da Carta das Nações Unidas. Essa Comissão deverá submeter, até à XIV Sessão Ordinária da Assembléia-Geral, um relatório completo sôbre a matéria.

PARTICIPAÇAO NA U.N.E.F.

A 12 de janeiro partia para o Egito, a bordo do transporte *Custódio de Melo*, um batalhão de 481 homens a fim de integrar a Fôrça Internacional de Emergência da O.N.U., consoante autorização dada ao Executivo pelo Congresso Nacional. Anteriormente seguira, por via aérea, um escalão avançado de 49 homens. Embarcou a 29 de junho, pelo *Ari Parreiras*, o segundo grupo, constituído à base do voluntariado, a fim de substituir o primeiro contingente.

As unidades brasileiras operaram principalmente na linha de demarcação do setor de Gaza, assim como em El-Arich e Ras El Naqb. A presença de tropas brasileiras na área de Suez é um atestado vivo da firmeza e determinação com que aceitamos os nossos deveres e responsabilidades internacionais.

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

O ano de 1957 foi assinalado por dois acontecimentos da maior relevância para o fortalecimento da comunidade luso-brasileira: a visita, ao Brasil, do General Francisco Higino Craveiro Lopes e o início dos estudos para a aplicação do Tratado de Amizade e Consulta, firmado a 16 de novembro de 1953 entre os dois países.

Durante sua permanência no território nacional, o Presidente Craveiro Lopes recebeu as mais expressivas homenagens do Govêrno e do povo e firmou uma Declaração Conjunta Luso-Brasi-

leira, assim como outros atos, relativos à regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil.

Previa o Tratado de 1953, em seu art. 7º, a expedição das disposições legislativas e regulamentares que fôssem necessárias para melhor aplicação dos princípios consignados naquele instrumento. Para êsse fim fôra criada, pelo Decreto n.º 37 374, de 23 de maio de 1955, a Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. Iniciados os seus trabalhos em março de 1957, a Comissão, após dois meses de atividade, concluiu os projetos de atos e leis complementares, indispensáveis à plena execução do Tratado. A fim de estudar e coordenar as conclusões concretas a que chegaram as Comissões Nacionais brasileira e portuguêsa, foi decidido, na Declaração Conjunta assinada pelos Presidentes do Brasil e de Portugal, em 11 de junho, instituir-se uma Comissão Mista Brasil-Portugal. Pelo Decreto n.º 41 662, criou-se a Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta (CTAP) e extinguiu-se a Comissão Nacional instituída pelo referido Decreto n.º 37 374. Em 2 de setembro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores aprovou, em portaria, o regimento interno da CTAP e de sua Secretaria e, por decreto executivo de 14 de outubro, foram nomeados os Membros da Comissão.

Com o objetivo de facilitar a pronta convocação da Comissão Mista Brasil-Portugal, o Govêrno brasileiro já entregou ao Govêrno português os resultados dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional. Desta forma, tão pronto sejam conhecidos os resultados da Comissão Portuguêsa, poderá ser convocada a referida Comissão Mista, o que representará um passo positivo para a plena consecução dos objetivos colimados pelo Tratado de Amizade e Consulta.

RELAÇÕES COM OS PAÍSES DO SUDOESTE DA ÁSIA E DO ORIENTE MÉDIO

O Govêrno vem acompanhando com grande interêsse a vida política dos novos Estados da Ásia e da África, alguns dêles emancipados da tutela colonial, a partir da última guerra.

Dentro dêsse espírito, o Itamarati autorizou o Embaixador do Brasil em Nova Délhi a visitar vários países do Sudoeste da Ásia, como o Viet-Nam do Sul, Laos, Camboja, Tailândia e Birmânia, com os quais não mantemos relações diretas. A base do relatório apresentado poderá o Govêrno traçar planos para uma aproximação efetiva, com os países daquela área, no que tange ao estabelecimento de relações diplomáticas, bem como ao envio de Missões especiais e à negociação de tratados e acôrdos.

ATOS E CONGRESSOS INTERNACIONAIS

Durante o ano teve o Brasil oportunidade de firmar, com as nações amigas, oito acôrdos formais e trinta e cinco outros, por troca de notas, concernentes a matéria administrativa. A maioria versou assuntos econômico-comerciais — prorrogação de acôrdos já existentes. Seguiram-se convênios de intercâmbio cultural firmados com o Paraguai, Honduras, Estados Unidos da América, Irã e Universidade Pro Deo, de Roma. Em continuação à sua política de regularização do tráfego aéreo com os países ligados ao Brasil por linhas internacionais, firmou o Govêrno acôrdos com os Países-Baixos, República Federal da Alemanha e Itália. Em conseqüência das visitas do Presidente da República Portuguêsa ao Brasil e do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Chile, foram assinadas, no Rio de Janeiro e em Santiago, duas Declarações Conjuntas. Foi firmado em Lima, durante a visita do Ministro das Relações Exteriores ao Peru, um Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica entre os dois países. Com os Estados Unidos da América assinou o Brasil, em Washington, o Acôrdo de Cooperação para Usos Civis da Energia Atômica. Anteriormente firmara-se, com a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, um contrato de arrendamento de material físsil especial.

Além disto, fêz-se o Brasil representar em 89 Congressos ou Conferências Internacionais que se realizaram em 1957.

OUTROS ACONTECIMENTOS

O Brasil recebeu, em 1957, a visita de altas personalidades estrangeiras, sendo de mencionar-se, entre outras, as seguintes:

o Presidente da República Portuguêsa, General Francisco Higino Craveiro Lopes, o Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner, o Vice-Presidente da República do Perú, Senhor Carlos Moreyra y Paz Soldán, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América, Senhor Samuel Waugh, o antigo Presidente do Conselho dos Ministros da França, Senhor Antoine Pinay, o Prefeito de Nova Iorque, Senhor Robert Wagner, o Ministro das Relações Exteriores da Itália, Senhor Giuseppe Pella.

O Brasil reconheceu os novos governos da Colômbia, Guatemala e Haiti, bem como os dois membros mais recentes da comunidade das nações: o Estado de Gana e a Federação da Malásia.

No intuito de intensificar as suas relações políticas, econômicas e culturais com a Grécia, a Noruega e a Dinamarca, o Brasil decidiu elevar à categoria de Embaixada suas Missões Diplomáticas em Atenas, Oslo e Copenhague, o mesmo fazendo os Governos daqueles países em relação às suas Missões no Rio de Janeiro.

Havendo a Argentina e a Venezuela interrompido as suas relações diplomáticas, em virtude de divergências sôbre a interpretação das normas que regem o asilo territorial, recebeu o Brasil, do Govêrno daqueles dois países, a incumbência de encarregar-se da proteção dos seus interêsses, respectivamente, na Venezuela e na Argentina. Essa dupla representação de interêsses veio, pelo seu caráter inédito, ressaltar a confiança de que goza a diplomacia brasileira na América Latina.

A Embaixada do Brasil em Nova Délhi e o Consulado do Brasil em Calcutá continuam encarregados da proteção dos interêsses diplomáticos e consulares de Portugal na União Indiana.

Política Continental

POSIÇÃO CONTINENTAL DO BRASIL

Tem sido constante o empenho do Govêrno em incrementar as relações políticas, econômicas e culturais com todos os países do Hemisfério. Pode-se, mesmo, afirmar que o Brasil nunca estêve tão presente e tão atuante na América. As visitas, ao Brasil, do

Presidente da República do Paraguai e do Vice-Presidente da República do Peru, e a viagem do Ministro das Relações Exteriores a Santiago e a Lima, permitiram a conclusão de importantes acôrdos de cooperação econômica e técnica, que constituem índice bastante expressivo da intensificação das relações interamericanas.

Por outro lado, o encontro dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, em Corumbá e Roboré, testemunhou nossa constante disposição de enfrentar os problemas continentais com amplo espírito de solidariedade americana e com uma fraternal compreensão, expressa em concessões recíprocas, que abrem caminho a uma obra comum de cooperação econômica.

Fiéis à sua tradicional amizade, o Brasil e a Bolívia souberam harmonizar os seus interêsses e conciliar os seus pontos de vista, de modo a facilitar a atualização e conseqüente execução do Tratado de 1938 sôbre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, cujas disposições se encontravam até agora inoperantes.

Sôbre a base do mais escrupuloso respeito ao princípio da igualdade jurídica dos Estados, temos procurado articular, com os Estados Unidos da América e com os países da América Latina, um mecanismo vivo de colaboração e de consulta, que nos parece a melhor aplicação prática da idéia pan-americana.

Por outro lado, temos reiteradamente manifestado que as falhas e deficiências, existentes ainda no sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, nos aconselham a procurar, por todos os modos, consolidar e fortalecer o sistema interamericano de defesa, tal como concebido e delineado no Tratado de Assistência Recíproca, firmado em 1947.

DEFESA DO HEMISFÉRIO

Conferência do Atlântico Sul

Reuniram-se no ano passado, em Buenos Aires, delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, a fim de estudar as bases da organização da defesa do Atlântico Sul.

Inspirou-se a conferência de Buenos Aires no desejo de reforçar o sistema de segurança coletiva do Continente, de acôrdo com as recomendações da Junta Interamericana de Defesa, e

levando em conta as razões que presidiram à assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro.

Acôrdo de Fernando de Noronha

Tendo em vista as necessidades de defesa comum do Hemisfério Ocidental, os Governos brasileiro e norte-americano ajustaram, por troca de notas, a construção, na Ilha de Fernando de Noronha, de instalações, especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados.

O ajuste, complementando atos diplomáticos anteriormente assinados, como o Tratado do Rio de Janeiro, de 1947, e o Acôrdo de Assistência Militar, de 1952, demonstra, uma vez mais, a identidade de objetivos dos dois países americanos, solidários na tarefa comum de preservar a paz e a segurança do Continente.

Prosseguem, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, as negociações previstas no artigo 6.º do referido ajuste, com vistas ao exame da extensão das responsabilidades decorrentes de sua aplicação.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

O Representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos, eleito por unanimidade Presidente do órgão supremo da O.E.A., desempenhou seu mandato até fins de novembro de 1957, o que lhe permitiu participar ativamente dos trabalhos da Comissão Investigadora, constituída para apurar a denúncia de Honduras a Nicarágua, como Estado agressor.

No transcurso de 1957, participou o Brasil dos trabalhos de 9 das 15 Comissões do Conselho da O.E.A. Colaborou, ainda, nos trabalhos de preparação de novo texto do Estatuto do Conselho Cultural Interamericano; dos princípios e normas que devem reger a organização e funcionamento da Comissão de Ação Cultural; do Projeto de reforma do Estatuto do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, e participou dos trabalhos da XII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres e da X Reunião da Repartição Pan-Americana, realizadas em Washington.

Assinou o Protocolo à Convenção sôbre Deveres e Direitos dos Estados nos Casos de Lutas Civis.

Havendo sido criada a Comissão Interamericana de Energia Nuclear, de conformidade com a Recomendação n.º 24, do Relatório da Comissão Interamericana de Representantes dos Presidentes das Repúblicas Americanas, constituiu-se, para redigir o Estatuto do novo órgão, uma Comissão Especial, da qual participa o Brasil.

Por iniciativa da Delegação do Brasil, o Conselho acaba de aprovar uma resolução que prevê a concessão de 500 bôlsas a estudantes latino-americanos, nos têrmos do Programa de Cooperação Técnica da O.E.A., a qual contempla a distribuição eqüitativa de bôlsas aos Estados-Membros da Organização. A política básica dêsse intercâmbio de estudantes caberá a uma Comissão Especial a ser brevemente estabelecida.

BRASIL-CHILE

Convidado oficialmente pelo Govêrno chileno, o Ministro de Estado das Relações Exteriores realizou uma visita a Santiago, de 15 a 21 de setembro, ali havendo recebido expressivas homenagens do Govêrno, das entidades culturais e de tôdas as classes sociais.

Nessa ocasião, os Ministros das Relações Exteriores do Chile e do Brasil firmaram, na sede da Embaixada do Brasil, importante documento — a Declaração Conjunta Chileno-Brasileira — que dispõe sôbre o incremento das relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países.

A Declaração Conjunta cria uma Comissão Mista que terá os seguintes encargos: estudar as relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países; preparar um projeto de Tratado Geral de Comércio e Navegação que facilite as trocas comerciais, fortaleça e diversifique a estrutura econômica dos dois países, desenvolva e aperfeiçoe suas comunicações marítimas e aéreas; estudar acôrdos específicos que complementem o Tratado Geral; preparar um convênio de pagamentos e elaborar um projeto de acôrdo e cooperação econômica, que deverá disciplinar e facilitar as relações gerais entre as economias do Brasil e do Chile.

Já se acham designadas as duas Comissões Nacionais que formarão a Comissão Mista, e que, em breve, deverão reunir-se, sendo lícito esperar que seus trabalhos produzam os mais fecundos resultados.

BRASIL-PERU

Dois acontecimentos marcaram a visita do nosso Chanceler ao Peru, a convite do Govêrno dêsse país amigo: o pleno endôsso do Brasil à doutrina Prado e a assinatura do Convênio para a Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Peru.

A doutrina Prado, enunciada pelo Presidente da República peruana, Doutor Manuel Prado, formula o princípio da unidade de ação de todos os países de origem latina, no âmbito das Nações Unidas, e de outros organismos internacionais, com o objetivo de fortalecer a posição da latinidade diante das ameaças e perigos latentes na crise internacional.

O Convênio para a Cooperação Técnica e Econômica prevê, como no caso do Chile, a criação de uma Comissão Mista, integrada por duas seções permanentes e subcomissões técnicas, destinada ao estudo dos seguintes problemas : *a*) condições atuais do comércio entre os dois países e possibilidades de sua ampliação e diversificação; *b*) condições peculiares do comércio fronteiriço; *c*) condições atuais da navegação nos rios da Bacia Amazônica e medidas necessárias à mais ampla utilização dessas vias de comunicação, mediante, inclusive, a concessão recíproca de portos francos; *d*) possibilidades de desenvolvimento da produção e do abastecimento mútuo de matérias-primas, inclusive mediante investimentos recíprocos; *e*) possibilidades de cooperação técnica e de intercâmbio de métodos e conhecimentos técnico-científicos.

Visa o acôrdo, dêsse modo, ao desenvolvimento coordenado dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos dois países, particularmente na região geo-econômica da Amazônia, de vital interêsse, tanto para o Peru como para o Brasil.

BRASIL-BOLIVIA

Durante o ano de 1957, prosseguiram, com renovado interêsse, as negociações para a execução e atualização do Tratado de 1938, entre o Brasil e a Bolívia, sôbre a saída e aproveitamento do petróleo boliviano.

Após cuidadosos estudos efetuados pelo Govêrno brasileiro, o exame definitivo do assunto foi entregue a uma comissão composta de altas autoridades e presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, cujas conclusões serviram de base para as instruções à Missão Especial Brasileira enviada a La Paz.

Essa Missão Especial, presidida pelo Embaixador do Brasil em La Paz, e a Comissão congênere, nomeada pelo Govêrno boliviano, trabalharam naquela capital durante os meses de junho e julho, a fim de encontrar as fórmulas mais adequadas para a execução e atualização do Tratado de 1938. Em seu regresso, a Missão Especial apresentou ao Itamarati o resultado de seus trabalhos.

Em virtude de proposta do Govêrno boliviano, imediatamente aceita e endossada pelo Govêrno brasileiro, encontraram-se em Roboré e em Corumbá, entre 23 e 27 de janeiro dêste ano, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o Ministro Manuel Barrau Peláez. Do contacto entre os dois Chanceleres resultaram entendimentos de caráter permanente que constituem ponto de partida para uma atuante política de solidariedade econômica altamente benéfica para ambos os países. Ao término das conversações, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia expediram o seguinte comunicado conjunto:

"De conformidade com o convencionado entre os Presidentes do Brasil e da Bolívia, a partir do dia 23 até o dia 27, inclusive, do mês em curso, entrevistaram-se, nas cidades de Corumbá e Roboré, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, para considerar os assuntos que continuavam pendentes de solução entre ambas as Repúblicas, relativos à exploração do petróleo boliviano e abastecimento de hidrocarbonetos ao Brasil; Estrada de Ferro Corumbá — Santa Cruz de la Sierra; limites, intercâmbio comercial e econômico e vinculação cultural.

"As conversações desenvolveram-se num clima de absoluta cordialidade, evidenciando-se o propósito dos Governos do Brasil e da Bolívia de chegarem a soluções nos diferentes assuntos que ambas as Chancelarias convieram em tratar durante esta Entrevista Especial.

"Cumpre informar que as negociações se encerraram hoje, em completo entendimento a respeito de tôdas as questões abordadas.

"Em resumo, destacam-se os seguintes pontos principais:

"Quanto ao petróleo, ficou determinado que as zonas de estudo a que se referem as Reversais de 17 de janeiro de 1952 serão divididas pelo Govêrno boliviano em duas partes, distribuindo-se a área norte, com uma extensão que abrange 60% da superfície total, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (Y.P.F.B.); e a área sul, com uma superfície que alcança os 40% restantes, a emprêsas privadas de capitais brasileiros, as quais a explorarão de conformidade com o Código Boliviano de Petróleo. As emprêsas privadas de capitais brasileiros poderão receber como acionistas pessoas físicas nascidas na Bolívia.

"Sôbre o abastecimento de hidrocarbonetos ao Brasil, foram estipulados os volumes, preços, construção de oleodutos e gasodutos, até o pôrto de Santos, etc.

"Com respeito à Estrada de Ferro Corumbá — Santa Cruz de la Sierra, ficou estabelecido o prosseguimento das obras para melhorar sua capacidade de tráfego; a aceleração da construção da ponte sôbre o Rio Grande; providências para a liquidação da dívida e para a entrega da estrada de ferro ao Govêrno da Bolívia, prevista no Tratado Ferroviário, e, além disso, se acordou que a chefia da Comissão Mista será entregue ao Engenheiro-Delegado da Bolívia.

"No tocante a limites, ficaram resolvidos os assuntos referentes ao setor Cuatro Hermanos — Rio Verde, Cerrito Santa Matias — Curriche del Destacamento e ao setor-marco do fundo da Baía Negra — Tacuaral.

"No que diz respeito às relações econômicas e comerciais, concordou-se que a Comissão Mista se reúna em La Paz, no

próximo mês de março, para adotar acôrdos que abrangerão regimes de intercâmbio, fretes, seguros, tráfego fronteiriço, livre trânsito, zonas francas em favor da Bolívia em Santos, Manaus e Corumbá, e outros aspectos, como instalação de uma agência do Banco do Brasil em La Paz.

"Finalmente, com referência ao intercâmbio cultural brasileiro-boliviano, ficou estabelecida a assinatura de Notas Reversais que ampliem o convênio vigente".

BRASIL-PARAGUAI

Durante a visita do General Alfredo Stroessner, convidado oficialmente para assistir às comemorações de nossa Independência, realizou-se a troca de instrumentos de ratificação de vários atos diplomáticos, como o Tratado Geral de Comércio e Investimentos; o Convênio de Comércio Fronteiriço; o Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondaí, e outros.

Nos têrmos da troca de notas realizada entre os Governos do Brasil e do Paraguai, para tornar efetiva a ligação rodoviária Concepción — Ponta Porã, o Govêrno brasileiro já procedeu ao levantamento aerofotogramétrico da região e vem dando prosseguimento aos demais estudos exigidos pelo projeto.

Com o objetivo de cooperar com o Paraguai na solução do problema de sua mediterraneidade, o Govêrno brasileiro celebrou, em 1956, com o país vizinho, uma série de acôrdos: Acôrdo relativo à construção, em território paraguaio, de uma rodovia ligando Coronel Oviedo a Pôrto Presidente Franco; Acôrdo relativo à construção de uma ponte sôbre o Rio Paraná; Convênios pelos quais Brasil e Paraguai se concederam recìprocamente, em Paranaguá e Concepción, entrepostos de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelos dois países. No ano de 1957, os trabalhos para a construção da rodovia e da ponte internacional prosseguiram em ritmo acelerado. Concluídas essas obras, o Paraguai terá uma ligação direta de Assunção a Paranaguá, pôrto brasileiro no Atlântico.

BRASIL-URUGUAI

Realizou-se no ano passado a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Uruguai, criada pelo Convênio Internacional de 22 de maio de 1947, pelo qual os dois Governos concordaram em construir a Ponte Internacional sôbre o Rio Quaraí, unindo a cidade do mesmo nome, na margem brasileira, à de Artigas, no lado uruguaio.

As duas Delegações, trabalhando em clima de estreita cooperação, aprovaram tanto o projeto brasileiro como o uruguaio. Em conseqüência, resolveu-se abrir concorrência para o início daquela obra, que virá facilitar sobremodo as comunicações do Brasil com a nação fronteiriça.

O Govêrno segue com interêsse os trabalhos da Comissão Mista Uruguaio-Argentina, reunida para a escolha de um projeto destinado ao aproveitamento da energia hidrelétrica do Rio Uruguai, na região do Salto Grande. O Convênio, celebrado a 30 de dezembro de 1946, prevê a participação do Brasil em uma conferência que terá por finalidade "considerar as modificações que, em conseqüência do referido Convênio, se verifiquem na navegação do Rio Uruguai e no regime fluvial submetido a disposições estabelecidas em convenções vigentes".

Por fôrça dêsse dispositivo, que reconhece ao Brasil o direito de opinar sôbre o assunto, como país ribeirinho, é de se prever a nossa participação naquelas deliberações, a fim de ressalvar os interêsses do Brasil, quanto à livre navegação do Rio Uruguai, às justas indenizações por prejuízos que possam advir a trechos do nosso território, atingidos pela alteração do regime das águas e, finalmente, quanto ao reconhecimento do direito de realizar, no trecho exclusivamente brasileiro, obras suscetíveis de reduzir o valor médio anual da descarga do rio, na região do Salto Grande, de uma quantidade que não exceda a têrça parte daquele valor.

BRASIL-ARGENTINA

Reuniu-se, no Rio de Janeiro, a Comissão Mista Brasil-Argentina, criada pelo Ajuste de Comércio, de 23 de março de 1953, a fim de examinar as relações econômicas entre os dois povos. Em conseqüência das recomendações dessa Comissão, os dois Governos, por troca de notas, já celebraram os seguintes atos: novo ajuste de trigo, que disciplina as importações brasileiras no triênio 1958/1960; prorrogação dos ajustes de comércio e pagamentos até 31 de maio de 1958; modificação do regime de intercâmbio de frutas argentino-brasileiro.

Cooperação Internacional

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Criada com o objetivo de coordenar os programas multilaterais de assistência técnica da O.N.U. e da O.E.A., no Brasil, a Comissão Nacional de Assistência Técnica, prosseguiu nas atividades iniciadas em 1956, procurando auxiliar as entidades brasileiras que se interessam em receber assistência técnica. Além disso, diligenciou criar, para os técnicos estrangeiros, enviados ao Brasil, condições que assegurem o máximo aproveitamento dos seus serviços.

Participou, ainda, dos trabalhos preparatórios da Conferência Econômica de Buenos Aires, especialmente no que concerne à Cooperação Técnica.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Atendendo ao apêlo da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, o Govêrno decidiu aumentar a contribuição brasileira ao Programa Ampliado, com uma quota que, de ..... Cr$ 13 900 000,00 em 1957, passará a Cr$ 16 400 000,00 em 1958.

O Catálogo Brasileiro de Serviços, elaborado para 1958, inclui ofertas de treinamento e especialização, no Brasil, em vários setores ligados ao Desenvolvimento Econômico e à Administração

Pública: Estatística, Agronomia, Pedologia, Transporte Ferroviário e Rodoviário, Siderurgia, Eletrônica e Aeronáutica.

Por conta do Programa Ampliado de Assistência Técnica da O.N.U. o Brasil recebeu, em 1957, 38 técnicos estrangeiros, procedentes da F.A.O., da T.A.A., da U.N.E.S.C.O., da R.I.T. e da W.H.O. Êsses especialistas em pedologia, agronomia, zootecnia, hidrogeologia, fisioterapia, economia e outros ramos, vêm prestando eficiente colaboração aos projetos regionais da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, do Banco do Nordeste e da ANCAR. No plano nacional, vêm êles assessorando os Ministérios da Agricultura, da Saúde e da Viação e Obras Públicas.

Os pedidos de assistência técnica atingiram, no Brasil, durante o ano de 1957, a soma de US$ 851 000,00.

ORGANIZAÇAO DOS ESTADOS AMERICANOS

O programa de cooperação técnica da O.E.A., cujas atividades sempre se ressentiram da escassez de fundos, foi objeto, em 1957, de minucioso exame, por parte da União Pan-Americana e dos países participantes. Procurou-se, com isso, ampliar e diversificar o programa, de modo a permitir, no futuro, a prestação de assistência técnica direta e a concessão de 500 bôlsas de estudo, bem como a criação de um fundo de assistência às entidades educacionais do Continente. Em conseqüência dêsses esforços, foi aprovada a Resolução IV da Conferência de Buenos Aires, baseada, essencialmente, em projeto da Delegação Brasileira.

É de prever-se, assim, substancial aumento das atividades de cooperação e assistência técnica da O.E.A., uma vez que se estabeleça um programa regular e se firmem as bases de seu financiamento.

Realizou-se em Recife, sob o patrocínio do Govêrno Brasileiro e da União Pan-Americana, um Seminário sôbre Cooperativas de Eletrificação Rural. O Comitê de Estudos e Organização do Seminário propôs, com aprovação da C.N.A.T., que se encarregasse a Comissão do Vale do São Francisco de celebrar um convênio com

a U.P.A., a fim de realizar, no Brasil, um Projeto-Pilôto de Eletrificação Rural.

A contribuição brasileira ao Programa de Cooperação Técnica da O.E.A., fixada pelo Congresso Nacional em Cr$ 2 800 000,00 no ano de 1957, foi majorada para Cr$ 3 000 000,00, no presente ano.

U.N.E.S.C.O.

Entre as atividades da U.N.E.S.C.O. — que são, no Brasil, coordenadas pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — destacaram-se, em 1957, os seminários e conferências sôbre assuntos sociais e científicos, realizados sob seu patrocínio. Podem ser citados, entre outros: o Seminário Latino-Americano de Ciências Sociais, reunido no Rio de Janeiro, em abril, que propiciou a criação do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais, com sede no Rio de Janeiro, e da Faculdade Latino-Americana de Pesquisas Sociais, com sede em Santiago do Chile; o Colóquio de Especialistas em Assuntos Econômicos, realizado em agôsto, com a presença de eminentes personalidades das ciências nacionais e estrangeiras; Simpósio sôbre Zonas Úmidas, em Manaus, de grande interêsse para a economia amazônica.

A Delegação Permanente do Brasil junto à U.N.E.S.C.O. ampliou os contactos entre aquêle organismo internacional e os órgãos culturais brasileiros, sobretudo nos setores de educação, ciências exatas e sociais, assim como no tocante aos projetos especiais da U.N.E.S.C.O. relativos ao "Desenvolvimento do Ensino Primário na América Latina", e "Pesquisas Científicas sôbre Terras Áridas".

Diversos especialistas brasileiros foram contemplados com bôlsas da U.N.E.S.C.O.

Em missão oficial da U.N.E.S.C.O. visitaram o Brasil dirigentes daquele organismo, entre os quais o Senhor Malcolm Adiseshiah, Subdiretor-Geral.

Várias dessas iniciativas resultaram de compromissos assumidos pelo Brasil na IX Conferência Geral da U.N.E.S.C.O. realizada em Nova Délhi, no ano de 1956.

PONTO IV

O ano de 1957 assinala mais vigoroso impulso no sistema de cooperação bilateral, notadamente no tocante ao programa de assistência técnica executado através do Ponto IV.

Merecem relêvo os trabalhos realizados em função do planejamento e execução satisfatória de 124 projetos específicos integrantes dos seguintes setores: Agricultura; Indústria e Mineração; Transportes; Trabalho; Saúde e Higiene; Ensino; Administração Pública e de Emprêsas; Desenvolvimento de Comunidades; Diversos (Outros Projetos).

O Sistema de Cooperação consubstanciado nos referidos projetos absorveu, em dólares, cêrca de US$ 4 697 500,00, assim distribuídos :

	US$
Agricultura, 38 projetos no montante de ...	1 396 000,00
Indústria e Mineração, 14 projetos	326 000,00
Transporte, 8 projetos	240 000,00
Trabalho, 1 projeto	169 000,00
Saúde e Higiene, 24 projetos	761 000,00
Ensino, 20 projetos	852 000,00
Administração Pública e de Emprêsas, 10 projetos	384 500,00
Desenvolvimento de Comunidades, 3 projetos	84 000,00
Outros projetos	485 000,00

Como se vê, o Ponto IV leva a efeito, no quadro geral do programa de assistência técnica, iniciativas e realizações que se articulam, direta ou indiretamente, com as metas governamentais. O bom êxito dêsses empreendimentos trará valiosa ajuda aos planos de desenvolvimento nacional, contribuindo para acelerar o ritmo de sua execução.

PARTE SEGUNDA

SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

Segurança Nacional

Os superiores interêsses da Segurança Nacional, por sua complexa contextura, envolvem, não apenas atividades específicas dos Ministérios Militares, mas abrangem, em tôda a amplitude, as demais esferas da administração, penetrando nos setores mais diversificados da ação do Govêrno, a cargo de Ministérios Civis, ou de órgãos autárquicos ou paraestatais.

Em seu mais alto nível, as questões ligadas a êsse magno problema vêm sendo examinadas pelo Conselho de Segurança Nacional, de que, sob a direção do Presidente da República, participam os Ministros de Estado, os Chefes dos Estados-Maiores das Fôrças Armadas e outras autoridades cuja presença e opinião se tornem necessárias.

Quando êste órgão se reúne, com a totalidade de seus membros, ou parte dêles, tal seja a maior ou menor amplitude do problema a examinar, já um meticuloso trabalho de estado-maior foi realizado, sob a direção do Secretário-Geral.

No presente estágio das relações entre os povos, e particularmente face à atual conjuntura, as decisões governamentais, mesmo algumas de âmbito puramente interno, podem ter transcedente significado para os interêsses da Segurança Nacional.

Em sua mais expressiva conceituação, difícil se tornaria fixar o domínio da Política de Segurança, que, à evidência dos fatos, se tem expandido a ponto de quase confundir-se com o da política geral do País, no campo social e econômico.

A Escola Superior de Guerra — moderno e dinâmico instituto de estudos onde civis e militares de alta hierarquia intelectual, em estreito contacto, se debruçam sôbre os mais relevantes problemas nacionais e internacionais — tem contribuido para a metodização dos altos estudos e das atividades ligadas à segurança e à defesa do País. Já não é possivel, em nossa época, dar soluções isoladas aos magnos problemas da coletividade. Cumpre encará-los em conjunto, examiná-los em face da realidade brasileira e da situação internacional, estabelecendo diretrizes básicas, de que deverão decorrer planejamentos de graus decrescentes, escalonados conforme os órgãos de execução interessados. Dentro de tal sistemática, qualquer problema deve encontrar resposta como parte coordenada de um todo que consubstancie a segurança do País.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional cabe a permanente tarefa de coletar e registrar informações, coordenar estudos, estabelecer planejamentos, colhêr e formular pareceres, distribuir documentos básicos e assessorar o Chefe do Executivo em suas decisões, inclusive a de convocar, quando necessário, o Conselho de Segurança Nacional, ou de solicitar a opinião de seus membros.

Em 1957, com seus efetivos ampliados, pôde a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional desenvolver atuação profícua, procedendo a estudos preliminares que, depois de submetidos a outros órgãos e aprovados pelo Presidente da República, servirão de base à formulação da Política de Segurança Nacional. A par disso, estudou ou prosseguiu na apreciação de matérias de relevante significação, dentro de suas finalidades.

Especial atenção dedicou às questões relacionadas com os tratados de 1938, firmados entre o Brasil e a Bolívia, e que se acham convenientemente explanadas na parte desta Mensagem reservada à política externa.

No setor da energia nuclear, para o qual o Govêrno se volta com especial zêlo, houve firme propósito de incentivar a fiel execução das Diretrizes Governamentais para a Política Nacional da

Energia Nuclear, baixadas a 30 de agôsto de 1956. No momento, a Secretaria-Geral estuda a melhor coordenação das atividades relacionadas com a exploração dos minerais utilizáveis no setor da energia nuclear.

Acompanhou o mesmo órgão os trabalhos do Conselho do Desenvolvimento, quanto ao problema do ferro, tendo apresentado sugestões básicas para uma política nesse setor, encarada sob o aspecto da segurança nacional. Dedicou-se, ainda, a estudos relacionados com a produção de metais não-ferrosos, visando a sugerir medidas concernentes ao seu aproveitamento adequado.

Para o ano de 1958, deverá a Secretaria-Geral, em colaboração com os diferentes Ministérios, com o Estado-Maior das Fôrças Armadas e com outros altos órgãos da administração, definida que seja a Política de Segurança Nacional, levar adiante os planejamentos decorrentes.

Estado-Maior das Fôrças Armadas

Desempenhou o Estado-Maior das Fôrças Armadas, com zêlo e diligência, as altas atribuições que lhe competem.

Durante o exercício de 1957, proferiu numerosos pareceres sôbre matérias de capital interêsse, não só no que se refere à segurança nacional, como no que respeita aos problemas do nosso desenvolvimento econômico.

As diferentes comissões que integram o E.M.F.A., quer as de caráter permanente, quer as especiais, levaram a efeito pesquisas de alto nível técnico, tanto no campo da logística industrial, militar, paramilitar e civil como no da saúde e da alimentação das Fôrças Armadas.

No setor de estudos cartográficos e de aerolevantamentos, intensa atividade se desenvolveu, na forma de pesquisas, levantamentos e estudos geodésicos e hidrográficos. Noutros setores, como de Comunicações, Comando e Depósitos, não foi menor a diligência das comissões.

A Escola Superior de Guerra prosseguiu nos seus profícuos trabalhos de educação, que beneficiam não apenas o Exército, mas também, nos seus amplos círculos, tôda a cultura nacional. Seu crescente prestígio é comprovado pelo número cada vez maior de pedidos de matrícula, oriundos de diferentes pontos do País. É de assinalar o magnífico trabalho preparatório que êsse estabelecimento desenvolveu, para organização do Curso de Mobilização Nacional, a inaugurar-se ainda êste ano.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

Exército

No cumprimento de sua alta missão, o Exército Nacional prosseguiu no trabalho de aprimoramento de seus quadros e de preparo e ampliação das suas reservas. A par disso, empenhou-se ativamente em expandir e melhorar o seu aparelhamento e orientar o eficaz emprêgo dos recursos estratégicos do País em proveito da defesa nacional.

Atento aos imperativos do nosso desenvolvimento econômico, também prestou valiosa contribuição, técnica e material, a outros órgãos da Administração, cooperando ativamente na solução de problemas fundamentais à evolução do País.

FORMAÇÃO DE QUADROS PARA O SERVIÇO INDUSTRIAL

Solução feliz foi encontrada para o problema do "Operariado Militar", com a criação de oito Companhias de Serviço Industrial, destinadas a apoiar as seguintes organizações industriais: Arsenal de Guerra General Câmara; Arsenal de Guerra do Rio; Fábrica de Bonsucesso; Fábrica de Curitiba; Fábrica da Estrêla; Fábrica de Material de Comunicações; Fábrica Presidente Vargas; Fábrica do Realengo.

Já foram aprovadas as instruções para recrutamento de soldados, cabos e terceiros-sargentos. Incorporaram-se, dêsse modo, à Indústria Militar operários capazes, selecionados em

provas tecnológicas e de conhecimentos gerais, de acôrdo com os currículos de formação de técnicos das Escolas de Aprendizagem Militar, e de organizações civis como o SENAI e a Escola Técnica Nacional. Com isso, proporcionou-se àquela indústria parte da mão-de-obra que reclama, a fim de satisfazer às necessidades dos órgãos provedores do Exército e dos estoques de mobilização previstos.

Foi um grande passo para a militarização do pessoal industrial do Ministério da Guerra. Por certo, muito há que fazer ainda neste sentido, tanto qualitativa como quantitativamente, e é mister assegurar a continuidade de medidas que permitam, em definitivo, a perfeita organização de um Quadro de Pessoal Industrial do Exército.

Qualitativamente, os Pelotões de Operadores das Companhias de Serviço Industrial só atendem a um grupamento de Especialidades de caráter geral, que é o de mecânica. O pequeno número de vagas previstas nos efetivos levara à conclusão de que só poderia ser suprido um setor de trabalho. Para atender às necessidades de grupamento de interêsse geral — impostas por qualquer organização industrial — ainda é preciso criar as Qualificações Militares Gerais, de metalurgia, preparação técnica, e de oficinas auxiliares, como carpintaria, correaria, serralharia e outras. Depois, então, serão criados grupamentos de funções específicas, dentro da finalidade particular de cada indústria que os exigir, como as de química, de comunicações, entre outras.

Quantitativamente, teremos de dar prioridade à criação de novas Companhias de Serviço Industrial para apoiarem os estabelecimentos que ainda não as possuem. Êsse é o caso do Arsenal da Urca, do Campo de Provas da Marambaia, da Fábrica do Andaraí, da Fábrica de Itajubá e da Fábrica de Juiz de Fora. À medida das possibilidades e dentro dos programas estabelecidos, cuidar-se-á de aumentar o número de praças dos Pelotões de Operadores e de criar Pelotões destinados aos novos grupamentos de funções das especialidades gerais e particulares.

Já no tocante à formação de Oficiais Engenheiros-Militares, a situação não se mostra tão favorável. Providências estão sendo tomadas, com o fim de elevar a 120 as vagas anuais para matrícula na Escola Técnica do Exército.

PRODUÇÃO

Em prosseguimento à política de ampliar a produção e concorrer para o barateamento das próprias provisões, realizou o Exército, em 1957, vários empreendimentos, entre os quais se destacam : inauguração da fábrica de calçado, em Pôrto Alegre; desenvolvimento das granjas militares, cuja produção está calculada em 77 milhões de cruzeiros; ampliação do Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército; aquisição e instalação de gabinetes dentários em diversos órgãos de saúde; produção de fogões de campanha; manutenção permanente do material motomecanizado; distribuição de equipamento pesado de engenharia; fornecimento de 133 246 equipamentos de comunicação e 115 605 peças e sobressalentes de manutenção dêsse material; instalação, em andamento, de uma oficina de material de comunicações em Deodoro; levantamento de várias Regiões do País e impressão de cartas topográficas.

Nos seus estabelecimentos, o Exército já fabrica, aperfeiçoa e repara variadíssimo material, de elevado custo e altamente especializado, concorrendo, assim, para reduzir ao mínimo as despesas com a manutenção, sempre onerosa, de uma Fôrça Armada tècnicamente capaz e provida de instalações e material adequados.

O êxito alcançado, na Fábrica da Estrêla, pela apresentação do motor ESTE-1953 tipo jipe, de 4 cilindros, dá a medida do que poderão realizar os nossos engenheiros de automóvel, quando dispuserem de uma organização industrial de sua especialidade.

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA

Segundo planos elaborados pelo Estado-Maior do Exército e órgãos interessados, continuam, em ritmo animador, as atividades da indústria bélica.

Na Fábrica do Realengo se recuperou totalmente a linha de fabricação da munição calibre 7 mm, e se instalaram máquinas complementares e aparelhos de contrôle para modernização dêsse setor. Máquinas de fabricação e carregamento dos mistos traçantes para munição .50, 37 mm e 40 mm estão sendo também

instaladas. No corrente ano iniciar-se-á a construção da nova fábrica de munição .30, estando já em fase de planejamento a instalação da maquinaria importada para êsse fim. Na Fábrica Presidente Vargas, foram concluídos os trabalhos de planejamento para a sua recuperação integral.

Duas linhas completas para usinagem de canhões foram adquiridas. Dentro em pouco se iniciará a fabricação de forjados para tubos de canhões. Acha-se em pleno andamento a fabricação, em série, de canhões Au A Aé 40 mm para suprir as necessidades totais do Exército. A fabricação seriada de morteiros pesados de 120 mm, tipo Brasileiro, será uma realidade ainda no corrente ano. Já foram aprovados os protótipos para facas de trincheira, apresentados pela Fábrica de Itajubá. Foram igualmente aprovados os novos tipos de pistolas sinalizadoras, foguetes de sinalização e cordel detonante, apresentados pela Fábrica da Estrêla. A Fábrica de Bonsucesso, que já está produzindo extintores de incêndio, apresentou um protótipo de detetor de agentes químicos, que foi aprovado, para fabricação em série.

Também se deu início à fabricação de canhões antiaéreos, morteiros, aparelho automático de comando e disparo e munição para morteiros; transformação de mosquetões e de munições e acessórios de variado armamento.

A fim de habilitar nossas fábricas a usinar tubos de substituição para materiais de artilharia, partindo de esboços forjados adquiridos no exterior, estão sendo ultimadas providências para adquirir 100 esboços para obuses 105 M2 A2, bem como para prover o Arsenal de São Paulo de máquinas para usinar tubos até o calibre de 155 mm.

Além disto, processam-se entendimentos com emprêsas estrangeiras, visando a aparelhar nossos arsenais de pessoal especializado e recursos técnicos, a fim de poder preparar os próprios esboços.

No que se refere à fabricação de espolêtas mecânicas de tempo, a Fábrica de Juiz de Fora está sendo provida de máquinas e acessórios, que lhe permitam produzir espolêtas de relojoaria. Quanto à usinagem das peças que compõem a espolêta M.502, americana, o problema já foi satisfatòriamente resolvido.

Com as medidas que ora se empreendem, poderá também o Exército, dentro em breve, fabricar espoletas eletrônicas de tempo.

Além dessas, outras atividades se desenvolvem, com o fim de trazer sempre atualizadas as oficinas e fábricas do Exército, capacitando-as para, entre outras tarefas, fabricar pólvora fria e proceder a experimentos dos mais avançados engenhos bélicos.

Simultâneamente, estudam-se propostas para instalação de indústrias nacionais especializadas e transferência de indústrias estrangeiras para o País, tais como a metalurgia do zinco e a fabricação de armas portáteis.

Por outro lado, copiosa soma de material tem sido remodelada e adaptada às novas exigências. Assim aconteceu com a artilharia do Forte de Itaipu e a respectiva munição, aquela em vias de completa remodelação e esta já em plena fabricação.

OBRAS MILITARES

Prosseguindo na execução do plano de edificações, adaptações e recuperação de instalações, foram realizadas obras de maior ou menor vulto em quase todos os quartéis e em várias sedes de diversos órgãos. Podemos citar, entre outras, as seguintes construções: usina elétrica auxiliar de Piquête-Itajubá, a primeira telecomandada da América do Sul; quartel do Grupo de Canhões Antiaéreos, em Barueri, São Paulo; pavilhões para oficinas, administração e laboratório, no Arsenal de Guerra de São Paulo; carpintaria, no Arsenal da Urca; prédio para o Departamento de Assistência, casas para operários e oficiais, na Fábrica da Estrêla.

Além dessas obras, foram iniciadas várias outras, na Fábrica de Material de Comunicações, na Estação de Tratamento e Purificação de Águas em Barueri, na Fábrica Presidente Vargas e na do Realengo.

Trabalhos de vulto foram realizados nas instalações de diversos órgãos e unidades do Exército e grande impulso se imprimiu ao plano de construção de conjuntos residenciais.

Está em franco andamento o plano de recuperação das Fortificações do Exército, no que concerne ao material bélico e à melhoria de instalações.

No Forte de Coimbra foram construídas uma Estação de tratamento de água e uma câmara frigorífica. No de Copacabana, prossegue a recuperação de armamento. Importantes trabalhos se realizaram no Forte Duque de Caxias, Forte de Laje e Fortaleza de Santa Cruz.

OBRAS E SERVIÇOS CIVIS

Foi considerável a contribuição do Exército no setor da construção ferroviária, rodoviária e de açudagem. Na parte reservada, nesta Mensagem, a êstes empreendimentos, será dada informação minuciosa a respeito. Também se fêz referência, nos capítulos próprios, às atividades desenvolvidas nos setores de Educação e Saúde.

A admirável ação educadora do Exército Nacional se oferece hoje como paradigma às atividades educativas no campo civil, pela sua modelar organização e pleno rendimento que assegura.

INSTRUÇAO DA TROPA

A instrução do contingente incorporado durante o ano transcorreu satisfatòriamente e foram atingidos os objetivos prèviamente estabelecidos.

Manobras de coroamento de instrução foram realizadas, com pleno êxito, pela tropa sediada no Distrito Federal, e exercícios de combinação de armas se realizaram na maioria das Regiões Militares.

Ressente-se o Exército da falta de áreas próprias para campos de instrução. Tem-se procurado atenuar essa deficiência com a aquisição de terrenos adequados àquele fim.

Grandes esforços se têm despendido para alfabetização dos conscritos incorporados. Nas unidades, funcionaram com êxito numerosas escolas regimentais, em cooperação com as Secretarias de Educação dos Estados e com o Departamento do Ensino Supletivo do Ministério da Educação.

Marinha

Consoante as suas nobres tradições e obedecendo a um bem delineado programa de trabalho, a Marinha desenvolveu, no ano de 1957, atividades que lhe permitiram aprimorar-se não só no desempenho de sua tarefa precipua — defesa do extenso litoral do País — como no de encargos complementares.

REAPARELHAMENTO

O principal problema da administração naval é dotar a Marinha do material flutuante adequado, indispensável ao cumprimento de sua relevante missão. Êsse problema vem sendo cuidadosamente estudado para que as Fôrças Navais Brasileiras obtenham o máximo de eficiência em prazo reduzido, com os recursos financeiros à sua disposição.

Em 1957 os esforços nesse setor convergiram, em primeiro lugar, para os trabalhos de modernização do navio-aeródromo *Minas Gerais*, adquirido da Inglaterra, no ano anterior. Foi o mesmo transferido para o estaleiro Verolme, na Holanda, a fim de ali ser remodelado, para melhor atender às necessidades da defesa nacional.

Incorporaram-se ao serviço os submarinos *Humaitá* e *Riachuelo*, cedidos, por empréstimo, pelo Govêrno dos Estados Unidos da América. Essas unidades foram submetidas a grandes reparos na Base de Submarinos de New London, Connecticut, e entregues à Marinha do Brasil em perfeitas condições de operacionalidade.

Os cruzadores ligeiros *Barroso* e *Tamandaré* foram equipados com helicópteros adquiridos nos Estados Unidos da América.

A incorporação dos dois navios-transporte *Ari Parreiras* e *Soares Dutra*, construídos nos estaleiros Ishikawagima, no Japão, permitiu fôsse desenvolvida a atividade da Marinha, no setor de cabotagem. Já prestam êsses dois vasos — juntamente com outros dois semelhantes, anteriormente adquiridos — assinalados serviços, atendendo não só às necessidades navais como, também, às do abastecimento do País, no transporte de cargas comerciais, principalmente gêneros alimentícios.

Ambos já puderam inscrever, no rol de suas atividades, ao lado do *Custódio de Melo*, valiosa contribuição às Fôrças das Nações Unidas estacionadas na área do Canal de Suez, transportando contingentes de tropas brasileiras.

Entre os navios-hidrográficos, lançou-se ao mar, em novembro último, o *Argus* — construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro — primeiro de uma série de três que utilizarão apenas chapas da Companhia Siderúrgica Nacional. Nos últimos dias de dezembro, foi incorporado ao serviço o *Sirius*, construído no Japão, e dotado da mais moderna aparelhagem de hidrografia. Em breve, será incorporado outro navio de igual classe, denominado *Canopus*, ora em construção também no Japão.

Quanto à frota de contratorpedeiros, foi incorporado o *Ajuricaba*, construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, achando-se quase ao têrmo a construção do *Araguari*. Também naquele Arsenal terminaram durante o ano as obras de remodelação do *Araguaia*, prosseguindo em ritmo acelerado as do *Amazonas*.

O navio-tanque *Ilha Grande* foi submetido a reparos de grande vulto em estaleiro francês, prolongando-se a vida de uma unidade que vem prestando valiosos serviços à Marinha no transporte de óleo combustível e lubrificante, de Curaçao e Aruba.

Esforços estão sendo envidados junto à Marinha norte-americana para transferência de algumas unidades altamente necessárias ao reaparelhamento de nossa Esquadra.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO

As atividades, nesse setor, convergiram para o incremento da capacidade de produção dos estabelecimentos industriais da Marinha, de modo a facilitar a repleção dos centros de armamento e munições, e reduzir a importação de materiais estrangeiros.

A Fábrica de Artilharia, a Fábrica de Torpedos, o Centro de Armamento e o de Munição têm sido ampliados convenientemente. Em 1957, prosseguiram as obras de engenharia necessárias à construção de uma nova fábrica de armamento. Mereceu, também, todo empenho a ultimação do projeto de nova fábrica de munições.

Dentre as realizações mais importantes, convém salientar as seguintes: produção, na Fábrica de Artilharia, de 5 745 peças para canhão de 5"/38; montagem de grupos para canhão de 5"/38, inclusive de um mecanismo de alça inteiramente fabricado no Brasil; fabricação de canhões de 127 mm; realização das provas de recebimento dos canhões números 7 e 8, de fabricação nacional; montagem e prova das 2ª e 3ª séries de torpedos, na Fábrica de Torpedos da Marinha; e experiências de lançamento de minas MB-2, também de fabricação nacional.

Com o intuito de manter no mais alto nível o poder combatente dos navios da Esquadra, tem a Marinha estudado as alterações de armamento julgadas necessárias e o armamento a ser instalado nos navios em construção.

OBRAS MILITARES

Prosseguiu o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na execução do Plano Geral de Reparos dos navios da Esquadra. Foi concluída a construção, ali, de duas chatas-tanque, sem propulsão, para transporte de óleo combustível, destinadas ao Centro de Contrôle de Estoque de Material Comum. Foi ainda terminada a construção da barca de óleo *Anita Garibaldi* e da de água *Itapura*.

Com relação a depósitos, foram construídos novos tanques de gasolina e de óleo combustível, sendo que se acha prestes a ser concluída a construção de um tanque de óleo combustível na Ilha Rita, São Francisco do Sul, com capacidade de 1 000 toneladas. Na Ilha do Governador, concluem-se dois reservatórios para óleo combustível com capacidade, cada um, de 16 000 toneladas. Foi, ainda, reparado o navio-tanque *Gastão Moutinho*, que já está prestando serviço de transporte de óleo na região amazônica.

OBRAS E SERVIÇOS CIVIS

Razoáveis recursos financeiros foram empregados na construção de bases navais, tendo em vista assegurar, no litoral norte, nordeste e leste, o imprescindível apoio logístico às Fôrças Navais Brasileiras.

Dentre as bases em construção, a de Val-de-Cães, no Pará, está em vias de ser ultimada, com grande benefício para a navegação costeira, oceânica e fluvial na região amazônica.

Teve grande incremento a construção das demais — as de Recife e Natal, e a de Aratu, na Bahia, onde o dique sêco foi aumentado a fim de poder receber unidades do porte do navio-aeródromo *Minas Gerais*.

As obras de atêrro da Marinha na Avenida Brasil, no Distrito Federal, permitiram a recuperação da extensa área alagadiça onde se edificaram o novo Quartel de Marinheiros, com capacidade para mais de 1 000 homens, a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro e o Centro de Instrução e de Adestramento Aero-Naval.

Prosseguiram em ritmo normal as obras de construção das novas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, devendo ser brevemente inauguradas as de Maceió e Vitória. Tiveram, também, satisfatório andamento as obras do Centro de Instrução de Paranaguá.

Destaque-se, ainda, o relevante acontecimento que foi o término da construção da Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, há pouco inaugurada. Êsse estabelecimento — com capacidade para preparar o pessoal necessário aos efetivos de oficiais dos navios mercantes nacionais em serviço — vem atender às necessidades resultantes do aumento da frota mercante nacional, com a incorporação das novas unidades já encomendadas pela Frota Nacional de Petroleiros e por outras companhias nacionais de navegação.

Ampliou-se o estaleiro de Florianópolis, para construção de embarcações miúdas, aumentando-se-lhe grandemente a capacidade de produção. Planeja-se o início das obras do Centro de Adestramento Aero-Naval, em São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio, e terminaram-se as de construção de novas delegacias e agências de Capitanias de Portos, em várias localidades.

No setor das pesquisas científicas e como contribuição da Marinha às atividades do Ano Geofísico Internacional, salienta-se o fato de ter sido instalada, em Natal, uma estação

para sondagens ionosféricas. Mencionem-se, ainda, a montagem, na Ilha da Trindade, de estações meteorológicas completas e estações de rádio-sondagem, e a atividade do navio-escola *Almirante Saldanha*, que efetuou pesquisas oceanográficas em sessenta e quatro estações situadas no Atlântico Sul.

Trabalhos de levantamento, no campo da Hidrografia e da Navegação, permitiram a publicação de muitas novas cartas náuticas de nosso litoral e a reedição de outras.

No que toca à Sinalização Náutica, registre-se a instalação de radiofaróis em Ponta do Céu, no Amapá, São Tomé, no Estado do Rio, e na Ilha da Moela, no Estado de São Paulo.

VIGILANCIA DO LITORAL

Foram destacadas para os diversos distritos navais as dez corvetas da classe *Imperial Marinheiro*, que, além de contribuirem eficazmente para as tarefas do Socorro Marítimo — que contava apenas com os rebocadores *Triunfo*, *Tridente* e *Tritão* — asseguram melhor vigilância ao longo do litoral. A alguns dêsses navios se atribuiu o levantamento das condições existentes nas colônias de pesca, a fim de orientar a assistência moral e material aos que se consagram a êsse mister.

INSTRUÇAO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL

O Plano de Ensino vem sendo fielmente executado, com elevação bastante apreciável no nível de preparo técnico-profissional do pessoal subalterno da Armada, graças ao trabalho eficiente desenvolvido no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, localizado na Ilha das Enxadas, Centro de Instrução Almirante Tamandaré, localizado em Natal, Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão e outros estabelecimentos de ensino da Marinha. O mesmo pode dizer-se em relação ao preparo de novos grumetes anualmente incorporados ao Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, e procedentes das Escolas de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Santa Catarina.

A formação de especialistas, nos ramos de convés e máquinas, foi levada a cabo após a devida seleção psicotécnica, conforme as especialidades.

O aperfeiçoamento de sargentos vem sendo feito em cursos regulares nos estabelecimentos acima referidos, após aprovação dos candidatos em exames de seleção. Foram designados suboficiais, sargentos e praças dos diversos corpos e quadros para fazerem cursos em estabelecimento de ensino da Marinha Americana. Para aprimoramento dos conhecimentos adquiridos pelos Guardas-Marinhas, que terminaram o curso da Escola Naval, foi realizada uma viagem de instrução pelo navio-escola *Duque de Caxias* em águas estrangeiras e nacionais.

Quanto à formação de oficiais, funcionaram os estabelecimentos de ensino : Colégio Naval, com 347 alunos; Escola Naval, com 548 Aspirantes, e o Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha, com 212 alunos.

Os cursos de especialização para oficiais foram os seguintes : Armamento, Eletrônica e Comunicações, que funcionaram no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; Hidrografia e Navegação, na Diretoria de Hidrografia e Navegação; Observador Aero-Naval, no Centro de Instrução e Adestramento Aero-Naval; Máquinas, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Submarinos, na Base Almirante Castro e Silva.

Foram designados oficiais para fazer cursos de Engenharia e outras especialidades, em Universidades norte-americanas e em estabelecimentos de ensino da Marinha daquele país amigo. Também se designaram oficiais superiores para freqüentar cursos regulares da Escola Superior de Guerra.

Especial atenção vem sendo dada ao preparo de pessoal no setor da energia nuclear aplicada às atividades navais. Para isto, alguns oficiais cursam atualmente Universidades norte-americanas dedicadas a êsses estudos, conforme entendimentos havidos com o Conselho Nacional de Pesquisas.

Na Escola de Guerra Naval tiveram prosseguimento regular os cursos : Básico de Comando, Comando e Estado-Maior, Superior de Comando e Especiais de Serviço. Foi iniciado o curso de Engenharia de Construção Naval na Universidade de São Paulo.

o primeiro a ser realizado na América do Sul, como decorrência do Convênio firmado em 1956, entre a Marinha e aquela Universidade.

ADESTRAMENTO DO PESSOAL

O adestramento dos oficiais e do pessoal subalterno da Armada processou-se de acôrdo com o Plano Geral elaborado pelo Estado-Maior da Armada, através de exercícios da Esquadra e treinamento em equipamentos, os mais variados, no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão. Para isto foram organizadas durante o ano diversas fôrças-tarefa, com os navios da Esquadra.

No Centro de Instrução, no Centro de Recrutas e na Linha de Tiro do Corpo de Fuzileiros Navais, muito se diligenciou pelo crescente aperfeiçoamento do preparo técnico-profissional do pessoal, tendo em vista igualmente o aumento progressivo dos efetivos, já previsto na Lei de Fixação de Fôrças.

Aeronáutica

A Fôrça Aérea Brasileira, a mais nova das nossas armas, conta já um acervo de altas realizações, não só como órgão da segurança nacional, em sua esfera específica de ação, mas também como instrumento de integração das várias regiões do País e fator de progresso em áreas a que não tem sido possível estender a rêde de comunicação e transportes terrestres e marítimos.

No desempenho dessa complexa missão, a Fôrça Aérea Brasileira realizou importantes tarefas no ano de 1957, dando, assim, plena execução ao seu Plano de Desenvolvimento, no que concerne à organização, ao pessoal, ao material, ao adestramento e à infra-estrutura. Procurou-se, principalmente, estabelecer condições que permitam à Fôrça Aérea evoluir da organização territorial para a funcional. Além disto, organizaram-se as unidades que se faziam necessárias ao perfeito funcionamento daquela arma, como: o Comando Aeronáutico Terrestre e o Comando Aeronáutico Naval, incumbidos da instrução e do adestramento das Unidades Aéreas destinadas ao emprêgo conjunto, respectivamente, com o Exército

e com a Marinha; o 1º Grupo de Aviação Embarcada, tendo como finalidade, de acôrdo com a doutrina vigente, guarnecer navios-aeródromos da Marinha Brasileira; a Base Aérea dos Afonsos, destinada a servir de sede a uma Unidade de Transporte de Tropas, cuja missão principal é assegurar o transporte aéreo das Unidades Aeroterrestres do Exército; o Destacamento de Base Aérea de Brasília, na qual deverá ficar sediada uma Unidade de Transporte Aéreo; um Esquadrão de Busca e Salvamento, sediado na Base Aérea de São Paulo, a ser equipado com os aviões SA-16 e helicópteros H-19, recentemente adquiridos.

Dedicará a F.A.B., em 1958, o melhor de seus esforços para constituir as unidades acima mencionadas e assegurar-lhes o perfeito funcionamento, bem como organizar pelo menos mais uma Esquadrilha de Ligação e Observação para cooperar com o Exército.

No setor de pessoal, a reestruturação dos Quadros de Oficiais permitiu à F.A.B. resolver o problema da falta de oficiais superiores. Permanecendo ainda insuficiente o número de oficiais subalternos — tenentes — incentivou-se o recrutamento para suas Escolas de Formação e procura-se criar maior número de Escolas Preparatórias ou de Colégios de Aeronáutica.

Estuda-se, também, mais ampla e melhor formação de pessoal subalterno — sargentos — através do desdobramento da Escola de Especialistas de Aeronáutica, cuja capacidade já atingiu o limite. Cumpre, ainda, salientar que a atual Lei de Fixação de Fôrças já não atende às necessidades da F.A.B., cuja natural expansão vem exigindo maiores efetivos.

No que diz respeito a material, teve prosseguimento o programa de reaparelhamento das Unidades Aéreas, iniciado em 1956. Graças a providências oportunamente tomadas, foram recebidos: em sua totalidade, os aviões B-26, destinados à formação de pilotos de bimotor; 4 aviões a jacto T-33; 1 avião turbo-hélice Vickers Viscount; 5 aviões Beechcraft Super 18; 50 aviões de adestramento T-6 e 13 aviões F-80 de caça a jacto.

No correr de 1958, serão recebidos: um avião Vickers Viscount; 14 aviões SA-16; 4 helicópteros H-19 de busca e sal-

vamento de equipagens; 14 aviões de patrulha P2V-5 e 13 aviões F-80 de caça a jacto.

Prosseguem os estudos para aquisição do material necessário à unidade que vai guarnecer o NAe *Minas Gerais*, ao término dos trabalhos de sua modernização.

A renovação do material empregado nas linhas do Correio Aéreo Nacional também se faz necessária. Para isto, estuda-se a possibilidade de serem produzidos no País os tipos de aviões de transporte de que a F.A.B. carece.

No que concerne ao adestramento, tomaram-se as medidas necessárias a atualizar e melhorar os programas estabelecidos, tornando-os compatíveis com o material adquirido. Foram enviados, aos Estados Unidos, Oficiais e Sargentos, a fim de realizar cursos de aperfeiçoamento ainda não existentes no País.

Merece especial destaque a amplitude que tiveram, em 1957, os exercícios de cooperação com o Exército e com a Marinha. Apesar das dificuldades momentâneas de que se ressente, na fase de renovação de seu material aéreo, a F.A.B. atendeu, com prontidão e eficiência, segundo a doutrina estabelecida pelo E.M.F.A., todos os pedidos de cooperação feitos pelas outras duas Fôrças Armadas.

No que se refere à infra-estrutura, estão sendo revistos e atualizados os planos diretores para construção e ampliação de Bases Aéreas necessárias à F.A.B. A recuperação e aumento de pistas de pouso, também utilizadas pela Aviação Civil, foram iniciados. O serviço de proteção ao vôo vem sendo dotado dos recursos indispensáveis à operação dos novos materiais, especialmente dos aviões a jacto.

INDÚSTRIA AERONÁUTICA MILITAR E CIVIL

Dificuldades na importação de material essencial levaram a Aeronáutica a empreender esforços para incrementar sua produção no País. A fim de acelerar o desenvolvimento da nossa indústria de material aeronáutico, cogita o Govêrno de estabelecer um Grupo

de Trabalho, análogo ao criado para implantação da indústria automobilística no País.

Até que possam ser tomadas medidas de caráter mais amplo, vem a Aeronáutica, com os seus próprios meios, procurando incentivar a indústria de material aeronáutico, seja orientando firmas nacionais na fabricação de pequenos aviões, seja fomentando o desenvolvimento, no País, da fabricação de matérias-primas e sobressalentes utilizáveis na indústria aeronáutica. Têm tido prosseguimento, assim, os planos relativos à fabricação nacional de aços especiais, ligas de alumínio e outros. Procura a Aeronáutica, igualmente, incrementar a fabricação de material bélico, pelas firmas do ramo existentes no País. Processam-se atualmente entendimentos para que, em 1958, sejam construídos no Brasil foguetes do tipo 2.25 SCAR e 20 mm para canhões.

OBRAS MILITARES

Quanto a construções e instalações, as atividades da Aeronáutica, em 1957, limitaram-se, no geral, ao prosseguimento de obras em andamento e à manutenção e reparo das instalações existentes. Ampliaram-se as instalações das escolas de formação do pessoal militar; remodelaram-se as Bases previstas para receber os aviões recém-adquiridos; melhoraram-se as instalações hospitalares; e prosseguiu-se na construção de vilas residenciais, para militares e funcionários civis.

OBRAS E SERVIÇOS CIVIS

Neste setor, o programa executado consistiu em concluir as obras iniciadas em exercícios anteriores e executar as que mais se fizessem necessárias no momento. Cuidou-se da manutenção e reparação das instalações de infra-estrutura bem como da melhoria das condições dos aeroportos, principalmente pela ampliação e pavimentação de pistas, construção de estações de passageiros e de instalações destinadas à proteção ao vôo. Destacaram-se, sobremodo, as realizações no terreno da Educação e Saúde, fazendo-se-lhes referência nos capítulos próprios desta Mensagem.

AERONAUTICA CIVIL

As atividades da Aviação Comercial processaram-se em ritmo de crescente intensidade, amparadas e estimuladas pelas medidas que emanaram dos órgãos próprios do Govêrno. Cabe salientar, com especial destaque, a repercussão sôbre o transporte aéreo comercial, da Lei nº 3 039, destinada a propiciar às emprêsas os meios necessários à renovação do seu equipamento. Essa medida correspondeu, plenamente, aos objetivos previstos, devendo produzir ainda maior benefício em 1958, com a entrada, em operação, de equipamentos novos e modernos.

As emprêsas nacionais transportaram, em 1957, 3 992 000 passageiros, sendo 3 887 000 no tráfego doméstico e 107 000 nas linhas internacionais. A quilometragem total voada foi de 146 milhões de quilômetros, sendo 133 milhões no tráfego doméstico e 13 no internacional. No transporte de carga, verificou-se o total de 80 740 toneladas, sendo 78 750 nas linhas domésticas e 1 990 nos serviços internacionais. Finalmente, o transporte de malas postais alcançou o total de 2 680 toneladas, sendo 1 870 no tráfego doméstico e 810 no internacional.

Verificou-se no tocante à quilometragem voada, um aumento de 8% sôbre 1956, sendo de 36% o acréscimo registrado na quilometragem do tráfego internacional de bandeira brasileira. No transporte de passageiros, verificou-se um acréscimo de 15% sôbre 1956, nas linhas domésticas, e de 11%, nas linhas internacionais.

AERONAVES E AERONAUTAS

No ano de 1957 o Registro Aeronáutico Brasileiro assinalou um aumento de 39 aeronaves, sendo 19 comerciais e 20 de turismo.

Tanto nas emprêsas de transporte aéreo regular como nas companhias de taxi-aéreo, espera-se, no corrente ano, maior aumento do número de aviões, em virtude da contribuição financeira instituída pela Lei nº 3 039, de 20-12-956, cujos resultados, como já foi dito, se farão sentir em sua plenitude, a partir de 1958. No setor pessoal, assinalou-se a habilitação de 1 636 novos

profissionais, representando êste número cêrca de 12% sôbre o total existente até dezembro de 1956. Dêstes profissionais, a categoria onde se verificou maior número de habilitações foi a dos pilotos privados, com 782, ou sejam 48% do total do ano.

LINHAS INTERNACIONAIS

No decorrer do ano, as linhas internacionais brasileiras aumentaram seus serviços, com a utilização de aeronaves dos tipos mais modernos, o que lhes permitiu enfrentar satisfatòriamente a competição das linhas estrangeiras. A capacidade de transporte oferecida pelas emprêsas brasileiras ainda é inferior ao tráfego originado no Brasil, mas é apreciável a economia de divisas que, em conseqüência, se registra em nosso orçamento cambial.

O Govêrno tem incentivado e apoiado a política de renovação do equipamento das emprêsas brasileiras, dentro da orientação da Lei nº 2 686, de 19-12-955, que prorrogou e aumentou o subvencionamento das suas linhas internacionais, e da já mencionada Lei nº 3 039, de 20-12-956, que lhes concedeu contribuição financeira para reequipamento. E, no intuito de habilitá-las a fazer face à introdução das aeronaves a jacto nas linhas internacionais, a partir de 1959, o Govêrno tem concedido, de acôrdo com as leis vigentes, prioridades cambiais e garantia do Tesouro Nacional para aquisição de aeronaves dêsse tipo.

A expansão das linhas internacionais das emprêsas brasileiras é imperativo de ordem econômica, visando a reduzir, tanto quanto possível, a evasão de divisas, dado o considerável potencial de tráfego que o Brasil oferece. Por outro lado, essa expansão assegura ao País a manutenção dos serviços de transportes aéreos essenciais à sua atividade, na eventualidade de um conflito internacional, além de proporcionar, às nossas emprêsas, o adestramento de suas tripulações e o aperfeiçoamento dos seus serviços de manutenção, no mais elevado nível profissional e técnico.

AVIAÇAO DESPORTIVA

Na aviação de esporte e de turismo manteve-se, em 1957, o ritmo de atividade que se vinha observando anteriormente, assinalando-se maior incremento na prática do aeromodelismo. Existem, ao todo, 425 aeroclubes, mantendo 285 cursos diversos.

Em organizações particulares, fora dos aeroclubes, existem 39 cursos. São, pois, ao todo, 308 os diversos cursos de aviação civil em funcionamento, além dos 16 departamentos de aeromodelismo. O reequipamento da aviação de esporte e de turismo é um dos problemas que estão a reclamar urgentes medidas do Govêrno. Interrompido, desde 1953, o fornecimento de aviões aos aeroclubes, é indispensável que o Poder Público volte novamente suas atenções para êste problema, a fim de que não paralisem as suas atividades. A frota dos aeroclubes vem sofrendo baixas sucessivas, seja em virtude de acidentes com perda do material, seja em conseqüência do próprio desgaste das aeronaves. Torna-se necessário, pois, retomar a politica de fornecimento de aviões aos aeroclubes.

FORMAÇAO DE PESSOAL ESPECIALIZADO

Relativamente à formação de pilotos, instrutores, pára-quedistas etc., foram 1 576 os habilitados em 1957, o que representa um aumento de 6,8% sôbre o total existente até o fim de 1956. Os maiores acréscimos verificados sôbre êsse total se observam nas categorias de pilôto de planador, com 16%, pilôto de linha aérea, com 11%, mecânico de manutenção, com 11 %, e aeromoço, com 10%.

CAPITULO III

ORDEM PÚBLICA

O crescimento demográfico e a industrialização do País, concentrando populações em áreas urbanas, vêm criar aspectos novos aos problemas da ordem pública. Aos desajustados das ci-

dades acrescentam-se elementos provindos do campo, não preparados para as ocupações que lhes devem garantir a subsistência. Òbviamente, êsses deslocamentos agravam as dificuldades que assoberbam os órgãos encarregados de manter a segurança e a ordem pública.

Em muitos casos, a delinqüência deixou de ser questão puramente de polícia, para se transformar em problema de educação e assistência social. Consciente dessa realidade, o Govêrno se tem esforçado para ampliar as oportunidades de aprendizagem profissional, neutralizando os fatôres de desajustamento, que são o ócio, o desemprêgo e o desamparo econômico. Concomitantemente, desenvolve o Govêrno firme política econômica, procurando combater as causas de efervescência social, propícias à criminalidade e à difusão das idéias subversivas.

Em seus diversos aspectos, as atividades policiais se destinaram a prevenir e reprimir os delitos contra a vida, a propriedade, a economia popular e, bem assim, a combater o comércio e uso de entorpecentes, o lenocínio e os atentados contra os costumes, e os crimes contra a ordem política e social.

Entre os fatôres que, de modo decisivo, contribuem para o aumento da criminalidade, ressaltam os três seguintes, que exigem atento exame dos legisladores: o dos menores abandonados; a não obrigatoriedade do trabalho para todos os delinqüentes inclusive os ainda não sentenciados; a impunidade resultante da lentidão com que são processados e julgados os criminosos. Sem a solução dessas importantes questões, não haverá organização policial capacitada para exercer plenamente sua missão de defesa da coletividade.

Outro entrave que tem prejudicado a repressão do crime é a inexistência de presídios, em número e em instalações adequados. Em vários pontos do País, inclusive na Capital Federal, a lotação dos estabelecimentos foi excedida, forçando a permanência de criminosos, processados e sentenciados, em cubículos dos distritos policiais. Nessas condições, são prejudicadas certas providências indispensáveis à prevenção do crime, pois a permanente lotação dos xadrêzes distritais reduz as possibilidades de segregar os marginais detidos para sindicância.

Embora a ordem pública se tenha mantido inalterada, em 1957, e tôdas as atividades se tenham exercido tranqüilamente, não é possível ignorar o incremento atingido pela criminalidade no País. E' forçoso reconhecer que a organização policial vigente não corresponde à magnitude do problema, pois suas características estruturais impedem o desenvolvimento uniforme, em âmbito nacional, das atividades preventivas e repressivas. Circunscrita a bases locais, a organização da Polícia não lhe permite converter-se no eficiente mecanismo de segurança de que há mister.

Dada a gravidade da situação na Capital Federal, o Govêrno providenciou recursos para montagem de um presídio anexo à Penitenciária. A par dessa medida, prepara-se o Govêrno para executar os dispositivos do novo Código Penitenciário, planejando normas gerais de internamento, ocupação e recuperação dos condenados.

Também dificulta a ação da Polícia a notória precariedade de suas instalações em todo o País. Essa deficiência é sobremodo flagrante na Capital Federal, onde as atividades funcionais são exercidas em ambiente inadequado ao volume dos serviços. As delegacias distritais funcionam em imóveis acanhados e de locação onerosa para o erário público, sendo a própria sede do organismo policial incapaz de abrigar todos os setores de trabalho. Todavia, inauguraram-se, em 1957, duas sedes distritais, além de instalações para repressão à falsa mendicância e socorro aos desamparados. Como importante medida para solucionar, em alguns setores, o problema das instalações policiais da Capital da República, o Congresso Nacional concedeu um crédito de Cr$ 30 milhões para ampliação do Presídio, e construção de sede própria para o Instituto Félix Pacheco.

Também os quadros de pessoal se ressentem de uma reforma em profundidade e extensão, especialmente nos setores dedicados ao policiamento ostensivo. Com a redução dos efetivos das corporações uniformizadas, suas disponibilidades estão muito aquém das exigências da vigilância e da repressão. Êsse desfalque de pessoal se verifica especialmente na Polícia Especial e na Guarda-Civil.

Do mesmo modo, o desenvolvimento da Polícia Judiciária está a reclamar o aumento das escrivanias policiais. Para preencher essas lacunas, o Govêrno submeteu ao Congresso Nacional anteprojetos de lei, aumentando as carreiras de escrivão e de guarda-civil.

No que concerne à assistência ao menor, foi iniciada a execução de campanha de grande envergadura, tendo sua primeira etapa consistido no reaparelhamento do órgão encarregado de atender ao problema em âmbito nacional. Elaborado em obediência às mais recentes conquistas técnicas assistenciais e da psicopedagogia, o novo regimento dêsse órgão tornará possível integrar gradativamente na coletividade os menores desamparados.

Com a nova organização adotada, o Govêrno procurou aparelhar-se para racionalizar a triagem dos menores recolhidos, visando, especialmente, a recuperá-los no próprio lar, ou em lares substitutos. Subsidiàriamente, está sendo aperfeiçoado o entrosamento dos órgãos assistenciais correlatos, objetivando propiciar a educação dos menores que necessitarem de internamento, em estabelecimentos adequados, sobretudo de formação profissional.

Como realizações concretas, duas escolas foram integradas na rêde de estabelecimentos oficiais especializados: o Instituto Padre Severino, com capacidade para 80 menores, e a Escola Granja, que, uma vez dotada do pessoal técnico indispensável, se tornará a primeira iniciativa destinada à recuperação de menores excepcionais de mais de 12 anos. Em complemento ao sistema hospitalar, foram construídos nesta Capital um amplo pavilhão de isolamento para menores portadores de moléstias infecto-contagiosas, e uma creche para crianças até 2 anos, que serão administrados por uma congregação religiosa, e orientados tècnicamente pelo serviço médico especializado do Hospital Central do S.A.M.

Muito importará, para o pleno rendimento dêsse esfôrço, a aprovação, pelo Congresso Nacional, do novo Código de Menores, e da reforma da lei básica do Serviço de Assistência aos Menores.

PARTE TERCEIRA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CAPITULO I

EVOLUÇAO DA ECONOMIA NACIONAL EM 1957

Evolução do Produto Real

Na base das informações preliminares do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o Produto Nacional bruto em 1957 acusou um crescimento, em têrmos reais, de 5,7%, em relação a 1956, o que significa, *per capita*, taxa de crescimento de 3,3%. Em 1956 o produto real havia crescido de 3%, ou seja, 0,6% *per capita*.

Esse aumento significativo deve-se, em grande parte, ao considerável crescimento do produto real na agricultura, que entre 1956 e 1957 aumentou de 12,7 %, enquanto que o crescimento do setor industrial foi de 3,5 % em confronto com 7,5 entre 1955 e 1956. Essa taxa de crescimento do produto industrial como um todo foi influenciada pelas indústrias de bens de consumo, cuja produção em têrmos reais cresceu em ritmo inferior ao de 1956. Já a produção das indústrias de bens de capital, e básicas e extrativas continuou a crescer a uma taxa elevada, sendo que na indústria petrolífera o crescimento foi de 500 %.

A diminuição observada na taxa de crescimento da produção de bens manufaturados de consumo, em 1957, é coerente com o aumento verificado na taxa de inversão.

A referida diminuição decorreu da tendência no mesmo sentido, registrada no nível da renda disponível, para o que contribuiu o aumento da tributação do consumo, que, por sua vez, forneceu ao Govêrno recursos complementares para financiar o assinalado incremento dos investimentos.

Certos setores da produção industrial de bens de consumo, que se encontravam próximos ao limite de saturação do mercado,

viram sua ulterior expansão cerceada pela relativa estabilização da demanda de seus produtos.

A diminuição no ritmo de crescimento da produção de bens de consumo é o primeiro impacto da política de desenvolvimento. Não permite esta, inicialmente, que o consumo cresça tão rápido quanto a renda, pois, se isto acontecesse, não seria possível a formação de poupanças — em volume condizente com as necessidades do desenvolvimento econômico — dado o nível de renda *per capita* extremamente baixo do País.

Investimentos

A taxa de investimento da economia brasileira, ou seja, a participação das inversões no Produto Nacional bruto foi, segundo dados preliminares de janeiro de 1958, da ordem de 17,8 % em 1957, contra 14,2 % em 1956.

Os gastos das emprêsas em capital fixo foram, em 1957, cêrca de 25 % maiores do que em 1956, o que mostra a intensidade do esfôrço de formação de capital.

De um total de investimentos da ordem de Cr$ 167,4 bilhões em 1957, 87,5 %, ou sejam Cr$ 146,8 bilhões, foram financiados com recursos do País, contra um esfôrço de 84,4 % por parte da economia nacional, em 1956.

Renda Nacional

O aumento da renda nacional, segundo dados preliminares, em têrmos monetários, foi, entre 1956 e 1957, da ordem de 17,5 %. Pouco se alterou a participação dos setores produtivos na formação de renda, representando a agricultura 28,8 % quando, em 1956, sua quota havia sido de 26,5%.

A remuneração do trabalho, que em 1955 representou 62,7 % da renda do setor não agrícola, e passou em 1956 a representar 65 %, teve sua posição estabilizada em 1957.

Se cotejarmos o aumento nominal da renda nacional — ou seja o da remuneração aos fatôres de produção — com o aumento do produto real — isto é, o conjunto de bens e serviços produzidos

no País — notamos que, para um aumento dêste último, da ordem de 5,7 % em 1957, os fatôres de produção tiveram sua renda acrescida em 17,5 %. Isto significa que a evolução média dos preços — expressa, grosso modo, pela diferença entre essas duas percentagens — foi sensivelmente menor em 1957 do que em 1956, quando, para um aumento de 3 % no produto real, a remuneração dos fatôres de produção acusou aumento de 25 %.

Custo de Vida

Durante 1957 o índice do custo de vida no Distrito Federal cresceu 10,1 %, contra 20,8 % em 1956, 18,6 % em 1955 e 24,4 % em 1954 — segundo dados da Fundação Getúlio Vargas.

Na cidade de São Paulo, o índice acusa um crescimento de 12 % em 1957, contra 26,2 % em 1956, 18,4 % em 1955 e 22,6 % em 1954 — segundo apuração estatística da Prefeitura daquela cidade.

O índice de preços no atacado, exclusive café, revela um incremento de 4.4% em 1957, contra 25,8% em 1956, 16,3% em 1955 e 22,0 % em 1954.

Notou-se, portanto, no decorrer de 1957, acentuada diminuição no ritmo de evolução dos preços, o que reflete, sem dúvida alguma, os efeitos da política antiinflacionária do Govêrno.

CAPÍTULO II

POLÍTICA ECONÔMICA: ASPECTOS GERAIS

Na Mensagem enviada ao Congresso Nacional a 15 de março de 1957, tivemos ocasião de assinalar que, em linhas amplas, a política econômica do Govêrno se orientava para duas direções fundamentais: concentrar investimentos em setores básicos da economia nacional e, paralelamente, exercer uma gestão antiinflacionária, no campo monetário e fiscal.

As pressões inflacionárias e a perspectiva de consideráveis dificuldades no Balanço de Pagamentos — problemas graves cuja

solução dependeria, em parte, de fatôres externos — reclamavam enérgicas providências da Administração, ao iniciar-se o qüinqüênio presidencial. Apesar dos obstáculos e dificuldades de vária ordem, que tal situação lhe criava, conseguiu o Govêrno, conforme se verá, empenhar-se ativamente em seu programa de metas, ao mesmo passo que reduzia o ritmo ascensional dos preços.

Desenvolvimento Econômico

No correr de 1957, adiantou o Govêrno, consideràvelmente, a primeira fase do programa de metas. Pode-se afirmar que essa fase — análise técnica e econômica, formulação concreta dos objetivos e ultimação de projetos técnicos — foi em grande parte encerrada, no que se refere aos objetivos a atingir até 1961. Concomitantemente, prosseguia, com segurança e segundo o ritmo previsto, a fase de franca execução do programa estabelecido.

Êsse programa, atualizado à medida em que avançam os estudos de pormenores e a execução dos projetos específicos nêle compreendidos, vai sendo também ampliado, sempre que há possibilidade de estender, a outros setores, a técnica de planejamento adotada para o conjunto ou que o melhor conhecimento das condições reais de cada uma das metas e a disponibilidade de recursos públicos ou privados permitam aquela ampliação.

Ao completar-se o segundo ano do Govêrno, o programa de metas — agora devidamente equacionado, tanto em sua estrutura como nos seus objetivos específicos — já apresenta vários projetos concluídos e a maior parte dêles em franca execução.

Em sua essência, tal programa consiste em objetivos de produção bem definidos, na maior parte estritamente quantificados, a ser alcançados ainda no atual Govêrno.

Aos projetos previstos acrescentaram-se outros, de execução mais demorada, que devam ser ultimados em qüinqüênio posterior, a fim de que não haja solução de continuidade no desenvolvimento da nossa economia.

Na verdade, à medida que avança a execução do programa, patenteia-se a conveniência de se lhe dar caráter de planejamento progressivo, que, a cada etapa, estabeleça projetos a ser concluídos 5 a 10 anos depois. É o que ocorre em relação à meta de energia elétrica: cêrca de 40% dos investimentos a cargo do atual Govêrno destinam-se a projetos cuja inauguração se verificará de 1961 a 1965.

No campo interno, boa parte do programa de metas representa uma tentativa de coordenar e sistematizar investimentos que, ordinàriamente, vinham sendo feitos, de maneira onerosa e improdutiva, através do mecanismo orçamentário. Assim, a fixação de metas não aumenta os encargos existentes, antes os diminui, pela concentração de recursos e economias. Na maior parte dos casos, porém, as metas pressupõem um esfôrço de investimentos superior aos níveis anteriores. Para conseguir êsse aumento de investimentos, sem sacrificar as despesas governamentais correntes, foi mister apelar para novos recursos de origem tributária, que representam transferências de setores menos prioritários — inclusive consumo e inversões imobiliárias especulativas — para aplicações mais produtivas e urgentes.

Observe-se que os recursos nacionais investidos no programa de metas, conquanto vultosos, representam apenas 2,2%, 3,9%, 6%, 5,4%, 4,3% e 3,7% do produto nacional a preços correntes, nos anos que vão de 1956 a 1961 — segundo estimativas feitas com base na tendência observada desde 1953. Possìvelmente, essa percentagem será ainda menor, se fatôres externos não perturbarem o ritmo de crescimento que a nossa economia alcançou em 1957.

A formação bruta anual de capitais, prevista, representa 15 a 30% do índice de poupança verificado em 1957, o que evidencia não redundar o programa de metas em sacrifício desarrazoado para a Nação.

Como medida de prudência, a estimativa da parcela de desembôlso efetivo, a realizar-se em moedas estrangeiras, durante o qüinqüênio 1957-1961, limitou-se ao equivalente a US$ 1,3

bilhões, representando 17% da receita cambial previsivel para o mesmo período.

Por maior que fôsse o sacrifício, tornava-se imperioso fazê-lo, pois, diante dos esforços que se impuseram outros povos democráticos, o nosso não é dos mais penosos.

O programa brasileiro não visa ao engrandecimento do Estado em si mesmo, mas à criação de riquezas e de condições de prosperidade. E a verdade é que, com a execução do programa de metas, estamos produzindo bens em quantidade que jamais poderíamos obter, por intermédio de importações correntes.

Sòmente cinco das indústrias de base — siderurgia, alumínio, veículos automóveis, álcalis, celulose e papéis de imprensa e de impressão — proporcionarão, até 1961, produção total cujo equivalente em dólares, deduzidos os gastos em moeda estrangeira que os referidos empreendimentos determinarão no período, corresponderia a US$ 556 milhões.

A meta de energia elétrica, precisamente a mais dispendiosa em têrmos de moeda estrangeira, economizará, com a produção energética resultante, o equivalente a uma importação efetiva de combustíveis estimada em 80 milhões de dólares, em números redondos, além de trazer outras vantagens óbvias que a tornariam, por si mesma, absolutamente imperativa.

O Conselho do Desenvolvimento concluiu, em 1957, além dos trabalhos específicos de quase tôdas as metas, a primeira fase da sistematização e crítica dos totais de investimentos em moeda nacional e estrangeira, tarefa inicial para coordenação do progresso da execução. Êste trabalho de ajustamento dos aspectos globais do programa só pôde completar-se na medida em que tomou forma legal, graças à cooperação do Legislativo, a maior parte das medidas fundamentais ao levantamento dos recursos.

O Conselho do Desenvolvimento está ultimando a publicação de minuciosos relatórios em que o programa das metas é devidamente exposto, nos seus pormenores técnico-econômicos.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nos dois anos da presente Administração, o B.N.D.E. elevou os seus financiamentos, nos setores essenciais, em 50%, com relação a todo o período anterior, havendo a média de 1956 e 1957 atingido nível 2,5 vêzes superior ao do ano de 1955.

A análise das disponibilidades do B.N.D.E. demonstra que, se forem atribuídos, no período de 1957 a 1961, 80 % dos seus recursos ao programa de metas — percentagem bem menor do que a de 98,5% até agora verificada — haverá, para financiamento das mesmas, uma disponibilidade de cruzeiros ligeiramente superior à demanda prevista, de 41 347 milhões de cruzeiros. Essa disponibilidade se distribuirá, no tempo, conforme mostra o quadro a seguir:

	Cr$ milhões
Recursos próprios líquidos	43 876
Recursos especiais	11 364
Capacidade geral de aplicação	55 240
Disponível para as metas (80 %).....	44 192
Disponível para outros programas (20%)	11 048

Conforme se verifica da estimativa de recursos do B.N.D.E., são particularmente satisfatórias as perspectivas do principal agente de financiamentos de longo prazo para a execução do programa das metas, podendo se prever margem substancial de recursos para aplicações prioritárias não incluídas neste programa.

Para se ter idéia do papel que vem desempenhando o B.N.D.E. no financiamento das metas, apresentamos, a seguir, dados sôbre as operações que realizou até 31 de dezembro de 1957.

FINANCIAMENTOS EM MOEDA NACIONAL
APROVADOS PELO B. N. D. E.

EM CR$ 1 000,00

SETORES	1952-1954	1955	1956	1957
TOTAL	6 376 721	2 755 486	5 677 915	8 295 683
Armazenagem	73 000	—	323 500	276 400
Energia elétrica	765 956	1 342 301	915 717	4 456 740
Ferrovias	4 998 450	1 006 945	3 649 210	997 060
Indústrias básicas	463 315	291 000	758 160	2 301 090
Portos e navegação	—	113 240	31 328	284 393
Transportes diversos ...	76 000	—	—	—

NOTA: Dados até 1956 considerados definitivos.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS EM MOEDA NACIONAL

Através de vários projetos legislativos, alguns já convertidos em lei, outros — como os do Fundo Portuário e do Fundo de Marinha Mercante — ainda pendentes de aprovação, criaram-se novas fontes de recursos tributários ou se ampliaram as existentes, vinculando-as ao programa de metas.

Com a revisão da lei sôbre o impôsto único de combustíveis, tornando *ad valorem* a sua incidência e alargando-lhe a área de aplicação, foi possível garantir à Petrobrás os recursos necessários ao seu programa de trabalho, bem como proporcionar, ao setor rodoviário, os meios de que necessitava, e criar um fundo especial de investimentos para o programa ferroviário. Por outro lado, a legislação que prorrogou a vigência do Fundo de Reaparelhamento Econômico garantiu, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, disponibilidades que, bem aplicadas, têm sido decisivas para a realização de muitas das metas programadas.

Aprovados o Fundo de Marinha Mercante e o Fundo Portuário e revista a legislação de energia elétrica, estabelecer-se-á, quanto a êsses setores, um processo contínuo e adequado para atrair recursos destinados a investimentos.

A negociação do segundo acôrdo de compra de excedentes agrícolas norte-americanos veio oferecer, ao B.N.D.E., cêrca de 7 bilhões de cruzeiros, financiados por 40 anos, que representam a melhor fonte de recursos não inflacionários, para a realização do programa de metas.

Esses recursos adicionais se agregam aos dos orçamentos ordinários da União e dos Estados, sôbre os quais recai, em parte, o financiamento de determinadas metas, sobretudo as referentes a transporte e energia.

Dêsse modo, as fontes de financiamento dos investimentos previstos no programa de metas assim se discriminam :

		% *do total*
a)	Orçamento corrente da União (inclusive fundos vinculados) .	39,7
b)	Orçamento dos Estados (inclusive fundos especiais)	10,4
c)	Financiamentos de entidades públicas (B.N.D.E., Banco do Brasil, etc.)	14,5
d)	Recursos próprios de emprêsas privadas ou de sociedades de economia mista	35,4
	Total	100,0

Dessas fontes, as derivadas de tributos e taxas especiais se apresentam não inflacionárias, por implicarem mera transferência de recursos do setor privado para o setor público da economia. Quanto ao financiamento estritamente orçamentário, evitou-se impor, à receita pública, encargos exagerados, que resultassem em agravação inflacionária de deficits. Requer-se, entretanto, como é óbvio, uma disciplina prioritária de investimentos, não só para impedir desperdício e descoordenação, mas, sobretudo, para permitir a contenção das despesas de custeio, cuja contínua expansão vem sèriamente prejudicando a capacidade de investimento da União e dos Estados.

Os financiamentos de entidades públicas são realizados, em sua maioria, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Eco-

nômico, com recursos de natureza tributária ou resultantes de operações internacionais, como a da compra de excedentes agrícolas, que representam modalidades não inflacionárias de obtenção de recursos.

Os investimentos a cargo do setor privado deverão provir sobretudo da poupança das emprêsas, dos lucros de operação das sociedades de economia mista, e, finalmente, de apêlo ao mercado de títulos. Na medida em que aquêles investimentos representem aplicação de poupanças legítimas, não derivadas de expansão imoderada de crédito, também deixarão de exercer efeito inflacionário.

Os recursos em moeda nacional, oriundos de várias fontes referidas, serão aplicados, em sua maior parte, na compra de bens e serviços produzidos no País, ao passo que uma parcela correspondente a 21% do total se destinará à compra de divisas haunidas na receita cambial corrente, para atender a importações pagas à vista ou, ainda, a encargos de financiamentos vencíveis no período em causa.

Estima-se que o ritmo de investimentos em moeda nacional se distribuirá da seguinte forma, no período 1957-1961:

(Em Cr$ bilhões)

Setores	1957	1958	1959	1960	1961
Energia	16,3	25,2	29,6	31,6	35,3
Transporte	14,8	26,6	24,5	15,7	13,3
Alimentação	1,7	3,2	2,4	2,1	0,1
Indústria de base	6,2	11,6	10,5	9,9	9,0
Educação	—	2,3	2,8	3,3	3,4
Total	39,0	68,9	69,9	62,6	61,1

É de notar-se, entretanto, que a execução de algumas das metas poderá ser retardada, como, por exemplo, as relativas a portos e marinha mercante, se não forem votados prontamente os projetos de lei que instituem o Fundo Portuário e o de Marinha Mercante, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Desmembram-se, a seguir, os investimentos em cruzeiros, conforme a fonte de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS EM MOEDA NACIONAL

(Em Cr$ bilhões)

Setores	Recursos dos Orçamentos Públicos, inclusive Fundos Especiais		Recursos de origem privada ou de emprêsas de economia mista	Financiamentos de entidades públicas	Total dos recursos previstos
	Da União	Dos Estados			
Total	112 994	29 627	100 850	41 347	284 818
Energia	32 801	26 323	48 642	13 060	120 826
Transporte	64 334	300	18 409	11 909	94 952
Alimentação	960	1 194	5 297	2 125	9 576
Indústria de base	2 868	1 810	28 502	14 253	47 433
Educação	12 031	—	—	—	12 031
Percentagem	39,7	10,4	35,4	14,5	100,0

Dos recursos globais de Cr$ 112 994 milhões a serem obtidos, de 1957 a 1961, através do Orçamento da União, cêrca de 55%, ou sejam 61 838 milhões de cruzeiros, provirão de fundos ou dotações legalmente vinculados a determinados setores das metas, conforme se discrimina a seguir:

a) Resultantes de leis em vigor:

	Cr$ milhões
Fundo Rodoviário — Quota da União (Parcela de investimento)	7 997
Fundo de pavimentação — Quota da União	3 611
Fundo Ferroviário — Quota da R.F.F.	7 857
Fundo de substituição de ramais ferroviários	2 730
Fundo Federal de Eletrificação	12 831
Quota da Petrobrás no impôsto sôbre combustíveis	11 000
Subvenções legais às Companhias de Aviação	5 070
Subtotal	51 096

b) Previsto em Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional

Fundo Portuário	5 000
Fundo de Marinha Mercante	5 742
Subtotal	10 742
Total geral	61 838

Dos restantes 51 156 milhões de cruzeiros, a serem aplicados em cinco anos, através do Orçamento Federal, parcelas ponderáveis são vinculadas por lei a programas regionais, como o do Vale do São Francisco, o da Amazônia e o do Polígono das Sêcas.

Êsse esfôrço de investimento através do Orçamento da União é perfeitamente compatível com as disponibilidades previsíveis do Orçamento de Capitais para o qüinqüênio.

Cumpre, porém, evitar a continuação e agravamento dos deficits orçamentários da União, especialmente em conseqüência do

incremento de despesas de custeio e de liberalidade em investimentos não prioritários, fora do programa de metas.

Os recursos a serem aplicados pelos Estados, que se concentram principalmente nas metas de energia e de siderurgia, provêm de fundos especiais vinculados em lei.

Incluem-se, nos recursos privados ou próprios, os saldos de operação da Petrobrás e das taxas de renovação e melhoramentos das ferrovias.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

A obtenção de recursos externos, para atender a cêrca de um têrço dos investimentos globais, no programa de metas, assume grande importância, à vista de nossa limitada capacidade de importar, no momento.

Quer para os seus próprios empreendimentos, quer para auxiliar a iniciativa privada, procurou o Govêrno atuar através das modalidades seguintes: *a*) criação de clima propício a investimentos estrangeiros diretos, mediante uma política de incentivo à implantação de indústrias específicas, de que é exemplo conspícuo a indústria automobilística; *b*) recurso a entidades de crédito no exterior, como o Export-Import Bank e o Banco Internacional; *c*) recurso a financiamentos de entidades oficiais estrangeiras (Istituto Mobiliare Italiano, Assurance Crédit e outros), mediante a abertura de créditos bancários a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ou garantidos por avais dessa instituição; *d*) créditos, a curto e médio prazo, de fornecedores de equipamentos.

Como resultado dessa ação conjunta, vem-se registrando substancial aumento no ingresso de recursos externos, quer por via de financiamento, quer por via de importações sem cobertura cambial, conforme se vê do quadro seguinte :

RECURSOS DO EXTERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OPERAÇÕES REGISTRADAS E EM ESTUDO

(US$ milhões)

SETORES	REGISTRADAS						EM ESTUDO NA SUMOC (5)
	1955		1956		1957		
	Capitais de Empréstimo	Inversões Diretas	Capitais de Empréstimo	Inversões Diretas	Capitais de Empréstimo	Inversões Diretas	
Total geral	*80,2* (1)	*31,3* (2)	*253,1* (3)	*55,7*	*523,1*	*103,2* (4)	*643,9*
Metas	*78,1*	*19,9*	*230,4*	*33,2*	*504,4*	*70,7*	*631,2*
Energia	40,4	—	4,1	—	54,9	—	177,9
Transporte	31,4	0,1	81,0	0,1	146,6	0,8	207,2
Alimentação	—	—	5,0	0,5	42,9	—	3,2
Indústria de Base	6,3	19,8	140,3	32,6	260,0	69,9	242,9
Outros Setores	*2,1*	*11,4*	*22,7*	*22,5*	*18,7*	*37,5*	*12,7*

(1) Não inclui US$ 255,1 milhões de financiamentos anteriores, cujo registro foi regularizado em 1958.
(2) Não inclui US$ 152,1 milhões de inversões diretas de capitais antigos, cujo registro foi regularizado em 1955.
(3) Não inclui US$ 49 milhões de financiamentos anteriores, cujo registro foi regularizado em 1956.
(4) Segundo comunicações recebidas da CACEX até 31-10-57.
(5) Posição em 31-12-1957.

Dos dados acima conclui-se que os financiamentos e investimentos, já registrados na SUMOC no biênio 1956-1957, atingem a um total equivalente a US$ 940,1 milhões em tôdas as moedas, dos quais US$ 838,7 milhões relacionados com o programa de metas. Existiam, ainda, em fins de 1957, pendentes de estudo na SUMOC, cêrca de US$ 649 milhões, dos quais US$ 631 milhões referentes a setores cobertos pelas metas do Govêrno.

Estabilização Monetária

As medidas postas em prática pelo atual Govêrno, com o objetivo de estabilizar a moeda, começaram a produzir resultados significativos em 1957, conforme se depreende da evolução geral dos preços, já analisada em outrà parte desta Mensagem. É de reconhecer-se, contudo, que, por um lado, fatôres de difícil contrôle, por outro, a conveniência de não prejudicar os planos de desenvolvimento econômico, têm retardado a marcha da estabilização.

Uma elevação geral e persistente dos preços só é possível em regime de procura excedente, na maioria dos mercados, porquanto contração generalizada da oferta significa redução dos níveis de produção, renda e emprêgo, e leva à queda dos preços.

O Govêrno tem desenvolvido uma ação positiva no lado da oferta, promovendo o incremento da produtividade nos setores rural e industrial e efetuando investimentos destinados a remover pontos de estrangulamento nos transportes e outros serviços básicos. Cumpre lembrar, todavia, que muitas medidas levadas a efeito só a médio prazo virão contribuir positivamente para o aumento da oferta. Na fase de construção, os empreendimentos programados não concorrem de modo direto para o suprimento de bens de consumo e, por outro lado, redundam em incremento da procura.

Assim, as medidas de estabilização monetária visam essencialmente a impedir uma expansão exagerada da procura, pois é dessa forma que usualmente se geram as pressões inflacionárias.

As três frentes principais onde o Govêrno concentrou seus esforços no combate à inflação foram: as finanças públicas, o crédito ao setor privado e o balanço de pagamentos internacionais.

Com referência às finanças públicas, o Govêrno enfrentou, em 1957, uma ameaça de deficit da ordem de 60 bilhões de cruzeiros, provocada, sobretudo, pelo aumento das despesas de custeio, notadamente de pessoal. Como já se disse, à compressão ampla e imediata das despesas de pessoal, pelo Executivo, opunham-se motivos de ordem legal, e, quanto à alternativa de cortar a fundo nas de investimento, nem só era inaceitável, por prejudicar o desenvolvimento, como também se mostrava em parte impraticável pelas vinculações legais de receitas. Assim, o mais que pôde conseguir-se foi limitar o deficit a 41 bilhões de cruzeiros, e procurar financiá-lo sem recurso excessivo às emissões de papel-moeda, que não atingiram 16 bilhões em 1957, conquanto representassem expansão percentual superior à registrada em 1956.

A Instrução n.º 135 da SUMOC contribuiu decisivamente para induzir os bancos privados a participar do financiamento do deficit público; essa participação foi da ordem de 5 bilhões de cruzeiros em 1957.

No tocante ao contrôle do crédito bancário ao setor privado, o Govêrno dedicou especial atenção ao aspecto seletivo, combatendo as operações especulativas e assegurando o financiamento das atividades básicas; com respeito ao aspecto quantitativo, permitiu apreciável expansão global, em face do maior volume das safras em 1957 e da necessidade de atender a situações especiais surgidas no setor da produção industrial.

As transações correntes com o exterior têm, geralmente, efeito deflacionário no mercado interno, quando registram deficit, e efeito inflacionário, quando registram superavit. Em 1957, o Govêrno decidiu utilizar reservas cambiais acumuladas em 1956 para possibilitar um fluxo mais amplo de importações necessárias não só à manutenção da atividade econômica nacional em alto nível, como à execução dos planos de desenvolvimento. A receita líquida de ágios cambiais foi da ordem de 16 bilhões de cruzeiros em 1957, e possibilitou ao Govêrno dar prosseguimento ao seu plano de defesa dos principais produtos de exportação.

Fator decisivo para o progresso obtido em 1957 no sentido da estabilização geral dos preços foi, inegàvelmente, o menor vulto dos reajustamentos salariais. Por outro lado, a redução paulatina

na elevação dos preços diminuirá as reivindicações de novos aumentos de salários.

A expansão global dos meios de pagamento foi maior em 1957 do que em 1956, tanto em valores absolutos como percentuais. Todavia, a menor pressão dos reajustamentos salariais e o aumento da produção em 1957 possibilitaram a redução do ritmo de elevação geral dos preços.

As perspectivas para 1958 se apresentam mais favoráveis do que no início de 1957, no que respeita à estabilização dos preços, conquanto haja, ainda, problemas sérios a enfrentar. No setor das finanças federais, a ameaça de deficit é da ordem de 45 bilhões de cruzeiros e, por isso, severas medidas de contrôle dos gastos já foram programadas. Quanto ao financiamento não inflacionário do deficit residual, a nova lei sôbre emissão de títulos públicos veio propiciar importante instrumento ao Executivo. Relativamente ao crédito bancário, serão mantidos os contrôles em vigor. Quanto ao setor cambial, o Govêrno tomará as providências aconselháveis no sentido de assegurar a continuidade do fluxo de importações necessário à manutenção da atividade econômica interna em alto nível e à execução dos planos de desenvolvimento. As perspectivas do balanço de pagamentos para 1958 indicam efeito deflacionário sôbre o mercado interno, tanto pelo afluxo de bens ao País como pelo impacto favorável sôbre a caixa das autoridades monetárias.

CAPITULO III

MOEDA E CRÉDITO

Política Monetária e Bancária

Foram mantidos, em 1957, os contrôles estabelecidos em 1956, relativamente ao volume e à seleção do crédito bancário.

No que respeita aos contrôles quantitativos, os instrumentos principais de ação governamental continuaram a ser os que passamos a mencionar. Em primeiro plano, merece destaque a Instrução nº 135, do Conselho da Superintendência da Moeda e

do Crédito, que foi mantida, sem modificações, em 1957, e continuará a sê-lo, enquanto assim o recomendar a conjuntura econômico-financeira do País. Mediante a referida Instrução, baixada em 19-7-56, as percentagens dos depósitos que os bancos devem recolher ao Banco do Brasil, à ordem da SUMOC, foram fixadas nos níveis máximos que a legislação vigente permite às autoridades monetárias exigir: assim, as taxas de recolhimento foram elevadas de 4% para 14% e de 3% para 7%, respectivamente, dos depósitos à vista e dos depósitos a prazo nos bancos. Ficou estabelecido, contudo, que a exigência seria considerada satisfeita desde que os bancos recolhessem 40% do aumento verificado em seus depósitos, relativamente à posição mais alta em fim de mês registrada no primeiro semestre de 1956; concedeu-se, ainda, isenção dêsse recolhimento aos bancos que comprovarem aplicação de 37% do aumento de seus depósitos em empréstimos rurais ou em letras do Tesouro Nacional.

Continuou, assim, a Instrução nº 135 a desempenhar papel importante na reabsorção de parte do aumento de meios de pagamento resultante das emissões de papel-moeda provocadas pelo financiamento do deficit do Tesouro Nacional. Parte dessas emissões vai ter aos bancos, sob forma de depósitos de firmas ou de particulares, fornecendo-lhes recursos para criação de crédito.

Como decorrência lógica dêsse esfôrço governamental no sentido de evitar uma expansão excessiva do crédito, foi determinada a contenção do volume da assistência financeira que as autoridades monetárias dispensam diretamente aos bancos, para que a mesma não constituísse fonte primária de emissão de papel-moeda.

Em verdade, as emissões de papel-moeda, feitas para financiar o Tesouro Nacional através do Banco do Brasil, possibilitaram aos bancos ampliar apreciàvelmente suas operações de crédito, apesar dos recolhimentos determinados pela Instrução n.º 135. Assim, a estabilização do nível da assistência financeira direta das autoridades monetárias aos bancos em 1957 não representou rigor oficial excessivo.

As autoridades monetárias não lançaram mão em 1957, como não o fizeram em 1956, do clássico instrumento de contrôle quantitativo do crédito que é a variação da taxa de redesconto. Tal instrumento perde muito da sua eficácia quando o redesconto deixa de ser a única fonte de suprimento de emissão de papel-moeda ao sistema bancário, e, mais ainda, quando deixa de ser a fonte principal, como vem ocorrendo no Brasil; ademais, não havendo, no País, tradição do emprêgo da variação da taxa de redesconto como instrumento de contrôle monetário, e achando-se arraigada a concepção de que a referida taxa deve ser sempre modesta, para não onerar o custo da produção, as possíveis vantagens de sua elevação não compensariam os imediatos efeitos psicológicos desfavoráveis da medida.

O contrôle dos empréstimos do Banco do Brasil ao público representa elemento básico da política monetária, pela importância da participação direta do referido banco na distribuição do crédito ao setor privado da economia nacional.

O Govêrno permitiu que o Banco do Brasil aumentasse apreciàvelmente suas operações de crédito às atividades privadas, dado o maior volume, em geral, das safras agrícolas, bem como a necessidade de operar em bases especiais com certos setores da produção industrial. Muito ao contrário, pois, do que têm reclamado alguns, o Banco do Brasil não sacrificou as operações de crédito às atividades privadas em benefício do setor público.

A Instrução n.º 135 induziu os bancos privados a financiar o setor público, mediante a aquisição de Letras do Tesouro: os recursos assim levantados representaram, conforme já foi assinalado, mera reabsorção de emissões de papel-moeda e serviram para financiar não sòmente o Tesouro Nacional, mas ainda, por intermédio dêste, governos estaduais e municipais. Entretanto, foi apreciável o volume de crédito que os bancos estenderam às atividades privadas, conforme se verá mais adiante.

Entre as medidas governamentais adotadas no sentido de induzir os bancos privados a imprimir maior seletividade a suas operações, destacam-se as, a seguir, mencionadas.

No redesconto, não foram aceitos papéis representativos de operações especulativas e aumentou-se o rigor no exame da-

queles de menor significação econômica. Na concessão de facilidades de redesconto, levou-se em conta não sòmente a natureza dos títulos cambiários apresentados, mas também a qualidade geral das aplicações do banco solicitante, verificada em inspeções realizadas pela SUMOC. Foi mantida, por outro lado, a taxa preferencial de 5½% a.a. para o redesconto das obrigações relativas a produtos de exportação cujo financiamento seja considerado essencial à economia nacional.

Visando a operar com o setor rural através da rêde bancária privada, ofereceu o Govêrno aos bancos vantagens para o refinanciamento, através do Banco do Brasil, de empréstimos para custeio das lavouras do feijão, do arroz, do milho, da batata e da mandioca.

Ao Banco Nacional de Crédito foram entregues recursos de ágios cambiais, o que lhe permitiu ampliar consideràvelmente suas operações de financiamento à produção de gêneros alimentícios, através das cooperativas.

Como instrumento seletivo, a Instrução nº 135 da SUMOC prevê isenção do recolhimento compulsório de 40% dos novos aumentos de depósitos aos bancos que comprovarem a aplicação de 37% do valor dêsse aumento em empréstimos às atividades rurais, nas mesmas condições previstas na legislação relativa às operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Merece destaque, também, entre as providências governamentais adotadas em 1957 visando à disciplina do crédito bancário, o Decreto n.º 41 872, de 16 de julho, que veio subordinar as cooperativas de crédito à SUMOC, no que respeita às operações da espécie. Vinculou-se, assim, à direção central da política monetária e bancária, um setor do sistema bancário cuja significação não pode ser desprezada.

Continuaram as autoridades monetárias, em 1957, a manter contacto direto com os banqueiros particulares, objetivando não só dirimir dúvidas sôbre interpretação e funcionamento das medidas governamentais adotadas, como, também, colhêr sugestões e obter colaboração no sentido de ser imprimida maior seletivi-

dade ao crédito privado. O êxito da política monetária e bancária depende, em boa parte, do grau de cooperação dos banqueiros com as autoridades monetárias.

Ainda não deram os resultados desejados as providências adotadas pelo Govêrno no sentido de induzir os bancos privados a financiar a produção rural, o que se deve principalmente a fatôres de ordem institucional: falta de organização adequada e de experiência na modalidade de crédito à produção. Em tais condições, mais se impôs a expansão das operações de financiamento da produção rural diretamente pelos estabelecimentos oficiais de crédito. Em 31 de outubro de 1957, os empréstimos do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco de Crédito da Amazônia e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo representavam 38,9% do valor total dos empréstimos bancários ao setor privado da economia nacional e 65,8% dos empréstimos ao setor rural.

A ameaça de deficit apreciável no setor público em 1958 levará o Govêrno a manter firmes os contrôles quantitativos do crédito bancário em vigor, não obstante as melhores perspectivas financeiras abertas pela nova lei de títulos públicos federais.

Evolução da Situação Monetária e Bancária

As operações bancárias, em 1957, continuaram a se desenvolver em ambiente de tranqüilidade, sob a vigilância constante das autoridades monetárias, cuja política preventiva consiste em manter sob permanente observação os estabelecimentos bancários, seja por meio de inspeções diretas, seja através de exame, à distância, de demonstrações contábeis e outros documentos.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE AS AUTORIDADES MONETÁRIAS E OS BANCOS

O nível da assistência financeira concedida pelas autoridades monetárias aos bancos reduziu-se em 732 milhões de cruzeiros (5,2%) entre 31-12-1956 e 31-12-1957, sendo 356 milhões referentes à redução no saldo dos empréstimos da Caixa de Mobi-

lização Bancária, 174 milhões relativos à diminuição no nível dos redescontos e 202 milhões decorrentes de contração no saldo dos empréstimos do Banco do Brasil a bancos, por conta própria.

A redução dos empréstimos da Caixa de Mobilização Bancária é uma indicação segura do clima de tranqüilidade em que se processaram as operações bancárias em 1957. A diminuição das operações de redesconto reflete a orientação das autoridades monetárias, já mencionada neste capítulo, no sentido de compensar, em parte, os efeitos expansionistas, sôbre o sistema bancário, das emissões de papel-moeda feitas para financiar o deficit do setor público.

Por outro lado, os depósitos bancários junto às autoridades monetárias mostraram o apreciável aumento de 18,1 bilhões de cruzeiros em 1957, dos quais 7,4 bilhões referentes a depósitos compulsórios, em moeda, à ordem da SUMOC.

Assim, conjugando a redução do nível da assistência financeira oficial aos bancos com o aumento dos depósitos dêsses estabelecimentos junto às autoridades monetárias, verifica-se que estas últimas receberam do resto do sistema bancário, em 1957, 18,8 bilhões de cruzeiros, em moeda. Tais elementos indicam o grau de reabsorção de emissões de papel-moeda pelas autoridades monetárias através dos bancos.

EXPANSÃO DE CRÉDITO

Os empréstimos do Banco do Brasil (excluídos os créditos a bancos) apresentaram, em 1957, um aumento líquido total da ordem de 55,3 bilhões de cruzeiros (+ 34,4%), a maior do triênio, e para a qual contribuíram principalmente os 38,6 bilhões (45,1%) fornecidos ao setor público.

Como em 1956, a grande fôrça expansionista foi o Tesouro Nacional, que exigiu recursos líquidos no montante de 38,9 bilhões de cruzeiros (total dos débitos, menos o total dos créditos ao Tesouro, no exercício, inclusive juros). A melhoria da situação financeira em alguns Estados e, por outro lado, a entrega de recursos a Estados e Municípios diretamente pelo Tesouro (3,5 bilhões de cruzeiros) possibilitou a redução de 1,4 bilhões no saldo devedor total de tais entidades no Banco do Brasil.

Os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado da economia nacional, que montavam a 75,1 bilhões de cruzeiros em fins de 1956, cresceram em 16,7 bilhões em 1957, o que corresponde a um aumento de 22,2 %, contra 15,6 % em 1956 e 13,2% em 1955. Verifica-se, assim, que a elevação do crédito no setor público não determinou, no Banco do Brasil, uma redução de crédito no setor privado; ao contrário, houve expansão maior do que nos dois anos anteriores, resultado para o qual contribuíram o maior volume, em geral, das safras, em 1957, bem como a necessidade de atender o setor industrial, conforme já foi assinalado.

O saldo dos empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil elevou-se de 26,7 bilhões de cruzeiros em 31-12-1956, para 34,3 bilhões em 31-12-1957, acusando, assim, o aumento de 28,5%, em 1957, contra 19,4% e 9%, respectivamente, em 1956 e 1955. Vale notar que, em 1957 e 1956, as operações da referida Carteira mostraram maior incremento percentual que as operações da Carteira de Crédito Geral no setor privado, o que reflete a influência da política de estímulo ao setor rural.

Os empréstimos rurais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial registraram expansão líquida de 28,4% em 1957, contra 24,5% em 1956 e 8,9% em 1955. Os empréstimos industriais mostraram desusada ascensão: 28,7% (2,7 bilhões de cruzeiros), contra 11,3 % em 1956 e 9,8 % em 1955. Nos empréstimos realizados em 1957, avultaram as operações com os seguintes setores industriais: siderurgia, metalurgia, energia elétrica, mecânica pesada e grandes frigoríficos.

Os empréstimos da Carteira de Crédito Geral elevaram-se de 18,8% (9.1 bilhões de cruzeiros) em 1957, contra 13,6% em 1956 e 15,4% em 1955. Os empréstimos dessa Carteira à Lavoura e à Pecuária, conquanto representem modesta parcela do total, mostraram expansão de 46% em 1957. Cumpre notar que boa parte dos empréstimos concedidos ao Comércio e à Indústria beneficiaram indiretamente o setor rural, cujos produtos lhes serviram, muita vez, de garantia real; estão nesse caso as vultosas operações realizadas com garantia de café, trigo,

atingida se ocorresse forte elevação geral de preços em 1957, o que o Executivo estava disposto a evitar e, de fato, evitou.

Quanto à despesa, dever-se-iam levar em conta os créditos especiais, transferidos de 1956 para 1957, no montante de 5,7 bilhões de cruzeiros, bem como a entrada em vigor, em julho, das vantagens concedidas pelo Código de Vencimentos dos Militares, relativamente aos novos padrões de vencimentos estabelecidos pela Lei n.º 2 710, de 19 de janeiro de 1956.

Havia a considerar, também, a necessidade de realizar gastos extra-orçamentários referentes a Restos a Pagar e Fundos Especiais provindos de exercícios anteriores; nesse particular, o esfôrço de evitar gastos excessivos em 1956 levara a transferir boa parte dêsses ônus para o exercício de 1957.

Durante o exercício de 1957, verificar-se-ia terem sido subestimados diversos itens da despesa de custeio consignada no Orçamento, e que vários gastos, imprevistos, se tornariam necessários. Além disso, as operações de financiamento a Estados e Municípios, que deveriam ser feitas em 1957, conquanto pudessem contar com recursos não inflacionários, obtidos mediante colocação de Letras do Tesouro, tècnicamente não poderiam deixar de ser computadas no deficit de caixa-geral do Tesouro.

Em tais condições, o deficit potencial de caixa que pairava sôbre o exercício de 1957 era superior a 60 bilhões de cruzeiros. As providências adotadas permitiram limitar êsse deficit a 41,1 bilhões, e, ainda, financiá-lo, em larga margem, com recursos não inflacionários.

Medidas de correção adotadas

O Executivo adotou, no exercício de 1957, medidas semelhantes às estabelecidas, com êxito, no ano anterior, visando a reduzir o impacto inflacionário do setor público: 1) contenção dos dispêndios públicos, com a realização apenas de despesas inadiáveis, segundo uma escala de prioridade; 2) melhoria do aparelho arrecadador; 3) financiamento do deficit residual com o maior aproveitamento possível de recursos não inflacionários.

POLITICA DE GASTOS PÚBLICOS

No que tange à política de dispêndios públicos adotada em 1957, cabe assinalar as seguintes ordens de medidas: *a*) plano geral de economias; *b*) restrição à admissão de pessoal; *c*) circulares e ordens de serviço disciplinando determinadas aplicações orçamentárias; *d*) programação mensal dos gastos admitidos para o período.

No que concerne às admissões de pessoal, manteve-se no exercício a rigorosa abstenção observada em 1956, salvo nos casos de inadiável necessidade.

Na execução orçamentária foram obedecidas as normas contidas na Circular n.º 29, de 1956, da Secretaria da Presidência da República, que disciplinou as aplicações de verbas, tais como Auxílios, Subvenções e outras contribuições, a cargo do Govêrno Federal; subordinou, à prévia autorização do Presidente da República, o início de obras e lhe atribuiu a aprovação dos respectivos projetos, orçamentos e especificações; e estabeleceu normas de contrôle das demais, inclusive as de pessoal.

Entre as causas que mais concorrem para o desequilíbrio financeiro, figuram as despesas de custeio — notadamente as de pessoal, cuja compressão imediata e ampla é inexeqüível, por motivos de ordem legal. Restava ao Govêrno examinar a possibilidade de comprimir violentamente as despesas de investimento. Mas, por um lado, algumas destas obedecem a vinculações legais de receitas; por outro lado, não poderiam sofrer cortes substanciais sem profunda e prejudicial repercussão no desenvolvimento do País.

Em tais condições, a compressão efetiva de despesas, que o Executivo podia exercer, não oferecia margem suficiente para eliminar o desequilíbrio. Impunha-se, assim, concentrar esforços na obtenção de recursos não inflacionários para financiamento do deficit.

RECEITA

Continuou o Govêrno, em 1957, a estender o âmbito das providências tendentes a coibir a evasão tributária, e a imprimir maior eficiência ao aparelho arrecadador federal.

Pôde o Tesouro Nacional, além disso, contar com aumento apreciável de receita, decorrente da vigência da Lei n.º 2 974, de 26-11-56, que modificou a estrutura do impôsto de consumo. Começaram a ser colhidos, no último quadrimestre de 1957, os benefícios da Lei n.º 3 244, de 4-8-57, que estabeleceu a nova Tarifa das Alfândegas.

Por outro lado, a receita federal, em 1957, seria afetada desfavoràvelmente, em menor escala embora, pelas reestruturações legais e administrativas ocorridas nesse exercício.

O Decreto n.º 24 213, de 2-9-57, ao regulamentar a Lei n.º 3 115, de 16-3-57, que criou a Rêde Ferroviária Federal, S. A., estabeleceu que a contabilização das operações das estradas de ferro incorporadas passaria a ser feita, a partir de 1º de outubro, em nome daquela Rêde. Assim, deixou de constituir renda industrial da União a receita das onze estradas de ferro por ela até então administradas.

Ainda se refletiu sôbre o volume da receita do exercício passado a extinção, determinada pela Lei n.º 3 244 (Tarifa das Alfândegas), de diversos tributos. Embora êsses tributos hajam sido substituídos pela taxa de 5% sôbre os despachos aduaneiros, houve diminuição da receita, no exercício.

FINANCIAMENTO DO DEFICIT RESIDUAL

As providências possíveis, no sentido de comprimir as despesas e estimular a receita, não poderiam evitar a ocorrência de apreciável deficit de caixa em 1957, pelas razões atrás indicadas, o que evidenciou a importância da obtenção de recursos não inflacionários para o financiamento do referido deficit.

Visando a êsse objetivo, o Govêrno continuou a promover um estreito entrosamento das operações financeiras do Tesouro Nacional e das entidades autárquicas, de um lado, e do Banco do Brasil, de outro, a fim de elevar o nível dos recursos carreados para êsse Banco e evitar depósitos irregulares de fundos públicos em outros estabelecimentos bancários, bem como integrar perfeitamente tôdas as operações do Banco do Brasil no plano geral de contrôle financeiro.

Outro fator importante de obtenção de recursos não inflacionários, para financiamento do Tesouro Nacional, foi a Instrução n.º 135, do Conselho da SUMOC, que, baixada em julho de 1956, veio desempenhar papel mais saliente em 1957. A referida Instrução incentivou os bancos a adquirir Letras do Tesouro e, assim, participarem do financiamento do deficit federal, reduzindo a pressão no sentido das emissões de papel-moeda.

Conquanto as Letras do Tesouro, vendidas aos bancos em 1957, hajam sido emitidas por antecipação de receita, devendo, portanto, ser resgatadas dentro do exercício, a Lei n.º 3 337, de 12 de dezembro, permitiu àqueles estabelecimentos adquirir valor equivalente em novos títulos, cuja circulação não se acha sujeita àquela limitação.

Resultados Financeiros de 1957

DEFICIT DO TESOURO NACIONAL

O conjunto das providências e circunstâncias atrás referidas possibilitou reduzir-se em cêrca de um têrço o deficit que ameaçava o exercício, bem como financiar o desequilíbrio verificado, sem provocar excessivas emissões de papel-moeda. Dêsse modo, o deficit de caixa-geral do Tesouro, potencialmente superior a 60 bilhões, fixou-se em 41,1 bilhões de cruzeiros, e as emissões de papel-moeda não atingiram 16 bilhões.

A execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

a) *Deficit Orçamentário de Caixa*

	Cr$ bilhões
Receita efetivamente arrecadada	85,5
Despesa efetivamente paga	104,0
	18,5

b) Deficit Orçamentário Escriturado

Deficit orçamentário de caixa	18.5
Despesa inscrita no exercício como Restos a Pagar	10,1
Fundos Especiais e Depósitos — constituídos no exercício mas não entregues	3,4
Despesas contabilizadas no exercício, mas referentes a gastos efetuados em exercícios anteriores	1.2
Receita contabilizada no exercício, mas arrecadada em exercícios anteriores	— 0.3
	32.9

Relativamente às operações extra-orçamentárias, o deficit de caixa correspondeu à soma das despesas, 22,6 bilhões de cruzeiros, de vez que não houve receita líquida.

Deficit extra-orçamentário de caixa

	Cr$ bilhões
Liquidação de Restos a Pagar e entrega de Fundos Especiais provindos de exercícios anteriores	7,1
Despesas pagas sem crédito	11,8
Débitos a indenizar	0,2
Empréstimos a Estados e Municípios	3,5
Total	22,6

DESPESA

A despesa efetiva total da União, em 1957, montou a 126,6 bilhões de cruzeiros, dos quais 22,6 bilhões referentes a despesas classificáveis como extra-orçamentárias. O esfôrço de contenção de gastos, no período, expressou-se em 22,9 bilhões de cruzeiros, distribuídos da seguinte forma:

	Cr$ bilhões
Não aproveitamento de créditos orçamentários e adicionais	6,3
Restos a Pagar e Fundos transferidos	13,5
Créditos adicionais transferidos	3,1
Total	22,9

RECEITA

A receita efetiva da União, em 1957, montou a 85,5 bilhões de cruzeiros, isto é, foi inferior, em 12,8 bilhões, à cifra consignada no Orçamento, conquanto haja ultrapassado, em 22%, o valor.da arrecadação no exercício de 1956. Confirmou-se, assim, o excesso de otimismo da previsão constante da Lei Orçamentária de 1957, que só poderia ter sido atingida se se houvesse verificado acentuada elevação geral de preços.

De acôrdo com a Lei n.º 3 035, de 19 de dezembro de 1956, foi contabilizada no exercício de 1957, como receita orçamentária, a importância de 318 milhões de cruzeiros, que, todavia, não se incluiu no total mencionado no período anterior, por não se tratar de receita efetivamente arrecadada no exercício de 1957.

Computada a cobrança de débitos relativos a exercícios anteriores, que foi intensificada, a arrecadação do impôsto de renda atingiu a 28,6 bilhões de cruzeiros em 1957, registrando aumento de 12% sôbre a receita de 1956. Assinale-se, contudo, que esta última contou com fator esporádico de receita, que foi a arrecadação de 2,5 bilhões referentes a reavaliação de ativos das emprêsas.

As modificações de taxas, introduzidas pela Lei n.º 2 862, de 4 de setembro de 1956, não influíram pràticamente na arrecadação do impôsto de renda, de vez que o pequeno reajustamento verificado não cobriu o decréscimo da receita decorrente do aumento do mínimo de isenção das pessoas físicas, de ..... Cr$ 50 000,00 para Cr$ 60 000,00; da elevação dos encargos de família e da modificação da tabela do impôsto complementar progressivo das pessoas físicas.

O efeito mais concreto dessa legislação evidenciou-se através do adicional que a mesma instituiu sôbre o excesso de lucros em relação ao capital social e reservas, cuja receita atingiu, em 1957, cêrca de um bilhão de cruzeiros, conforme a previsão orçamentária.

Os adicionais previstos no art. 3.º da referida lei atingiram 4,0 bilhões de cruzeiros, contra a previsão orçamentária de 4,6 bilhões.

Continua em estudo na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 989/56, originado da Mensagem nº 49/56, do Poder Executivo, que prevê alterações visando a tornar mais eqüitativa a distribuição do ônus fiscal, bem como a coibir a evasão tributária; corrigir falhas da legislação vigente e proporcionar maior rapidez na cobrança do impôsto. Êsse projeto não traz qualquer aumento de taxas.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Comissão de Reorganização dos Serviços do Impôsto de Renda, criada em 1957, a par de medidas de ordem administrativa, que prescindem de autorização do Poder Legislativo — deverão ser elaborados e submetidos ao Congresso Nacional projetos de lei dando nova estrutura à Divisão do Impôsto de Renda e a seus órgãos delegados, bem como alterando a legislação tributária na parte referente à apresentação das declarações de rendimentos, informações das fontes pagadoras e lançamento do impôsto.

A reforma da Tarifa das Alfândegas concorreu para o aumento verificado na arrecadação do impôsto de importação em 1957, que foi da ordem de 488 milhões de cruzeiros, ou seja, de 21% sôbre a previsão orçamentária.

A nova Tarifa proporcionará ao Tesouro Nacional recursos anuais da ordem de quinze bilhões de cruzeiros, que, já no exercício em curso, deverão atenuar a pressão dos gastos públicos sôbre a caixa da União. Sob o aspecto econômico, a reforma em aprêço é analisada no capítulo desta Mensagem referente a Relações Econômicas com o Exterior.

O impôsto de consumo, com as alterações sofridas pela Lei n.º 2 974, de 26 de novembro de 1956, passou a ocupar o primeiro lugar no quadro geral das rendas, com 42% do total da renda tributária. Em 1957, sua arrecadação atingiu 30,5 bilhões, ou seja, dois bilhões a mais que a do impôsto de renda, que no exercício anterior a suplantara em três bilhões.

DEFICITS DAS AUTARQUIAS

Ainda em 1957 refletiu-se pesadamente sôbre a caixa do Tesouro Nacional o desequilíbrio financeiro das autarquias industriais da União. Nesse exercício, o Tesouro Nacional entregou

àquelas entidades recursos ao montante de cêrca de quinze bilhões de cruzeiros, dos quais 4,5 bilhões através de adiantamentos sem crédito correspondente. Além dêsses financiamentos, outros, também significativos e atinentes a investimentos públicos nesse setor, correram igualmente à conta dos cofres da União.

Com a instituição da Rêde Ferroviária Federal, S.A., em 1957, o setor autárquico ferroviário — que maiores ônus tem acarretado ao Tesouro — deverá, já a partir do ano em curso, evidenciar o abrandamento do seu desequilíbrio financeiro. A adoção de normas racionais de trabalho, a uniformização de métodos de operações e a melhor utilização do vasto parque ferroviário proporcionarão resultados mais favoráveis.

Dívida Pública

DIVIDA INTERNA FLUTUANTE

A dívida interna flutuante da União acusou, em 1957, forte acréscimo, em conseqüência do apreciável deficit de caixa geral do Tesouro Nacional.

O saldo dessa dívida, cujo principal componente é o débito do Tesouro no Banco do Brasil, alcançava, em fins de 1957, 116 bilhões de cruzeiros, contra 69,6 bilhões, em 31 de dezembro de 1956.

DIVIDA FLUTUANTE DA UNIAO

SALDOS EM FIM DE ANO

(Cr$ bilhões)

ITENS	1953	1954	1955	1956	1957
Total	24,7	30,5	34,9	69,6	116,0
Restos a pagar, depósitos e fundos	6,4	10 2	14,6	23,2	28,3
Bancos e Correspondentes (*)	11,6	15,6	15,1	40,5	79,3
Outros	6,7	4,7	5,2	5,9	8,4

(*) O saldo dêsse item sofreu redução de 11 bilhões em 1955, em decorrência de lei de encampação de papel-moeda.

A dívida pública flutuante dos Estados e Municípios também tem acusado contínuo crescimento, não obstante as consolidações periódicas. Conquanto ainda não sejam disponíveis dados completos sôbre a posição, em fim de 1957, estima-se que ela se haja situado acima do nível registrado em fim de 1956.

DÍVIDA FLUTUANTE DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS

SALDOS EM FIM DE ANO

(Cr$ bilhões)

ITENS	1953	1954	1955	1956
Total	39,0	46,6	44,0	64,1
Restos a pagar	13,3	17,4	20,3	20,8
Depósitos	1,6	2,1	3,0	9,0
Outros	24,1	27,1	20,7	34,3

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA

Pequena alteração acusou o saldo dessa dívida da União, em 1957, cujo montante permaneceu pràticamente estacionário no último decênio:

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA DA UNIÃO

SALDOS EM FIM DE ANO

(Cr$ bilhões)

I T E N S	1948	1952	1955	1956	1957
Total	10,4	10,4	10,5	10,6	10,7
Apólices	4,9	4,9	5,0	5,1	5,2
Obrigações	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5

As variações ocorridas no ano passado se desdobraram nas seguintes operações :

Emissão :

	Cr$
Apólices da Dívida Pública	121 553 000,00
Obrigações de Guerra	821 500,00
Cautelas de Obrigações	30 000,00
Comprovantes de Recolhimento de Quotas de Obrigações de Guerra	109 313,70
Total	122 513 813,70

Resgate :

Comprovantes do Recolhimento de Quotas de Obrigações de Guerra	851 500,00
Variação líquida	121 662 313,70

Destinou-se a emissão de Apólices da Dívida Pública à liquidação de débitos de pecuaristas, na conformidade das sentenças proferidas na vigência da Lei n.º 2 804, de 25 de junho de 1956, por fôrça da qual foi abolido o recurso *ex-officio*, em matéria de reajustamento pecuário.

Com a aplicação das normas estabelecidas pela Lei n.º 2 977, de 28 de novembro de 1956, que reestruturou o serviço da dívida pública federal, melhoraram, em 1957, as cotações dos títulos em aprêço, principalmente as das Apólices, cujo valor médio atingiu, na Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro, a 727 cruzeiros, contra 705, em 1956, para os títulos de mil cruzeiros. Com a execução das medidas determinadas na Lei nº 2 977, espera-se que as cotações dos títulos federais evidenciem melhor posição no corrente ano.

Conquanto se mantenha o saldo do débito federal em tôrno de 10,5 bilhões de cruzeiros, o da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios das Capitais tem acusado contínua expansão.

Tal fato não sòmente decorre de novas emissões lançadas pelos respectivos governos, como também, e principalmente, da consolidação de dívidas flutuantes, para cuja pronta liquidação não dispõem os mesmos de recursos suficientes. Assim, o saldo dêsse débito se avolumou da seguinte forma, nos últimos dez anos:

DIVIDA CONSOLIDADA DOS ESTADOS. DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS DAS CAPITAIS

SALDOS EM FIM DE ANO
(Cr$ bilhões)

ITENS	1948	1952	1955	1956	1957 (*)
Total	9,1	17,3	30,8	32,8	37,0
Estados e Distrito Federal	8,5	14,9	26,3	27,9	29,0
Municípios das Capitais	0,6	2,4	4,5	4,9	8,0

(*) Estimativa.

Em 1957, cêrca de 50% da dívida dos Estados cabem ao Govêrno de São Paulo, 18% a Minas Gerais e 10% ao Rio Grande do Sul. Do débito dos Municípios das Capitais, aproximadamente 4/5 se referem à Capital de São Paulo.

DIVIDA CONSOLIDADA EXTERNA

Durante o exercício de 1957 manteve-se em dia o contrôle e a fiscalização da Dívida Externa do País, no que se refere às emissões em libra e dólares, reguladas pelo Decreto-lei n.º 6 019, de 23-11-1943; quanto à dívida em francos franceses, verificaram-se os resgates decorrentes do Acôrdo Franco-Brasileiro, de 4 de maio de 1956.

Para atender aos compromissos normais de juros e amortizações, em 1957, processaram-se suprimentos nos totais de ..... £ 4 005 246 e US$ 11 817 744, assim distribuídos :

Empréstimos	*Juros*	*Amortizações*
Federais £	177 163	1 932 021
US$	1 647 731	5 652 451
Estaduais £	311 192	1 224 315
US$	760 596	3 111 940
Municipais £	65 604	294 951
US$	123 869	521 157

As aplicações proporcionadas pelos respectivos Fundos de Amortizações, bem como as apresentações, para resgate, de títulos classificados no antigo grau VIII, permitiram que, em 1957, as baixas de circulação se expressassem por £ 3 583 490 e ..... US$ 10 370 390, com a seguinte discriminação:

Empréstimos	£	US$
União	1 940 840	6 038 740
Estados	1 291 775	3 738 650
Municípios	306 985	583 000
Grau VIII	43 890	10 000

Com essas baixas, os saldos, em circulação, dos empréstimos em libras e dólares, ficaram, em 31 de dezembro do ano pasado, reduzidos aos seguintes valores :

Empréstimos	£	US$
União	7 700 520	45 085 685
Estados	10 045 518	28 250 100
Municípios	1 968 085	4 407 000
Grau VIII	1 189 558	160 000
Total	20 903 681	77 902 785

Previsão para o Exercício Financeiro de 1958

PROPOSTA ORÇAMENTARIA

A Proposta Orçamentária apresentada pelo Poder Executivo, em 15 de maio de 1957, consignava os seguintes totais:

	Cr$ bilhões
Receita	111,1
Despesa	120,7
Deficit	9,6

O deficit acima seria anulado com a incorporação, à receita, dos recursos decorrentes da nova tarifa alfandegária, cujo projeto de lei se encontrava em exame no Congresso Nacional por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária.

Previu-se, na mencionada Proposta, que essa nova receita atingiria a cêrca de 10 bilhões de cruzeiros, o que elevaria a receita global orçamentária, em 1958, a, aproximadamente, 121,1 bilhões.

ORÇAMENTO PARA 1958

Na Câmara dos Deputados a Proposta Orçamentária sofreu alterações e, em conseqüência, os quantitativos originais passaram a se expressar da seguinte forma:

	Cr$ bilhões
Receita	128,3
Despesa	128,7
Deficit	0,4

No que se refere à Receita, o aumento registrado decorreu de previsão otimista, na Câmara dos Deputados, da arrecadação das novas tarifas, que, calculada pelo Executivo em cêrca de 10 bilhões, foi estimada pela Câmara em 19 bilhões.

A diferença residual, de cêrca de dois bilhões, entre o total da receita alfandegária e o incremento que sofreu a receita na Câmara, resultou de pequenos ajustes nas demais rubricas orçamentárias.

As alterações promovidas no Senado provocaram um aumento de 11,8 bilhões no total da Despesa e um acréscimo de 1,9 bilhões no total da Receita, previstos pela Câmara dos Deputados. Com essas modificações, o Orçamento para 1958 passou a evidenciar os seguintes totais:

	Cr$ bilhões
Receita	130,2
Despesa	140,5
Deficit	10,3

Conquanto o deficit do orçamento sancionado se expresse em 10,3 bilhões de cruzeiros, é bem mais séria a ameaça de deficit de caixa total que paira sôbre o exercício.

Além das autorizações consignadas na lei orçamentária, hão de levar-se em conta os créditos especiais transferidos de 1957 para 1958, no montante de 3,2 bilhões de cruzeiros; os créditos que serão abertos no transcurso do exercício; as despesas sem crédito que se tornem necessárias, e as parcelas de gastos referentes às liquidações inadiáveis de Restos a Pagar e Fundos.

Considerando, ainda, o otimismo com que o Legislativo estimou a receita orçamentária, as perspectivas para o corrente ano, conquanto menos graves que as do exercício passado, impõem severas medidas de contenção, de vez que há um desequilíbrio potencial da ordem de 45 bilhões de cruzeiros. Observe-se que essa contenção de gastos se torna cada vez mais difícil. Conforme assinalamos, o principal fator de desequilíbrio têm sido as despesas de custeio, notadamente as de pessoal — em parte, insuscetíveis de redução — e as vinculações de receitas legais, destinadas ao desenvolvimento econômico e à assistência social, vem progressivamente diminuindo a margem de ação do Executivo, na procura do equilíbrio financeiro.

Tal situação, mais do que nunca, exige que o Legislativo e o Executivo, em esforços conjugados, elaborem orçamentos em que o volume da despesa total se adstrinja às reais possibilidades da receita e de operações de financiamento equilibradas e não inflacionárias — a fim de que as finanças públicas não venham a constituir fonte de desequilíbrio monetário.

Como não será possível encerrar o exercício financeiro de 1958 sem deficit de caixa, medidas estão sendo postas em prática, para limitar êsse deficit a cifras financiáveis, sem apêlo excessivo à emissão de papel-moeda.

CAPITULO V

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR

Política de Comércio Exterior e Câmbio

A exportação continua a ser, para o País, a fonte principal de receita em divisas, embora o item "Serviços" do nosso Balanço de Pagamentos já contribua sensivelmente para formação de disponibilidades cambiais, graças, sobretudo, às rendas consulares e aos fretes da Frota Nacional de Petroleiros.

Justifica-se, assim, a orientação seguida pelo Govêrno, ao propiciar melhores condições e estímulos à colocação de excedentes exportáveis, evitando a constituição de gravosos e conquistando preços justos e remuneradores, nos mercados internacionais, sem perda do nosso poder competitivo.

De outro lado, atendendo à necessidade de dotar o País dos meios exigidos pelo seu acelerado desenvolvimento econômico, a política de importação orientou-se para o aproveitamento dos saldos acumulados no exercício de 1956, ensejando maiores ofertas de divisas nos leilões normais de câmbio.

Valendo-se da crescente confiança que o Brasil agora desfruta nos meios financeiros internacionais, públicos e privados, o Govêrno canalizou, para o País, vultosas importações em bens de produção, amparadas por financiamentos externos e inversões diretas, sem ônus imediatos, portanto, para o nosso balanço internacional de contas.

ESTIMULO AS EXPORTAÇOES

Prosseguiu o Govêrno, em 1957, na política de incentivo às exportações, mediante o pagamento das bonificações instituídas pela Instrução nº 131 da SUMOC. Além disso, em face de fatôres conjunturais supervenientes, internos e externos, certos produtos foram contemplados com estímulos especiais, visando, quer ao apuro de sua qualidade, como no caso do café; quer à remoção de obstáculos transitórios ao seu escoamento, em condições satisfatórias de preço, como no caso do cacau; quer, ainda, ao amparo de mercadorias cuja produção, embora de menor reflexo em nossa pauta de exportação, assegura a estabilidade do nível de renda e emprêgo em determinadas regiões do País, notadamente o Norte e o Nordeste.

SELEÇAO DAS IMPORTAÇOES

No decurso de 1957, o processo seletivo das importações vinha prosseguindo com fundamento na Lei 2 145, de 29-12-53, que ratificou o sistema de leilões de divisas implantado pela Instrução n.º 70 da SUMOC.

Com a colaboração sábia e patriótica do Legislativo, a seleção das importações passou a ser conduzida de maneira mais orgânica e racional, por fôrça da Lei n.º 3 244, de 14-8-57.

Com efeito, estabelecendo taxas *ad-valorem* sôbre cêrca de 8 000 itens, o sistema introduzido pela nova Lei de Tarifas Aduaneiras, melhor do que o de simples anteparo dos ágios cambiais, veio dotar o Executivo de meios indiretos e maleáveis de ação econômica, com vistas à proteção do trabalho nacional e ao desenvolvimento econômico do País.

Em verdade, aquêle simples anteparo não atendia, convenientemente, à dinâmica do nosso processo de desenvolvimento. E isto porque se baseava na mera distribuição, por cinco grupos, das mercadorias importáveis, sem corretivos flexíveis, capazes de responder, de pronto, a situações conjunturais emergentes, provocadas pela produção interna substitutiva que, ora se fazia alvo de proteção exacerbada, de efeito antieconômico, ora se via prejudicada em seus mais legítimos interêsses.

PROTEÇAO A AGRICULTURA

Vale salientar que o novo método de contrôle indireto das importações, por meios fiscais, não descurou a proteção da agricultura nacional — que ainda é o nosso maior manancial de divisas — mantendo, em linhas gerais, o *status quo* dos subsidios às importações de fertilizantes, inseticidas, máquinas e instrumentos agrários (Dec. n.º 40 260, de 1-11-56). Igualmente, cuidou o Govêrno de conservar os favores para importação de equipamentos rodoviários (Dec. n.º 41 097, de 7-3-57), com o que se estará facultando, pela melhoria dos transportes, mais celeridade e maior volume no escoamento da produção, a mais baixo custo.

MULTILATERALISMO E BILATERALISMO

Em janeiro do ano passado adotaram-se providências que, objetivando reduzir os desnivelamentos entre os ágios cambiais das diversas moedas, obstassem as operações triangulares, na importação, ou de *switch*, na exportação. Visavam, ainda, a promover competição de preços nas ofertas do exterior, em benefício de nossas relações de troca, sem retirar, por outro lado, o necessário incentivo à expansão dos níveis do intercâmbio com as nações cuja estrutura econômica ainda não permite abandonar o regime de comércio bilateral.

O convênio de pagamentos da área de conversibilidade limitada (Clube de Haia), integrado pelo Reino Unido, Alemanha Ocidental, França, Itália, Austria e Benelux, continua em funcionamento, gozando o Brasil, como centro do sistema, de plena liberdade de escolha de importação, em melhores condições de qualidade e preço, enquanto se esmera em aumentar suas exportações para essa área, também em sadias bases competitivas, a fim de elevar os níveis do intercâmbio, com vantagens recíprocas.

Mantêm-se, ainda, acôrdos bilaterais com 17 países — Argentina, Bolívia, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Islândia, Israel, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Tcheco-Eslováquia, Turquia e Uruguai. Vem o Govêrno tomando a iniciativa de denunciar diversos daqueles ajustes, com

o que aguarda oportunidade de realizar negociações no sentido de se acordarem novas fórmulas para a liquidação das operações mercantis, objetivando o desenvolvimento do intercâmbio, de maneira que atenda às conveniências dos países intervenientes.

Política de Capitais Estrangeiros

De acôrdo com a nova Lei de Tarifas Aduaneiras, as remessas financeiras relativas a investimentos estrangeiros deverão efetuar-se pelo mercado cambial de taxa livre — exceto no que respeita às amortizações e juros dos financiamentos considerados essenciais ao processo de desenvolvimento econômico ou à segurança nacional.

NOVO PROCESSO SELETIVO DOS INVESTIMENTOS

Nessa conformidade, as amortizações e os juros dos financiamentos externos podem ser efetuados:

a) a taxa não inferior à do custo de câmbio, isto é, aquela que resulta da média ponderada das bonificações pagas aos exportadores, mais a decorrente da paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional;

b) a taxa não inferior à da categoria geral de importação, relativamente à aquisição de equipamentos que, a juízo do Conselho da SUMOC, não mereçam o tratamento cambial mais favorecido, mencionado na alínea anterior.

Investiu-se, a par disso, o novel Conselho de Política Aduaneira de podêres capazes de conjugar aquêles estímulos de ordem cambial, com favores fiscais que vão desde a redução gradual dos direitos aduaneiros até a sua total isenção.

Quanto às inversões diretas ou de participação — assim consideradas as importações, isentas de cobertura cambial, de equipamentos, peças e sobressalentes sem similar nacional — pode ser aplicado o mesmo tratamento fiscal já descrito quanto aos bens cobertos por financiamentos externos, assegurada, ainda, ampla liberdade de remessa de lucros ou de repatriamento de capital através do mercado livre de câmbio.

Com essas vantagens, o Brasil mantém, em matéria de investimentos estrangeiros, legislação cambial das mais favoráveis do mundo, tanto mais quanto o resgate dos financiamentos não impede, às subsidiárias de firmas com sede no exterior, remessas subseqüentes de lucros ou dividendos, sem qualquer limitação cambial, pelo mercado de taxa livre.

Essa flexibilidade no manejo dos instrumentos fiscal e cambial, conferida ao Executivo, lhe tem permitido a aplicação de uma política seletiva de inversões estrangeiras, dosando os favores daquela natureza segundo o grau de interêsse dos empreendimentos para a expansão econômica do País.

Ao mesmo tempo, o Govêrno vem desenvolvendo, com êxito, gestões junto a entidades públicas estrangeiras e a organizações oficiais internacionais, no sentido de garantir financiamentos para a execução dos planos de desenvolvimento econômico.

Oferecendo vasto campo de aplicações, mercê de seu amplo e crescente mercado; por sua situação geográfica, menos exposto à influência negativa dos fatôres psicológicos que atuam nas zonas mais visadas pela guerra fria; e, finalmente, pelo clima de confiança gerado pela estabilidade política, o Brasil, cada vez mais, vem despertando o interêsse dos empresários estrangeiros — interêsse que já se reflete no vulto dos empreendimentos em curso.

FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INVERSOES DIRETAS

Em 1957, os registros de financiamentos externos da SUMOC somavam cêrca de US$ 523 milhões, destinando-se ao fortalecimento de infra-estrutura, principalmente nos ramos de energia, transporte, comunicações, alimentação e indústrias básicas, quando em 1955 os créditos da espécie se limitaram a US$ 80,2 milhões.

Acresce que, no final do ano, se encontravam em estudo, para fins de registro, numerosas outras propostas de financiamento, no total aproximado de US$ 649 milhões, dos quais .... US$ 230,5 milhões correspondentes a créditos abertos no exterior por entidades oficiais estrangeiras.

As importações sem cobertura cambial, relativas a inversões diretas de capital, elevaram-se de US$ 31,3 milhões, em

1955, a US$ 55,7 milhões, em 1956, para atingir o expressivo montante de US$ 108,2 milhões, em 1957. Vale acrescentar que, ainda neste ano, o ingresso de capital em dinheiro somou US$ 115 milhões, enquanto as importações financiadas a prazo longo atingiram US$ 172 milhões.

Bastam os capitais de empréstimo, efetivamente registrados em 1956-57, no valor de US$ 776,2 milhões, e em curso de utilização, para dar perfeita idéia da tendência ascensional, nos próximos anos, do ingresso efetivo de capital no País.

Balanço de Pagamentos

TRANSAÇÕES CORRENTES

O Balanço de Pagamentos do País, em transações correntes, apresentou deficit equivalente a US$ 315 milhões, em 1957, que se deveu a gastos em «Serviços», de vez que o intercâmbio de mercadorias registrou superavit de US$ 95 milhões.

A receita proporcionada pelas exportações (valor F.O.B.) se expressou pelo equivalente a US$ 1 365 milhões.

Além de só contar, relativamente ao algodão, com parcos excedentes exportáveis, pela quebra de safra conseqüente a condições climáticas adversas, teve o Brasil de enfrentar fatôres conjunturais negativos no mercado internacional, tendentes a aviltar o preço do produto.

A firme política de preços mínimos estabelecidos para o cacau, bem como, com respeito ao café, a concessão de prêmios adicionais, visando ao aprimoramento da qualidade, e os entendimentos internacionais com países produtores para regularizar a oferta, permitiram atenuar as perturbações nocivas à colocação daqueles produtos nos grandes centros consumidores mundiais.

De outro lado, o ano de 1957 caracterizou-se, graças aos estímulos que o Govêrno proporcionou, pelo maior escoamento de produtos menores de nossa pauta de exportação, inclusive manufaturas, superando amplamente o declínio na receita proveniente das vendas de algodão (menos US$ 38 milhões do que

em 1956). Realmente, os embarques de «outros produtos», isto é, excluídos o café, o cacau e o algodão, proporcionaram aumento da receita cambial, em relação a 1956, no montante de US$ 102 milhões, concorrendo para êsse resultado especialmente as vendas de minérios (ferro e manganês), madeiras e açúcar.

No que respeita às importações, estima-se seu valor F.O.B. em US$ 1 270 milhões, em 1957, excedendo de US$ 148 milhões o montante das do ano anterior.

Para êsse acréscimo, contribuiu, preponderantemente, o ingresso de bens de produção adquiridos com financiamentos externos ou recebidos como investimentos diretos estrangeiros, que somaram US$ 280 milhões (mais US$ 91 milhões do que em 1956), sendo de considerar, também, as maiores importações correntes das áreas de moedas conversíveis e de conversibilidade limitada.

A propósito, é de salientar-se a manutenção de política mais liberal das autoridades monetárias, iniciada no segundo semestre de 1956, nas ofertas de divisas, ensejando o aumento das licitações de dólares americanos e A.C.L. de US$ 288 milhões, em 1956, para US$ 410 milhões, em 1957.

Ademais, as importações de trigo de procedência norte-americana, no valor de US$ 30 milhões, também não exigiram desembôlso de divisas, de vez que o seu pagamento será feito em cruzeiros, no prazo de 40 anos. Saliente-se, a êsse respeito, que a venda, no mercado interno, do cereal americano, desde o início do acôrdo estabelecido, já proporcionou ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico suprimento de numerário no montante aproximado de Cr$ 3 bilhões, para aplicação no programa de metas do Govêrno, inclusive na construção de silos e armazéns, e na melhoria do sistema ferroviário, em benefício da própria triticultura nacional.

Releva notar que as importações de petróleo e derivados, que vinham em crescimento há longos anos, pràticamente se estabilizaram em 1957 (US$ 168 milhões, contra US$ 170 milhões em 1956), apesar do aumento do consumo, atestando o progresso da indústria petrolífera nacional.

A fase de rápida industrialização que o País atravessa vem provocando mudança na estrutura de nossa pauta de importação, pela queda da linha de tendência dos bens de consumo duráveis e aumento da de bens de produção (matérias-primas e equipamentos).

Com referência a «Serviços», registrou-se em 1957 um impacto negativo da ordem de US$ 410 milhões no balanço de pagamentos do País. Como é notório, as transações «invisíveis», isto é, relativas a bens incorpóreos ou imateriais, são as que mais oneram nosso balanço internacional de contas, principalmente no que respeita a fretes, seguros e outros encargos ligados à importação de mercadorias. Tais despesas ascenderam a US$ 205 milhões, cifra que, por si só, evidencia a gravidade do problema da nossa navegação marítima de longo curso, cuja solução definitiva será encontrada pelo lançamento, em grande escala, da indústria de construção naval no Brasil. A ação estimuladora do Govêrno, nesse sentido, está programada para êste ano, com sólidas perspectivas de êxito.

No tocante às rendas de investimentos, é importante assinalar que, a partir de 1947 — ano em que pela primeira vez se levantou oficialmente o Balanço de Pagamentos do País — as remessas de lucros e dividendos, exclusive juros, também representavam pesado encargo, absorvendo da receita de câmbio a média anual de US$ 44,7 milhões (período de 1947-1956), para declinar sensivelmente no último ano, quando atingiu apenas US$ 25 milhões. Releva notar, além disso, que, em sua totalidade, as remessas pertinentes se processaram pelo mercado de taxa livre, sem ônus, portanto, para o Orçamento de Câmbio do País. Tal fato atesta, uma vez mais, a confiança que o Brasil vem inspirando aos homens de negócios do exterior, que passaram a efetuar maiores reinversões de lucros, com real proveito para a elevação da renda nacional.

No que se refere a pagamentos de juros, principalmente de empréstimos para o desenvolvimento econômico, as remessas situaram-se, aproximadamente, em US$ 69 milhões, valor igual ao registrado em 1956 e superior, em US$ 38,8 milhões, ao médio do período 1947-55 (US$ 30,2 milhões). Êsse resultado já

era previsto, dada a conhecida concentração de amortizações e juros de empréstimos no decurso de 1956-61.

Os «Outros Serviços», que compreendem transações diversas, como viagens internacionais, serviços governamentais, aluguéis de filmes cinematográficos, assistência técnica, patentes e *royalties*, acusaram encargos da ordem de US$ 311 milhões.

Verifica-se, assim, que as despesas relativas a Serviços ou Transações Invisíveis somaram US$ 610 milhões.

Por outro lado, a receita auferida pelo País e classificada na mesma rubrica montou a US$ 200 milhões, graças, principalmente, a fretes recebidos pela Frota Nacional de Petroleiros e a rendas consulares.

Balanceando, pois, receita e despesa no item "Serviços", tem-se o resultado líquido negativo de US$ 410 milhões, atrás mencionado.

CAPITAIS

A Conta de Capital do Balanço de Pagamentos indica o ritmo de entrada e saída de capitais estrangeiros, e o modo como foi financiado o deficit de US$ 315 milhões nas transações correntes.

Os empréstimos a longo prazo e as inversões diretas para desenvolvimento econômico somaram US$ 310 milhões, cifra recorde, enquanto as amortizações e repatriamento se limitaram a US$ 170 milhões, donde o superavit de US$ 140 milhões. Do total ingressado, US$ 280 milhões correspondem a inversões diretas (US$ 108 milhões) e financiamentos (US$ 172 milhões), cobrindo embarques de bens de produção para fortalecimento da infra-estrutura da economia nacional.

É significativo o fato de haver o recebimento de capital em dinheiro, pelo mercado livre, montado a US$ 115 milhões. Contribuiu para êsse resultado a política seletiva do crédito bancário, abrindo perspectiva para maior afluxo de poupanças externas pelo mercado financeiro.

Registre-se, também, que a soma de US$ 425 milhões de ingresso efetivo de capital, constituindo recorde, representa, em números absolutos, aumento de US$ 109 milhões, em relação a

1956, e de 462% sôbre a média do período de 1947-55 (US$ 75,5 milhões).

Como já referido na rubrica de importações, US$ 30 milhões se referem a fornecimentos de trigo, para pagamento em cruzeiros, representando, também, entrada de capital, que proporcionará recursos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para consecução do Plano de Metas do Govêrno.

Uma vez que as "Transações Correntes" registraram o deficit de US$ 315 milhões, e a "Conta de Capital" o superavit de US$ 255 milhões, tem-se que o Balanço de Pagamentos se encerrou com o resultado negativo de US$ 60 milhões, a que se devem acrescentar US$ 69 milhões, por deficiência de apuração estatística, respondendo por "Erros e Omissões", o que eleva o deficit global a US$ 129 milhões. As amortizações de capitais de regularização ou compensatórios ascenderam a US$ 64 milhões, que se juntam a êsse débito de US$ 129 milhões.

O financiamento do encargo final de US$ 193 milhões foi efetuado da seguinte forma: compra de US$ 38 milhões, em números redondos, ao Fundo Monetário Internacional; utilização de recursos próprios (US$ 134 milhões) e de linhas de crédito (US$ 21 milhões).

Situação Cambial

A manutenção da política liberal de ofertas de divisas visou, precisamente, à utilização de haveres acumulados no exterior, proporcionando, a um só tempo, maior recolhimento de numerário em cruzeiros, à ordem do Tesouro Nacional, e maior afluxo de bens ao mercado interno, com sentido nitidamente antiinflacionário.

Assim, verificou-se, em 1957, em cotejo com 1956, redução de US$ 155 milhões em nossas reservas prontas, líquidas, internacionais, que, a 31 de dezembro último, montavam a US$ 181 milhões, cifra compatível com o grau de segurança requerido nas relações comerciais e financeiras do País com o exterior.

RESERVAS INTERNACIONAIS PRONTAS

US$ milhões

Discriminação	31-12-1956	31-12-1957	+ ou — em 1957
A — *Haveres* (a + b)	418	284	— 134
a) ouro (1)	119	119	—
b) créditos junto a banqueiros no exterior	299	165	— 134
B — *Obrigações a curto prazo* (2)	82	103	+ 21
débitos junto a banqueiros no exterior	82	103	+ 21
C — *Reservas liquidas* (*A-B*) . .	336	181	— 155

(1) Não inclui US$ 204.6 milhões de ouro dado em garantia do empréstimo de US$ 200 milhões junto a um grupo de banqueiros norte-americanos e a quota de US$ 37,5 milhões da convenção de Bretton Woods.

(2) Não inclui, por não serem prontas ou exigíveis a curto prazo, as obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional, no valor de US$ 75 milhões.

Perspectivas para 1958

De acôrdo com as previsões da SUMOC, a balança comercial, em 1958, deverá novamente apresentar-se favorável ao País, em bases F.O.B.

Tem-se como provável menor dispêndio nas importações de trigo, enquanto, com as de petróleo, as despesas deverão manter-se no nível das realizadas em 1956 ou 1957.

Por outro lado, as programadas importações sem cobertura cambial, como investimentos diretos, e as que deverão ser realizadas com pagamentos diferidos, permitirão a continuidade dos Planos de Metas do Govêrno, em benefício da economia do

País e sem representar ônus imediato ao Balanço de Pagamentos.

Mercê da estabilidade política, dos atrativos oferecidos pela legislação de câmbio e do estímulo representado pelo nosso crescente mercado de consumo, tem-se como provável que, em 1958, continuará em elevação o movimento autônomo de capitais e empréstimos oriundos do exterior, como o denota, aliás, o expressivo montante de US$ 649 milhões de empréstimos pendentes de registro na SUMOC em fins de 1957.

Dessa forma, pela utilização, também, das linhas de crédito normais do País, será possível compensar o deficit crônico das transações de "invisíveis", mantendo em relativo e saudável equilíbrio nosso Balanço de Pagamentos, em 1958, sem prejuízo do ritmo de crescimento da renda nacional.

CAPITULO VI

ENERGIA

Energia Elétrica

No biênio 1956-1957, a capacidade geradora instalada foi acrescida de 678 900 kW, o que representa um aumento percentual de 22,1%. O potencial instalado totalizava cêrca de .... 3 750 000 kW, em fins de 1957.

Entre outras, entraram a operar as seguintes usinas: Rio Bonito (1 000 kW), Peixotos (40 000 kW), Cidade Industrial (2 000 kW), Paranapanema (ampliação) (4 000 kW), Guaricana (15 000 kW), Canastra (28 000 kW), Ernestina ..... (4 200 kW) e diversos pequenos projetos num total de ..... 15 000 kW.

Continuam normalmente as obras nos grandes projetos de Furnas, Três Marias, Paulo Afonso, Cubatão e Peixotos.

É importante assinalar que, em virtude de o período de maturação dos investimentos em energia elétrica ser bastante longo, especiais cuidados se impõem no planejamento dos mesmos, a fim de que, num momento dado, não se verifiquem decalagens entre

a geração de energia e sua transmissão e distribuição aos centros consumidores.

Outro aspecto do planejamento no setor de energia é que, na realidade, existe a superposição de dois planos a serem executados simultâneamente: um, destinado a satisfazer à demanda, durante o período em consideração, e outro, representado pelos investimentos a serem iniciados no mesmo período, a fim de que fiquem prontos a tempo de atender às demandas futuras.

O montante de gastos previstos com o programa de eletrificação no qüinqüênio 1957-1961 é, segundo nova estimativa feita em dezembro de 1957, da ordem de Cr$ 85,7 bilhões, compreendendo tôdas as despesas no País e a importância em moeda nacional correspondente a US$ 225 milhões de equipamentos e serviços que deverão ser importados sem financiamento do exterior. Além disso, está prevista a importação de equipamentos no valor de US$ 203 milhões, coberta por financiamentos externos. Os recursos para o financiamento dos gastos em moeda nacional serão proporcionados pelo Fundo Federal de Eletrificação, pelas quotas estaduais do impôsto único e outros recursos estaduais, bem como pelos reinvestimentos das emprêsas concessionárias e empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Carvão Mineral

Pela Lei nº 3 353-57 foi prorrogada até 31 de dezembro de 1960 a vigência do Plano do Carvão Nacional.

No decurso do corrente ano deverá estar cabalmente esclarecido o problema da mecanização da lavra, podendo-se, então, iniciar o reaparelhamento racional das minas.

Como a mecanização só poderá oferecer vantagens se fôr executada na base de uma concentração das unidades produtoras, já foram tomadas as medidas necessárias, encaminhando-se a solução do problema à mesma emprêsa que resolveu problema análogo na França.

Uma vez concluído o levantamento aerotopográfico — realizado pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional na região carbonífera de Santa Catarina — ter-se-ão bases seguras

para um programa de sondagens que permita um perfeito conhecimento das reais possibilidades daquela zona, até hoje a única fonte conhecida no País, de carvão metalúrgico.

A crescente dieselização de nossas ferrovias tem diminuído o mercado tradicional do carvão de vapor. A situação atual, na ausência de outros usos para êste produto, é de contenção da produção, a fim de se evitar a acumulação de estoques. Assim sendo, a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, a partir de 1956, teve que aconselhar um decréscimo na produção, de vez que, não obstante todo o seu empenho, não pôde assegurar consumo compatível com a capacidade atual de produção das minas do País. Por isso, a produção de 1957 foi de apenas 2 130 000 toneladas, ou seja, cêrca de 7% inferior à de 1956.

A solução para o problema do carvão de vapor está na instalação de centrais termelétricas junto às minas. Dois projetos de lei submetidos pelo Executivo tiveram rápida tramitação no Congresso, ficando, assim, a União autorizada a participar na formação de sociedades para a construção das usinas termelétricas de Capivari e de Figueira, com as potências de 100 000 kW e 20 000 kW, respectivamente.

Petróleo

PRODUÇAO E IMPORTAÇAO DE PETRÓLEO BRUTO

Entre 1955 e 1957, a produção nacional de petróleo bruto quintuplicou em volume e em valor, passando de 2 milhões de barris para 10,1 milhões de barris, e de um valor estimado de US$ 6 milhões para US$ 32,5 milhões, e, entre 1956 e 1957, mais do que dobrou.

A meta inicial estabelecida foi de 40 mil barris/dia, a ser elevada, conforme o resultado das pesquisas, para 100 mil barris/dia, em 1960. Em dezembro de 1957, a produção média diária no Recôncavo atingiu 41 mil barris, o que permite se estabeleça a meta de 110 mil barris/dia para a produção de petróleo bruto, na área do Recôncavo Baiano, em 1960.

A importação de petróleo bruto manteve-se ao mesmo nível de 1956, isto é, em tôrno de 36 milhões de barris, o que repre-

sentou um dispêndio em divisas da ordem de US$ 116,7 milhões, ou sejam, 11% mais elevado do que em 1956.

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

A média mensal de carga processada em 1956 (barris por dia de calendário) nas refinarias da Petrobrás, foi de 65 727 barris. Em 1957, no período janeiro-setembro, foi de 73 109 barris, isto é, aumentou de 11%, o que significa melhor utilização da capacidade instalada de refino, de vez que não houve aumento da mesma.

A produção de refinados aumentou 13% em relação a 1956, passando a quantidade de óleo bruto processado de cêrca de 39 milhões de barris para um volume estimado, em 1957, de 43,8 milhões.

As importações de derivados de petróleo em 1957 foram de cêrca de 27.6 milhões de barris, contra 33,5 milhões em 1956.

Devido à maior produção de petróleo e derivados e à contenção do consumo causado pela execução da Lei n.º 2 975/57 — que alterou a legislação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, afetando assim os preços dos derivados de petróleo e o consumo dos mesmos — houve diminuição do dispêndio de divisas com as importações de combustíveis líquidos, que baixaram de US 279 milhões em 1956 para US 263 milhões em 1957.

PESQUISAS E EXPLORAÇÃO

Continuaram em ritmo satisfatório as atividades de pesquisas e exploração, durante o ano de 1957. Assim, quanto às pesquisas geológicas, foi empregado em 1957, um total de 135 turmas-meses, contra 116 em 1956. Nas pesquisas geofísicas e sismográficas, empregaram-se 165 turmas-meses e em 1956 o total equivalente foi de 89 turmas-meses. No tocante à gravimetria, foram empregadas 100 turmas-meses, ao passo que em 1956 o número de turmas-meses empregado foi de 70. Na magnetometria empregaram-se 12 turmas-meses, enquanto que, em 1956, 8.

O número de sondas em operação no fim de 1957 era 45, contra 27 em 1956, aguardando-se para breve a entrega de mais

12 sondas, encomendadas no exterior. A perfuração pioneira em 1957 foi de 61 mil metros, isto é, o dobro da de 1956. As perfurações de desenvolvimento atingiram 63 mil metros em 1957, contra 42 mil em 1956. Estima-se que, no momento, as reservas recuperáveis no Recôncavo Baiano são da ordem de 418 milhões de barris.

Em 1957 a Petrobrás descobriu quatro novos campos petrolíferos no Recôncavo e abriu uma nova região de produção potencial em Alagoas, aumentando, assim, substancialmente, as reservas.

PLANO DE INSTALAÇÃO DE REFINARIAS

Em 31 de dezembro de 1956, a capacidade de refino existente era de 118 mil barris/dia, tendo sido fixada, como meta para 1960, a instalação de uma capacidade adicional de refino de 82 mil barris/dia, de modo a elevar a capacidade instalada de refino para 200 mil barris/dia. Todavia, tão elevada foi a taxa de crescimento do mercado, que permitiu ampliar substancialmente a meta estabelecida. Para isso está em pleno desenvolvimento a expansão da Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, que passará a processar 37 mil barris/dia, e foi iniciada a construção da Refinaria do Rio de Janeiro, com capacidade para 90 mil barris/dia.

Além disso, projeta-se a ampliação da Refinaria Presidente Bernardes, e a construção de uma refinaria em Minas Gerais. Também se estuda a instalação de outra no Sul do Brasil, em consonância com as metas traçadas, no que concerne ao refino do petróleo.

Dêsse modo, a meta revista para o setor de refino é de uma capacidade instalada da ordem de 330 mil barris/dia em 1960.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DA PETROBRAS

Dos Cr$ 12 bilhões de capital da Petrobrás, Cr$ 11 bilhões já haviam sido integralizados em fins de 1957.

O orçamento da emprêsa, em 1957, foi de Cr$ 17 bilhões e será de Cr$ 21,9 bilhões em 1958, sendo que 80% dêsses totais provêm da receita industrial da companhia.

INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO

Os estudos para obtenção de um processo contínuo de retortagem do xisto do Vale do Paraíba, iniciados em 1956, tiveram grande êxito em 1957, possuindo hoje a Petrobrás um processo contínuo tècnicamente perfeito e com rendimento superior ao obtido em 1956.

Idênticamente, as pesquisas com o xisto de Irati e do Paraná vêm tendo bons resultados, sendo que, no caso de Irati, excederam as expectativas.

OLEODUTOS

Foi inaugurado em 1957 o novo oleoduto Catu — Madre de Deus, destinado a transportar o petróleo produzido nos campos de Catu (Água Grande), Pojuca Central, Mata de São João e Candeias — Paramirim — Dom João até o terminal Madre de Deus, de onde é exportado. A capacidade de transporte do sistema de oleodutos do Recôncavo foi assim aumentada de ..... 18 000 barris/dia para 78 000 barris/dia.

Estão em estudos adiantados os projetos preliminares do Terminal de S. Sebastião e Oleoduto S. Sebastião — Cubatão, assim como o Terminal Marítimo do Rio de Janeiro.

PROGRAMA PARA 1958

A Petrobrás intensificará suas atividades em 1958, devendo realizar inversões num montante de Cr$ 8,8 bilhões, contra Cr$ 4,3 bilhões em 1957.

Do total de investimentos programados para 1958 — 50,3 % serão na exploração e produção; 30,3 % no refino; 8,8% em terminais e oleodutos; 4,9 % em transportes marítimos; 3,8 % na indústria petroquímica; 1,3 % na industrialização do xisto e 0,6 % no comércio e distribuição.

PERSPECTIVAS PARA O QUINQUÊNIO 1957-61

Em 1961, três quintos dos gastos em consumo de petróleo e de derivados serão destinados ao pagamento de despesas no País e dois quintos no exterior. A partir de 1958 prevê-se o declínio gradativo de nossas importações de petróleo. A economia de divisas

correspondente ao esfôrço nacional de produção, transporte e industrialização de petróleo será da ordem de 1 bilhão de dólares, no qüinqüênio em referência.

Vale a pena registrar, de forma sumária, o plano de investimentos da Petrobrás para 1957-61, a fim de se ter idéia da importância relativa atribuída a cada setor de suas atividades.

	Cr$ bilhões
Exploração	20,6
Desenvolvimento	9,5
Industrialização do Xisto	0,8
Refino	9,0
Transporte Marítimo	3,5
Indústria Petroquímica	3,4
Terminais e Oleodutos	1,9
Outros	0,2
	48,9

Energia Nuclear

O esfôrço do Govêrno, neste importante setor, não se tem limitado a aparelhar centros de pesquisas de energia nuclear, mas também a apoiar a iniciativa privada, em seus projetos de instalação de usinas átomo-elétricas. Com o apoio do Executivo, as Emprêsas Elétricas Brasileiras deverão construir em Areal, no Estado do Rio de Janeiro, uma usina elétrica nuclear, com a capacidade de 10 000 kW, que entrará em funcionamento no ano de 1960.

Com referência ao setor químico-metalúrgico, estão adiantados os planos de construção de duas usinas de beneficiamento: uma em Poços de Caldas, que produzirá uranato de sódio puro, e outra em São Paulo, que converterá êste produto em urânio natural, para emprêgo de reatores. Para êsse fim, foi ajustado com a Compagnie Industrielle et Agricole de Vente à l'Etranger, um financiamento de 4,8 milhões de dólares, para fornecimento dos equipamentos à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esta Comissão concluiu negociações para a importação de três ultracentrífugas, destinadas ao beneficiamento do urânio natural. Prevê-se sua instalação para 1958.

CAPITULO VII

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes Ferroviários

O ano de 1957 marca o início de uma nova fase na exploração dos transportes ferroviários no Brasil, em grande parte a cargo do Govêrno Federal. Com a sanção da Lei n.º 3 115, de 16 de março de 1957, o Poder Legislativo dotou o Govêrno do instrumento de ação de que necessitava para reorganizar as estradas de ferro da União, sob a forma de sociedade de capital misto — a Rêde Ferroviária Federal, S.A. — cuja instalação pôde processar-se em 1º de outubro.

Das vinte e duas estradas de ferro da União, dezoito passaram, desde logo, a integrar a R.F.F.S.A., que só não compreende duas ferrovias arrendadas a Governos estaduais (Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul e Estrada de Ferro de Santa Catarina) e duas outras em regime especial de administração (E.F. de Ilhéus e E.F. do Tocantins). O patrimônio transferido pela União à nova emprêsa, para integralização do seu capital, foi avaliado em cêrca de Cr$ 60 bilhões; além dêsse patrimônio, o capital foi constituído, nos têrmos da lei, pelas parcelas de Cr$ 500 milhões, para capital de movimento, e de ..... Cr$ 263 144 000,00 da quota federal no impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, vinculada ao programa ferroviário da União. A responsabilidade da operação das ferrovias passou à R.F.F.S.A. desde a sua instalação, sem que se verificasse qualquer perturbação no serviço.

A profunda reforma administrativa das estradas de ferro federais apenas se inicia, porém. É tarefa que se prolongará pelo corrente ano e que reclamará aperfeiçoamentos contínuos nos anos vindouros. Para que se alcancem os objetivos colimados, a direção da R.F.F.S.A. já iniciou os serviços de consolidação contábil, registros financeiros, padronização de contas, bem como a coleta sistemática de dados estatísticos indispensáveis ao pronto conhecimento das ocorrências de tráfego, adotando outras medidas de sistematização administrativa. No que se refere à direção, em

algumas das maiores ferrovias integrantes da Rêde, estabeleceu-se o regime de Diretorias com divisão de podêres, com um superintendente, um diretor de operações e um diretor administrativo, incumbidos de funções especializadas pela descentralização de encargos, para seu melhor desempenho. Êsse regime deverá prevalecer até a constituição das emprêsas subsidiárias da R.F.F.S.A., previstas na sua Lei Orgânica.

Processou-se a transferência do pessoal ferroviário, cedido à R.F.F.S.A. pela União, sem que fôssem feridos os direitos por êle adquiridos. Estão sendo reorganizados os departamentos de pessoal das estradas, para implantação de métodos racionais.

REAPARELHAMENTO FERROVIARIO

Não obstante as deficiências da administração ferroviária, que à R.F.F.S.A. cumpre sanar, o Govêrno não interrompeu em 1957 o esfôrço que já vinha envidando, em continuação a providências de administrações anteriores, no sentido de modernizar o parque nacional de estradas de ferro — patrimônio valioso cuja utilização racional reclama vultosos investimentos adicionais, para que possa desempenhar eficientemente sua função no conjunto das atividades econômicas do País.

O programa de reaparelhamento ferroviário consolidou-se, quanto ao aspecto financeiro, com a adoção de três medidas de ordem legislativa suscitadas pelo Govêrno: a prorrogação do esquema de financiamentos a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Lei n.º 2 973, de 26-11-56), de grande interêsse para as estradas de ferro; a vinculação, ao programa ferroviário, de 10% da receita do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos de origem mineral (Lei nº 2 975, de 27-11-56), em vigor a partir de 1º de janeiro de 1957; e a constituição da Rêde Ferroviária Federal, S.A. (Lei n.º 3 115, de 16-3-57), que aplicará não só êsses recursos financeiros, mas também os que forem resultando da operação racional das ferrovias que a integram.

De uma falha ainda padece êsse programa, especialmente em relação às estradas de reduzida densidade de tráfego: os financiamentos bancários para a sua execução vêm sendo obtidos, em parte,

com a garantia dos adicionais aos fretes, para melhoramento e renovação do material. É necessário, pois, que a vigência dêstes seja prorrogada, conforme projeto de lei em tramitação no Congresso. Além disto, deverá o orçamento da União consignar anualmente dotações destinadas à modernização das estradas cujo frete não proporcione adicionais capazes de constituir garantia, do vulto necessário, para os empréstimos a contrair.

Até janeiro do corrente ano, o reaparelhamento ferroviário se concretizava com a aquisição de 195 600 toneladas de trilhos, 136 locomotivas diesel-elétricas, 5 230 vagões de carga e 360 carros de passageiros, inclusive 27 unidades elétricas para subúrbio. Além disso, foram colocadas encomendas para mais 207 mil toneladas de trilhos, 200 carros de passageiros e 2 374 vagões de carga.

Nesses dois primeiros anos de Govêrno, foram investidos no programa ferroviário cêrca de 7,5 bilhões de cruzeiros, dos quais, 4,5 bilhões provenientes de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Do total, cêrca de Cr$ 4,5 bilhões foram aplicados na aquisição de equipamento e Cr$ 1,9 bilhões em obras de remodelação da via permanente, compreendendo substituição de trilhos e dormentes, lastreamento do leito, refôrço de obras d'arte, construção de variantes, algumas das quais concluídas, já beneficiando o tráfego, principalmente na Estrada de Ferro Central do Brasil, na Rêde de Viação Paraná — Santa Catarina, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Prosseguirá a execução do programa de reaparelhamento ferroviário, a partir dêste ano, sob a responsabilidade da R.F.F.S.A., cuja instalação possibilitou ultimar-se a negociação, com o Export-Import Bank de Washington, de vultoso empréstimo — US$ 100 milhões — destinado à modernização do sistema nacional de estradas de ferro.

CONSTRUÇÃO FERROVIÁRIA

As obras de construção ferroviária visam essencialmente a estabelecer a interligação dos sistemas existentes, para possibilitar o tráfego a longas distâncias, a permuta de material rodante e de tração e a melhor utilização das oficinas de reparos. Articuladas

com as obras de alargamento das bitolas inferiores a um metro e com a padronização de freios e engates, tendem as construções ferroviárias, a longo prazo, a estabelecer a conexão efetiva da quase totalidade das estradas de ferro do País, em grande parte isoladas até há uma década, mesmo quando os trilhos se articulavam.

Conforme apuração preliminar, os investimentos federais em construções ferroviárias somaram, em 1957, Cr$ 1 640 500 000,00 — dos quais Cr$ 985,1 milhões foram aplicados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas; Cr$ 507,9 milhões, pelo Ministério da Guerra, à base de convênios interadministrativos; e Cr$ 147,5 milhões, pela Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para início das obras de acesso a Brasília, por estrada de ferro.

Em 1956 tinham sido entregues ao tráfego 616 km de novas linhas férreas. No decorrer do ano passado, ultimaram-se mais 130 km de linhas férreas nos Estados da Paraíba, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, elevando-se, assim, a 746 km de novas linhas as construções terminadas neste período governamental.

Dessas obras, merecem menção especial o trecho de 87 km a partir de Juàzeirinho, na ligação Campina Grande — Patos, no Estado da Paraíba, de que já haviam sido ultimados 120 km no ano anterior; o trecho de 29 km, de Maringá a Água Boa, na linha prioritária Apucarana — Guaíra — Pôrto Mendes, no Estado do Paraná; e a linha de 12 km, de Charqueadas a São Jerônimo, na região carbonífera do Estado do Rio Grande do Sul. Nessas linhas há várias obras d'arte especiais, de que se destacam duas de grande vulto, na ligação Campina Grande — Patos: a ponte-atêrro Barragem do Sangradouro, que forma um açude com capacidade de acumulação de três milhões de metros cúbicos de água, e o viaduto da Viração, com um vão de 190 e altura máxima de 44 metros, na serra do mesmo nome.

Dentre as obras a cargo do Ministério da Guerra, destacam-se o preparo da infra-estrutura e construção de obras de arte no ramal Afonso Bezerra — Macau, no Rio Grande do Norte, numa extensão de 90 km; conclusão do trecho Angicos — São Rafael, no mesmo Estado, da ferrovia que fará ligação com Caicó. Prosseguiram os trabalhos de construção das ferrovias Patos — Ponte

dos Oitis, Paulistana — Teresina, Petrolina — Salgueiro — Missão Velha, Bananeiras — Barra de Santa Rosa, Teresina — Periperi, Oiticica — Campo Maior e Crato — Piquet Carneiro, no Nordeste e do Tronco Principal Sul, que estabelecerá nova ligação com o Sul do País.

PROGRAMA PARA 1958

O programa de construções ferroviárias, para 1958, foi traçado à vista das dotações orçamentárias para êsse fim, mas o seu cumprimento depende naturalmente das possibilidades efetivas de obtenção da receita prevista. Entre outras obras de menor vulto, pretende o Govêrno dar prioridade às pertinentes à ligação Pôrto Alegre — Barra do Jacaré — Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; ao prolongamento da linha Apucarana — Guaíra — Pôrto Mendes, no Paraná; à construção do Tronco Principal Sul; à ligação Itabira — Belo Horizonte, em Minas Gerais; à ligação Cruz das Almas — Sto. Antônio de Jesus, na Bahia; à ligação das linhas do Oeste e do Sul, da Rêde Ferroviária do Nordeste, em Pernambuco; à ligação Campina Grande — Patos, na Paraíba; ao acesso ferroviário a Brasília, em Goiás.

Quanto ao programa de reaparelhamento ferroviário, para 1958, a cargo da R.F.F.S.A., os recursos financeiros com essa finalidade estão pràticamente assegurados, conforme já exposto acima, devendo alcançar cêrca de Cr$ 9,0 bilhões, inclusive a parte financiada por bancos estrangeiros. Além de equipamento de sinalização para 100 km de linhas e sistemas aperfeiçoados de comunicações, êsse programa abrange os três setores seguintes:

a) remodelação das linhas, compreendendo: reforma e alastramento de 3 000 km de via permanente, em tôdas as ferrovias da Rêde; aquisição de um milhão de dormentes e de 3 mil toneladas de acessórios de trilhos para substituição dos avariados; prosseguimento das obras de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Esperança a Sete Lagoas, de Sabará a José Brandão e da ligação de Belo Horizonte a Sta. Luzia; início do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de Bauru para Araçatuba; prosseguimento da transformação da bitola de 0,76 m nas linhas da Rêde Mineira de Viação, para a bitola

métrica; alargamento da bitola de 14 km da Estrada de Ferro Rio Douro, no trecho suburbano de Del Castilho e Pavuna, e início de obras semelhantes, em 70 km da Linha Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil; alargamento e eletrificação das linhas suburbanas da Estrada de Ferro Leopoldina, até Caxias; eletrificação do trecho alargado da Estrada de Ferro Rio Douro; instalação de novas pedreiras e reforma de muitas outras existentes, para maior produção de brita, e reforma de vagões para distribuição de lastro; aquisição de máquinas e equipamento moderno para conservação da via permanente, com menor despesa de pessoal; reforço de pontes para permitir passagem de composições mais pesadas; reforma e construção de pátios para formação de trens, carga e descarga de mercadorias;

b) material de transporte, compreendendo: aquisição de 200 locomotivas diesel-elétricas e dos sobressalentes necessários à sua manutenção; aquisição de automotrizes diesel, para maior rapidez e conforto no transporte de passageiros, com sensível economia de operação; construção, pela indústria nacional, de 1 500 vagões e 100 carros de passageiros, encomenda que será repetida nos anos posteriores; reconstrução de 300 vagões e de 100 carros de passageiros, como início de um programa qüinqüenal de recuperação do material rodante; recuperação e modernização de 50 locomotivas a vapor, selecionadas entre as que se encontram em melhores condições técnicas; reforma e construção das oficinas indispensáveis à conservação do avultado patrimônio da Rêde, em material rodante e de tração;

c) eletrificação, além da reforma e reforço do serviço suburbano do Rio de Janeiro, já mencionado, integrando as Estradas de Ferro Leopoldina e Rio Douro no sistema eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil, que compreende: prosseguimento e conclusão, na Rêde Mineira de Viação, do trecho de Barra Mansa a Angra dos Reis; remodelação do trecho de Barra Mansa a Carrancas e obras complementares, numa extensão de 212 km; prosseguimento da eletrificação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro até Conceição da Feira, com 44 km de linha.

Transporte Rodoviário

Foram realizadas, em 1957, as obras essenciais programadas para o setor rodoviário.

Graças aos recursos proporcionados pela Lei nº 2 975, de 27 de novembro de 1956, que reajustou o impôsto único sôbre combustíveis líquidos e lubrificantes minerais, o orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem pôde ser elaborado de maneira condizente com os seus encargos. A receita orçada pela autarquia montou a Cr$ 9.6 bilhões, dos quais 89,3 % correspondem ao Fundo Rodoviário Nacional, 10% ao Fundo Nacional de Pavimentação e o restante a outras rendas, sendo que, do F.R.N., 60 % se destinam a aplicações pelos Estados, Territórios e Municípios. Além disso, o D.N.E.R. contou durante o exercício com Cr$ 2,7 bilhões de verbas orçamentárias federais para execução das obras a seu cargo.

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

As obras de construção e reconstrução rodoviárias, realizadas à conta do Govêrno Federal, em 1957, alcançaram a extensão de 2 017,5 km, sendo 1 167,4 km executados pelo D.N.E.R. e 850,1 km por delegação sua a outros órgãos.

Dessas obras devem-se enumerar como de maior significação o trecho de 264 km da BR-14 entre Monte Alegre, MG, e Goiânia, GO, na via de acesso à nova Capital do País; 254 km da BR-34, entre Pôrto XV de Novembro, MT, no Rio Paraná, e Rio Brilhante, MT; 200 km da BR-16, de Campo Grande a Dourados, MT, cruzando em Rio Brilhante com a anteriormente mencionada; 206 km da BR-31, de Jataí, GO, a Alto Araguaia, MT, em direção a Cuiabá; 119 km da BR-57, de Volta Redonda para Três Rios, RJ; 80 km da BR-26, de Paulo Afonso, BA, para Mata Grande, AL; 70 km da BR-74, de Aquidauana a Jardim, MT; 62 km da BR-52, de Manituba a Maracajá, SC; 60 km da BR-14, de São José do Rio Prêto, SP, à ponte Mendonça Lima; 50 km da mesma BR-12, de Goiânia a Anápolis, GO; 42 km da BR-12, de Paulo Afonso, BA, a Petrolândia, PE; 42 km na BR-56, de Colômbia, SP, a Frutal, MG; 40 km da BR-2, de Vacaria a Passo do Socorro, RS.

Além dos trechos concluídos durante o ano, o D.N.E.R. atacou obras de construção e reconstrução com a extensão total de 1 485 km.

O Ministério da Guerra está incumbido da construção ou reparo de várias rodovias, salientando-se a Central do Piauí, Central do Ceará, Ponta Grossa — Foz do Iguaçu, Lins — São José do Rio Prêto, Jardim — Pôrto Murtinho — Maracaju, Aquidauana — Jardim — Bela Vista, Cuiabá — Pôrto Velho e Lorena — Itajubá.

PAVIMENTAÇÃO

As obras de pavimentação de tipo superior levadas a cabo por conta da União em 1957 somaram 561,9 km, sendo 314,3 km pelo D.N.E.R. e 247,6 km por delegação.

Entre os trechos pavimentados de maior importância para o tráfego rodoviário assinalam-se: 82 km da BR-57, de Volta Redonda para Três Rios, RJ; 22,1 km da BR-4, de Areal, RJ, para Além Paraíba, MG, e mais 10,8 km noutros trechos dessa estrada; 44 km da BR-2, de Curitiba para Sta. Cecília, PN, além de 34,3 km em vários outros trechos dessa estrada; 15 km da BR-58, de Engenheiro Passos, RJ, para Caxambu, MG; 12 km da BR-22, de Fortaleza para Itapagé, CE, e 8 km de Teresina para Altos, PI; 12 km da BR-12, de Macaíba para Santa Cruz, RN; 11 km da BR-23, entre João Pessoa e Campina Grande, PB.

Simultâneamente com a atuação do Govêrno Federal, no sentido de revestir as estradas de tráfego mais intenso com pavimentação de tipo superior, as Administrações de vários Estados realizam trabalhos da mesma natureza, esperando-se que dêsse esfôrço conjugado resulte completa modificação, para melhor, dos transportes rodoviários nacionais, até 1961.

Transportes Marítimos, Fluviais e Lacustres

No setor dos transportes por água, o Govêrno atua principalmente através de dois sistemas administrativos: o de portos e aquavias e o da marinha mercante. O primeiro dêles responde pelo

estudo e projeto de obras e pela sua construção, para melhoramento dos portos, rios e canais, além de superintender a administração dos portos não concedidos e fiscalizar as concessões portuárias; o segundo orienta a realização do transporte marítimo, fluvial e lacustre, a cargo de autarquias federais e estaduais e de emprêsas privadas, controlando a concessão das subvenções de que essas entidades gozam. Ambos êsses sistemas padecem de graves deficiências, em face da função que devem exercer na atividade econômica nacional, deficiências não só quanto ao material, mas também no que concerne à organização dos serviços. Como se verá, a seguir, algumas das falhas mais graves que os afetam foram atenuadas no ano findo e êste ano outras deverão ser enfrentadas dentro do programa geral de reorganização dos transportes nacionais.

PORTOS E AQUAVIAS

Com o fim de melhorar o rendimento das instalações portuárias existentes, foram realizadas numerosas reuniões dos responsáveis pela administração dos portos e pela condução dos transportes marítimos. Disto resultaram medidas capazes de aumentar o ritmo de movimentação da carga nos portos e facilitar o desembaraço das embarcações. Graças a elas, foi pràticamente eliminada, em 1957, a demanda não atendida de transporte na cabotagem. Não obstante, muito resta ainda a fazer para diminuir o tempo de estada dos navios nos portos, de forma a aumentar a utilização da capacidade de carga da frota.

Ultimaram-se, em 1957, as negociações com o Export-Import Bank, de Washington, para levantamento de empréstimo destinado à cobertura de aquisições externas de material de dragagem e equipamento para os portos nacionais. Após coleta de preços entre estaleiros altamente categorizados, estuda o órgão governamental competente as propostas apresentadas para construção de dragas de sucção e recalque e, já em fase de contratação, as referentes à venda de dragas de alto mar.

Dentro das limitações dos recursos financeiros disponíveis, realizaram-se, em 1957, as obras de dragagem mais urgentemente reclamadas pela navegação. Tais obras serão intensificadas, a partir dêste ano, com o emprêgo do novo equipamento a adquirir

no exterior, se os indispensáveis recursos financeiros em moeda nacional puderem ser mobilizados em tempo hábil, especialmente com a instituição do Fundo Portuário Nacional. Assim:

a) melhoraram-se as condições de navegabilidade nos canais interiores da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, concluíram-se os trabalhos programados para os portos de Imbituba, passando o canal de acesso e a bacia de evolução para 10 metros, e de Itajaí, cuja barra foi desobstruída. Continuaram em execução os trabalhos programados para a abertura da barra do pôrto de Laguna, também em Santa Catarina;

b) prosseguiram os trabalhos de manutenção das profundidades no ancoradouro do pôrto de Santos e de abertura de novo canal de acesso, direto, ao parque de minério e carvão no pôrto do Rio de Janeiro;

c) realizaram-se trabalhos, ainda não ultimados, para recuperação da draga que, nos últimos dias de 1956, afundou na bacia de evolução do pôrto de Recife, prestando o D.N.P.R.C. tôda a colaboração ao concessionário do pôrto.

d) estudaram-se os projetos de dragagem do canal de acesso ao pôrto de Antonina; do canal e da bacia de evolução do cais de minério de Vitória; do canal de acesso e bacia de evolução do pôrto de Recife, tendo sido aberta concorrência para a realização dos serviços.

Entre as obras de maior significação concluídas durante o ano, nos vários portos do País, merecem ser citadas: o *pier* petroleiro do Rio Grande; um trecho de 420 metros no cais do pôrto de Paranaguá; um trecho de 700 metros de cais, no Macuco, dois armazéns e ampliação do silo para trigo, no pôrto de Santos; o primeiro trecho de 50 metros de prolongamento do cais de Aracaju; dois armazéns no pôrto de Cabedelo; reconstrução do ramal ferroviário Monguba — Pôrto do Mucuripe, no Ceará; um armazém no pôrto de Corumbá, Mato Grosso. Entrou em operação no pôrto de Santana, Território do Amapá, um trapiche particular para a exportação de minério de manganês em grande escala. São numerosas as obras cuja construção prossegue, pràticamente, em todos os portos do País, quer marítimos, quer fluviais, quer lacustres.

São explorados por autarquias federais os portos de Belém e do Rio de Janeiro; diretamente pelo D.N.P.R.C., os de Natal e Laguna; pelos governos estaduais, como concessionários, os de Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju, Vitória, Niterói, Angra dos Reis, São Sebastião, Paranaguá, São Francisco do Sul, Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre; por emprêsas concessionárias privadas, os de Manaus, Santana, Salvador, Ilhéus e Santos. Portos como os de Mucuripe, no Ceará, e Itajaí, em Santa Catarina, já em operação, ainda não se consideram organizados. A diversidade de regimes de exploração dos nossos portos, regida por legislação inadequada às atuais necessidades do País, constitui grave empecilho à adoção de uma política portuária condizente com os reclamos da economia nacional. Não obstante, graças à revisão periódica das tarifas dos portos organizados, os deficits de operação foram pràticamente eliminados no ano findo, arcando os usuários, diretamente, com os altos custos dos serviços, ao invés de os cobrirem por intermédio do Tesouro Nacional.

Mas a solução do problema portuário nacional — ou seja, a modernização e ampliação da rêde de portos e da sua operação, de forma a habilitá-la a preencher a função de elo indispensável entre os transportes marítimos e terrestres — exige providências de outra natureza que não a simples coordenação dos serviços das entidades que operam os portos e a navegação. À mobilização de recursos financeiros de vulto, como os previstos no projeto de lei pertinente ao Fundo Portuário Nacional, deverão seguir-se a reorganização do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a reestruturação das entidades administradoras dos portos federais. Prosseguem os estudos acêrca dessas reformas, para encaminhamento ao Legislativo quando o projeto de lei referente ao Fundo Portuário tiver tramitado em ambas as Casas do Congresso, de forma a poder o Govêrno sentir qual o pensamento dos representantes do povo sôbre essa importante matéria.

MARINHA MERCANTE

No conjunto, o transporte nacional de cabotagem apresentou, em 1957, um aumento da ordem de 3,7% em relação ao ano anterior, passando de 6,75 milhões para 7,00 milhões de toneladas, con-

forme estimativa preliminar, de vez que os dados definitivos do tráfego marítimo ainda não foram apurados. O crescimento de 1955 para 1956 fôra da ordem de 18%.

Excluído, entretanto, o transporte de petróleo e derivados pela cabotagem, verifica-se ter ocorrido uma redução de cêrca de 5% na carga transportada em 1957, em confronto com a de 1956, contra o aumento de 16% verificado de 1955 para 1956. Êsse fato explica-se, em parte, pela redução do transporte de açúcar do Nordeste para o Leste e o Sul do País, resultante da grande safra paulista dêsse produto, dando, em conseqüência, origem a vultosos excedentes, que foram exportados para o exterior.

Quer por motivo dessa queda do volume das mercadorias transportadas na cabotagem, quer em virtude do aumento da tonelagem da frota costeira em tráfego e da melhoria obtida na operação dos portos, no terceiro trimestre do ano passado, a oferta de praça marítima superou a procura, possibilitando prescindir quase totalmente da colaboração dos navios estrangeiros nesse setor dos transportes.

Essa participação caiu, com efeito, de 151 mil toneladas, no primeiro trimestre, para 92 mil, no segundo, e para 37 mil, no terceiro, estimando-se não tenha alcançado 3 mil toneladas no quarto trimestre do ano, já que ficou reduzida ao transporte de carga frigorificada. Isso, não obstante o considerável aumento de transporte do trigo, na cabotagem.

Ao encerrar-se o ano, o País contava com uma frota mercante constituída de cêrca de 500 unidades de mais de 100 toneladas de capacidade de carga, com capacidade total de 1 047 milhões de toneladas, sendo 29 unidades, com 175 mil toneladas, as utilizadas no longo curso, exclusive os petroleiros que, em parte, operam indistintamente no longo curso e na cabotagem. Foi a frota acrescida, durante o ano, de embarcações com cêrca de 70 000 toneladas de capacidade de carga, aí compreendida a recuperação de 7 unidades com 22 000 toneladas de capacidade.

A par do esfôrço assim envidado com o fim de ampliar o material flutuante da marinha mercante nacional e melhorar sua utilização, a exploração do serviço continuou a processar-se com pesado ônus para o Tesouro Nacional.

Quanto às autarquias federais de navegação, em número de quatro, tôdas grandemente, de há muito, deficitárias, estacionou, em 1957, a sua situação financeira, em confronto com a verificada no exercício anterior. Os aumentos gerais de salários, estendidos ao pessoal dessas entidades industriais do Estado, a par do excesso de pessoal em relação às necessidades efetivas do serviço, tornam extremamente difícil administrá-las como emprêsas, sendo remota a possibilidade de extinção do deficit de custeio mediante a modernização da frota, enquanto perdurarem essas condições de despesas de pessoal. Por motivo da equiparação de salários, as emprêsas privadas de navegação passaram, também, a partir do ano findo, a operar em regime de deficit coberto pelo Tesouro Nacional. O Govêrno vem procurando melhorar essa situação, reduzindo, quanto possível, o pessoal excessivo, já que, quanto aos salários, a política decorre da legislação em vigor.

Das autarquias federais de navegação, uma — o Lloyd Brasileiro — opera simultâneamente no longo curso e na cabotagem; outra, a Cia. Nacional de Navegação Costeira, exclusivamente na cabotagem; e as duas restantes — o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, nas rêdes fluviais das regiões Norte e Sudoeste do País.

A carga transportada pelo Lloyd Brasileiro reduziu-se em 15,2% de 1956 para 1957; todavia, graças à revisão da tarifa, promovida em 1956, a receita correspondente ao transporte de carga e passageiros aumentou de 12,2% de um ano para o outro. Cresceu a despesa, porêm, no mesmo ritmo, verificando-se, assim, um deficit de 1,5 bilhões de cruzeiros, pràticamente igual ao verificado em 1956.

Manteve essa autarquia o único serviço regular de transporte marítimo realizado por emprêsa nacional, no longo curso e para carga geral, em duas linhas para a América do Norte, duas para a Europa e uma para o Rio da Prata. Esse serviço está a cargo de uma frota de 20 navios com 120 mil toneladas de capacidade de carga. A receita bruta de fretes, nos dois sentidos, foi, em 1957, da ordem de US$ 23 milhões, contra cêrca de US$ 19 milhões no ano anterior, ou mais 21%. Aumentou de 4,4%, de um ano para

o outro, a tonelagem transportada. A frota de cabotagem não sofreu alteração de 1956 para 1957, dispondo, para êsse serviço, de 42 navios com cêrca de 160 mil toneladas de capacidade de carga. Reduziu-se, entretanto, de 23,5% a tonelagem transportada, caindo a receita correspondente de apenas 10,7%, pois passou de um bilhão em 1956 para Cr$ 893,2 milhões em 1957. Essa redução foi devida não sòmente à queda do movimento geral de mercadorias na cabotagem nacional, mas também aos encargos específicos de transporte que são conferidos à autarquia pela Administração.

Quanto à Cia. Nacional de Navegação Costeira, obteve ela em 1957 uma receita de Cr$ 933 milhões e realizou despesas da ordem de Cr$ 1 520 milhões, com um resultado deficitário, portanto, de Cr$ 587 milhões no exercício. O deficit em 1956 fôra de Cr$ 689 milhões, reduzindo-se, portanto, de 15%. Sua frota foi aumentada durante o ano em 8 unidades, com cêrca de 43 mil toneladas de capacidade de carga, passando a contar com 36 navios com capacidade total de 122 mil toneladas. Aumentou em 52,6%, de 1956 para 1957, a tonelagem de carga transportada.

O transporte de cabotagem realizado pelas duas autarquias federais reduziu-se de 8%, de 1956 para 1957, ao mesmo tempo que aumentava de 53 % a carga da Frota Nacional de Petroleiros e de 26 % a da frota carvoeira da Cia. Siderúrgica Nacional. Quanto à navegação privada nacional de cabotagem, verificou-se uma redução de 6,2% na carga por ela transportada. Não tendo essa navegação, entretanto, os mesmos encargos atribuídos pela Administração às autarquias federais, a utilização da sua frota continuou a ser consideràvelmente maior que a da oficial.

Transportes Aéreos

O programa de ação do Govêrno, neste setor, compreende a concessão de auxílios e facilidades às emprêsas de transportes aéreos, para que possam expandir e modernizar as respectivas frotas e ampliar e melhorar a infra-estrutura terrestre, a cargo do Ministério da Aeronáutica.

A modernização da frota comercial vem-se processando satisfatòriamente, graças ao auxílio anual de Cr$ 476 milhões que, para êste fim, o Govêrno Federal concede às emprêsas de aviação comercial, de conformidade com a Lei n.º 3 039, de 20 de dezembro de 1956. Além dêsse auxílio direto, concede o Govêrno facilidades cambiais e garantia a financiamentos externos para importação de aeronaves. Tais medidas de incentivo surtiram o efeito desejado e o número de encomendas já colocadas com os fabricantes estrangeiros assegura a modernização e ampliação da frota nos próximos anos, esperando-se, assim, sejam melhorados os já altos padrões de eficiência dos serviços da aviação comercial brasileira, tanto nas linhas internas, como nas linhas internacionais.

A eficiência e segurança dos serviços de transporte aéreo depende também da infra-estrutura — aeroportos, pistas e serviços de segurança do vôo, em sua quase totalidade a cargo do Ministério da Aeronáutica, que para isso dispõe, além das verbas orçamentárias normais, dos recursos do Fundo de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 3 000, de 11 de dezembro de 1956. Está o referido Ministério empenhado na execução de vasto programa de obras, com o fim de ampliar e melhorar as instalações infra-estruturais e permitir a operação dos aviões comerciais a jacto, que deverão entrar em serviço dentro em breve, bem como atender convenientemente à intensificação do tráfego de aviões convencionais. No decorrer do ano de 1957, foram atacadas 56 obras em 39 aeroportos do País.

O tráfego de passageiros da aviação comercial continuou a expandir-se em 1957, tendo sido registrado aumento de, aproximadamente, 15 % sôbre o ano precedente. O movimento de carga acusou, porém, pequeno declínio, tendo o transporte de malas postais permanecido pràticamente em nível igual ao registrado em 1956. A quilometragem total voada alcançou, no exercício findo, 146 milhões de km, sendo 133 milhões nas linhas internas e 13 milhões nas rotas internacionais, enquanto o número de passageiros atingiu a 3 992 mil, dos quais apenas 107 mil nas linhas internacionais.

Comunicações

Os esforços que a Administração vem envidando no sentido de melhorar os serviços oficiais de comunicações postais e telegráficas foram intensificados no decorrer de 1957 e começaram a produzir os resultados que se previam. Como conseqüência da revisão das tarifas, realizada em 1956, a receita aumentou consideràvelmente, reduzindo os encargos financeiros do Tesouro Nacional no custeio daqueles serviços. Vasta e complexa é ainda, porém, a tarefa a realizar, com o fim de pôr os serviços de correios e telégrafos em condições de atender aos reclamos da atividade econômica e das relações sociais do País.

CORREIOS E TELÉGRAFOS

A rêde de agências postais do País pràticamente não foi alterada, de 1956 para 1957, conquanto sua distribuição se tenha modificado ligeiramente, já que foram criadas, reabertas ou instaladas 47 unidades, suprimidas 30 e fechadas temporàriamente outras tantas, por motivo de inexistência de tráfego.

Voltou a intensificar-se, porém, o tráfego postal em todo o País, após o declínio por que passou em virtude do reajustamento da tarifa, em 1956. Estima-se que a receita haja aumentado de Cr$ 270 milhões entre 1956 e 1957.

Com o fim de coordenar e expandir o transporte da correspondência em autoveículos, foi criada, em agôsto, a Superintendência do Serviço de Transporte-Automóvel, aprovando-se o seu regimento. Esse serviço recebeu equipamento constituído de mais de uma centena de viaturas-automóvel, para transporte rodoviário e urbano.

Procedeu-se a um estudo das medidas necessárias à melhoria da coleta de correspondência e realizou-se um levantamento das necessidades de carros-correio, para o serviço ambulante, bem como das possibilidades de sua fabricação pela indústria nacional.

Foi implantada a mecanização do serviço na sede da Diretoria-Geral de Minas Gerais.

Importantes aperfeiçoamentos foram introduzidos em 1957 nos serviços telegráficos oficiais, podendo-se dizer que, com êles, se iniciou a operação do tráfego em bases compatíveis com a moderna técnica das telecomunicações.

Assim, concluiu-se e entrou em serviço, com equipamento de telegrafia harmônica de 18 canais, operados em teletipo, o trecho Rio — São Paulo da linha *carrier* tronco-sul, possibilitando a quadruplicação de tráfego atual, de 5 000 mensagens diárias. Contratou-se e iniciou-se a construção, para término em fins de 1959, dos trechos Curitiba — Lajes e Lajes — Pôrto Alegre, da mesma linha *carrier* tronco-sul, e do trecho Campinas — Bauru, do tronco oeste-sul.

Foi concluída e entrou em tráfego a nova Central Radiotransmissora de Sarapuí, em Gramacho, RJ, que está apta a assegurar, com grande efetividade, a ligação-rádio da Capital do País com as de quase todos os Estados da Federação e com os países com os quais mantemos serviço radiotelegráfico exterior. Sua capacidade é superior a 60 000 mensagens diárias. Contratou-se e iniciou-se a construção da nova Estação Rádio-receptora Central de Guaratiba, DF, do mesmo vulto da sua homóloga de Sarapuí, devendo estar concluída em fins do ano próximo.

Vários outros foram os aperfeiçoamentos, de menor vulto, introduzidos nos serviços telegráficos oficiais, em 1957. Estima-se que a receita correspondente tenha aumentado de cêrca de Cr$ 450 milhões, de 1956 para 1957.

PLANO POSTAL-TELEGRÁFICO

Além das realizações mencionadas, constantes do Plano Postal-Telegráfico em execução, merecem menção especial os seguintes empreendimentos levados a cabo, desenvolvidos ou iniciados em 1957, em cumprimento a êsse Plano:

a) conclusão das obras das agências postais-telegráficas de Cruzeiro do Sul, AC, Caravelas, BA, Limeira, SP, Apucarana, PN, e Miranda e Ponta Porã, MT. Das 336 obras dessa natureza previstas no Plano ficaram ultimadas 177;

b) prosseguimento ou início das obras de construção de mais 28 estações postais-telegráficas em onze Estados;

c) início de obras de grande porte no núcleo do D.C.T. em Manguinhos (Almoxarifado-Geral, Oficinas Gráficas, Oficina Mecânica e Pôsto de Lubrificação); de reforma e ampliação do edifício-sede da Diretoria Regional do Rio Grande do Sul;

d) elaboração de projetos, cálculos, especificações e orçamento para as obras dos edifícios do tráfego postal-telegráfico desta Capital e da nova Escola de Aperfeiçoamento do D.C.T.

PROGRAMA PARA 1958

Os principais empreendimentos programados para 1958, referentes à modernização dos serviços postais e telegráficos do País, são, a seguir, enumerados:

a) prosseguimento das obras anteriormente mencionadas e de outras constantes do Plano Postal-Telegráfico;

b) início de construção dos edifícios do tráfego postal-telegráfico desta Capital e da nova Escola de Aperfeiçoamento do D.C.T.;

c) aquisição e montagem dos equipamentos necessários à melhoria do serviço postal, mecanizando-se, quanto possível, o serviço nas sedes das Diretorias Regionais;

d) atuação junto às administrações das estradas de ferro do País no sentido do reequipamento ferroviário em carros-correio e carros especiais para transporte de malas postais, incrementando-se ao máximo o Serviço Ambulante do D.C.T.;

e) reinício da construção da linha *carrier* São Paulo — Curitiba e início da construção da linha *carrier* Rio — Belo Horizonte e Belo Horizonte — Divinópolis;

f) melhoria nas instalações-rádio de Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus;

g) restabelecimento do serviço radiotelefônico interior;

h) automatização do tráfego telegráfico no Distrito Federal e aquisição e montagem de equipamento para o Serviço Telex no Rio de Janeiro, DF, e em São Paulo, SP.

CAPITULO VIII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

Agropecuária

Não só pelo que representa, como fonte de alimentos para a população, mas também pelo que significa em nosso orçamento de divisas, com a sua contribuição de 90%, a produção agropecuária vem sendo objeto de constante cuidado do Govêrno. Embora a economia brasileira esteja em marcha para a franca industrialização, a atividade agrícola e pastoril representa, ainda, a maior parcela do Produto Nacional. No que concerne a alguns itens, o índice de produtividade mostra-se relativamente baixo, conquanto pesquisas realizadas por órgãos técnicos acusem sensíveis progressos nos últimos anos, graças a medidas adotadas pelo Govêrno e pela iniciativa privada. Entre estas, destacam-se a difusão de conhecimentos técnicos de trato do solo e o suprimento de máquinas, implementos agrícolas e fertilizantes, bem como de outros produtos químicos capazes de melhorar o rendimento das espécies cultivadas. Outros problemas ligados ao entrosamento da produção com o consumo — transportes, armazenagem e beneficiamento dos produtos — vêm tendo prioridade no programa de trabalhos do Govêrno.

POSIÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

Em 1957, a nossa produção agropecuária — isto é, o agregado formado pela agricultura, a produção extrativa vegetal e a produção de origem animal — participou com, aproximadamente, 245 bilhões de cruzeiros na formação da renda nacional, estimada em cêrca de 872 bilhões. No conjunto da atividade econômica do País, o contingente mais avultado — 28,1% — cabe, ainda, à agropecuária. Conquanto superior ao de 1956 (26,6%), é menor que o do triênio 1953-55, cujo coeficiente médio foi de 29,6%.

Vem-se assinalando, nos últimos anos, ligeira tendência de declínio na participação relativa da agropecuária na renda nacional, em virtude de um intenso processo de desenvolvimento que fortalece

a produção rural, mas imprime, como é natural, mais rápido ritmo à expansão das atividades industriais.

Mantendo-se o nosso comércio exterior quase inteiramente circunscrito à exportação de produtos primários, a produção rural assume grande importância, pois, além de atender às necessidades do mercado interno, representa, conforme assinalamos, mais de 90% do valor global das vendas ao estrangeiro. Só o café, o algodão e o cacau proporcionam perto de 75% da receita global de divisas, cabendo o restante ao açúcar, fumo, sisal, frutas, erva-mate, couros, mamona, cêra de carnaúba, madeiras e outros produtos.

Em nossa economia rural, mais de oitenta produtos constituem o mercado básico. Dêsses, alguns se destacam seja pela extensão da área plantada, seja pelo valor econômico decorrente da procura. O financiamento, a fertilização, o armazenamento, os transportes e a mecanização — problemas que afligem o homem do campo — têm sido objeto de ação desvelada do Govêrno, conforme se verá no curso desta exposição.

PRODUÇÃO AGROPECUARIA EM 1957

Os índices disponíveis do volume físico ponderado da produção agropecuária — agrícola, extrativa vegetal e animal — apresentaram, em 1957, um incremento de 12,7% sôbre 1956, resultado que se mostra alvissareiro, pois, em 1956, aquela taxa acusara um declínio de aproximadamente 3%, relativamente a 1955. Essa evolução decorreu dos incrementos de 14,3% nas colheitas agrícolas, e de cêrca de 9% na produção de origem animal, reduzidos, em parte mínima, pelo escasso crescimento da produção extrativa vegetal, que foi de 0,3%.

Das 49 culturas arroladas pelo Serviço de Estatística da Produção, que perfazem mais de 70% do conjunto da produção agropecuária, apenas nove, em 1957, registraram, em relação às safras de 1956, declínio nas quantidades produzidas: trigo, algodão, batata-inglêsa, fumo, alfafa, aveia, cevada, centeio e cebola. Ressalte-se que a mais importante dessas quedas, a do trigo (— 7,5%), resultou de irregularidades climáticas e da ocorrência de pragas nos trigais gaúchos. Excetuando-se o verificado na produção do

trigo e do algodão, que desfrutam de posição relevante no conjunto da agricultura nacional, o decréscimo de outras colheitas quase não afetou o cômputo total, fôsse pela pequena taxa de redução apresentada, fôsse pela sua insignificante participação no produto agrícola.

No que tange às colheitas que apresentaram resultados favoráveis — cêrca de quarenta — destacam-se as seguintes, que praticamente respondem pelo progresso da agricultura no ano findo: café (+ 42,3%), arroz (+ 16,8%), feijão (+ 22,2%), milho (+ 10,1%), sisal (+ 18,7%), juta (+ 8,5%), cana-de-açúcar (+ 5,9%), mamona (+ 20,1%), e cacau (+ 3,8%). As demais culturas, não obstante apresentarem resultados satisfatórios, e várias delas índices elevados, figuram em posição secundária na formação do incremento total.

A produção de origem animal, que representa perto de 28% da agropecuária brasileira, também mostrou apreciáveis índices de elevação. A de carnes de todos os tipos cresceu aproximadamente em 10%, alcançando, em 1957, a cifra de 1 milhão e 400 mil toneladas, contra 1 milhão e 270 mil em 1956. Os rebanhos brasileiros — bovinos, ovinos, caprinos e suínos — vêm evoluindo sensivelmente nos últimos anos; sua taxa de crescimento apresenta-se forte e de ritmo regular. As estimativas para 1957 prevêem que o número de bovinos se eleve a 70 milhões de cabeças, para uma população de 61 milhões de habitantes, aproximadamente. Dêsse modo, continua satisfatòriamente observada, entre nós, a proporção internacionalmente aceita como de auto-suficiência em alimentos dessa origem. Pode-se mesmo dizer que nossa posição, neste particular, é lisonjeira, pois os alimentos de proveniência bovina representam mais de 85% do consumo global de produtos de origem animal. Ainda mais animador se apresenta êsse quadro, se considerarmos os avanços registrados nos demais setores da produção animal.

Quanto ao último item do agregado agropecuário — a produção extrativa vegetal, que contribui com apenas 2% para a formação do Produto Rural — os índices conhecidos, embora de reduzido incremento, em relação a 1956, são os mais altos do último decênio. A cêra de carnaúba, o mate, a borracha, a castanha-do-

pará, o pau-rosa e as madeiras, produtos extrativos de grande procura no exterior, vêm indicando tendência ascendente em seus níveis de produção.

O crescimento da produção agropecuária brasileira apresentou, em 1957, comportamento mais ou menos regular nas diversas regiões do País, discrepando um pouco no Nordeste, onde os índices revelam menor aumento. Todavia, deve-se ter em conta que o desenvolvimento da produção agrícola varia consideràvelmente de região para região, não só no que respeita ao volume produzido, como também à predominância de culturas e aos níveis de produtividade, uma vez que são diferentes as condições naturais e as disponibilidades de recursos técnicos e financeiros.

Do ponto de vista do índice *per capita*, a produção agropecuária vem apresentando progressos apreciáveis. No último decênio, o ritmo de crescimento da economia rural brasileira superou o da população. Sobressaem, sob êsse aspecto, a produção agrícola e a de origem animal. Em 1957, o índice *per capita* do agregado agropecuário cresceu em cêrca de 10%, em relação a 1956. Tal acréscimo foi fortemente influenciado pelas colheitas agrícolas, que aumentaram, em têrmos *per capita*, de, aproximadamente, 12%, e pela produção de origem animal, incrementada em perto de 7%. Quanto à produção extrativa vegetal, situou-se 2% abaixo do nível *per capita* de 1956.

DESTINO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

No último decênio, enquanto os produtos de consumo interno aumentaram 50%, os destinados à exportação cresceram apenas 32%. Graças à abundância da última safra cafeeira, a produção rural orientada para os mercados externos cresceu de 27%, em 1957, contra um declínio de 22%, em 1956. No tocante aos produtos consumidos no País, a taxa de crescimento, em 1957, foi da ordem de 9%, contra 4% em 1956. A análise estatística revela que a produção agropecuária escoada para o estrangeiro acusa mais lento ritmo de evolução, exceto naqueles períodos em que a colheita do café apresenta volumes anormais. Enquanto isso, a produção de consumo interno se desenvolve em ritmo vivo, permi-

tindo atender com vantagem ao forte crescimento da população e à procura cada vez mais intensa nos centros urbanos.

AREA CULTIVADA

Para o aumento de 14,3% na produção agrícola nacional, em 1957, a área cultivada cresceu apenas 0,3%. Segundo os dados distribuídos pelo Serviço de Estatística da Produção, referentes a 49 culturas, a área cultivada alcançou 22 milhões e 902 mil hectares, em 1957, contra 22 milhões e 842 mil, em 1956. Essa estabilidade da área de plantio, nos últimos anos, evidencia melhoria da produtividade, que não se deve apenas à ótima colheita de café registrada em 1957 (+ 42,3%), mas também a outros fatôres, como adiante se verá.

As estatísticas revelam que, em 1957, 39 culturas, entre as 49 computadas pelo S.E.P., acusaram aumentos de área, que englobadamente perfazem um acréscimo de 486 mil hectares, em relação aos resultados aferidos em 1956, quanto aos mesmos produtos. Por outro lado, os 10 outros produtos tiveram a sua área plantada diminuída em 425 mil hectares em 1957, relativamente a 1956. Do confronto destas duas cifras — aumento de 486 mil hectares e redução de 425 mil hectares — resulta insignificante aumento global da superfície plantada, representando apenas 0,3%.

Entre as culturas que, em 1957, acusaram aumentos de área, encontra-se a lavoura cafeeira que, sòzinha, teve a sua superfície de plantio ampliada em cêrca de 250 mil hectares, o que representa 52% daquele aumento global. Outros produtos, como feijão, milho e cacau, tiveram também acrescidas as respectivas áreas cultivadas. No que concerne à redução da área plantada, sobressai o algodão, que acusou um decréscimo de 258 mil hectares, ou sejam 60% da redução global assinalada em 1957. O arroz e o trigo também participaram do total, com quase 160 mil hectares.

Melhor Aproveitamento dos Fatôres de Produção

O aprimoramento dos fatôres de produção, isto é, o emprêgo de melhores métodos de exploração da terra, processo naturalmente demorado, tem merecido especial cuidado do Poder Público e devo-

tada colaboração do produtor rural. Os órgãos públicos incumbidos de pesquisa, experimentação, extensão agrícola, conservação do solo, distribuição de sementes e beneficiamento dos produtos agropecuários estão contribuindo sensivelmente para a melhoria das safras e para o progresso da produtividade rural. Apesar disso, o rendimento de algumas das principais colheitas, por unidade de área cultivada, mantém-se ainda em nível relativamente baixo e, em outros casos, estacionário. No último decênio, a evolução do rendimento por hectare cultivado, no conjunto da agricultura brasileira, foi de apenas 8%. Contudo, em 1957, verificaram-se substanciais melhorias. Entre as 49 culturas arroladas, 33 fizeram progressos em seus rendimentos. Dentre as que acusaram menores índices, por hectare, encontra-se o trigo.

Embora a taxa de rendimento por hectare não tenha acusado melhoria das mais animadoras, o rendimento agrícola por pessoa ativa — índice mais expressivo da produtividade rural — permite concluir que esta vem progredindo satisfatòriamente. No último decênio, êsse progresso se expressa por taxa superior a 38%, e disto se pode inferir um crescimento médio anual da ordem de 3,8%. O sensível declínio na produção agrícola de 1956, com a conseqüente redução de mais de 3% na produtividade, foi largamente compensado, em 1957, pois o incremento do rendimento por pessoa ativa foi superior a 10%. Assim, além de cobrir a perda do ano anterior, a produtividade agrícola, em 1957, superou em muito a média registrada no último decênio.

Mecanização

Entre os fatôres que vêm proporcionando à agricultura melhor rendimento, convém destacar a mecanização da lavoura, estimulada pelo Govêrno, através de seus órgãos especializados. Em resultado de estudos feitos, modificou-se a política de importação de tratores. Anteriormente, cabia à Administração adquirir essas máquinas e revendê-las aos agricultores. Por um lado, a descontinuidade no fornecimento, e, por outro, o desestímulo à disseminação de agências distribuidoras — capazes de prestar assistência técnica e fornecer peças sobressalentes aos agricultores — vinham ocasio-

nando sérios transtornos ao programa de mecanização. Para obviar tais inconvenientes, decidiu-se atribuir à iniciativa particular a importação de máquinas agrícolas, reservando-lhe uma quota, em moeda estrangeira. Aos fornecedores estrangeiros, exige-se, porém, financiamento, pelo prazo de três anos, no mínimo, dando-lhes o Govêrno garantia de pagamento, desde que o distribuidor nacional se submeta ao contrôle dos preços de venda, de modo a evitar lucro além do razoável.

Dessa forma, procurou-se defender o agricultor e estimular o comércio normal de máquinas agrícolas em todo o País. Os resultados já se fizeram notar de maneira sensível. As quotas iniciais do programa de importação já estão sendo preenchidas, devendo atingir, no ano corrente, a importância de 46 milhões de dólares aproximadamente. Em apoio a êsse plano de mecanização da agricultura nacional, o Eximbank, mediante garantias do B.N.D.E., está financiando os importadores de equipamentos agrícolas dos Estados Unidos, até o montante de 45 milhões de dólares.

Segundo as cifras conhecidas, existiam, no País, em princípio de 1957, aproximadamente, 55 mil tratores. Estimadas as demandas nacionais dessas máquinas, pôde o Govêrno estabelecer a meta de 72 mil unidades, para 1960. A fim de solucionar, em definitivo, o problema, está o Govêrno promovendo meios para implantar a indústria de máquinas agrícolas no Brasil, dentro das mesmas características adotadas para a indústria automobilística. A matéria é devidamente desenvolvida, na parte desta Mensagem reservada à produção industrial.

Fertilização

Entre os mais modernos processos de incremento da produtividade rural, tanto no que concerne ao rendimento por hectare, como no que se refere ao rendimento por trabalhador agrícola, destaca-se o de emprêgo de adubos e fertilizantes — que, além de reduzir o custo de produção, mantém a fertilidade do solo.

Apesar de absorver tôdas as quantidades de fertilizantes disponíveis no mercado, a lavoura brasileira consome êsses produtos em escala ainda reduzida, consideradas a extensão da área culti-

vada e as exigências do incremento à produtividade. Neste setor, a tarefa que o Govêrno se propôs é dupla: de um lado, aumentar a produção do adubo nacional, e, de outro, obter a ampla disseminação do emprêgo de adubos.

A produção nacional de fertilizantes vem aumentando sensivelmente nos últimos anos. Projetos, em fase final de conclusão, virão trazer-lhe extraordinário acréscimo. Já no biênio 1956-57, o aumento, em relação ao biênio anterior, foi de 30%, na produção de superfosfatos, e de mais de 100%, na de fosfatos naturais.

O funcionamento, ainda êste ano, da fábrica de nitrogênio de Cubatão libertará virtualmente o País da importação dêsse fertilizante. Quanto aos adubos fosfatados, a produção de superfosfatos acha-se em franco progresso no Sul do País. O mesmo acontece no Norte, onde a iniciativa particular, com o apoio do Govêrno, está desenvolvendo a produção de fosfato natural, que deverá em breve atingir 250 mil toneladas anuais, com 28-30% e 34-36% de ácido fosfórico, o primeiro para emprêgo direto e o segundo destinado à produção de superfosfatos. Isto virá resolver as dificuldades com que lutam as fábricas nacionais dêstes últimos produtos. Por motivo de carência de matéria-prima, essas fábricas vêm trabalhando com apenas metade da capacidade potencial de produção, estimada em 200 mil toneladas.

Não obstante os recentes progressos da indústria nacional de fertilizantes, as importações de fosfatados, nitrogenados, potássicos e mistos têm aumentado sensìvelmente nos últimos anos, havendo alcançado, em 1957, a cifra global de 670 mil toneladas, contra 448 mil, em 1956, que foi a maior quantidade já adquirida no exterior.

A programação, neste setor, prevê, para 1960, uma produção anual de 120 mil toneladas de teor de azôto e fósforo, na tonelagem total de adubos produzidos no País.

Armazenagem e Transportes

Tôda prioridade se vem conferindo aos problemas relacionados com o abastecimento. Estudos levados a efeito pelo Conselho Coordenador do Abastecimento permitiram a êsse órgão promover

importantes medidas, com o objetivo de assegurar a melhor distribuição de gêneros alimentícios no País.

Quanto à armazenagem, mercê das facilidades de financiamento concedidas pelo B.N.D.E., foram organizadas, para êsse fim, companhias de economia mista, nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já tendo algumas delas iniciado as suas rêdes. Quatro armazéns foram ultimados no Rio Grande do Sul, e ali deverão estar concluídos mais quinze, para a próxima safra, aumentando em quase 80 mil toneladas a capacidade de estocagem. Em Santa Catarina, a próxima inauguração de dois silos novos e os reparos em 11 armazéns aumentarão também substancialmente o potencial de armazenamento. Nessas Unidades federativas a rêde de silagem está em adiantada fase de expansão, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o Govêrno Federal já contratou a construção ou importação de conjuntos com capacidade de quase 300 mil toneladas. Está o Govêrno Estadual empenhado, agora, na conclusão de silos para 85 mil toneladas e estuda propostas correspondentes a mais 100 mil toneladas.

Com êsses empreendimentos, adicionará o atual Govêrno, em 1958, 613 mil toneladas à capacidade de armazenagem do País. A meta geral a ser atingida, em 1960, é de 742 mil toneladas, compreendendo 232 mil de armazéns e 510 mil de silos.

Ao lado dêsse programa, cuida o Govêrno não só da construção de novos frigoríficos, como da remodelação dos existentes. Também promove a instalação de 7 matadouros industriais, com capacidade para 3 550 bovinos e 1 300 suínos por dia, além de frigorificar 15 mil toneladas de produtos.

Quanto aos transportes, não resta dúvida que a atenuação da alta de preços ao consumidor, durante 1957, foi, em grande parte, devida à melhoria das ligações ferroviárias e marítimas. O ritmo de crescimento da tonelagem de gêneros alimentícios transportados por cabotagem, que era, até 1956, de 5%, elevou-se a 15%.

Não menos significativo é o fato de as safras de milho, arroz e feijão, embora maiores que as anteriores, se haverem escoado mais fàcilmente em 1957. Deve-se isto — de um lado — aos suprimentos de locomotivas e de vagões obtidos pelas ferrovias à conta

dos recursos do B.N.D.E., e — de outro — ao reforçamento da frota mercante nacional e às facilidades criadas ao transporte marítimo, no período das safras.

Crédito Rural

Foi notável o estímulo trazido à produção agropecuária pelas medidas adotadas no campo do crédito. Se considerarmos o total dos empréstimos distribuídos à lavoura e à pecuária, em 1957, pela rêde bancária nacional (período de janeiro-setembro), verifica-se que houve um incremento de saldo da ordem de 8 bilhões de cruzeiros, enquanto, no mesmo período de 1956, o acréscimo foi de sòmente 3 bilhões e, durante todo o ano, alcançou pouco mais de 4 bilhões. E' manifesto que, a partir do último trimestre de 1956, o crédito às atividades rurais evoluiu extraordinàriamente: de outubro de 1956 a setembro de 1957, o saldo global registrou um acréscimo superior a 9 bilhões de cruzeiros, contra pouco mais de 3,5 bilhões, em idêntico período anterior (outubro de 1955 a setembro de 1956), indicando uma taxa de incremento de 163%. Êsse fenômeno traduz as vantagens advindas do plano de refinanciamento pelo Banco do Brasil, pôsto em prática em 1956, para os créditos distribuídos pela rêde bancária, com o objetivo de custear as lavouras de subsistência. Também contribuiu para alargar ainda mais os níveis de crédito à agropecuária, a liberação, dispensada aos bancos particulares, quanto ao recolhimento obrigatório dos excedentes de depósito (Instrução n.º 135 da SUMOC), desde que 57% dos mesmos fôssem destinados à lavoura.

A Carteira de Crédito Agrícola Industrial do Banco do Brasil cabe o grosso dos financiamentos especializados às atividades rurais. Êsse estabelecimento desenvolveu consideràvelmente suas operações em 1957. De janeiro a outubro, a CREAI concedeu 62 mil empréstimos, totalizando perto de 14 bilhões de cruzeiros, contra 53 mil, perfazendo quase 10 bilhões de cruzeiros, em igual período de 1956.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, entidade especializada no financiamento às cooperativas rurais, também havia fornecido, até 31 de outubro de 1957, empréstimos no valor de 907 milhões de cruzeiros.

Cumpre assinalar, ainda, o desenvolvimento que tiveram, durante o ano findo, os programas de extensão rural e difusão do crédito rural supervisionado. Tais programas alcançaram auspiciosos resultados, em vasta área do País, através do sistema de órgãos autônomos coordenados pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

Finalmente, merece referência especial a orientação imprimida à política de preços mínimos para os produtos agropecuários. Nos dois últimos anos, sua fixação se fêz antes do período das colheitas, ao contrário do que sucedia anteriormente, quando os preços eram fixados na fase de comercialização dos produtos. Êsse novo procedimento veio beneficiar consideràvelmente os lavradores, assegurando-lhes, com antecedência, garantia de preços, fixados em níveis que prevêem as flutuações do mercado.

CAPÍTULO IX

INDÚSTRIA

Intensificaram-se, em 1957, os esforços, tanto das entidades governamentais como das organizações privadas, para a execução do programa de desenvolvimento aprovado pelo atual Govêrno. Tal programa visa ao fortalecimento e integração do parque industrial brasileiro que, conquanto já bem desenvolvido em alguns setores, apresentava, em outros, principalmente nas indústrias básicas e mecânicas, sérias deficiências cuja superação constitui passo indispensável para o avanço do processo de industrialização.

Na formulação dêsse programa, procurou o Govêrno fixar metas específicas para aquêles ramos industriais cuja implantação ou desenvolvimento se afigurava mais urgente. Quanto aos demais setores industriais, já apreciàvelmente desenvolvidos, seu crescimento ulterior será não só facilitado pela remoção dos pontos de estrangulamento e pelo aumento da procura global resultantes dos investimentos naqueles setores básicos, como garantido por medidas adequadas de proteção aduaneira, dentro do clima geral de confiança estabelecido pelo Govêrno.

No que toca à proteção aduaneira, já foi salientada, nesta Mensagem, a fundamental importância da nova Tarifa das Alfândegas, que entrou em vigor em 1957. A antiga tarifa, de base específica, se tornara obsoleta com o grande aumento de preços verificado durante sua vigência; por isso, a proteção à indústria nacional vinha-se fazendo inadequadamente, através do sistema cambial. A nova tarifa, estabelecida em bases *ad valorem*, não correrá o risco de se tornar inefetiva, constituindo, assim, instrumento capaz de assegurar racional proteção à nossa indústria.

Em 1957, registrou-se grande progresso na realização das metas industriais do Govêrno, como se poderá depreender do resumo a seguir apresentado, referente à situação dos principais setores industriais básicos. Tal progresso não se mede apenas pelas estatísticas de produção efetiva, já consignadas nesta Mensagem, como também, e principalmente, pelos investimentos em curso e, ainda, pelas decisões tomadas quanto a novos empreendimentos.

Mineração

A pesquisa e o aproveitamento econômico dos recursos minerais do País constituem um dos pontos fundamentais do programa governamental, visando a transformar em fonte de renda, para a comunidade, as riquezas potenciais que jazem no nosso subsolo. Tanto assim é que três das metas do Govêrno — a de petróleo, a de carvão e a relativa à exportação de minérios — estão diretamente ligadas à mineração. O esfôrço que está sendo feito no aumento dos recursos minerais, a fim de fortalecer as bases da industrialização do País, não tem precedentes e já produz frutos, pois foi a indústria extrativa mineral a que apresentou maior ampliação de 1956 para 1957.

As principais ocorrências nos setores de petróleo e de carvão foram analisadas, na parte referente a Energia. Neste capítulo, será feito um exame sucinto dos outros setores da pesquisa ou da produção mineral.

A participação do Govêrno na exploração dos recursos minerais do País vai além da simples fiscalização e contrôle da ativi-

dade privada no setor, tomando o Poder Público, muitas vêzes, a iniciativa da realização de pesquisas, ou mesmo da exploração dos recursos minerais.

A meta quanto à exportação de minérios compreende a majoração da capacidade da Cia. Vale do Rio Doce para seis milhões de toneladas anuais e o aparelhamento do pôrto do Rio de Janeiro para embarque de dois milhões de toneladas; assim, espera-se atingir a meta para 1960, que consiste na exportação de 8 milhões de toneladas de minério de ferro. Isso significará mais do que triplicar, neste qüinqüênio, a exportação de minério de ferro que, em 1955, era da ordem de 2,5 milhões de toneladas.

Pretende, assim, o Govêrno, intensificar o aproveitamento econômico do potencial ferrífero do País, das ricas jazidas nacionais de minério de ferro, para proporcionar as divisas tão necessárias ao nosso desenvolvimento econômico. Além do programa para a exportação de 8 milhões de toneladas em 1960, estão em curso estudos e negociações para acréscimo ulterior da capacidade nacional de exportação de minério de ferro, tendo em vista alcançar, na próxima década, um nível da ordem de trinta milhões de toneladas por ano.

O exercício de 1957 foi excepcionalmente favorável no setor de mineração, pois se registraram incrementos em quase todos os produtos. Das principais explorações minerais, apenas o carvão acusou decréscimo, e bem modesto. O progresso mais assinalado ocorreu na produção e exportação de minérios de manganês e de ferro, e na produção de petróleo. De fato, com o início da exploração das jazidas do Amapá, as exportações de minérios de manganês alcançaram, em 1957, perto de 800 000 toneladas, no valor de mais de US$ 40 milhões, contra um volume exportado da ordem de 260 000 toneladas no ano anterior. Quanto ao minério de ferro, as exportações aumentaram de 2 745 000 toneladas, no valor de US$ 35,1 milhões, em 1956, para cêrca de 3 400 000 toneladas, em 1957, proporcionando ao País uma receita de divisas de quase US$ 50 milhões. Em seu conjunto, as exportações de matérias-primas de origem mineral ascenderam, em 1957, a mais de US$ 100 milhões, contra US$ 51,6 milhões no ano anterior. E a produção de petróleo, conforme mencionado em outra parte desta Mensagem, alcançou, no ano passado, 10 100 000 barris.

o que representa notável aumento sôbre a produção do ano precedente, que havia sido de pouco mais de 4 milhões de barris.

A exportação de minério de ferro da Cia. Vale do Rio Doce atingiu, em 1957, a cifra de 2 900 000 toneladas, superando, por larga margem, o volume exportado no ano anterior, que havia sido de 2 270 000 toneladas, tendo o seu valor aumentado de US$ 29 milhões para US$ 40 milhões. Em conseqüência, a Companhia apresentou, no ano findo, resultado financeiro ainda mais compensador, tendo seus lucros montado a cêrca de Cr$ 750 milhões, contra Cr$ 497 milhões em 1956.

Paralelamente, a produção dos minerais que ocupam posição menos importante no quadro das atividades extrativas minerais do País registrou também progresso animador. Releva salientar que, no ano passado, se iniciou a operação da unidade de beneficiamento dos fosfatos naturais de Olinda, Pernambuco, que virá suprir as necessidades de adubos fosfatados da nossa agricultura.

Durante o ano em revista, prosseguiu o Govêrno na tarefa de orientar, incentivar e auxiliar a indústria extrativa mineral, quer no tocante à aplicação do Código de Minas, quer promovendo trabalhos de pesquisa tendentes à determinação de reservas de minerais ou à coleta de subsídios para o melhor conhecimento geológico do País.

Assim, continuaram os trabalhos de pesquisa de água subterrânea no Piauí, os quais objetivam também a pesquisa de carvão mineral, tendo sido executadas 25 perfurações, perfazendo 2 164 metros. Em Pernambuco, na região de Olinda, foram realizados trabalhos de cooperação para determinação de corpos de fosfatos, a fim de programar-se a exploração, e para a pesquisa de água subterrânea destinada a alimentar a usina de beneficiamento dos fosfatos naturais. Ainda em Pernambuco, empreendeu a Administração pesquisas objetivando o melhor conhecimento de jazidas de calcário e de outras ocorrências de fosforita. No Rio Grande do Norte foram realizadas pesquisas de monazita e, no Ceará, investigaram-se diversas ocorrências de manganês e cassiterita. No Estado da Bahia foram iniciados estudos completos da jazida de Boquira, que parece ser a maior mina de chumbo conhecida no País. Além disso, foram elaborados programas para a pesquisa

sistemática de outras ocorrências de galena e de minério de cobre, em vários pontos do Estado. No Espírito Santo, prosseguiram os trabalhos de pesquisa de monazita iniciados em anos anteriores.

Concluiu-se, em 1957, a instalação da usina de beneficiamento de minérios estaníferos, que o Govêrno fêz construir em Nazareno, na região de São João del Rei, Minas Gerais, a qual se destina a cooperar com os mineradores na separação da cassiterita de seus satélites. Continuaram, com o levantamento aerofotogramétrico, os trabalhos de pesquisa da ocorrência de minérios de zinco, chumbo e cobre da região de Vazante, que, segundo se pode inferir dos estudos preliminares, apresenta grande significação econômica. Os levantamentos aerofotogramétricos foram estendidos também a Itacarambi, Manga e Lontra, na região de Januária, onde existem ocorrências ainda insuficientemente estudadas, semelhantes às de Vazante. As atividades do Govêrno no Estado de Minas Gerais ampliaram-se ainda a pesquisas ou reconhecimentos das ocorrências de cobre e de minerais radioativos na região de Moeda, de pirocloro na região da Tapira, de urânio e bauxita em Poços de Caldas, de tório e terras raras no Morro do Ferro e da jazida zircônio-uranífera de Cascalho, nas vizinhanças da cidade de Caldas. Prosseguiram, por outro lado, os trabalhos de levantamento geológico e de estudo das jazidas de minério de ferro e de manganês do chamado Quadrilátero Ferrífero.

Em São Paulo foram iniciados estudos para o melhor conhecimento da jazida de minério de cobre que se encontra em trabalho de lavra em Itapeva. No Estado do Paraná foram executados, como vinha acontecendo nos anos precedentes, trabalhos de pesquisa das jazidas de carvão do Rio do Peixe. As jazidas de cobre do Estado do Rio Grande do Sul foram, também, objeto de pesquisa, para melhor conhecimento de suas potencialidades.

Siderurgia

O Brasil, que ainda hoje se situa entre os países de mais baixo consumo, *per capita*, de produtos siderúrgicos, constituirá, em futuro próximo, mercado bem mais amplo, pelo esperado aumento da demanda conseqüente da aceleração do desenvolvimento industrial.

Em 1950, o consumo aparente de lingotes de aço se limitava a 1 191 000 toneladas, para elevar-se, em 1955, a 1 661 000. Já em 1960, como conseqüência da industrialização que se observa, o mercado deverá absorver mais de 2 300 000 toneladas, para atingir, em 1965, o consumo de quase 3 500 000.

Essa projeção da demanda, feita com base no crescimento do consumo nos últimos anos e no ritmo de industrialização do País, tornou evidente a necessidade de dar rápido desenvolvimento à produção interna de ferro e aço, em quantidade e qualidade.

Animando e prestigiando projetos da iniciativa privada, e ativando os empreendimentos sob contrôle do Poder Público, pôde o Govêrno programar a expansão dêsse setor básico do parque industrial, de maneira a que se alcance produção um pouco superior a 2 000 000 toneladas, em 1960. Mais que isso, empenhou-se em medidas concretas para permitir a continuidade dêsse crescimento nos anos seguintes, estabelecendo condições e meios para que em 1965 se atinja a meta de 3 450 000 toneladas, ou seja, praticamente, o montante do consumo estimado para aquêle ano.

Os primeiros resultados dessa política já se fazem presentes, visto que, em 1957, a produção ascendeu a 1 424 000 toneladas, representando acréscimo de 261 000 (22%) sôbre a produção verificada em 1956.

Entre as ampliações em curso, destacam-se a da Companhia Siderúrgica Nacional e a da Belgo-Mineira, a primeira visando ao aumento da produção para 1 100 000 toneladas de lingotes e a outra para 556 000.

Das usinas novas, salientam-se a COSIPA, a USIMINAS e a Ferro e Aço de Vitória, que prevêem a produção de 385 000, 240 000 e 100 000 toneladas, respectivamente. A par disso, prosseguem os trabalhos de remodelação da Cia. Aços Especiais de Itabira, para a produção, em breve, de 120 000 toneladas anuais.

Tôdas as emprêsas contam, para a execução de seus planos, com empréstimos de entidades estrangeiras, acrescendo, no caso da USIMINAS, a participação direta de firmas japonêsas, que subscreveram 40% do capital da sociedade. Em dezembro último, achavam-se registrados na Superintendência da Moeda e do Crê-

dito, ou em estudo, vários financiamentos externos, totalizando US$ 165,7 milhões relativos aos citados planos.

Contudo, em face do vulto dos recursos reclamados pelos empreendimentos, da ordem de 35 bilhões de cruzeiros, o Poder Público vem, também, dispensando importante apoio financeiro, seja pela participação direta, seja pela concessão de financiamentos. E está disposto a cooperar com outras emprêsas que queiram contribuir para nova elevação, com empreendimentos técnica e econômicamente viáveis.

Metalurgia dos não-ferrosos

Dispondo de grandes reservas de bauxita e tendo um consumo bastante expressivo de alumínio, impunha-se ao Brasil ampliar a incipiente produção dêsse metal. Para isso, contou o Govêrno, inicialmente, com a colaboração das duas indústrias já existentes no País — uma em Ouro Prêto e outra em Sorocaba — as quais, em 1955, produziram apenas 2 664 toneladas, contrastando sensìvelmente com a demanda do mercado, da ordem de 22 000 toneladas.

Estabelecida pelo Govêrno a meta de 25 000 toneladas para 1960, aquelas indústrias deram curso ao aumento da sua capacidade de operação, para atingir, numa primeira etapa, a produção de 18 800 toneladas anuais. As obras de ampliação em andamento deixam prever que êsse programa será cumprido no decurso de 1958/59, enquanto novos projetos, já encetados, permitirão elevar a produção para 20 000 toneladas, em 1960. Uma terceira sociedade, recentemente constituída, instalará fábrica nas proximidades de Salvador, passando a operar, em 1960, com a capacidade inicial de 5 000 toneladas. Por outro lado, as crescentes possibilidades de absorção do mercado animaram essas fábricas a novo esfôrço, para atingir, em tôrno de 1962, a produção conjunta de 42,5 milhares de toneladas.

O êxito dessas primeiras experiências já conduziu o Govêrno a estudar novos planos, com vistas, especialmente, à exportação, cabendo notar, porém, que os projetos definitivos, a êsse respeito,

estão condicionados à maior disponibilidade de energia elétrica, de avultada utilização naquela indústria.

As despesas em moeda estrangeira, necessárias às ampliações já em curso, estão orçadas em 8 milhões de dólares, enquanto os investimentos totais se elevarão a 3,2 bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

Até bem recentemente o subsolo do País era considerado pobre em minérios dos metais não-ferrosos, a não ser em alumínio. Pesquisas levadas a efeito nos últimos anos revelaram, entretanto, ocorrências de zinco e de chumbo, de grande significado econômico, as primeiras localizadas em Vazante e Januária, no Estado de Minas Gerais, e as segundas na Bahia. O Brasil oferece hoje, em conseqüência, boas condições para desenvolver a metalurgia não só do alumínio, mas também do zinco, chumbo e níquel, restando, dos principais não-ferrosos, apenas o cobre e o estanho. Do primeiro existem várias ocorrências, inclusive em exploração, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Ceará, tôdas elas com possibilidades limitadas, mas que, conjugadas, poderão fornecer base para alargar a metalurgia do cobre que já existe no País. Quanto ao estanho, as ocorrências conhecidas são de cassiterita aluvional, de possibilidades limitadas, já existindo no País essa metalurgia que depende, entretanto, em grande parte, da importação de concentrados.

Ao mesmo tempo que fomenta a pesquisa dos recursos minerais do País, o Govêrno vem dando decidido apoio à metalurgia dos não-ferrosos. De acôrdo com planos existentes ou em estudo, em 1960 deverão ser produzidas no País 7 000 toneladas de zinco, 15 000 toneladas de chumbo e 800 toneladas de estanho. Isso significará grande progresso, visto que, em 1955, a produção de zinco não existia, a de chumbo alcançava apenas 4 000 toneladas e a de estanho não ultrapassava 400 toneladas.

Cimento

De grande importador, o Brasil, já em 1956, passou a produzir cimento em quantidades pràticamente suficientes para as necessidades atuais do mercado, sejam, aproximadamente, 3,3 mi-

lhões de toneladas, representando um avanço de 20% em comparação com a produção do ano anterior.

Em 1957, estima-se que a produção tenha alcançado cêrca de 3 400 mil toneladas. A difusão da indústria se processa em ritmo acelerado. Prevê-se, por isso, que será atingida antecipadamente a meta programada pelo Govêrno — 5 milhões de toneladas, em 1960. Apesar de refreadas as atividades imobiliárias, essa programação se tornou necessária, pois a execução das metas governamentais, nos setores rodoviários e de energia, manterá a taxa de crescimento de consumo verificada últimamente, de cêrca de 10% ao ano.

A auto-suficiência do Brasil, no que toca às suas necessidades de cimento comum, será, assim, mantida, certo ainda que os eventuais excedentes, pelo seu pequeno volume, poderão ser encaminhados a mercados externos, sem maior dificuldade.

Conta a indústria apenas com capitais privados, cumprindo, também, assinalar que quase 4 bilhões de cruzeiros estão sendo empregados na sua ampliação. Cuida o Govêrno, agora, de incentivar e orientar os empresários, para que produzam alguns tipos especiais, ainda não fabricados no País.

Química Básica

No importante setor da indústria química básica, o programa do Govêrno compreende a de álcalis, a de fertilizantes e a de borracha sintética, além do incentivo à indústria petroquímica em geral.

A implantação da indústria de álcalis no País constitui, de longa data, motivo de preocupação para o Poder Público e para os técnicos que estudam nossos problemas industriais. A fabricação de soda cáustica em pequenas unidades eletrolíticas, em sua maioria instalações cativas, vem tomando impulso últimamente, mas a falta de utilização econômica para o cloro tem impedido a instalação de grandes unidades capazes de influir substancialmente no abastecimento do mercado.

A meta de produção de álcalis foi fixada, inicialmente, em 58 e 72 mil toneladas, respectivamente, de soda cáustica e bar-

rilha. Os planos já em execução asseguram, entretanto, a superação dessa meta, pois permitem estimar que a produção nacional de barrilha alcance, em 1960, as 72 000 toneladas previstas e que a de soda cáustica ultrapasse também as 58 000 toneladas, atingindo cêrca de 80 000 toneladas.

Tais resultados serão conseguidos graças à multiplicação das unidades eletrolíticas de soda cáustica e, principalmente, à conclusão da fábrica, em Cabo Frio, da Cia. Nacional de Álcalis. Os planos desta fábrica vinham tendo, por motivos vários, sua execução retardada, há mais de um decênio. O atual Govêrno tomou, logo no início, tôdas as providências necessárias à rápida concretização do empreendimento. E resultados positivos não se fizeram esperar, pois já foi inaugurada a unidade de fabricação de cal e estão sendo envidados todos os esforços para que em princípios de 1959 possa a fábrica entrar em operação completa.

No importante setor da indústria petroquímica, cuja implantação no País se tornou viável graças à refinação de petróleo em larga escala, os planos abrangem, além da fabricação de adubos nitrogenados sintéticos e de borracha sintética, também a de eteno, produto indispensável para o preparo das resinas sintéticas, base da indústria de plásticos.

Ultimam-se estudos e planos para a montagem, junto à refinaria que está sendo instalada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, de uma fábrica de borracha sintética com capacidade para 40 000 toneladas por ano. A implantação dessa indústria é urgente, em virtude de ter o consumo interno ultrapassado a produção de borracha natural, dando origem a um deficit que vem sendo coberto pela importação. Dadas as perspectivas de rápido aumento do consumo, torna-se indispensável expandir a produção, a fim de evitar que as importações do produto venham a pesar demasiado em nosso balanço de pagamentos. Como a produção de borracha natural não pode ser ampliada, a curto prazo, no volume que se faz necessário, a solução encontrada para o problema foi a implantação da indústria de borracha sintética, o que será feito pela própria Petrobrás.

Junto à Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, está prestes a entrar em operação a fábrica de fertilizantes ali cons-

truída pela Petrobrás. Esta fábrica terá capacidade para cêrca de 112 000 t ao ano, correspondentes a cêrca de 23 000 toneladas de nitrogênio contido, de nitrocálcio e 11 500 toneladas de nitrato de amônio granulado, podendo, também, entregar ao mercado produtos intermediários, tais como amônia e ácido nítrico.

A fábrica de eteno, que também está sendo construída pela Petrobrás, deverá produzir 57 t por dia, quantidade que será entregue a outras emprêsas para a fabricação de estireno, polietieno, negro de fumo, etc. Êstes são os projetos concretos em cuja realização está o atual Govêrno empenhado. Outros se encontram em estudos, inclusive o da construção da nova unidade de fixação do nitrogênio do ar, a ser instalada junto à Refinaria Landulfo Alves, na Bahia.

A modernização da agricultura, tarefa a que o Govêrno se vem dedicando com empenho, implica no consumo crescente de adubos químicos, os quais, até bem recentemente, só eram fabricados no País em escala reduzida, sendo as necessidades da agricultura nacional atendidas através da importação.

Com a recente inauguração da usina de beneficiamento dos fosfatos naturais de Olinda, o funcionamento da fábrica de nitrocálcio da Petrobrás e a ampliação de algumas unidades menores de fabricação de fertilizantes, principalmente de superfosfatos, estará assegurado, até 1960 pelo menos, o atendimento, pela produção nacional, das necessidades da agricultura no tocante aos adubos fosfatados e nitrogenados.

Ao terminar o período do atual Govêrno, o Brasil se terá tornado auto-suficiente quanto a dois — nitrogênio e fósforo — dos três elementos básicos da adubação química. Restará apenas o potássio, cuja produção interna, em quantidades ponderáveis, dependerá do aproveitamento das águas residuais das salinas ou da descoberta de jazidas de sais potássicos.

Celulose e Papel

As indústrias de celulose e do papel receberam, em 1957, notável impulso, graças à cooperação do Legislativo, mediante a nova Lei de Tarifas, na qual estão consubstanciados níveis de

proteção aduaneira satisfatórios para papéis em geral e para celulose e o princípio do subsídio compensatório. Pelas disposições correspondentes a êste subsídio, já devidamente regulamentadas pelo Conselho da SUMOC, ficou assegurado, aos produtores nacionais de papéis de imprensa e de impressão, um preço, no mercado interno, não inferior ao do equivalente estrangeiro C.I.F. à taxa da categoria geral de importação, mais — eventualmente, e quando o Govêrno assim entender justificado — uma alíquota simbólica no máximo igual à da celulose.

Foi completada a fase inicial dos estudos de revisão da meta, inclusive levantamentos regionais no Nordeste, havendo sido constituído, informalmente, na Secretaria do Conselho do Desenvolvimento, um Grupo Misto com a Junta Assessôra de Papel e Celulose das Nações Unidas para a América Latina, estando adiantados os trabalhos conjuntos.

A apreciável elevação ocorrida nas indústrias da celulose e do papel é bem ilustrada pelas cifras relativas ao valor total dos investimentos, nesse setor, em moeda nacional e em moeda estrangeira, a seguir indicadas:

	1955	1956	1957
US$ milhões	1,68	2,820	2,860
Cr$ milhões	89,425	123.358	129.461
Total em Cr$ milhões	176,785	269.998	278,181

A economia líquida total em divisas propiciada pelo aumento da produção de celulose e papel em 1957 é estimada em 11 milhões de dólares; para 1958, a estimativa é da ordem de 12,4 milhões de dólares.

A capacidade adicional de produção programada para 1958 é de 37 800 toneladas para celulose, 40 000 toneladas para papel de jornal, 10 000 toneladas para papel de impressão e 10 000 toneladas para outros tipos de papel.

Assinale-se que, na revisão da meta, são sugeridos totais de produção de papéis em geral e da celulose algo inferiores aos níveis que constaram da primeira apresentação das metas. Tendo em vista que a iniciativa particular já se adianta a um ritmo satisfatório nesse setor, pareceu ao Govêrno desnecessário desviar

para o mesmo o volume de recursos públicos que seria exigido para a obtenção da auto-suficiência em 1960. Êste setor industrial demonstra crescente maturidade e poderá, até, vir a tornar-se indústria de exportação, embora o comércio mundial seja hoje predominantemente constituído por aquêles tipos de produtos que o País ainda importa em escala substancial (55 milhões de dólares anuais). Entende o Govêrno que, uma vez limitadas as importações da espécie às áreas de moeda fraca, não é necessário apressar o esfôrço de auto-suficiência além daquilo que a própria iniciativa privada possa fazer. A meta é, pois, do desenvolvimento ótimo da indústria, e não da auto-suficiência absoluta, com eliminação do comércio internacional.

Deve observar-se, entretanto, que o Brasil já constitui notável mercado de papéis e outros produtos celulósicos, havendo o consumo *per capita* atingido, em 1956, os seguintes níveis:

	kg
Papel de jornal	2,93
Outros tipos	5,57
Papelões diversos	1,76
Total	10,26

Isto representa um acréscimo de cêrca de 12,6% sôbre 1955 e de 50% sôbre 1950. A produção nacional efetiva é da ordem de 500 mil toneladas anuais, existindo certo excesso de capacidade para papéis em geral e papéis de impressão.

Cumpre notar, ainda, que o setor tem despertado considerável interêsse de capitais estrangeiros, e que, em 1957, entrou em plena produção a segunda indústria mecânica do País, especializada em equipamentos para a produção de celulose e de papel.

Mecânica Pesada e Material Elétrico Pesado

Graças ao crescente interêsse dos empresários nacionais e estrangeiros e ao decisivo apoio que o Govêrno lhes tem dispensado, o ramo industrial da mecânica pesada vem experimentando, nos últimos anos, impulso muito maior do que o previsto. Com a

integração gradativa do parque industrial, o concurso de técnicos e a introdução de equipamentos complementares, criaram-se, inclusive, condições para o melhor aproveitamento dos fatôres de produção já existentes.

No setor da mecânica pesada, além da instalação de uma nova unidade completa, em Taubaté, promove-se, com o apoio governamental, o aparelhamento das oficinas e fundições pesadas do País. Por outro lado, os grandes fabricantes de material elétrico estão se equipando ràpidamente para a produção de material elétrico pesado, sendo que alguns dêles já estão aceitando encomendas de grandes geradores e transformadores.

Em vista disso, parte dos equipamentos exigidos pelas metas, e que se previa teriam de ser importados, poderá ser fabricada no País, principalmente a partir de 1959, justamente quando os compromissos cambiais do País atingirão nível mais elevado. Está, pois, assegurada a realização da meta de implantação dêsses dois ramos industriais no País.

Automóveis, Caminhões e Tratores

O surto industrial no após-guerra, notadamente a expansão da indústria de auto-peças, já indicava a existência de condições propícias à implantação da indústria de caminhões, que traria, como corolário, a fabricação de veículos de passageiros, indispensável para suprir as crescentes necessidades de meios de locomoção urbanos.

A ação governamental visou a estimular e a orientar a iniciativa privada, levando-a a realizar inversões neste setor fundamental. Para isso, estabeleceu a concessão de favores de ordem cambial, fiscal, creditícia e comercial, de maneira gradativa, num plano de industrialização progressiva que, obediente a uma verdadeira programação econômica, teve por escopo evitar o acirramento na disputa de fatôres de produção, prejudicial ao desenvolvimento de outros setores básicos.

Prevista a participação de emprêsas estrangeiras, estas, atraídas por aquêles incentivos e pelas possibilidades do nosso crescente mercado de consumo, acorreram prontamente com seu ca-

pital e sua técnica. Ressalte-se, a propósito, que o programa da indústria automobilística, a cumprir-se em 4 anos, prevê investimentos externos, de participação e de financiamento, no montante de Cr$ 20.5 bilhões, enquanto as inversões nacionais se situarão em tôrno de Cr$ 8,4 bilhões.

A meta originàriamente fixada pelo Govêrno previa a fabricação de 100 000 veículos em 1960, com nacionalização progressiva a partir de 1957, até atingir, naquele ano, 90% do pêso, quanto a caminhões, e 95%, quanto a jipes e automóveis.

Os resultados já obtidos permitem prever que aquêle número será pràticamente atingido em fins dêste ano, alcançando-se os índices de nacionalização fixados para 1958. A Fábrica Nacional de Motores, pioneira nesse setor industrial, deverá, entretanto, alcançar o índice de 75%.

Por outro lado, as 17 fábricas em funcionamento ou em processo de instalação projetam produzir, até 1960, cêrca de 230 000 unidades. Na fase da integração nacional da indústria, o programa obrigará a compras, no exterior, no montante de US$ 440 milhões, com plano de financiamento interno e externo a prazo rotativo de 1 a 3 anos. Com êsse dispêndio, que pràticamente se extinguirá com a nacionalização de 90 a 95% do pêso do veículo, ter-se-ão oferecido no mercado interno bens em valor equivalente a US$ 1,3 bilhões, com significativa contribuição para o aumento da renda nacional.

Como é notório, duas de nossas principais atividades agrárias, as culturas do café e do cacau, nas condições em que são geralmente praticadas, nem sempre admitem a mecanização intensiva. Além disso, a própria topografia irregular das áreas de plantio, em extensas zonas do território nacional, não permite, muitas vêzes, o emprêgo de equipamentos motorizados no preparo, trato e colheita das lavouras.

Não cabe, portanto, comparar as estimativas das necessidades brasileiras de tratores com os altos índices alcançados em países de condições mais favoráveis, ou naqueles em que as plantas mais cultivadas justificam, por sua natureza, maior utilização das máquinas. Mais prudente é admitir pequena evolução do

nosso índice de área por trator, que em 1950 se fixava em tôrno de 492 hectares de terras cultivadas.

Estudos já concluídos prevêem, de fato, que em 1960 a utilização daquela máquina será incrementada, atingindo a proporção de 1 trator para 350 hectares de terras cultivadas. Assim, tendo-se como provável que a atividade agrícola, naquele ano, se estenderá por uma área de 25 milhões de hectares, admitido um crescimento médio anual da ordem de 4%, conforme tendência que se vem verificando, calcula-se que haverá, à época, necessidade de cêrca de 72 000 unidades, contrastando com a presumida existência, presentemente, de apenas 50 000 máquinas no País.

Nestas condições, a implantação definitiva da indústria nacional de tratores assume relevante importância. Aguardava-se, contudo, melhor oportunidade para o lançamento dessa indústria em bases econômicamente sólidas, o que só se conseguiria mediante a prévia implantação da produção automobilística, com a qual está intimamente relacionada.

O grande número de fábricas de auto-peças já existentes no Brasil — cêrca de 800 — e as linhas de montagem e fabricação de caminhões e automóveis, com planos definidos para rápida nacionalização dêsses veículos, asseguram, por si sós, a gradativa produção do trator no País. A própria demanda potencial do mercado interno representa suficiente atrativo para a produção local de tratores e implementos.

Não obstante êsses aspectos favoráveis, o Govêrno determinou o estudo de medidas que constituam novos incentivos, no sentido de canalizar para êsse setor da produção, em ritmo rápido, os capitais privados, nacionais e estrangeiros, reclamados pelo vulto do empreendimento, com obediência a uma programação que objetiva: *a*) dotar o País de fábricas modernas, capazes de realizar, em colaboração com a indústria de auto-peças, a produção integral do trator, dentro de um plano que estabeleça importações decrescentes de componentes e peças estrangeiras; *b*) obter fabricação de tipos e modelos adequados às condições do País; *c*) subordinar os empreendimentos à efetiva colaboração financeira dos empresários estrangeiros, mediante inversões diretas, ou capitais de empréstimos resgatáveis segundo

as possibilidades cambiais do País. Os contactos preliminares que vêm sendo realizados com diversas emprêsas deixam prever que, em futuro próximo, a fabricação do trator nacional será uma realidade.

Construção Naval

Encontram-se adiantados os estudos e entendimentos necessários à implantação, em bases sólidas, da indústria de construção e grandes reparos navais no País. Não pode o Govêrno lançar as bases definitivas dessa indústria antes que seja aprovado o projeto de lei, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que institui o Fundo de Marinha Mercante, pois êste Fundo propiciará às emprêsas de navegação nacionais, estatais ou privadas, os recursos para a aquisição de navios, criando, assim, uma procura firme de embarcações, sem a qual seria prematuro instalar a indústria.

Enquanto se processa o exame da referida proposição, os órgãos governamentais competentes avançam os estudos dos projetos de reaparelhamento e da instalação de novos estaleiros, assim como as providências de natureza administrativa destinadas a propiciar a instalação e o florescimento da indústria nas condições que mais de perto consultem os interêsses nacionais. Paralelamente, está o Govêrno apressando a consolidação dos empreendimentos incluídos na meta siderúrgica, a fim de que, quando implantada, possa a indústria de construção naval, grande consumidora de ferro e aço, contar com o suprimento nacional das vultosas quantidades de chapas e perfis de aço de que vai carecer.

Em suas linhas gerais, o programa que está sendo estudado prevê o reaparelhamento dos estaleiros da Ilha do Viana e a construção de dois outros, para embarcações de médio e grande porte. Objetiva, outrossim, o reaparelhamento dos pequenos estaleiros e a construção de três novos diques para reparos. Uma vez executado o programa, o País ficará, ao todo, com uma capacidade de construção naval, em embarcações de média tonelagem, equivalente a 150 000 t dw por ano, além das pequenas embarcações.

CAPITULO X

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento harmônico das diferentes regiões do País, obedecidas as peculiaridades que apresentam, vem sendo objeto de um esfôrço sistemático do Govêrno. Programas regionais são ativamente executados, tendo em mira elevar o padrão de vida das populações do interior e integrá-las efetivamente na economia brasileira. O fomento à produção, a expansão dos meios de transporte, a eletrificação, a industrialização, o incentivo às pesquisas e explorações em geral, o cuidado que merecem os problemas concernentes à educação, à cultura e à saúde, as soluções que se vêm dando ao problema do abastecimento, constituem múltiplos aspectos da ação que o Govêrno exerce e já produz fecundos resultados, como se verá ao serem analisadas as atividades de órgãos federais a que incumbe a tarefa do desenvolvimento regional.

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

No setor da agricultura, providência das mais eficazes foi a instalação de novas estações experimentais, destinadas a estimular a atividade agrícola e a produção, nas próprias unidades amazônicas, de sementes e mudas de plantas econômicas. No que concerne à instalação de novas colônias agrícolas e, conseqüentemente, à introdução de novos contingentes humanos na Amazônia, medidas foram tomadas, em cooperação com o I.N.I.C. A produção de alimentos e de matérias-primas de exportação é objeto de especiais cuidados. Merece destaque o «projeto borracha», cujo objetivo é ampliar as plantações em bases racionais, a fim de garantir maior produtividade a essa cultura. Quanto à mecanização da lavoura, cuida-se de instalar oficinas mecânicas na região, fazer funcionar escolas de tratoristas e mecânicos, e, finalmente, estabelecer uma linha de montagem de tratores, caminhões, caçambas e outros implementos agrícolas. A produção animal vem sendo intensificada mediante a melhoria do tipo racial, bem como das pastagens e instalações. Concedem-se financiamentos para a melhoria de

plantéis já integrados na pecuária regional, e intenta-se criar uma Estação Experimental de Zootecnia na Ilha de Marajó, destinada a estudar o rebanho marajoara, conforme projeto de lei encaminhado ao Congresso. A construção da Escola de Agronomia já se encontra em fase de acabamento, devendo ser inaugurada ainda êste ano. Será o centro de convergência de estudantes de todo o Norte do País, e poderá atender, ainda, aos de Mato Grosso e de Goiás.

Quanto aos recursos naturais, iniciou-se, dentro do critério de zoneamento econômico, o trabalho de pesquisa, partindo do levantamento aerofotogramétrico das áreas de interêsse, a fim de lhes avaliar as possibilidades econômicas. Elaborou-se um mapa planimétrico e prossegue-se no inventário florestal. Destaque-se, a êsse respeito, a contribuição prestada pela F.A.O. que mantém, na Amazônia, técnicos florestais e de outras especialidades, como geologia, agricultura tropical, pesca e pecuária. A região amazônica já conta cêrca de 15 milhões de hectares de florestas inventariadas, sendo êsse o maior trabalho, no gênero, realizado no Brasil, com a singularidade de cobrir a maior área contínua já inventariada no mundo.

No campo dos minerais, idênticos trabalhos de aerofotogrametria se processam, a fim de permitir estudos quanto à formação geológica e à riqueza do subsolo. Uma equipe de solo trabalha com o Instituto Agronômico do Norte, no levantamento preliminar do mapa pedológico da região. Também a piscicultura vem sendo objeto de estudo, com vistas ao aproveitamento industrial e ao melhoramento dos métodos de pesca, bem como dos tipos de embarcações.

O plano em execução, no que se refere a transportes, compreende um primeiro tronco principal, o eixo Amazonas — Solimões, da foz a Benjamin Constant, e troncos secundários, constituídos pelos principais afluentes do Amazonas, bem como linhas interiores, que são os demais afluentes e subafluentes, onde a navegação é feita por embarcações de pequeno calado. O tronco Amazonas — Solimões será servido por navios de grande calado, e os restantes, por navios ou embarcações de porte médio. Os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.), fizeram construir, em estaleiros da Holanda, doze uni-

dades fluviais, já integradas à frota regional. O segundo tronco principal, o eixo Anápolis — Belém, é constituído do trecho misto Anápolis — Miracema — Pôrto Franco (rodofluvial), e Pôrto Franco — Belém (rodoviário). O sistema se completa mediante rodovias transversais, que permitirão ligações com o nordeste e leste. O terceiro tronco principal é a ligação mista rodofluvial Cuiabá — Mato Grosso, Guajará Mirim — Rio Guaporé e Guajará Mirim — Pôrto Velho, através da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré.

Atendendo a êsse programa, está sendo construído o trecho Anápolis — Miracema do Norte, que abrange cêrca de 400 quilômetros, dos quais 200 concluídos e 200 a construir, na área amazônica. O trecho paraense da ligação Anápolis — Belém possui, aproximadamente, 200 quilômetros construídos pelo D.N.E.R., faltando ainda 350, e 200 no Maranhão, que se deverão concluir até 1960. A ligação Pará — Maranhão, através da BR-22, em fase de construção, deverá estar concluída em 1960. O mesmo acontece com a BR-21, que articulará as duas ligações, Norte — Sul e Norte — Nordeste.

Com referência às ferrovias regionais, observe-se que se acham adiantadas as obras de prolongamento das linhas férreas da Estrada de Bragança até o cais do pôrto de Belém.

No setor do transporte aéreo, plano estabelecido pelo Ministério da Aeronáutica prevê a construção e aparelhamento de vários aeroportos. Prioridade será assegurada aos trabalhos de infra-estrutura da rota direta Rio — Manaus e às obras do aeroporto internacional de Ponta Pelada, em Manaus.

O programa de transportes abrange, ainda, a ampliação da frota dos S.N.A.P.P. e das emprêsas particulares. A estas se proporcionará financiamento para motorização das unidades fluviais. O mesmo se fará, em relação às emprêsas de navegação aérea que transportam alimentos para as Capitais, na região amazônica.

Quanto à energia elétrica, importantes empreendimentos estão sendo executados. Em Manaus, já se encontra em fase final a instalação de uma Usina Termelétrica, com capacidade inicial de 15 000 kW, estando programada, para 1958, uma expansão de 7 500 kW, e de outro tanto para 1959. Em Belém, promove-se, no

momento, a ampliação da Usina, a fim de atender às crescentes solicitações de consumo da cidade. Em Manaus, e S. Luís do Maranhão, organizam-se sociedades de economia mista, nos moldes da Fôrça e Luz do Pará. No Amapá, a União participa financeiramente da construção da Central Hidrelétrica do Paredão, com capacidade inicial de 50 000 c.v.; em Cuiabá participa da ampliação da Usina Hidrelétrica do Rio Casca. Nas Capitais dos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e em várias cidades do interior amazônico, o Govêrno Federal tem auxiliado financeiramente os serviços de energia elétrica.

Os serviços básicos de saúde, executados em colaboração com vários órgãos federais e com a Fundação Rockefeller, compreendem três setores principais: abastecimento de água, esgotos e melhoria das condições higiênicas das habitações. Na assistência médico-sanitária, concederam-se auxílios para construção de 11 hospitais e manutenção de maternidades e unidades sanitárias. No que diz respeito às doenças transmissíveis, prossegue o combate à tuberculose, lepra, malária, filariose, esquistossomose e doença de Chagas.

No setor educacional, a União suplementa as atividades do ensino primário, através de auxílio técnico-financeiro, proporcionando, aos estabelecimentos estaduais e municipais, equipamento didático, livros, filmes educacionais, orientação especializada e treinamento de professôres rurais. No ensino médio especializado criam-se escolas agrícolas e agro-artesanais. No ensino superior, intenta-se fazer funcionar a Escola de Agronomia em conjunto com a Escola de Veterinária do Pará. A colaboração do Govêrno Federal, neste nível, consiste em proporcionar recursos às unidades existentes, equipando-as devidamente. É o que se vem fazendo, com relação a Faculdades de Medicina, Engenharia, Farmácia, Odontologia, e Escolas de Enfermagem, Serviço Social e Química Industrial. Paralelamente, o Govêrno subvenciona cursos de extensão, atualização e especialização universitária. Quanto a bibliotecas, mais de 30 unidades foram instaladas em diferentes sedes municipais.

Banco de Crédito da Amazônia

Continuou o Banco de Crédito da Amazônia a expandir suas atividades. No período de janeiro a setembro já havia aumentado suas aplicações em 580 milhões de cruzeiros, com relação a 1956, realizando 5 837 operações a mais, na Carteira de Crédito Geral. No fim do ano, o montante das aplicações, nessa Carteira, estava em tôrno de 4,5 bilhões de cruzeiros. Com os 10% dos recursos a que se refere o art. 199 da Constituição Federal, realizou a Carteira de Fomento à Produção operações substanciais. Em 1957, acrescentaram-se 190 milhões de cruzeiros aos recursos destinados a essa Carteira.

Administração Territorial

Prosseguem os Governos dos Territórios em sua árdua tarefa de desbravar a terra virgem e promover-lhe a colonização. Expressivo índice do desenvolvimento que já alcançou o Amapá é a sua arrecadação tributária. Êsse Território já devolve à União, através de impostos e divisas decorrentes da exportação de manganês, recursos que nêle têm sido empregados. De janeiro a outubro de 1957, a Mesa de Rendas, alfandegada, de Macapá, arrecadou cêrca de 19 milhões de cruzeiros, superando a receita apurada, no ano anterior, em quase 5 milhões de cruzeiros.

No que concerne a obras públicas, prosseguiu-se na construção de estradas, no sentido Oiapoque-Lourenço, em conformidade com o Plano Rodoviário estabelecido. Para atender à necessidade de exportação do manganês do Rio Amapari, foram construídos e entregues ao tráfego, em 1957, 206,4 quilômetros de estradas de ferro, ligando o pôrto de Macapá à Serra do Navio.

Nos Territórios do Acre, Rio Branco e Rondônia, continuam, com normalidade, os esforços da Administração federal na obra de desbravamento, dentro das possibilidades orçamentárias. No Acre, desenvolve a Petrobrás promissoras pesquisas petrolíferas.

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

Ao Grupo de Desenvolvimento do Nordeste, cujas atividades foram iniciadas em 1957, compete elaborar o programa global de desenvolvimento para o Nordeste e apresentar a relação dos projetos que devam ser empreendidos. Conta êsse Grupo — que integra o Conselho do Desenvolvimento — com a cooperação da Assistência Técnica das Nações Unidas.

Encontram-se em funcionamento as equipes de Estudos Econômicos, Estudos Administrativos, Recursos d'Água, Recursos Minerais, Educação, Mão-de-Obra e Transportes. As de Agricultura e Indústria acham-se em fase de estruturação.

Grupo de Trabalho da Bacia do Parnaíba

O Grupo de Trabalho da Bacia do Parnaíba prosseguiu, durante 1957, estudos que permitirão o conhecimento global da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, e a conseqüente formulação de uma política específica para a área, cujas características diferem profundamente das de outras regiões do País. Já preparou o Grupo, entre outros trabalhos, relatórios quanto a problemas de financiamento, transportes, energia elétrica e saúde pública. Estudou, ainda, questões concernentes à produção agropecuária da região, bem como às suas características demográficas.

Paralelamente a essa atividade, preparam-se projetos relativos ao Matadouro Frigorífico do Piauí e ao aproveitamento do potencial energético da área.

Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas

No Polígono das Sêcas, o Govêrno ativou, grandemente, a execução do seu programa. Terminaram-se obras de grande porte, e aceleraram-se outras, de modo a poder concluí-las em prazo mínimo.

No setor da grande açudagem, foram concluídos os açudes São Mateus, com 9 441 250 m³ de capacidade de acumulação, no Ceará, e o Zangarelhas, com 7 216 250 m³, no Rio Grande do

Norte. Intensificaram-se os trabalhos de construção das grandes barragens de Araras, com um bilhão de metros cúbicos, no Ceará, e Poço da Cruz, com 500 milhões, em Pernambuco, ambas a serem concluídas no primeiro semestre dêste ano. Estão em andamento mais 30 obras com a capacidade total de acumulação de cêrca de 2,9 bilhões de metros cúbicos. Dentre elas destacam-se três de grande vulto: Banabuiú, no Ceará, com um bilhão e meio de metros cúbicos; Serrinha, em Pernambuco, com 515,4 milhões; e Cocorobó, na Bahia, com 245,4 milhões. Merecem referência, ainda, várias outras de porte considerável, como as de Barreiras (52,8 milhões de m^3), no Piauí; Poço da Pedra (117,5 milhões de m^3), no Ceará; Mundubim (59,8 milhões de m^3), no Rio Grande do Norte; Araci (65,8 milhões de m^3), e Ceraíma (58,0 milhões de m^3), na Bahia; e Estreito (63,7 milhões de m^3), em Minas Gerais — para só mencionar açudes com capacidade de acumulação superior a 50 milhões de metros cúbicos.

A produção de pescado, em 13 açudes públicos sob fiscalização, alcançou 830 746 kg, no valor de Cr$ 6 781 577,30. Estuda-se a instalação de postos de piscicultura em mais dois açudes públicos — o Itaú, no Rio Grande do Norte, e o Poço da Cruz, em Pernambuco. Foi feita a erradicação da piranha nas bacias potamográficas dos açudes Poço da Cruz, em Pernambuco, e Araras, no Ceará.

Prosseguiram normalmente as obras de construção das rêdes de canais de irrigação nas bacias dos açudes públicos Aires de Souza, General Sampaio, Pentecoste, e Várzea do Boi, no Ceará; Várzea de Sousa, na Paraíba, e açude Jacurici, na Bahia. As obras executadas somam 10 900 metros de canais principais e 5 920 metros de canais de derivação.

Quanto aos açudes construídos em cooperação com a iniciativa privada, foram ultimadas oito obras, com 15 120 950 m^3 de capacidade de acumulação, nos Estados do Ceará, Paraíba e Bahia. Ao encerrar-se o ano, 85 dessas obras, com a capacidade total de 205,8 milhões de m^3, achavam-se em andamento nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia.

Como as obras em regime de cooperação dependem de projetos do D.N.O.C.S., intensificaram-se os serviços nesse setor, projetando-se e orçando, durante o ano, 170 açudes. Estudaram-se mais 40 obras e, ao encerrar-se o ano, 30 estudos novos estavam em andamento.

Nos Estados do Polígono da Sêcas, os poços tubulares abertos, em número de 147, com a profundidade total de cêrca de 11 mil metros, apresentam vazão horária total de 550 mil litros.

Além dêsse conjunto de obras destinadas a melhorar as condições de suprimento d'água na região, o Govêrno concluiu a construção do açude Mãe-d'Água, conjugado com o reservatório de Curema, na Paraíba; ultimou a construção da casa de fôrça dêsse reservatório e da linha de transmissão de energia elétrica de Curema para Piancó; a estação abaixadora e a rêde de distribuição de energia dessa cidade, com a inauguração do novo sistema elétrico; deu andamento à construção da linha de transmissão de Curema para Pombal, Paraíba, da estação abaixadora e da rêde de distribuição de energia elétrica dessa cidade, para conclusão no início dêste ano; elaborou os projetos de linhas de transmissão de energia elétrica de Curema para Cajàzeiras, Sousa e Patos, Paraíba; adquiriu a usina hidrelétrica do açude Boqueirão de Cabaceira, a segunda unidade hidrelétrica da usina do Curema e a primeira da usina do açude Mãe — d'Água; empreendeu as obras de abastecimento de água às cidades de Sousa, Piancó, Patos, Cajàzeiras e Misericórdia, Paraíba; ultimou o açude Boqueirão de Cabaceira; e empreendeu a construção da adutora dêsse açude para Campina Grande, Paraíba, adquirindo todo o material necessário às obras a cargo do Govêrno Federal, construindo a segunda casa de bombeamento, abrindo a cava de 70% das valas para assentamento dos tubos e fabricando e transportando cêrca de 20 km de tubos destinados à adutora.

No programa de aproveitamento dos açudes públicos, para produção de energia elétrica, foram elaborados, ainda, anteprojetos das usinas dos açudes Jaibaras, Pentecoste, General Sampaio, Araras, e Banabuiú, no Ceará; e dos de Poço da Cruz e Jacurici, respectivamente, em Pernambuco e na Bahia.

Em colaboração com o D.N.O.C.S., batalhões do Exército executaram a construção dos açudes Curimatã e Curimataú, na Paraíba, e Marechal Dutra, no Rio Grande do Norte.

Quanto ao setor rodoviário, registre-se que foi ultimada, durante o ano, a estrada Chorózinho — Quixadá, com 101 km de extensão e que dá acesso ao açude público Banabuiú, em construção.

Banco do Nordeste do Brasil, S. A.

Os recursos globais do Banco do Nordeste atingiram, em 31 de dezembro de 1957, a mais de 2,5 bilhões de cruzeiros. Verificou-se um aumento de cêrca de Cr$ 700 milhões, equivalente a 38%, sôbre a posição em igual data do ano anterior. Tal elevação decorreu, em grande parte, dos Depósitos do Tesouro Nacional, efetuados de acôrdo com a Lei n.º 1 649, em valor aproximado de 500 milhões de cruzeiros e que, somados aos saldos dos depósitos anteriores, ultrapassaram 1,5 bilhões de cruzeiros. No cômputo dos depósitos de entidades públicas está incluída a parcela de 151 milhões de cruzeiros, correspondente aos recursos entregues pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para aplicação em financiamentos de projetos regionais. De acôrdo com as previsões, os recursos globais deverão atingir, até junho de 1958, a ordem dos 2,8 bilhões de cruzeiros. Os Depósitos do Tesouro, cujo maior volume de entradas se processa no segundo semestre, deverão ser acrescidos em Cr$ 760 milhões.

As operações de crédito elevaram-se a dois bilhões de cruzeiros. Os empréstimos a industriais e agricultores somaram 1,3 bilhões, vale dizer, mais de 85% dos Depósitos Constitucionais. Cinqüenta por cento das aplicações, ou seja, cêrca de 1 bilhão de cruzeiros, canalizaram-se para as indústrias, que tiveram, assim, um aumento de recursos disponíveis de 39% sôbre o período anterior. Os agricultores e pecuaristas receberam empréstimos em montante superior a 300 milhões de cruzeiros. Através de cooperativas, foram assistidos mais de 3 800 produtores rurais. Os financiamentos ultrapassaram 60 milhões de cruzeiros. O Banco continuou a desenvolver com êxito, em articulação com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (A.N.C.A.R.),

um programa de crédito rural supervisionado, de natureza eminentemente educativa. Cêrca de 600 milhões de cruzeiros foram aplicados em operações sôbre legítimos efeitos de compra e venda. As reservas e provisões elevaram-se, no segundo semestre de 1957, a 82 milhões de cruzeiros, equivalentes a 82% do capital social, o que demonstra estar consolidada a situação econômica do estabelecimento. O Banco adotou providências para intensificar, em 1958, os empréstimos para investimentos industriais. Entre os estímulos oferecidos destaca-se a concessão de prazos de amortização até 20 anos. Paralelamente, realizou, em conjunto com a Universidade do Ceará, um Curso para Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico, destinado a Economistas, Engenheiros, Agrônomos, Administradores de Indústrias e outros técnicos de alto nível. A fim de ampliar a assistência financeira ao setor agrícola, foi instituída nova modalidade de financiamento a agricultores, mediante simples promissória.

Buscando a identificação dos problemas do Polígono e um levantamento sistemático da realidade econômica do Nordeste, desenvolveu o Banco intenso programa de pesquisas sôbre implantação e expansão de indústrias, fomento agrícola, produção mineral, eletrificação rural, irrigação, mercados consumidores e exportadores.

Comissão do Vale do São Francisco

A Comissão do Vale do São Francisco prossegue ativamente nos seus programas de trabalho, aplicando os seus recursos segundo o sistema de prioridades estabelecido.

A concessão de recursos específicos para o desenvolvimento da indústria só se tornará justificável a partir de 1959, quando estarão concluídos os estudos econômicos relativos ao médio São Francisco — notadamente no trecho que vai de Sobradinho ao Oceano — e quando já estarão operando as usinas hidrelétricas, de porte grande e médio, ora em construção. A partir de 1959, será, assim, iniciada a implantação de indústrias, devendo o Go-

vêrno cooperar na elaboração dos respectivos estudos e projetos, e participar, se necessário, da própria instalação.

No que se refere à regularização fluvial, avulta a construção da barragem de Três Marias, com capacidade de 520 mil kW — matéria que vem tratada em outra parte desta Mensagem. Em seis meses de trabalho, já se conseguiu realizar o desvio do rio e o barramento inicial do seu leito primitivo, pela construção das ensecadeiras de montante e de jusante da segunda fase. Está programada para 1960 a conclusão dessa importante obra.

No que se refere especificamente à energia, constroem-se as hidrelétricas de Pandeiros, Minas Gerais, e de Correntina, Bahia, achando-se a primeira em fase final, e devendo a segunda ser concluída em 1959. Das usinas hidrelétrias e diesel-elétricas de porte reduzido (entre 200 e 1 000 kW), cabe mencionar as de Samburá, Minas Gerais; Formosa, Goiás; Jacobina e Campo Formoso, Bahia, cuja conclusão se deu em 1957; Abaeté, Paraíso e Canabrava, em Minas Gerais; Senhor do Bonfim, Bahia; e Ilha do Fogo (entre Pernambuco e Bahia), tôdas de conclusão prevista para 1958. Quanto às linhas de transmissão do sistema CEMIG, acha-se concluída a parte da usina de Gafanhoto para Arcos, com 80 km; e a que vai de Gafanhoto para Bom Despacho, com 60 km, será terminada ainda em 1958. No que respeita à eletrificação da região do vale situada dentro da órbita da usina de Paulo Afonso, deu-se forte impulso ao extenso programa que vem sendo executado mediante convênio com a Cia. Hidrelétrica do São Francisco. Já se inverteram nesse programa cêrca de noventa milhões de cruzeiros, e prevê-se a inversão de montante igual, em 1958. Vale mencionar, além dessas obras, a construção das subestações de Gravatá, Itacuruba, Rodelas e Arcoverde, em andamento, e a conclusão das de Delmiro, Água Branca e Mata Grande, bem como a montagem de 50 pequenos grupos diesel-elétricos.

Quanto ao tráfego fluvial, a primeira tarefa consiste em tornar perfeitamente navegável o trecho médio do São Francisco, de Pirapora a Juàzeiro, bem como modernizar a frota fluvial. Cogita-se de constituir a Companhia de Navegação do São Francis-

co, S. A., que encampará as quatro emprêsas existentes. Como solução transitória, organizou-se um Serviço de Navegação, na C. V. S. F., que vem administrando o acervo das duas emprêsas já desapropriadas, bem como o da Navegação Mineira do São Francisco. Em relação a esta última, procedeu-se à rápida recuperação da frota, subindo a duas dezenas o número das embarcações restauradas e postas em tráfego. Simultâneamente, iniciou-se um programa de melhoramento das condições de navegabilidade do médio São Francisco.

No setor rodoviário, prosseguiu-se na execução do programa, nos têrmos do convênio com os Estados da bacia do S. Francisco. Dêsse programa, que compreende 17 estradas-tronco, num total de 2 700 km, cêrca de 1 000 km já estão concluídos, e 600, em fase de execução. Vem-se construindo uma rêde de estradas secundárias, interdistritais e intermunicipais, que já conta 500 km concluídos.

São em número superior a 30 os aeroportos e campos de pouso no vale. Dêsse número, 16 foram terminados em 1957, além de 6 estações de passageiros.

No programa de irrigação, ultimou-se o projeto técnico para criação de um sistema de irrigação à margem direita do Rio Grande, na Bahia (Municípios de Barreiras, Angical e Cotegipe). Essa obra de vastas proporções, destinada a beneficiar área superior a 60 000 hectares, é estimada em mais de um bilhão de cruzeiros. Será iniciada em 1958 uma etapa experimental dêsse projeto, que compreende um canal de pequenas dimensões, de 40 km de extensão e destinado a irrigar apenas 2 000 hectares.

Enquanto se aguarda a oportunidade de criar os sistemas de irrigação, vem-se fazendo o fomento direto e multiforme à produção, de caráter extensivo e efeitos imediatos. Executa-se o programa através de 10 Residências Agrícolas, 9 Postos de Veterinária e 7 Postos de Assistência à Irrigação, além de 3 grandes Colônias Agropecuárias, em Paracatu, Formoso e Petrolândia. Como agente financiador, funciona a Carteira de Revenda da C.V.S.F., já instalada. Com o fim de aparelhar êsse órgão de assistência à

produção agropecuária, adquiriu-se — entre máquinas agrícolas, ferramentas e utensílios de lavoura, formicidas, inseticidas e fungicidas, sementes e adubos, vacinas e medicamentos para defesa dos rebanhos — material cujo valor se eleva a Cr$ 68 400 000,00.

O programa de drenagem abrange extensas várzeas no baixo S. Francisco — rios Itiúba, Boacica e Marituba, em Alagoas; e Betume, Propriá, Cotinguiba, Gararu, Cedro e Canhoba, em Sergipe — de modo a permitir o seu racional aproveitamento agrícola. No momento, estão em franca recuperação as várzeas de Boacica e Propriá, e, em andamento, os serviços da várzea do Itiúba. Deu-se início aos estudos que fundamentarão os projetos relativos às várzeas de Marituba e Betume.

No setor do saneamento, foram instalados serviços de água em algumas das principais cidades do Vale (Pirapora, Lapa, Juàzeiro, Petrolina, Propriá e Penedo). Além disso, a União coopera, técnica e financeiramente, com cêrca de 200 municípios, na instalação de abastecimento d'água, pretendendo estender tal benefício aos 50 municípios restantes. Simultâneamente, vem-se executando largo programa de perfuração de poços tubulares, para suprimento de água às populações rurais, a começar pelas regiões mais carentes na Bahia e em Pernambuco. O Govêrno vem proporcionando serviços de assistência médica através de 13 hospitais e 56 unidades sanitárias. Prossegue o combate sistemático à malária, já em via de erradicação, ao mesmo tempo que se vêm intensificando a luta contra o tracoma, doença de Chagas e esquistossomose.

Em matéria de educação, o Govêrno prestou assistência financeira, nos Estados da Bahia e Pernambuco, a vários estabelecimentos de ensino, notadamente os de formação agrícola, e manteve em regime de pleno funcionamento a Fazenda-Escola de Pôrto Real do Colégio.

Companhia Hidrelétrica do S. Francisco

Em 1957, foi iniciada a execução do projeto de expansão do Sistema de Paulo Afonso, com investimento total previsto em Cr$ 1 650 milhões e US$ 15 milhões. Os recursos em moeda estrangeira provirão de empréstimo já contratado com o Export-

Import Bank. A parcela em cruzeiros será financiada com recursos da C.V.S.F. (Cr$ 50 milhões), reinvestimento da reserva para depreciação (Cr$ 300 milhões), empréstimo já aprovado pelo B.N.D.E. (Cr$ 500 milhões) e aumento do capital da Companhia por subscrição do Govêrno Federal (Cr$ 800 milhões).

A expansão da capacidade instalada em Paulo Afonso elevará o seu total para 300 MW. Com êsse objetivo e, também, para facilitar futuros aumentos, foi programado um conjunto de obras que, iniciadas em 1957, prosseguem ativamente êste ano.

Em 1957, foram desenvolvidos vários projetos gerais e ultimados os projetos e cálculos das obras de ampliação da Usina de Paulo Afonso. Elaboraram-se estudos gerais para suprimento a localidades de várias regiões, salientando-se o estudo do sistema central de Alagoas e um programa em convênio com a C.V.S.F. Ultimou-se, para execução no início de 1958, o Plano de Eletrificação da Região do Cariri; e estudaram-se as possibilidades de levar a energia de Paulo Afonso a 31 localidades do Ceará, 17 da Paraíba, 13 do Rio Grande do Norte e várias de Pernambuco. Elabora-se o Plano de Eletrificação do Sistema Mossoró, com o objetivo de suprir de energia 47 localidades do Rio Grande do Norte. Êsses trabalhos deverão ser concluídos no primeiro quadrimestre de 1958, para que se dê início à sua execução, ainda neste exercício. O Plano de Eletrificação do Senhor do Bonfim visa a beneficiar 31 localidades da Bahia e 10 localidades de Pernambuco.

O esfôrço de investimento realizado pelo Govêrno Federal, na obra de Paulo Afonso, já está produzindo os resultados esperados, com a crescente oferta de energia à disposição do Nordeste: em 1957, registrou-se a produção de 465 222 mil kWh nas três usinas de propriedade da C.H.E.S.F. Registrou-se, ainda, um aumento de cêrca de 34% na venda de energia, totalizando um faturamento de 207 milhões de cruzeiros.

Além dos serviços de suprimento de energia elétrica, vem a C.H.E.S.F. prestando em Paulo Afonso serviços assistenciais, através do Hospital, Maternidade, Pôsto de Puericultura, 3 Escolas Primárias, Escola de Aprendizagem Industrial, Ginásio e Artesanato de N. S. de Fátima. Nesta ação assistencial, conta a

C.H.E.S.F. com a colaboração da Comissão do Vale do São Francisco e Legião Brasileira de Assistência.

Companhia Vale do Rio Doce

Além de suas atividades específicas — que são relatadas em outra parte desta Mensagem — a Cia. Vale do Rio Doce executa obras de vulto na área em que opera, com o fim de melhorar as condições de vida na região, e em cumprimento de obrigações que a lei lhe prescreve. Dispõe, para isso, do Fundo de Melhoramento e Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, ao qual destina parte de seus lucros. Nos três últimos exercícios, nêle foram creditados Cr$ 160 milhões, já totalmente aplicados em iniciativas de grande significação para o progresso do Vale.

Destacam-se, entre outras: construção de um trecho rodoviário de cêrca de 35 km ligando Itabira a Belo Horizonte; construção do serviço de abastecimento e tratamento d'água, projetos de construção de rêde de esgotos, de rêde elétrica, calçamento, construção de matadouro, mercado municipal, estação rodoviária e construção de casas de operários, na cidade de Itabira; empréstimos, ou subscrições de capital, para construção de usinas hidrelétricas em Aimorés, Sabinópolis, Nossa Senhora do Pôrto, D. Joaquim, Antônio Dias, Baixo Guandu e Mutum; construção de ponte sôbre o Rio Doce, através de um empréstimo à Prefeitura de Conselheiro Pena que, também, se beneficiou de uma doação correspondente a um têrço do custo do serviço de abastecimento e tratamento d'água; subscrição de capital da Cia. Telefônica de Governador Valadares; doações diversas para construção de hospitais em Itabira, Nova Era e Governador Valadares; abastecimento de água em João Neiva; e, finalmente, o financiamento da construção de rebocador para o pôrto de Vitória.

PARTE QUARTA

TRABALHO, BEM-ESTAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPITULO I

TRABALHO

Em sua etapa preliminar, a industrialização é simultânea com um intenso processo de urbanização, que arrasta grandes massas dos meios rurais para os centros de economia mais ativa. Milhões de brasileiros, em nossos dias, estão envolvidos nesse processo. Ao se integrarem numa economia diferente, capaz de lhes assegurar melhores condições de vida, não só enfrentam problemas que decorrem dessa mudança de condição, como criam outros, e não poucos, à organização social. De trabalhadores rurais, afeitos a tarefas simples e a um sistema social rudimentar, improvisam-se em trabalhadores urbanos, ingressam no trabalho fabril, muito mais complexo, e na vida citadina, em centros despreparados para recebê-los, de abrupto.

São conseqüências flagrantes dêste processo as concentrações de favelados e equivalentes, nas grandes cidades; a luta das emprêsas industriais para elevar a qualificação profissional dêsse operariado de origem campesina, e infundir-lhe mentalidade nova; problemas sociais de vária ordem, suscitados por tão viva mobilidade de populações; e, ainda, o desfalque de braços na economia agrícola, antes que a mecanização possa substituí-los.

Êsses complexos problemas juntam-se a muitos outros em que o Estado é chamado a intervir, para assegurar à população condições de subsistência e de progresso, garantindo-lhe oportunidades de trabalho e de melhoria econômica e, sobretudo, promovendo a paz social.

Assinale-se, contudo, que, em escala cada vez mais ampla, vem o trabalhador participando, como fôrça ativa e consciente, da vida política e econômica do País. Por seus líderes e órgãos de classe, tem o trabalhador nacional demonstrado vivo interêsse

pelos programas governamentais que promovem o revigoramento da economia nacional. Revela, assim, alta compreensão de que, se o País não possuir uma indústria pujante, um amplo sistema de transportes e um rico potencial de energia, não será possível criarem-se condições que permitam elevar o nível de vida das classes obreiras e promover a verdadeira justiça social.

Produtividade

A preocupação de acelerar-se o desenvolvimento econômico do País veio colocar, seja perante o Govêrno seja perante empregadores e empregados, e em têrmos prementes, o problema da produtividade. Órgãos foram criados no serviço público, com a missão de sugerir medidas não só para incrementar a produção, como também para diversificá-la. E' êsse o propósito da Comissão Nacional da Produtividade e do Plano de Incentivo à Produção, instituídos no Ministério do Trabalho. A própria diretriz imprimida aos novos programas da educação, no Brasil, visa, em última análise, a elevar os nossos níveis de produtividade, pela adaptação dos currículos escolares às necessidades do desenvolvimento.

Com um sólido preparo técnico em nível primário e médio, o trabalhador brasileiro verá crescer os índices de rendimento de sua atividade e conquistará um padrão de vida mais alto, sem que, no mesmo passo, se agrave o custo da produção. O Govêrno tem cumprido a sua parte, nesse esfôrço, pela adequada formação profissional das classes trabalhadoras. A cooperação da iniciativa privada é que será contudo decisiva, cabendo, neste particular, grande papel aos nossos homens de emprêsa.

Relações entre Trabalhadores e Empregados

Não obstante a ocorrência de algumas greves, pode-se afirmar que as divergências entre as classes patronais e as dos trabalhadores foram, em sua maior parte, resolvidas em têrmos de compreensão e harmonia.

Se por momentos assumiu proporções consideráveis, a greve de São Paulo não chegou, contudo, a atingir proporções de crise

nacional. Foi um desajustamento temporário, dêsses que se repetem periòdicamente nos grandes centros industriais, e teve, afinal, desfecho satisfatório.

Em outros casos, as questões suscitadas tiveram solução pacífica. Demonstrando confiança na atuação justa e imparcial das autoridades governamentais, empregadores e empregados solicitaram, freqüentes vêzes, por intermédio dos respectivos sindicatos de classe, mediação para suas divergências, havendo-se realizado para êsse fim inúmeras mesas-redondas, com grande êxito.

Os casos que não poderiam ser resolvidos administrativamente foram encaminhados à Justiça do Trabalho, para aplicação do salutar remédio do dissídio coletivo, em cada caso, e eficazes resultados foram conseguidos.

O serviço de expedição de carteiras profissionais, elemento indispensável ao contrato de trabalho, foi consideràvelmente simplificado e acelerado, para obviar as dificuldades que causava ao trabalhador a demora na entrega dêsse importante documento de qualificação profissional e pessoal.

Salários

O salário sempre constituiu problema dos mais delicados no mecanismo da produção. Intimamente ligado à subsistência do trabalhador, reflete o grau de prosperidade do País e o espírito de justiça da sua organização social. Daí o empenho com que o Govêrno acompanhou, no decorrer de 1957, as questões suscitadas a êsse respeito.

O reajustamento da remuneração das várias classes de trabalhadores, como decorrência do novo nível de salário-mínimo fixado em 1956, processou-se, em grande parte, por meio de acôrdos, em mesas-redondas promovidas pelo Ministério do Trabalho. E adequada solução puderam ter, na Justiça do Trabalho, os dissídios coletivos instaurados pelas categorias que chegaram à greve.

Quanto ao salário-móvel, problema que vem sendo debatido de algum tempo a esta parte, os setores competentes da Adminis-

tração realizam pesquisas e levantamentos indispensáveis a que melhor se possa apreciar o assunto.

Desemprêgo

Havendo-se observado, em São Paulo, indícios da aproximação de uma fase de desemprêgo, determinou o Govêrno cuidadoso estudo da conjuntura, a fim de prevenir, em tempo, possíveis transtornos à economia nacional. Foi constituída, para êsse efeito, uma Comissão Especial, no Ministério do Trabalho.

Trabalho Rural

A necessidade de se estender ao trabalhador rural a proteção efetiva, de que já goza o assalariado urbano, é tema de magna importância na economia brasileira. O assunto foi amplamente discutido, em 1957, na Câmara dos Deputados, que rejeitou os projetos apresentados com êste fim. Concluiu-se que não se solucionaria o problema com a simples e súbita adaptação, às peculiaridades da vida rural, do conjunto de leis que disciplinam as relações do trabalho nas cidades.

Parece, assim, que a extensão, ao homem do campo, dos benefícios da legislação vigente, quer no setor do Trabalho, quer no da Previdência Social, terá de processar-se paulatinamente, tal como aconteceu com as leis que regulam o trabalho urbano.

Dever-se-ão adotar, de início, os preceitos que se harmonizem com as condições da vida e do trabalho agrícola, sem causar repercussão grave na economia rural. Buscar-se-á, ao mesmo tempo, estruturar e fomentar uma organização de categorias econômicas e profissionais, capaz de fiscalizar, promover e acompanhar a execução dos dispositivos legais.

A implantação do seguro social, em particular, deverá ser precedida da elaboração de um plano assistencial básico às classes rurais, que prepare o advento do regime previdenciário completo, tal como o que vigora nas cidades. Já se constituiu uma Comissão Especial a fim de estudar o assunto e apresentar suges-

tões para o anteprojeto de lei que o Govêrno encaminhará ao Congresso.

Higiene e Segurança do Trabalho

Os órgãos responsáveis pela higiene e segurança do trabalho não só ampliaram as suas iniciativas, em 1957, como aprimoraram os serviços a seu cargo. Destacaram-se, como realizações concretas, nesse ano, o censo toráxico, as pesquisas de toxicologia, a assistência social aos menores e mulheres e a campanha de prevenção contra acidentes, tôdas de elevado interêsse para a proteção da saúde e bem-estar dos nossos trabalhadores.

Conferência Internacional do Trabalho

Participou o Brasil da 40ª Conferência Internacional do Trabalho, tendo sido a nossa Delegação chefiada pelo Vice-Presidente da República. Dela fizeram parte, na forma regulamentar, representantes do Govêrno e das categorias de empregadores e empregados. No Plenário da Conferência, o chefe da Delegação Brasileira debateu amplamente o problema da concorrência desigual entre os produtos de determinados países e os oriundos dos chamados "territórios não metropolitanos". Não observando, em tôda a extensão, as Convenções Internacionais do Trabalho, podem êsses territórios dispor de mão-de-obra mais barata e oferecer produtos de custo mais baixo no mercado internacional. A Conferência adotou três importantes convenções de âmbito internacional, proibindo o trabalho forçado, regulando o repouso semanal, no comércio e nos escritórios, e dispondo sôbre a proteção e a integração social dos trabalhadores indígenas.

É oportuno assinalar que a Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações da citada Conferência fêz elogio nominal ao Govêrno Brasileiro pelo modo como vem ratificando e promovendo a observância dos pactos internacionais do trabalho. Cumpre, finalmente, mencionar que o Brasil foi eleito membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Tra-

balho, retornando, dessa forma, ao órgão diretor do mencionado organismo, do qual se afastara desde 1954.

Elaboração Legislativa

Durante o ano de 1957 foram promulgadas, entre outras, duas leis do maior interêsse para organizações classistas. Uma regulamentou as atividades dos vendedores, viajantes e pracistas, que, por diferenciadas, reclamavam tratamento especial; a outra fixou em seis horas o período de trabalho diário dos cabineiros de elevadores, consagrando disposição que já fôra objeto de anteriores convenções coletivas de trabalho.

Atualmente, transita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 2 723, de 1957, que dispõe sôbre aplicação e processamento de multas por infração de leis trabalhistas.

Observe-se, entretanto, que tôda a ampla matéria a rever-se, no que concerne às relações do trabalho, está a pedir providência mais eficaz, que será a promulgação do Código de Trabalho, cujo projeto, ora submetido a exame de comissão mista do Congresso Nacional, sistematiza e atualiza todo o regime legal vigente.

CAPITULO II

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei Orgânica da Previdência Social

Em Mensagens anteriores, encarecemos a necessidade de ser votada a Lei Orgânica da Previdência Social.

Visando a colaborar com o Congresso, na atualização do Projeto e em sua adaptação às mais recentes reivindicações das classes, já em 1956 remetemos, ao Legislativo, Mensagem especial, acompanhada de projeto de reforma da estrutura administrativa das instituições previdenciárias, elaborado por Comissão constituída de técnicos e de representantes das classes interessadas, presidida pelo Ministro do Trabalho.

Êsse projeto serviu de base, juntamente com o anterior, para a elaboração do substitutivo finalmente discutido e votado na Câmara. É de assinalar-se, a êsse propósito, a uniformidade de vistas de tôdas as correntes partidárias, no sentido de não mais retardar a outorga do importante diploma legal. Pelas novas modalidades de previdência e de assistência, que consigna, e pela melhoria das existentes, bem como pela uniformização do sistema previdenciário e, ainda, por ensejar, às classes interessadas, a participação na administração direta de todos os órgãos administrativos e de contrôle do sistema, o projeto, se aprovado, virá trazer poderoso incentivo aos trabalhadores.

Devemos, contudo, observar que é conveniente seja o projeto reexaminado, antes da aprovação final, na parte relativa ao sistema de custeio. O substitutivo que acaba de ser votado ressente-se, nesse ponto, de base técnica segura, sendo para recear que agrave as já difíceis condições econômico-financeiras da Previdência Social.

O problema da contribuição da União merece, outrossim, novo exame, pois o substitutivo manteve o regime de paridade entre as contribuições dos segurados e das emprêsas. A experiência dos últimos vinte anos demonstrou ser impraticável êsse regime, sem forte gravame das taxas que constituem fontes de receita ou sem a criação de novas e onerosas taxas. A solução alvitrada pelo Govêrno, no anteprojeto de reforma da estrutura administrativa da Previdência Social, firma-se em bases razoáveis e exeqüíveis.

O Govêrno espera que, considerados êsses pontos, possa o Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social ter votação rápida, com o que se satisfarão antigas reivindicações das classes trabalhadoras.

Situação Econômica e Financeira da Previdência Social

A fim de fornecer ao Congresso elementos para o exame final do Projeto a que já nos referimos, faremos, aqui, rápida análise das condições econômico-financeiras da Previdência Social, segundo os balanços de 1957, dos Institutos e da Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Em 1957, a Previdência Social arrecadou, dos segurados e emprêsas, a importância de Cr$ 25 bilhões, em números redondos. Acrescido da contribuição da União, êsse total se eleva a Cr$ 37,5 bilhões, representando um aumento de Cr$ 12,5 bilhões sôbre a arrecadação do ano de 1956. Do global, só cêrca de 60% foram realizados efetivamente, dada a insuficiência das atuais quotas e taxa de previdência, para cobrir a parte da União, e a falta parcial de recolhimento das contribuições das emprêsas.

A despesa com benefícios pecuniários foi de Cr$ 18,5 bilhões, superior em cêrca de Cr$ 6 bilhões à de 1956. Com assistência médica, foram despendidos Cr$ 3,7 bilhões; e com assistência alimentar, Cr$ 1,1 bilhões. O montante da despesa global com benefícios atingiu, portanto, a 23,4 bilhões, excedendo de Cr$ 6,4 bilhões à de 1956.

Enquanto isto, as despesas de administração somaram Cr$ 3,7 bilhões, dos quais Cr$ 3 bilhões referentes a pessoal. Comparativamente a 1956, houve um aumento global de Cr$ 400 milhões.

Continuou, destarte, a Previdência Social a devolver aos segurados benefícios em dinheiro, mais de uma vez e meia o que dêles arrecada. Consideradas as despesas da assistência médica e alimentar, essa proporção atinge a quase o dôbro daquela arrecadação. Dêsse modo, 90% da contribuição de segurados e emprêsas foram despendidos em benefícios aos segurados, no decorrer de 1957.

As despesas de administração correram, assim, pràticamente à conta da contribuição do Govêrno Federal — o que corresponderia à solução proposta pelo Govêrno, no projeto de reforma da estrutura administrativa da Previdência Social, a que já aludimos.

No que se refere especificamente à contribuição da União, foram recolhidas, ao Fundo Único da Previdência Social, além da quantia de cêrca de Cr$ 2,2 bilhões das diversas quotas de previdência, as correspondentes a transferências do Tesouro Nacional, por conta da dotação orçamentária "Previdência Social".

O débito acumulado das emprêsas atingiu a Cr$ 16 bilhões. A insuficiência, no exercício, fêz elevar-se o débito acumulado da União a cêrca de 43 bilhões.

O Fundo de Garantia da Previdência Social não foi integralizado, em razão dos débitos das emprêsas e da União acima apontados, e da deficiência de rendimentos das reservas, nos últimos anos.

As cifras acima alinhadas mostram ser de evidente desequilíbrio as atuais condições econômico-financeiras da Previdência Social, em seu conjunto, donde exigir-se, como assinalamos, maior cautela, no que concerne ao custeio dos novos encargos decorrentes da Lei Orgânica da Previdência Social, segundo o substitutivo ora no Senado Federal.

Leis Promulgadas

Entre as diversas leis promulgadas em 1957, no campo da Previdência Social, assinalam-se, pelo seu caráter geral, as que dispõem sôbre prestação de benefícios em casos de falecimento, e sôbre o pagamento de contribuições, por parte dos portadores do mal de Hansen, bem como a que unifica o período de carência do seguro-morte.

No que concerne a determinadas categorias, foi criado o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários, mediante desdobramento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. A aposentadoria, ordinária e por invalidez, dos segurados dêste Instituto obedecerá a novos moldes.

Trata-se de alterações ou acréscimos parciais, impostos ao sistema vigente na Previdência Social, pelas condições do momento, sem prejuízo da solução geral que será adotada na futura Lei Orgânica da Previdência Social a que se fêz menção no início do capítulo.

Atividades Gerais no Setor da Previdência Social

Prosseguindo na execução do programa traçado, o atual Govêrno orientou as suas atividades, em 1957, para dois pontos capitais: o restabelecimento do equilíbrio financeiro das instituições de previdência social e a integração do plano de amparo social ao trabalhador.

No que respeita ao primeiro dêsses objetivos, medidas de real expressão foram postas em prática: rigorosa fiscalização do cumprimento do novo regulamento da Quota de Previdência; organização da Comissão Especial que, sob a presidência do Contador-Geral da República, fará o levantamento da dívida da União para com as autarquias de previdência social; e severa fiscalização dos gastos realizados por essas entidades.

A melhor fiscalização da Quota de Previdência, destinada ao Fundo Único da Previdência Social, permitiu um aumento de arrecadação que possibilitou fôssem atendidas, em nível bem mais elevado que nos exercícios anteriores, as obrigações normais da União para com os Institutos e a Caixa de Aposentadoria e Pensões.

A contenção nos gastos das entidades de previdência social foi imposta e fiscalizada pelos órgãos do Govêrno.

Apesar das dificuldades financeiras, conseguiu o Govêrno manter em funcionamento integral o sistema de previdência social e, mesmo, desenvolver a sua ação, ultrapassando limites anteriores. Por outro lado, indo além da solução de problemas imediatos, realizou estudos e encaminhou providências que objetivaram dar maior segurança à estrutura da previdência social e incrementar as suas atividades específicas.

A padronização dos serviços das instituições de previdência social, no que se refere à prestação de benefícios, auxílios, assistência médica e alimentar, e ao contrôle contábil e orçamentário, foi confiada a comissões constituídas de técnicos e de representantes das entidades mencionadas, de modo a facilitar o cumprimento de determinações legais, a ação fiscalizadora do Govêrno e a desejada unificação de regimes e órgãos.

Para o exercício de 1958, foram estabelecidos planos de trabalho que prevêem : a consignação de dotações orçamentárias que tornem efetiva a contribuição da União para as instituições de previdência social; a fiscalização da Quota de Previdência pelos Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões; a atualização e uniformização dos serviços de previdência e assistência social; a formação de reservas que permitam a melhoria de proventos

do trabalhador inativo e a ampliação da assistência à família do trabalhador.

Atendendo a peculiaridades do sistema, o Executivo atualizou o valor do auxílio-maternidade prestado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. Autorizou, outrossim, as instituições de previdência social a estabelecerem convênios para execução de serviços em comum, e regulamentou o pagamento das contribuições em atraso, devidas a essas instituições.

Atividades Específicas das Instituições de Previdência Social

No que concerne às instituições de previdência social, assinale-se terem elas continuado a desenvolver intensa atividade no ano que findou.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, que contava, até dezembro de 1954, cêrca de 1 500 000 segurados ativos, prestou assistência a 1 054 717 pessoas, em quatro tipos de benefícios básicos: aposentadorias por invalidez e por velhice, auxílio-doença e pensão por morte. Outros dois benefícios — auxílio para funeral e auxílio-maternidade — foram concedidos em número de 243 017. O total das despesas com os benefícios atingiu a Cr$ 8 500 000 000,00. Dentro dos recursos de que dispõe, pôde o I.A.P.I. prestar assistência ambulatorial de diversas modalidades, somando 4 600 000 unidades de serviços diversos, das quais 2 000 000 de consultas. O movimento hospitalar foi de 32 400 internações e 31 000 intervenções, com 30 200 altas. As maternidades tiveram 25 900 internações e os sanatórios 2 600. Em Brasília, foi construído um Hospital com capacidade para 50 leitos, já em funcionamento, e que atende aproximadamente a 3 000 casos por mês. No setor de habitação, concluiu o Instituto 704 unidades residenciais e preparou 950 para entrega, numa inversão total de Cr$ 1 080 000 000,00. Outras unidades residenciais estão sendo construídas na nova Capital. Ponto relevante a assinalar também é o início de um programa, para execução em 1958, de reabilitação profissional dos segurados aposentados, medida de grande relevância social e de forte repercussão na economia da Previdência Social.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários pagou, em 1957, benefícios no valor aproximado de 4 bilhões de cruzeiros. No campo da assistência médica despendeu mais de 1 bilhão de cruzeiros, tendo inaugurado diversos novos ambulatórios e programado outros, em número de 16, para 1958, em vários Estados. No setor da habitação, celebraram-se contratos para construção de conjuntos residenciais destinados aos segurados, no valor de cêrca de 1,7 bilhões de cruzeiros em diversas cidades, inclusive, no Distrito Federal, o 3º bloco do Conjunto Jardim de Alah, para jornalistas, e o de Irajá, com 82 casas e 828 apartamentos. Foi autorizado, pelo mesmo Instituto, o recebimento de propostas de financiamento, no valor global de 665 milhões de cruzeiros, dos quais já quase 100 milhões tiveram suas escrituras lavradas. Foi, ainda, concluída a Casa da Comerciária, no Distrito Federal, com 440 quartos para seguradas solteiras.

A C.A.P.F.E.S.P. — que é a terceira das instituições de previdência social, em volume — despendeu 3,2 bilhões de cruzeiros em benefícios, mantendo cêrca de 50 000 aposentados e 100 000 pensionistas. E concluiu o reajustamento dos proventos dos aposentados e pensionistas, que pendia de solução desde exercícios anteriores.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas despendeu, com benefícios, cêrca de 1,4 bilhões de cruzeiros. No terreno da assistência médica, iniciou a implantação, no Distrito Federal, de uma indústria farmacêutica própria, destinada a suprir as necessidades de tôdas as suas clínicas, com grande redução dos gastos com medicamentos. Foram reiniciadas as obras do hospital em Salvador, Estado da Bahia, em condomínio com o I.A.P.B. e o I.A.P.M., assim como as da Maternidade anexa ao Hospital do Distrito Federal. A creche do Conjunto de Bonsucesso e a construção do Ambulatório de Ramos foram outras realizações no Distrito Federal. Em São Paulo, está projetado para 1958 o início das obras do hospital de Tupã, onde será feita a primeira experiência de serviços em regime de comunidade entre as instituições de previdência social. Novo estudo e medidas conseqüentes, no tocante a acidentes do

trabalho, permitiram aperfeiçoar os serviços e ao mesmo tempo, pela revelação de grande número de falsos acidentes, reduzir em mais de um milhão de cruzeiros as respectivas despesas. Iniciou o I.A.P.E.T.C. conjuntos residenciais em Recife (100 unidades) e no Distrito Federal, em Ramos (1 000 unidades), que se devem concluir em 1958, para quando estão também programados outros empreendimentos imobiliários em diversos Estados. Merece especial menção o acôrdo feito com a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, referente à liquidação do considerável débito de emprêsas carboníferas para com o Instituto, que, por sua vez, deverá aplicar uma parte das prestações recebidas em obras de alcance social, nas regiões carboníferas, assim como em empréstimo industrial a duas das Companhias.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, concedeu benefícios em dinheiro no montante de 810 milhões de cruzeiros. No que concerne à assistência médica, foi providenciada a instalação e funcionamento de mais um andar, no hospital do Distrito Federal. Criou-se um serviço de Pronto Socorro e se instalou novo e moderno ambulatório, em substituição ao antigo, que já não oferecia boas condições. No setor imobiliário, adotou o I.A.P.M. a política de transformar o sistema de locação dos seus Conjuntos Residenciais no de venda aos segurados. Nesse sentido já procedeu, quanto a 30 unidades no Méier e às do grande Conjunto de Irajá no Distrito Federal, e está promovendo em outros localizados no Ceará e na Paraíba. O Serviço Social do I.A.P.M. teve, por sua vez, grande desenvolvimento, facilitando, em certos casos, aos segurados mais necessitados, numerário para construção de barracões ou obras de pequena monta, medicamentos gratuitos, internações especiais, aparelhos ortopédicos e óculos, assim como fornecendo quotas de alimentos em casos de grande desajustamento.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários despendeu, com benefícios em dinheiro, cêrca de 143 milhões de cruzeiros, e empregou, na assistência médica prestada a segurados e beneficiários, em 1 022 cidades, 450 milhões. O setor imobiliário apresentou a expressiva cifra de 1 382 casas e apartamentos, de iniciativa do Instituto, em 29 cidades diversas, no valor aproximado de 300 milhões de cruzeiros. Foram também abertas inscrições

em 150 cidades, para financiamentos por iniciativa dos segurados, com a verba de 300 milhões. A criação do novo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários, pela Lei n.º 3 149, de 21 de maio de 1957, retirou do número de segurados do I.A.P.B. os componentes dessa categoria, servidores das Caixas Econômicas. O fato mais relevante do exercício, no que concerne a êsse Instituto, foi a promulgação da Lei n.º 3 332, de 26 de novembro de 1957, que veio atender, entre outras, a antiga reivindicação da classe bancária, isto é, aposentadoria integral, com base em 55 anos de idade e 35 anos de serviço.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado ampliou consideràvelmente seus serviços de assistência médica. Nas Agências de seis Estados, instalaram-se serviços de Raios X, Laboratório, Odontologia, e outros; em duas Subagências, novas clínicas básicas. No Hospital Alcides Carneiro, em Campina Grande, foi aumentado, de 190 para 300, o número de leitos. No Sanatório de Correias inaugurou-se o Pavilhão Sara Kubitschek, com 100 leitos. Executam-se no mesmo Sanatório obras de um novo pavilhão destinado à reabilitação dos convalescentes. Para 1958 está prevista a montagem de ambulatório no Distrito Federal, na Esplanada do Castelo, em terreno cedido pela Associação dos Servidores Civis do Brasil, no qual também serão instalados os Serviços de Higiene Mental, a Creche e a Escola Maternal. O Hospital dos Servidores do Estado recebeu diversas melhorias, entre as quais o Rim Artificial e o reaparelhamento dos Serviços de Dietética e de Radiologia do Ambulatório. Promoveu o Hospital, com grande êxito, a V Assembléia Médica Internacional, em comemoração do seu décimo aniversário, reunindo, entre outros, vinte e cinco especialistas de renome mundial. Também foi realizada a I Semana de Saúde para o Servidor Público e regulamentada e oficializada a Escola de Auxiliares de Enfermagem, cuja primeira turma recebeu certificado no mês de novembro. O movimento de empréstimos imobiliários foi de cêrca de 410 milhões de cruzeiros no Distrito Federal e de 420 milhões, nos Estados. Concluiram-se Conjuntos Residenciais, no Distrito Federal, com mais de 500 apartamentos, e, outros, nos Estados, em Livramento e em São Paulo, além de edifícios-sede em Natal e em Curitiba.

A inversão, nessa parte, montou em cêrca de 130 milhões de cruzeiros. O movimento de empréstimos simples atingiu a 640 milhões de cruzeiros, sendo 23 829 operações no Distrito Federal e 20 410 nos Estados. Quanto ao Departamento de Previdência, aumentou bastante seu movimento de emissão de apólices de seguro privado, elevando-se a quase 2 bilhões de cruzeiros o capital segurado. Só no exercício, foram emitidas perto de 30 000 apólices, que pagaram mais de 10 milhões de cruzeiros de prêmios mensais. Na previsão para 1958, a receita total do I.P.A.S.E. está estimada em cêrca de 3,2 bilhões de cruzeiros. O orçamento de inversões vai a quase um bilhão de cruzeiros. Para as despesas com Assistência está estimada igual quantia, assim como para as de Previdência.

O Serviço de Alimentação da Previdência Social — S.A.P.S. — contava, em fins de 1957, 20 Delegacias Regionais, 18 Agências Locais, 451 Postos de Subsistência, 39 Armazéns Distribuidores, 30 Restaurantes, 20 Auto-Serviços, 2 Escolas de Visitadoras de Alimentação, 1 Granja, além de serviços auxiliares. Prosseguindo no seu programa, desenvolveu o S.A.P.S. intensa atividade. Incrementou, assim, o fornecimento de refeições nos restaurantes de cadeia e gregários no Distrito Federal e nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro, atendendo às características morfobiológicas dêsses previdenciários. As refeições, consistindo em almôço e jantar, foram planejadas por especialistas da Divisão Técnica, com base em elementos nutritivos essenciais à saúde e bem-estar humano. Proporcionou orientação técnica aos restaurantes de instituições públicas e particulares que, por fôrça das leis vigentes, são obrigadas a manter estas unidades de alimentação. Forneceu refeições a instituições públicas e particulares dentro dos princípios já assinalados. Forneceu, ainda, 500 refeições diárias, nos restaurantes I.A.P.C. e Central, a previdenciários enfermos em regime de trabalho e aposentados. Além disto, colaborou o S.A.P.S. no problema do abastecimento geral da população, por meio dos seus Postos de Subsistência, abertos ao público em geral. Prosseguiu na formação de médicos nutrólogos, assim como de visitadoras de alimentação.

A Assistência Médica Domiciliar de Urgência — S.A.M.D.U. — destinada aos segurados da Previdência Social, agindo agora em âmbito nacional, cuidou de descentralizar ao máximo seus serviços, por meio da multiplicação de Postos locais, quer no Distrito Federal, quer nos Estados. Além disto, expandiu seus serviços, instalando-se em dois novos Estados — Alagoas e Mato Grosso — e preparando-se para iniciar atividades em outros dois — Sergipe e Piauí. No Distrito Federal, está programada para 1958, mediante convênio com o I.A.P.E.T.C., a criação de um Centro Hospitalar, em Bonsucesso, que compreenderá um hospital de Pronto Socorro e um Pôsto Central de atendimento de urgência, além de um pavilhão para serviços auxiliares. O número de socorros urgentes, em 1957, atingiu cêrca de 1 800 000 e o total de serviços prestados a mais de 4 000 000. Comparativamente a 1956, verificou-se um aumento de 70% na prestação geral dos serviços. Por ocasião do surto da gripe asiática, teve o S.A.M.D.U. de multiplicar seus atendimentos, atingindo ao clímax no mês de setembro, quando mais alta foi a incidência, nas grandes capitais. O número de atendimentos nesse mês, nos 62 Postos, chegou a atingir a 251 481, sendo 117 961 casos de gripe, o que constituiu excelente prova da capacidade de seus serviços.

A Fundação da Casa Popular teve um surto verdadeiramente excepcional no decorrer de 1957. Entre casas já iniciadas anteriormente, concluídas agora e com entrega até abril de 1958, somam 11 831 as unidades residenciais programadas e executadas pela F.C.P., em 182 localidades de 18 Estados da Federação, além do Distrito Federal, numa inversão total de mais de 1,3 bilhões de cruzeiros. A penetração na zona rural; o plano especial para atendimentos aos ex-Combatentes da F.E.B.; a atuação nos casos de calamidade pública, com a construção urgente de casas para os desabrigados; o financiamento a Prefeituras para execução de rêdes de água e esgotos, destinados aos núcleos de casas populares construídos nos respectivos Municípios — constituem outros pontos marcantes da nova Administração. A Fundação da Casa Popular iniciou, em Brasília, a edificação de 1 000 moradias de acabamento médio, das quais 500 entregues em fevereiro de 1958.

O Serviço Social Rural dedicou o exercício de 1957 ao planejamento e organização de sua atividade, assim como ao estudo das condições rurais, para efeito da implantação de seus órgãos. Critérios para atuação, planos para treinamento do pessoal foram estabelecidos e, bem assim, elaboradas normas gerais de trabalho e de Acôrdos e Convênios a serem firmados com instituições públicas ou privadas, de âmbito rural, tendo em vista a ação de caráter supletivo da entidade.

Por intermédio do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho continuou a ser ministrado o Abono às Famílias Numerosas, no total de 107 433 concessões, cabendo a maior parcela à Região Nordeste, com 57 104, ou sejam 53,15%, dos quais o maior contingente — 1 587 — pertence ao Ceará. O pequeno valor individual dos abonos, segundo a legislação vigente já há muitos anos, está a exigir uma revisão, sendo de desejar-se o andamento de projetos a respeito, já em curso no Congresso Nacional.

PARTE QUINTA

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Educação

O ENSINO ELEMENTAR

Nenhum verdadeiro desenvolvimento se pode operar, em qualquer nação, sem o apoio de vigoroso sistema escolar que forme o homem comum, que o prepare para a civilização dos nossos dias, e, ao mesmo tempo, permita selecionar os homens incomuns que, devidamente estimulados, irão conduzir, em todos os setores, as atividades de liderança, de criação e de inventividade, no nível profissional e na pesquisa.

O sistema escolar brasileiro não vinha oferecendo ao País as condições necessárias para essa dupla formação, quer nas escolas fundamentais, quer nas universidades e escolas superiores.

A deficiência da nossa organização educacional manifesta-se, desde a base, no ensino primário, sem o qual não podemos formar o povo, de cujo seio hão de sair os obreiros do nosso desenvolvimento e os líderes que o tenham de conduzir.

A camada jovem de nossa população, na faixa dos cinco aos quatorze anos, é das maiores do mundo, correspondendo a cêrca de 26% do total de habitantes, enquanto na Inglaterra, por exemplo, é apenas de 13%. Se isto, por um lado, é para nós uma riqueza, no que concerne à quantidade e plasticidade do potencial humano, por outro representa extraordinário agravamento de encargos, no que toca à obrigação de oferecer oportunidades educacionais equânimes a tôda a população jovem. O vulto dêsses encargos se pode avaliar, considerando que metade da população brasileira conta menos de 20 anos de idade e que pesa sôbre

apenas um têrço dos brasileiros todo o ônus da manutenção do vasto sistema educacional de que necessitamos.

A população global, nessa faixa de 5 a 14 anos, que nas nações desenvolvidas normalmente recebe a educação comum, é, em nosso País, da ordem de 15 milhões de habitantes. Se dêsse total deduzirmos o número de crianças de 5 e 6 anos — idade de jardim de infância — em que a nossa oferta de educação ainda é esporádica, temos, entre os 7 e 14 anos, mais de 12 milhões de menores. Dêstes, apenas ingressam na escola cêrca de cinco milhões e quatrocentos mil, número que não chega a cobrir a faixa de idades entre 7 e 11 anos, calculada em mais de sete milhões e meio.

Acresce que, dos cinco milhões e quatrocentos mil de matriculados, apenas três milhões se encontram em escolas públicas mantidas pelos Estados. Os demais freqüentam escolas públicas municipais, em condições reconhecidamente precárias, e escolas particulares. Dos três milhões das escolas públicas estaduais — que, em sua maioria, funcionam em dois, três e até quatro turnos — sòmente chegam à quarta série primária 320 000 alunos. É de 2 700 o total de horas letivas que oferecemos, na escola primária, aos que chegam até a quarta série, em dias letivos de quatro horas e meia, e num ano letivo de 150 dias. Observe-se, para confronto, que o aluno de escola primária suíça dispõe de 11 000 horas para sua educação básica.

Se não nos quisermos iludir com as cifras da matrícula, que na aparência se afiguram aceitáveis, temos de reconhecer que, dos 12 milhões de crianças entre 7 e 14 anos, ou dos 7 milhões entre 7 e 11 anos, apenas se educam razoàvelmente os que chegam à quarta série. Não passam êstes de cêrca de 480 000 (320 000 de escolas estaduais e 160 000 nas demais escolas), ou seja, menos de 35 % dos meninos de 11 anos de idade e menos de 10 % dos que se matriculam na escola.

Na realidade, se se matriculassem em nossas escolas tôdas as crianças de 7, 8 e 9 anos, só teríamos lugares, com as atuais disponibilidades de matrícula, para cêrca de 30 % das crianças de 10 anos de idade. A situação não é esta, porque, na realidade,

matriculamos crianças de 7 a 14 anos, encontrando-se em cada série alunos de quase tôdas as idades.

Não é preciso ir além, para se aquilatar da gravidade do problema. É esta a base sôbre que se erguem as nossas escolas médias e superiores. Além de não oferecermos, senão a uma parte ainda relativamente pequena de nossa população, os modestos benefícios da escola primária, estreitamos excessivamente a área sôbre que procedemos à seleção dos estudantes das escolas médias e superiores, em que se vai apoiar o nosso desenvolvimento.

Tal situação tem de ser resolutamente encarada. Somos um País em pleno surgimento, surpreendente em sua expansão. Temos de estabelecer definitivamente a nossa escola primária e incrementar a sua difusão e aperfeiçoamento. Embora êsse tipo de ensino esteja sob a responsabilidade básica dos governos dos Estados, com a colaboração dos governos municipais, a União vem prestando ampla ajuda financeira à sua recuperação e extensão.

Até o presente, êsse auxílio se tem limitado aos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, que não chegam a constituir 5% do total despendido pelo Govêrno Federal com a educação. Por iniciativa nossa, tal auxílio deverá elevar-se a 20%, no mínimo, a fim de custear, em parte, as duas séries que serão acrescentadas ao ensino elementar. Já na Lei de Meios de 1958, a soma das dotações destinadas ao ensino primário e à alfabetização de adultos representa 15% do orçamento global do Ministério da Educação e Cultura.

Até agora, já foram construídos mais de 10 mil prédios com o subsídio do Fundo Nacional do Ensino Primário. Neste exercício, vamos intensificar grandemente a ampliação do parque escolar. Além disto, prosseguindo na política adotada em 1957, estenderemos o auxílio federal a outras atividades, tais sejam: ampliação da escolaridade a seis anos; melhoria da formação do magistério; e aperfeiçoamento de professôres já diplomados. Finalmente, incrementaremos, por tôdas as formas, a instalação de centros educacionais, destinados a dar, através da pesquisa, base objetiva e tratamento científico aos problemas escolares, com escolas-pilôto de demonstração e experimentação, que, à maneira

dos centros clínicos das Faculdades de Medicina, irão constituir as grandes escolas de prática do novo ensino brasileiro.

Para essa obra de recuperação e expansão da escola primária, vem o Govêrno obtendo a cooperação da U.N.E.S.C.O., do Ponto IV e da Organização dos Estados Americanos. Associa-se, dêste modo, ao esfôrço comum de todo o Continente Sul-Americano, no programa de ação traçado pela Conferência de Ministros da Educação realizada em Lima, no Peru. O apêlo que se fêz, nesse conclave, a todos os Governos sul-americanos, em prol da implantação do sistema escolar primário de seis anos para tôda a população, obedeceu a um imperativo do ciclo econômico em que ingressa a América do Sul, com a sua crescente industrialização. Nosso País ocupa, nesse movimento, posição de vanguarda.

Pode-se admitir que o sistema escolar no meio rural mantenha, ainda por algum tempo, apenas quatro anos de estudos, mas urge ampliá-lo a seis, nas cidades.

Metas do Ensino Primário

Nosso ensino primário já atingiu, por certo, razoável extensão, no que concerne à quantidade. Ressente-se, porém, de graves falhas, entre as quais assinalaremos: matrícula de alunos de tôdas as idades escolares em cada série; repetição, várias vêzes, de cada série, pelo mesmos alunos; desdobramento do dia letivo em turnos; e precaridade de formação do magistério. Tudo isso significa ausência de sistematização e grave desordem em nossa escola fundamental.

O desnível de idade nas matrículas em cada série decorre do ingresso, na primeira série, de alunos que já ultrapassaram a idade mínima, bem como da permanência de repetentes, por vários anos, em virtude da rigidez excessiva nos sistemas de promoção. Como os menores de 14 anos são proibidos de trabalhar, em virtude de lei, a escola se vê na contingência de acolhê-los até essa idade. Êsse fato torna o número de lugares insuficiente para as solicitações de matrícula, forçando as escolas a funcionar em dois, três e até, mesmo, quatro turnos diários, de poucas horas, em prejuízo do aproveitamento do aluno.

Para sanar tal situação, o plano de metas compreende medidas de vária natureza. Dispõe, em primeiro lugar, que o grupamento de alunos, nas diferentes séries da escola elementar, obedeça ao critério de idade: os de 7-8 anos, na primeira série; os de 8-9, na segunda; os de 9-10, na terceira; os de 10-11, na quarta; os de 11-12, na quinta; os de 12-13, na sexta.

Além da ordenação das matrículas, recomenda-se um regime mais flexível de promoções, com a criação de classes especiais para pré-adolescentes analfabetos, até que o novo sistema entre em pleno funcionamento.

Não só se recomendou o dia escolar de 6 horas para todos os alunos, como a escolarização por um período de seis anos, nas áreas urbanas, e de quatro anos, nas zonas rurais, a fim de reter na escola o menor de 14 anos.

Nas duas séries a serem criadas — curso complementar do primário — o aluno receberá, além de instrução correspondente às duas primeiras séries do ensino de nível médio, formação pré-profissional de acôrdo com as solicitações da zona de produção em que vive, segundo as tendências vocacionais do estudante.

O Plano visa à instalação da quinta série a partir de 1958 e da sexta, a partir de 1959, de modo a atender a 40 mil alunos em 1958, 120 mil em 1959, 220 mil em 1960 e 340 mil em 1961.

A execução do programa exigirá esfôrço considerável quanto à instalação e equipamento, formação e aperfeiçoamento de professôres e, sobretudo, preparo de magistério especializado em ensino primário-complementar (quinta e sexta séries).

A assistência da União ao magistério primário consistirá na extensão da escolaridade, ampliação das escolas normais e na concessão de bôlsas de estudo a professôres.

Erradicação do Analfabetismo

A alta percentagem de analfabetos existente no País — cêrca de 50 % da população — é incompatível com o nosso anseio de desenvolvimento. Terá o Govêrno de enfrentar o problema da erradicação total do analfabetismo — tarefa difícil, pela enorme soma de recursos materiais que exige. Mas essa dificuldade não re-

Para sanar tal situação, o plano de metas compreende medidas de vária natureza. Dispõe, em primeiro lugar, que o grupamento de alunos, nas diferentes séries da escola elementar, obedeça ao critério de idade: os de 7-8 anos, na primeira série; os de 8-9, na segunda; os de 9-10, na terceira; os de 10-11, na quarta; os de 11-12, na quinta; os de 12-13, na sexta.

Além da ordenação das matrículas, recomenda-se um regime mais flexível de promoções, com a criação de classes especiais para pré-adolescentes analfabetos, até que o novo sistema entre em pleno funcionamento.

Não só se recomendou o dia escolar de 6 horas para todos os alunos, como a escolarização por um período de seis anos, nas áreas urbanas, e de quatro anos, nas zonas rurais, a fim de reter na escola o menor de 14 anos.

Nas duas séries a serem criadas — curso complementar do primário — o aluno receberá, além de instrução correspondente às duas primeiras séries do ensino de nível médio, formação pré-profissional de acôrdo com as solicitações da zona de produção em que vive, segundo as tendências vocacionais do estudante.

O Plano visa à instalação da quinta série a partir de 1958 e da sexta, a partir de 1959, de modo a atender a 40 mil alunos em 1958, 120 mil em 1959, 220 mil em 1960 e 340 mil em 1961.

A execução do programa exigirá esfôrço considerável quanto à instalação e equipamento, formação e aperfeiçoamento de professôres e, sobretudo, preparo de magistério especializado em ensino primário-complementar (quinta e sexta séries).

A assistência da União ao magistério primário consistirá na extensão da escolaridade, ampliação das escolas normais e na concessão de bôlsas de estudo a professôres.

Erradicação do Analfabetismo

A alta percentagem de analfabetos existente no País — cêrca de 50 % da população — é incompatível com o nosso anseio de desenvolvimento. Terá o Govêrno de enfrentar o problema da erradicação total do analfabetismo — tarefa difícil, pela enorme soma de recursos materiais que exige. Mas essa dificuldade não re-

side apenas na mobilização de fundos. Reside, sobretudo, na carência de pessoal treinado e na impossibilidade de se obter, prontamente, o equipamento requerido por um programa de alfabetização em massa. Em vista disto, decidiu o Govêrno realizar, nesse setor, experiências em áreas limitadas, tanto mais quanto os recursos de que dispõe melhor se aplicarão àqueles ramos do ensino mais aptos a dar-nos, de imediato, o pessoal qualificado que o desenvolvimento do País exige.

Embora modesta, contará essa experiência com recursos técnicos e materiais que permitirão colhêr ensinamentos para um futuro programa nacional de erradicação do analfabetismo e de reforma do sistema educacional vigente. Para isto, foram selecionadas áreas representativas das principais regiões do País, nas quais se realizará, à luz de pesquisas científicas, um amplo experimento. Êste compreende a alfabetização de 90% da população de 14 a 35 anos, até o completo reajustamento do sistema educativo, de modo que se adapte às condições regionais e sirva efetivamente às necessidades de desenvolvimento. Ao fim dos trabalhos, disporemos, não só de dados precisos sôbre o custo dos serviços mínimos de educação que o País reclama, mas, também, de métodos e técnicas, experimentalmente comprovados, para alfabetização em massa, e para empreender a reforma de base do sistema nacional de educação elementar.

A experiência permitirá, ainda, averiguar o grau de amadurecimento da opinião pública a respeito do problema educacional e a possibilidade de se desenvolver ação uniforme e planejada, evitando os desperdícios que ocorrem em campanhas destituídas de planejamento adequado.

Cumpre observar, porém, que não é possível deixar apenas a cargo do Poder Público o ônus de um programa de tal envergadura. É preciso que se canalizem, para o ensino, recursos privados, em proporção cada vez maior. A própria escola pública necessita dêsses recursos privados, em sua obra de assistência ao aluno e para enriquecimento de programas e atividades extraclasse.

Até aqui, vimos fazendo exatamente o contrário. As escolas privadas apelam cada vez mais para o erário, em busca de

recursos, reduzindo, assim, fundos notòriamente escassos para o custeio da rêde escolar a cargo dos Podêres Públicos. O custeio da educação particular deve caber totalmente à sua clientela. O auxílio do Estado à escola privada só se justifica sob a forma de bôlsas a estudantes pobres.

Representa para a Nação grande sacrifício criar e manter um sistema de educação elementar que beneficie tôdas as crianças. A aplicação dos recursos nacionais a êste fim destinados deve, pois, concentrar-se nos serviços que se dispensem gratuitamente ao público. Tudo o que constitua privilégio há de ser custeado pelo beneficiado, ou conquistado pelo mérito, em livre competição. Só assim a inferioridade econômica deixa de ser um obstáculo e poderá converter-se em vitória do esfôrço.

O ENSINO MÉDIO

Os cursos que se seguem ao primário serão organizados de modo a prover à formação de quadros médios e superiores, múltiplos e diversificados, atendendo às aptidões individuais e às necessidades do País.

Presentemente, a chamada escola secundária atrai cêrca de 75% dos estudantes de nível médio — ou seja 600 mil estudantes, aproximadamente, num total de 800 mil. Isto significa que o atual sistema educacional se mostra pouco apto a atrair a juventude brasileira para a modalidade de ensino que as conveniências do desenvolvimento econômico impõem imperativamente: formação de técnicos de nível médio para a indústria, comércio, agricultura e magistério primário. Urge, assim, sejam reorganizados os cursos de modo a permitir a distribuição dos alunos de acôrdo com as aptidões, orientando-se para estudos predominantemente intelectuais apenas os que manifestarem essa vocação. Êstes serão estimulados a ingressar em cursos superiores de natureza teórica, enquanto os demais serão encaminhados a ciências aplicadas, em cursos de cunho acentuadamente prático. Uns e outros são igualmente necessários ao desenvolvimento nacional.

Devemos, ainda, atentar em que, sob outro aspecto, o número aparentemente elevado de matrículas nos cursos de nível médio induz a conclusões que não correspondem à realidade dos

fatos. Vemos que a matrícula cai verticalmente a partir do primeiro ano do curso, declinando de 230 000 inscrições iniciais, para 95 000, no ano final do mesmo ciclo. E que, no segundo ciclo, cla decresce de 88 000 alunos para 42 000, da primeira à última série. Assinale-se, por fim, que, dêstes últimos, apenas 20 000 logram vencer as barreiras do exame vestibular das faculdades de ensino superior.

Dêsse modo, menos de 10 % dos alunos que se inscrevem no curso secundário, com vistas ao ensino superior, conseguem atingir o objetivo. Os 90 % restantes vêem o seu ideal frustrado. Nisto, é grande a parte de responsabilidade que deve ser imputada à má organização do ensino. Sendo êsses cursos propedêuticos ao ensino superior, pouco proveito trazem ao aluno que não consiga terminá-los, ou que, terminando-os, não prossiga nos estudos. Há perda de tempo para os jovens e prejuízo para a Nação.

Metas do Ensino Médio

A análise da situação do Ensino Médio revelou, entre nós, deficiências consideradas graves. De um lado, objetivos quiméricos, que não levam em consideração as condições pessoais dos alunos nem a conjuntura social; de outro lado, deficiência de formação prática, artística e técnica, com exagêro de formação acadêmica. A estas falhas se acrescentam outras como: a organização multilinear do ensino médio, sem autêntica equivalência; falta de ligação entre a escola e as atividades produtoras da região; ausência de autonomia técnico-financeira dos estabelecimentos de ensino profissional, industrial e agrícola; e o sistema inadequado de formação de professôres.

Para corrigir tais falhas, decidiu o Govêrno adotar várias medidas, algumas das quais dependem da aprovação de projetos de lei.

Ampla reforma foi pedida ao Legislativo, com relação ao ensino de grau médio, em todos os seus ramos, a fim de que os currículos se tornem mais flexíveis e ajustados às condições do País, tendo em mira as necessidades do desenvolvimento.

Intenta-se reunir, na estrutura do ensino médio, as séries iniciais, tornando-as comuns a todos os tipos dêsse ensino, bem como descongestionar o curso secundário, em benefício da formação profissional.

Facultar-se-á a organização de escolas experimentais, em que, sob rigoroso contrôle técnico, sejam observados os novos métodos educativos.

Assim, a expansão da rêde de escolas, já promovida em parte pelo Govêrno, receberá grande impulso e atenderá a condições, peculiaridades e necessidades de cada região, dando prioridade ao ensino profissional dos diversos tipos. Para isso, será ativado o regime de convênios com os Estados, Municípios e entidades autárquicas e particulares.

Recursos para o Ensino Médio

No sistema vigente, o Fundo do Ensino Médio não tem alcançado as finalidades a que visava. Como se viu, os seus recursos se dispersam através de auxílios a estabelecimentos particulares de caráter lucrativo, sem que se exija dêstes a contraprestação de serviços ao público. Impõe-se o estabelecimento de critérios de prioridade na aplicação daqueles recursos, destinando-os sobretudo à concessão de bôlsas de estudo, construção de prédios, equipamento de escolas e preparo de professôres, de modo a constituir-se uma rêde nacional de educandários gratuitos de ensino médio.

No esfôrço para se elevar o nível das escolas agrícolas e industriais, conferir-se-á prioridade à ampliação e melhoramento dos estabelecimentos existentes, em lugar de estimular a sua simples multiplicação.

A essas escolas, por outro lado, será dado cunho mais prático, que melhor as vincule às atividades econômicas das regiões onde têm sua sede. Não só se lhes imprimirá maior eficácia pedagógica, como se lhes permitirá movimentar as receitas que produzam, reduzindo-se, dêsse modo, o custo de sua manutenção.

Dentro dessa orientação, foi organizado o seguinte programa de trabalho: construir e equipar uma escola técnica de construção civil, em São Paulo, e uma escola técnica de construção naval, em Santos; construir e equipar uma escola técnica em São Bernardo do Campo, em São Paulo, e equipar a Escola Técnica de Curitiba, de modo que possa funcionar como centro de formação de professôres para o ensino industrial; construir e equipar uma escola técnica em São José dos Campos, em São Paulo, e outra em Nova Hamburgo, no Rio Grande do Sul.

Para o Ensino Agrícola, o programa prevê a ampliação e reequipamento de 5 Escolas Agrotécnicas, 7 Agrícolas e 2 de Iniciação Agrícola, tôdas da rêde federal; ampliação e reequipamento de 27 Escolas Agrotécnicas e 11 de Iniciação Agrícola, tôdas da rêde estadual; e o equipamento de 26 Escolas de Magistério de Economia Rural Doméstica e 33 Escolas de Tratoristas.

O Plano compreende, ainda, em relação ao ensino médio, um amplo programa de bôlsas de estudo.

O ENSINO SUPERIOR

No nível superior, também os estabelecimentos de ensino se diversificarão em escolas profissionais, ou de ciência aplicada, e instituições de ensino que se dediquem à ciência teórica ou pura. Por êsse modo se encaminharão, adequadamente, os alunos que visem a exercer uma profissão e os que pretendam dedicar-se a estudos teóricos e à pesquisa. O ideal seria que a faculdade de filosofia, núcleo da Universidade, ministrasse todos os cursos científicos básicos, ficando às escolas profissionais o encargo dos cursos específicos, destinados à especialização técnica, em todos os ramos, inclusive de magistério. Nossas escolas superiores continuam a fazer, simultâneamente, o estudo das ciências básicas e das ciências aplicadas. Dia virá, talvez, em que nos vejamos obrigados a separar êsses dois campos, não por serem intrinsecamente diferentes, mas por conveniência da divisão do trabalho, dados os objetivos a que tendem um e outro.

Metas do Ensino Superior

No Ensino Superior, a falta de oportunidade para formação de cientistas e tecnologistas se apresenta como a deficiência mais flagrante. A par dessa grave falha, outras, na estrutura do sistema, estão a exigir enérgicas providências. Assim, o atual regime de trabalho de professôres e alunos; o escasso número de especializações nas carreiras técnicas; a desarticulação do ensino com as necessidades da produção; a míngua de cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento; e finalmente, o pouco estímulo oferecido aos que se dedicam ao magistério superior.

Para obviar êsses males, pretende-se aumentar a capacidade das escolas de engenharia, à razão de mil novos alunos por ano; instituir o regime de dedicação integral dos professôres e de freqüência obrigatória dos alunos aos trabalhos escolares; reorganizar os cursos do ensino superior, de acôrdo com as finalidades dêste e com as necessidades do meio em que funcionam; e criar novos cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento, junto às Universidades e Escolas.

Trabalha-se para a pronta instalação, em pontos apropriados do território nacional, de vários institutos de pesquisa, ensino e desenvolvimento, assim distribuídos: Mecânica, em Belo Horizonte e Curitiba; Matemática e Física, no Rio Grande do Sul; Eletrotécnica, em Belo Horizonte; Geologia, em Recife; Química, no Distrito Federal e em Salvador; Mineração e Metalurgia, em Ouro Prêto; Genética, em Piracicaba; Economia, no Distrito Federal; Mecânica Agrícola, em Curitiba; Tecnologia Rural, no Ceará, e Economia Rural, no Distrito Federal (km 47).

Além disto, prossegue com intensidade a campanha nacional de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, mediante um programa que, em função das necessidades do desenvolvimento econômico e social do País, visa a melhoria das condições de ensino e pesquisa nas instituições universitárias e científicas brasileiras, o aperfeiçoamento e a especialização do pessoal graduado já existente, e a promoção de levantamento e estudos sôbre problemas ligados ao ensino superior.

Recursos Destinados ao Ensino Superior

A fim de disciplinar a expansão do ensino superior, será brevemente encaminhada ao Poder Legislativo projeto de lei solicitando a regulamentação dos recursos federais a serem aplicados na educação. Quarenta por cento dêsses recursos serão aplicados — segundo prioridades que obedecem às conveniências do desenvolvimento — na melhoria do ensino superior e no incremento das matrículas nas carreiras de engenharia, ciência e técnica, onde, no momento, a demanda é mais acentuada.

No orçamento de 1958 já foram consignados recursos para custear essas atividades e ainda para organizar ou manter, em bases de campanha — tal a urgência de que se reveste a medida — seis cursos de formação de geólogos, quatro dos quais se instalaram em 1957.

O espírito que governa todos êsses esforços não é o do planejamento global e apriorístico, mas o de uma programação gradativa, orientada pela marcha de nossa industrialização.

BASES E DIRETRIZES DA EDUCAÇAO

No intuito de corrigir o sistema de ensino vigente no Brasil e adaptá-lo às condições do desenvolvimento, o atual Govêrno apresentou ao Congresso Nacional sugestões que envolvem modificações relevantes no projeto de lei relativo às bases e diretrizes da educação, ora em tramitação na Câmara. Manteve-se, todavia, a tendência descentralizadora do projeto original, por se tratar de um corolário do regime federativo, que encontra o mais vigoroso apoio nos modernos sistemas de educação. Encarecemos, perante os Srs. Membros do Congresso Nacional, a conveniência de serem apressadas a tramitação e aprovação final dêsse importante diploma legal.

Com as modificações propostas e, mais, a aprovação, pelo Legislativo, de novos projetos que lhe foram encaminhados pelo Govêrno, estará êste habilitado a promover a reforma projetada, nos diferentes níveis e ramos do ensino.

O ENSINO NAS FÔRÇAS ARMADAS

Impõe-se, na consideração do problema educacional brasileiro, dar o devido relêvo à obra de formação e ensino que realizam as fôrças militares do País. Estas não cuidam apenas do preparo do quadro básico do Exército, da Marinha e da Aeronáutica — hoje tão semelhante aos quadros civis de trabalho, na indústria e na agricultura desenvolvida. Mais do que essa formação, avulta, no grande esfôrço educativo militar, a formação profissional, superior e especializada.

Neste campo, as fôrças militares vêm mantendo um sistema de ensino que é um exemplo para a Nação e um paradigma para o desenvolvimento do sistema civil do ensino. Com efeito, não se encerra com a preparação profissional regular — hoje elevada ao mais alto nível — o preparo dos nossos oficiais de terra, mar e ar. Uma série coordenada de cursos de aperfeiçoamento e de promoção é ministrada ao oficial em sua carreira e faz, de sua vida, uma vida de estudos e aperfeiçoamento contínuo, a fim de capacitá-lo para acompanhar o dinamismo da cultura científica, tecnológica e militar do nosso tempo.

Durante o ano de 1957, tôda essa vasta e eficiente aparelhagem de ensino, de estudo e de pesquisa funcionou e se expandiu no campo das indústrias bélicas e no do exercício profissional de nossas Fôrças Armadas, irradiando a sua influência no campo do esfôrço civil, em seu empenho de progresso e modernização.

Na cúpula dêsse sistema de ensino, encontram-se instituições do mais alto padrão, como a Escola Superior de Guerra e o Centro Técnico da Aeronáutica. A Marinha, em convênio com o Universidade de São Paulo, inaugura êste ano um curso de Engenharia de Construção Naval, destinado a representar papel dos mais relevantes, tanto para o aperfeiçoamento técnico-militar, como para a formação de especialistas civis altamente qualificados.

Ciência para o Desenvolvimento

As descobertas que vieram assinalar o ano de 1957, no campo da ciência, não podiam deixar de ter extraordinária repercussão nos sistemas de ensino e de pesquisa, em todos os países que aspirem a acompanhar o progresso do nosso tempo e dêle colhêr os benefícios. Da atividade científica e tecnológica decorre hoje o domínio dos fatôres que determinam o progresso material e, sob certos aspectos, o bem-estar social das coletividades.

Como Nação modelada ao influxo de ideais cristãos, entendemos que o progresso técnico deve impregnar-se de valores morais e espirituais, e que padecerá de debilidade congênita o seu portentoso arcabouço, se se perderem de vista exigências que, no homem, se mostram tão imperativas quanto as que dizem respeito à sua subsistência e segurança. Um progresso técnico que preserve a fisionomia espiritual da Nação e lhe permita projetar-se, no mundo, como uma das mais esplêndidas conquistas da civilização latina e cristã — eis o ideal que hoje polariza os anseios de todos os brasileiros.

Mas cumpre não perder de vista que o desenvolvimento superior das ciências é, a um só tempo, fôrça propulsora e produto do progresso econômico. Foram as aplicações tecnológicas de princípios científicos que permitiram se criassem as formas de atividade produtivas que caracterizam a industrialização. Entretanto, é o domínio destas novas formas de produção que propicia recursos e ambiente ao cultivo da ciência. Verificou-se êsse fenômeno na maioria dos países hoje altamente industrializados. Para os que ainda não se desenvolveram plenamente, outro é o caminho. Não podemos esperar que, do progresso material conquistado pela simples transplantação de processos tecnológicos desenvolvidos alhures, resulte o desenvolvimento da ciência brasileira. Êsse processo, por demais moroso, viria colocar o País, ainda por longos anos, em perigosa dependência cultural.

Assim como a industrialização do Brasil se ativa em virtude de uma intervenção racional no processo econômico, integrada no programa governamental de metas, ao desenvolvimento cultural e científico se deverá aplicar o mesmo estímulo enérgico e lúcido.

A economia brasileira não vencerá totalmente o estágio agropecuário para ingressar no da plena industrialização, se não dispuser de técnicos em todos os campos da atividade produtiva. Até agora, nossa extraordinária capacidade de improvisação vinha suprindo, em larga medida, as deficiências de técnicos e pesquisadores. Temos de nos capacitar de que, doravante, só o estudo e o treinamento sistemático poderão fornecer especialistas capazes de erguer uma estrutura econômica sólida. Urge, portanto, criar um sistema educacional que acelere a formação de técnicos, dando-nos, ràpidamente, um quadro de profissionais altamente qualificados em todos os ramos do conhecimento.

Basta a simples enunciação de inadiáveis tarefas com que nos defrontamos, para se ter idéia do número de tecnólogos que o Brasil reclama, desde já. A utilização dos nossos recursos minerais exige número considerável não só de geólogos — para o tombamento dêsses recursos — como de químicos, físicos, engegenheiros-industriais e outros especialistas, que trabalharão nas diversas fases do processo de aproveitamento, até que o produto possa atingir as formas mais nobres de consumo.

Simultâneamente, devemos formar e aperfeiçoar pessoal capaz de, nos institutos de pesquisas agronômicas e veterinárias, realizar, em tôdas as áreas ecológicas do País, estudos que possibilitem o melhoramento genético e a maior rentabilidade dos rebanhos e das culturas nacionais. No mesmo campo, necessitamos, ainda, de formar pessoal habilitado a racionalizar o trabalho agropastoril, em ritmo que compense o rápido êxodo da mão-de-obra rural para centros urbanos de industrialização mais ativa. O descaso por qualquer dessas tarefas acarretaria não só a queda, em quantidade e qualidade, da produção destinada à exportação, mas também da que supre o mercado interno.

As indústrias de base que se vão instalando no País demandam, em número cada vez maior, profissionais de alta qualificação que o nosso sistema educacional não se tem mostrado capaz de proporcionar, com a diversificação necessária. O desenvolvimento econômico requer técnicos em novas especialidades para que possamos criar métodos próprios de processamento das matérias-primas nacionais, em condições de competir no mercado internacional.

O único setor em que dispomos de instituições de pesquisa e pesquisadores de alta qualificação, embora em número insuficiente, é o das ciências biológicas, pròximamente relacionadas com a medicina. Tal fato exprime a descoordenação com que se processa o nosso desenvolvimento cultural. Até há pouco, só eram efetivamente cultivados os setores que interessavam ao bem-estar das camadas mais prósperas da população, ou os de caráter mais pronunciadamente acadêmico.

A par dêsses esforços pelo desenvolvimento tecnológico, cumpre desenvolver outros, com vista à implantação, no País, de instituições consagradas à pesquisa pura. A história da ciência demonstra que às pesquisas devotadas exclusivamente ao progresso do conhecimento se devem as descobertas decisivas, que permitiram revolucionar o mundo moderno, através de aplicações técnico-industriais.

Não se conseguirá o progresso científico sem desfechar um ataque simultâneo aos vários fatôres que presentemente lhe impedem o florescimento. Dentre êstes, sobressaem as dificuldades com que lutam as nossas universidades para se constituirem, efetivamente, em centros de formação de técnicos e pesquisadores, aptos a enriquecer o acervo da ciência. Inspiradas em modelos europeus do século passado, padecem dos vícios de uma estrutura arcaica, que não lhes permite acompanhar os progressos do ensino e da pesquisa. A superação dessa deficiência compete, principalmente, às próprias universidades, no exercício da autonomia de que gozam.

Sôbre os institutos de pesquisas recairá, também, larga responsabilidade na luta pelo desenvolvimento das nossas atividades científicas. Impõe-se, em primeiro lugar, que essas entidades não se desvinculem do complexo econômico nacional. Até agora, seus estudos raramente refletem condições e problemas brasileiros. Os resultados positivos, que apresentam, devem-se antes à pertinácia pessoal do pesquisador, que aos esforços conjugados de tôda a instituição. A quebra dêste isolamento virá não só enriquecer a temática das pesquisas científicas, mas, também, permitir sejam atraídos, para aquelas instituições, recursos particulares que até agora lhes eram negados, pela descrença de que pudessem produzir resultado compensador.

Os cientistas brasileiros vêm revelando profunda preocupação por todos êsses problemas. As tarefas da ciência em face do desenvolvimento constituíram o tema básico da reunião de 1957, da principal associação de cientistas do País. Isto significa que já contamos com o fator decisivo para a ampla renovação da mentalidade nacional, no que concerne ao progresso e à utilização da ciência entre nós, isto é, o empenho dos nossos cientistas em se consagrar a essa tarefa.

As atividades da União nesse setor são desempenhadas por serviços ligados aos ministérios ou diretamente subordinados à Presidência da República. No campo da formação de pessoal qualificado, esperamos em breve grande avanço, graças não só às substanciais dotações orçamentárias asseguradas às universidades, para desenvolvimento de programas específicos de formação de técnicos, mas também ao reforço dos recursos consignados a suas atividades comuns. E' assinalável, ainda, a atuação dos serviços e campanhas especificamente destinados ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Com as precauções que a medida impõe, a fim de que só alcance os que realmente possam enriquecer o nosso patrimônio científico, é necessário estabelecer, para os cientistas e pesquisadores, o regime de dedicação exclusiva. No momento, os poucos pesquisadores de que dispomos desviam suas energias para outras atividades, com grave prejuízo para tarefas mais proveitosas, em que maior contribuição poderiam oferecer ao País. A êsse respeito, o Poder Executivo já encaminhou mensagem ao Congresso Nacional.

Para que a medida produza resultados, é preciso, porêm, que maiores recursos sejam assegurados às atividades científicas. De sua parte, o Govêrno está disposto a proporcionar êsses recursos, sempre que os responsáveis comprovarem capacidade para realizar os trabalhos que se propõem, e, sobretudo, sempre que se tratar de pesquisas relevantes para o desenvolvimento do País ou para o progresso da ciência.

No ano de 1957, a ação do Govêrno se fêz sentir, mais especificamente, através do Conselho Nacional de Pesquisas. Foram concedidas cêrca de 850 bôlsas destinadas ao aperfeiçoamento

técnico-científico, no País e no estrangeiro; mais de 200 auxílios para aquisição de aparelhagem e equipamentos, bem como para realização de serviços e excursões, foram assegurados a instituições científicas. Esta atividade será mantida e ampliada no ano em curso, mas deverá obedecer a critérios de prioridade, de forma a estimular as pesquisas tecnológicas mais urgentes, no campo da produção. Pretende-se, assim, propiciar desenvolvimento equilibrado aos vários ramos das atividades científicas.

No campo das pesquisas físicas, merece especial destaque a instalação, na Cidade Universitária de São Paulo, de um reator atômico experimental, com potência de 5 megawatts, cuja utilização, para fins científicos, está assegurada aos físicos, químicos, biologistas e tecnologistas brasileiros.

As ciências sociais — particularmente nos campos relacionados com os problemas da educação e do desenvolvimento cultural — vêm experimentando grande incremento, através da criação de centros de pesquisas nas diversas regiões do País. De sua atividade é legítimo esperar valiosas contribuições ao conhecimento do Brasil e à caracterização científica dos processos sócio-culturais que estão conformando a realidade brasileira de nossos dias.

Cultura e Desenvolvimento

Com o programa traçado, será possível plasmar-se uma cultura brasileira, capaz de absorver tudo quanto podem proporcionar a ciência e a tecnologia moderna, e de utilizar melhor os recursos do País e as potencialidades do nosso povo. E, mais que isto: fazê-lo mediante um processo criador, capacitando-nos a compreender a experiência nacional, bem como a dominá-la e exprimi-la através de criações genuínas. Assim, no esfôrço para conquistar o futuro, não nos desprenderemos do passado, e antes aprofundaremos as características de singularidade que nos distinguem como povo.

E' óbvio que, nesse amplo esfôrço da inteligência brasileira, a tarefa do Estado é incentivar, assistir, prover. O Govêrno tudo fará para encorajar essa atividade criadora, através dos meios de ação de que dispõe.

LIVROS

Apesar do recente desenvolvimento de novos processos de difusão cultural — o rádio, a televisão e o cinema, dotados de enorme capacidade de penetração — o livro continua a ser o veículo básico de transmissão do conhecimento. Através de livros e periódicos é que se criam, perpetuam e difundem tôdas as formas de saber, desde as de conteúdo mais erudito e requintado, até as mais instrumentais, ligadas à difusão das técnicas.

A produção de livros e periódicos, em quantidade que a população possa absorver, e com a diversificação que reclama o desenvolvimento equilibrado da cultura nacional, é matéria relevante que exige dos Podêres Públicos a mais zelosa assistência e estímulo.

O crescimento da indústria editorial brasileira, nos últimos anos, é um dos índices mais expressivos do nosso avanço cultural. Tal incremento se deve, essencialmente, à iniciativa privada, que se revelou capaz de prover o País de algumas casas editôras cuja produção de livros e folhetos já se conta por milhões. O estímulo governamental a esta atividade se vem fazendo principalmente através de medidas destinadas a reduzir o preço do papel e, dêste modo, baixar o custo da produção livreira.

O desenvolvimento a que o País aspira está a exigir, nesse campo, ação mais enérgica, que não confie apenas na capacidade de crescimento espontâneo da indústria livreira, mas venha provê-la dos meios de que carece, para atender de pronto à crescente necessidade de livros. Impõe-se, inicialmente, uma renovação do parque gráfico nacional, em grande parte obsoleto e já incapaz de corresponder às exigências da produção em massa. Só essa renovação propiciará substancial rebaixamento do preço de custo, o que facilitará a difusão do livro. Através de assistência bancária mais ampla, como a de que já dispõem outros setores da indústria, e de melhor articulação das atividades editoriais e de divulgação dos órgãos do Poder Público, com os editôres e livreiros do País, podem-se encontrar outros meios de incrementar a produção de livros.

A atividade editorial do Govêrno se vem processando através do Departamento de Imprensa Nacional, e dos serviços de documentação e divulgação dos Ministérios e autarquias. Sua produção livreira sobressai antes pela diversidade de temas que pelo montante das edições, atendendo, assim, a limitados setores do público leitor. Urge, nesse campo, uma distinção mais exata entre as tarefas que devem caber ao Estado e as de que melhor se desincumbiria a iniciativa privada.

A divulgação de livros, através de uma rêde nacional de bibliotecas, que alimente e estimule o hábito de leitura, pondo o livro à disposição de todos, é dever do Estado. Esta rêde, que aos poucos se vai constituindo, ainda revela enorme deficiência, mesmo nos grandes centros e nos setores onde maior assistência se faz mister.

Progressos foram alcançados na preservação do patrimônio das principais bibliotecas oficiais, no enriquecimento do seu acervo e, sobretudo, nos serviços de intercâmbio. Acha-se em elaboração um catálogo coletivo nacional de livros e periódicos, que abrange as principais bibliotecas do País. Uma vez concluído, permitirá a pronta localização de qualquer obra e uma visão de conjunto do patrimônio bibliográfico de que dispomos. Outros serviços, de catalogação bibliográfica, formação e treinamento de pessoal qualificado, vêm sendo executados, com o propósito de melhorar o rendimento das bibliotecas, tanto particulares como oficiais, e assegurar aos estudiosos que as procuram a assistência de que necessitam em seu trabalho criador.

RADIODIFUSÃO

Rádio e televisão constituem dois instrumentos inigualáveis de difusão cultural em massa, que a ciência moderna colocou à disposição dos educadores. A plena utilização de seus recursos exige especiais cuidados do Poder Público, sobretudo em país como o nosso, cuja vastidão territorial encerra permanente ameaça de insulamento de regiões inteiras, e cuja população ascende ràpidamente a estilos de vida que requerem pronto desenvolvimento cultural.

O sistema adotado no Brasil, no que concerne ao rádio, permitiu sua exploração comercial, mediante concessão de canais pelo Govêrno, que apenas reservou para si algumas freqüências, destinadas a fins culturais. Que o critério foi acertado, comprova-o a extraordinária expansão que alcançou nossa rêde radiodifusora, que é das mais vastas do mundo. Tal êxito, é verdade, tem sua contrapartida no risco que corremos, de se dar caráter cada vez mais mercantil a uma atividade que nasceu, entre nós, sob inspiração de altos ideais de cultura. Um entendimento, entre as difusoras particulares, para que se reservasse determinada fração de tempo a fins educativos, seria por certo de grande benefício para nossa coletividade. Por sua vez, as difusoras oficiais teriam sempre o cuidado de evitar que uma orientação puramente didática, tornando monótonos os programas, deixasse de atrair para êles o interêsse dos ouvintes.

A televisão está reservado, por igual, extraordinário papel como instrumento educativo. Pela repercussão que encontram, no público, os programas de cunho educativo já apresentados pelas televisoras nacionais, pode-se aquilatar a profundidade e extensão da obra cultural que irão levar a efeito, quando o número delas e o progresso do admirável invento permitir que se levem as teletransmissões a todo o território nacional. O objetivo que se deve colimar, neste setor, é a concentração de meios e esforços para que, pelo menos, tôdas as grandes cidades brasileiras possam dispor dos serviços que a televisão presta, no campo cultural.

O rádio e a televisão, ao lado do disco e do filme, surgem, em nossos dias, como solução para estender e ampliar a escola, fazendo-a atingir a todos os que dela precisam. As oportunidades excepcionais que oferecem exigem pronta mobilização das autoridades e das emprêsas particulares, a fim de se realizar no País, com amplitude, um grande esfôrço pelo nosso desenvolvimento cultural.

CINEMA

O público cinematográfico brasileiro é avaliado em mais de quatro milhões de espectadores semanais, e constituído, em sua maior parte, por adolescentes de 14 a 19 anos. Êstes números

revelam a decidida preferência popular pelo cinema, como forma de diversão, e indicam as extraordinárias possibilidades dêste, como veículo de cultura. Através da comunicação áudio-visual que propicia novas idéias, e novas formas de julgar e proceder, são constantemente transmitidas a multidões, plasmando nelas uma nova concepção do mundo.

Nenhuma nação moderna permaneceu indiferente a êsse poderoso meio de ação educativa, que tanto pode servir à auto-afirmação da cultura pátria, se devidamente orientado, quanto pode atuar como fôrça dissociativa e desnacionalizadora, se desvirtuado.

Assim, quando a indústria cinematográfica nacional não é capaz de desenvolver-se espontâneamente, ou encontra óbices que não pode vencer, por si mesma, cumpre ao Govêrno criá-la ou auxiliar o seu desenvolvimento, a fim de assegurar a autonomia cultural indispensável à sobrevivência de qualquer povo.

Uma legislação acauteladora dos interêsses nacionais, nesta matéria, já estabelece, entre outras medidas, a obrigatoriedade da exibição de um complemento nacional, em cada programa de filme principal estrangeiro, e a proporção de um filme nacional para cada oito programas. Graças a êsse incentivo, nossa produção anual se eleva a cêrca de quarenta filmes e já se constituíram emprêsas particulares que investem capitais apreciáveis, em estúdios e laboratórios cinematográficos. A amplitude do mercado nacional permite produção muito maior e os interêsses culturais do País exigem melhor qualidade. No propósito de atingir êsses objetivos, cogita o Govêrno de enviar ao Congresso projeto de lei criando o Instituto Nacional do Cinema.

Neste campo, como em outros, cabe ao Govêrno complementar a iniciativa privada, nos setores em que esta demonstre menor interêsse. Tal é o caso dos filmes documentários e educativos sôbre temas nacionais, aspectos da vida e tradições de nosso povo. O Govêrno está empenhado não só em promover a produção de filmes dessa categoria, mas também em estabelecer uma rêde nacional de filmotecas, que assegure o provimento de filmes e equipamento de projeção às escolas de todo o País.

TEATRO

Indício auspicioso do avanço do País, tanto no campo material quanto no cultural, é o período de ascensão que experimenta, em nossos dias, o teatro brasileiro em todos os campos da atividade, desde a criação literária, até a cenografia, a direção e a interpretação.

O apoio dos Podêres Públicos ao teatro, que se limitava a auxílios financeiros diretos a companhias particulares e a grupos de amadores, vem-se dinamizando e ampliando. Assistência especial é, entretanto, reclamada, no sentido de dotar os trabalhadores teatrais de casas de espetáculo devidamente equipadas, em todo o País. A valorização imobiliária e a rentabilidade relativamente baixa daquelas casas vêm desestimulando as inversões particulares nesse campo, e até mesmo provocando a readaptação de muitas delas a outros fins, com graves prejuízos para o teatro brasileiro. Êsses problemas estão sendo objeto de estudo pelos órgãos governamentais.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO — MUSEUS

Das instituições complementares de ensino, os museus são as mais capazes de contribuir para uma rápida e vívida compreensão dos fenômenos da natureza e das criações da cultura. Nenhum sistema escolar é satisfatório se não conta com o apoio de uma rêde de museus que visualizem, em suas mostras, as tradições históricas e os costumes nacionais, as conquistas da técnica e da ciência, as criações artísticas.

Os museus brasileiros vêm experimentando grande desenvolvimento nos últimos anos, mas ainda se ressentem de deficiências que os impedem de atuar como verdadeiras instituições de extensão cultural. A antiquada apresentação das mostras — sobretudo nos estabelecimentos votados ao culto das tradições históricas — e a sua falta de articulação com o sistema escolar, que se apresenta como nossa falha mais generalizada, desestimulam o visitante popular e não ensejam a utilização educacional do patrimônio dos museus.

A deficiência maior, porém, reside em não contarmos, em todo o País, com um só museu de ciências, dedicado à demonstra-

ção dos princípios e métodos científicos e dos progressos da técnica. Entidades públicas e particulares vêm, há alguns anos, manifestando vivo interêsse na criação de estabelecimentos dessa especialidade. Trata-se de iniciativa que merece o apoio do Poder Público. Tais museus são os mais capazes de despertar vocações técnicas e científicas na juventude brasileira. que ainda se mantém inclinada a abraçar, de preferência, as profissões liberais, numa época em que o desenvolvimento do País requer a conquista das melhores inteligências para as atividades científicas e tecnológicas.

No passado, os progressos brasileiros no campo da museulogia se exprimiram na criação e renovação de museus regionais. Alguns dêles constituem modelos do aproveitamento de recursos modestos para instalação de instituições exemplares. Em anos mais recentes, registra-se uma tendência ao desenvolvimento dos museus de arte, todos êles organizados pela iniciativa privada, mas largamente amparados pelo Poder Público. Hoje, conta o País algumas instituições modelares, das quais se espera o aprimoramento das atividades artísticas nacionais. Graças à sua atuação, já não correremos o risco de ver descaracterizar-se nossa produção artesanal de conteúdo artístico, pelo impacto de uma produção industrial desinteressada do cultivo das artes.

Progressos se registraram, também, na reorganização e modernização de instituições antigas, como o Museu Nacional, que se vão transformando ràpidamente em eficazes instrumentos de educação e fecundos centros de pesquisa científica.

A realização no Brasil, em 1958, do primeiro seminário latino-americano de museus, convocado pela U.N.E.S.C.O., dará ensejo a que examinemos os problemas brasileiros de museulogia.

O estímulo às atividades artísticas e culturais se vem proporcionando, ainda, através do apoio oficial a exposições, conferências e congressos nacionais, e da participação do Brasil em iniciativas congêneres, em outros países. O enriquecimento do País e, sobretudo, empreendimentos como a edificação da nova Capital vão criando condições propícias à plena expansão da criatividade, em diferentes setores da arte brasileira.

As obras e monumentos de maior relevância histórica e artística vêm merecendo o desvêlo do Govêrno. Contam-se por mais de 600 os bens que, tombados como patrimônio nacional, se acham preservados contra o desaparecimento ou a descaracterização de que estavam ameaçados. Incluem-se neste número, como simples unidades, conjuntos arquitetônicos de cidades inteiras — Ouro Prêto, por exemplo — bem como o acervo de alguns importantes museus. Sua conservação, encargo difícil e oneroso, recai, em nosso País, exclusivamente sôbre os cofres públicos. Em 1957 elevaram-se a mais de uma centena os serviços de restauração e reparos de monumentos e obras, realizados na maioria das Unidades da Federação. Assim, pôde o Govêrno assegurar, naquilo que era mais urgente, não apenas a preservação dêsse patrimônio para o futuro, mas também sua acessibilidade à visitação pública.

Realizações em 1957

A atuação do Govêrno Federal no setor da educação e da cultura, desenvolveu-se, normalmente, através da manutenção e administração do sistema federal de ensino, que compreende universidades, escolas superiores, escolas técnicas industriais, escolas especiais de ensino emendativo e escolas de demonstração no nível secundário e primário. Cabe ainda ao Govêrno Federal, neste campo, a ação supletiva e estimuladora, prevista na Constituição, graças à qual se vem prestando assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios no aprimoramento dos respectivos sistemas de ensino. Dêste modo busca o Govêrno tornar-se uma fôrça de coordenação, destinada a articular e dar coesão e unidade ao sistema plural de educação que a Lei Magna estabelece.

A fim de aparelhar o Ministério da Educação e Cultura de meios para exercer essa influência estimuladora e coordenadora, vem sendo ampliado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1957, foram instalados: o Centro Brasileiro, em prédio próprio, no Rio de Janeiro; o de São Paulo, na Cidade Universitária; o de Belo Horizonte, no Instituto de Educação; o da Bahia, que dispõe de uma Escola Experimental Primária e um Centro de Demons-

tração de ensino primário integral; o do Recife, que em breve terá sede própria e uma escola primária experimental; e o de Pôrto Alegre, ainda em prédio de aluguel, mas com o projeto de construção de duas escolas experimentais, em convênio com o Estado, em 1958.

EDUCAÇÃO PRIMARIA

Em relação à educação primária, a atuação do Govêrno Federal vai estender-se, em 1958, mediante convênios, a novos setores de trabalho conjugado, pelos quais se venha a ordenar, sistematizar e dilatar a escolaridade mínima a tôdas as crianças em idade escolar.

O programa de construção de escolas primárias com recursos do Govêrno Federal, iniciado em 1946 (Fundo Nacional do Ensino Primário), prosseguiu em 1957 com a edificação de 679 salas de aulas.

Tendo em vista o aperfeiçoamento de professôres de escolas normais e primárias, e de pessoal técnico destinado às Secretarias de Educação dos Estados e aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, promoveram-se 16 cursos, estágios e seminários, com participação de 830 professôres e especialistas de todo o País.

Para neutralizar um dos fatôres mais responsáveis pela evasão e baixo rendimento da escola primária — que é, sabidamente, a subnutrição — vem o Govêrno ampliando o programa da merenda escolar, rica em proteínas, com base no leite em pó, e que se estende a todo o território nacional. Em 1956, atendeu a 1 milhão de escolares; em 1957 a 1 milhão e 300 mil; em 1958 deverá alcançar 2 milhões e 300 mil. Cuidadosa apuração dos resultados tem evidenciado aumento da freqüência e do aproveitamento escolar, o que fortalece o propósito do Govêrno em alargar o programa de assistência alimentar a todos os alunos das escolas primárias do País, isto é, a cêrca de 5 milhões de crianças.

A educação de base recebeu vigoroso impulso, nos importantes setores da alfabetização de adultos e adolescentes, e das missões rurais de formação de líderes rurais. Foram instalados 4 547

cursos de ensino primário supletivo, e 250 de iniciação profissional, com matrícula de 140 724 e 6 292 alunos, respectivamente. Novas Missões Rurais foram criadas e instaladas no Vale do Jaguaribe, Ceará, Vale do Mearim, Maranhão, e em Montenegro, Rio Grande do Sul, sendo mantidas as já existentes em funcionamento regular e proveitoso. Para formação de líderes rurais, instalaram-se, em Cruz das Almas, Bahia, o 10.º Curso de Treinamento de Educadores de Base, e os Cursos de Itapagé, Ceará, Taquara, Rio Grande do Sul, e do Centro Regional em Colatina, Estado do Espírito Santo.

EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

No nível médio, além da ação normativa, pela qual se buscou disciplinar a expansão cada vez maior dêsse ramo de ensino, prosseguiu o Govêrno Federal na construção da rêde federal de escolas técnicas industriais, e iniciou um programa de cooperação com os Estados, para construção de novas escolas industriais a serem mantidas pelas Unidades federativas, em articulação com a indústria regional. O plano federal em execução compreende a ampliação de 21 escolas industriais da rêde federal, sendo 8 com edificações inteiramente novas, para triplicar-lhes a atual lotação, e a construção de mais 4, com previsão de mais 7 para 1958.

Em 1957 foram equipadas as escolas industriais do Distrito Federal, Pelotas e Belo Horizonte, concluída e equipada a Escola Técnica de Curitiba, iniciada a de Brasília, e ultimada, para imediata inauguração, a de Belo Horizonte. Prosseguiram, em ritmo acelerado, as obras de novas sedes para as Escolas Industriais de Fortaleza, João Pessoa, Natal, Florianópolis, além da construção das de Maceió e Teresina, e de ampliação das Escolas Técnicas de Salvador e Pelotas. Iniciaram-se as obras das Escolas Técnicas de S. Bernardo do Campo e São José dos Campos, da Escola Industrial de Aracaju, e dos Cursos Técnicos anexos à Escola de Engenharia de Juiz de Fora. Foi concluído o projeto da Escola Técnica de Ouro Prêto, iniciando-se estudos para criação de novas Escolas Técnicas e Industriais, em Diamantina, São Sebastião do Paraíso, Acesita, Nova Hamburgo, Congonhas do Campo, Santos (Construção Naval) e Jundiaí (Construção Civil).

Quanto ao ensino normal ou de preparo para o magistério, continuou o empenho pela ampliação da rêde de escolas normais, com ênfase na instalação definitiva dos Institutos de Educação das Capitais dos Estados. As obras vêm obedecendo a um plano de construção por etapas, com a utilização imediata das instalações concluídas. Recursos federais foram aplicados na ampliação de prédios existentes e em funcionamento, em Alagoas, Ceará, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Escolas normais tiveram suas obras concluídas, ativadas ou ampliadas no Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Quanto ao ensino secundário, continuou-se o esfôrço pela formação do professor em Faculdades de Filosofia, cujo número já é superior a 50. A realidade, porém, é que temos ainda mais de 80% de professôres sem formação especializada superior. Para essa maioria, a Campanha de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário vem realizando cursos de aperfeiçoamento, rápidos e intensivos, em vários pontos do País, os quais se encerram por um exame de suficiência dos candidatos a registro.

Em Manaus, Vitória e Florianópolis foram instaladas Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário, e no Distrito Federal, Pôrto Alegre, São Paulo e Florianópolis, Escritórios-Modêlo para ensino funcional do Curso Comercial. Por sua vez, a Campanha Nacional do Material do Ensino instalou Postos de Distribuição em Belo Horizonte, Bauru, São Carlos, Taubaté, Teresina e Goiânia, tendo sido distribuídos 250 mil exemplares de Dicionários, e 100 mil de Atlas Geográficos.

ENSINO SUPERIOR

No ensino superior, instalaram-se cursos de geologia na Universidade do Brasil (Ouro Prêto), e nas Universidades de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Criou-se a Universidade do Pará. Foram ainda executadas as seguintes obras de relêvo: conclusão de uma ala do Hospital de Clínicas da Univer-

sidade do Ceará, prosseguindo-se na construção do prédio da Faculdade de Direito; conclusão dos prédios da Faculdade de Medicina, e dos Institutos de Biologia Marítima e de Antibióticos da Universidade do Recife, instalando-se ainda a respectiva Imprensa Universitária. Na Universidade de Minas Gerais, foi inaugurada a primeira parte do Hospital de Clínicas, concluído o acréscimo do prédio da Faculdade de Medicina e iniciada a construção do edifício da Faculdade de Filosofia, dando-se ainda prosseguimento às obras dos edifícios da Faculdade de Direito e da Escola de Engenharia, êste em fase de conclusão. Na Universidade do Paraná, foi concluído o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, iniciada a construção do Centro Politécnico, e dado grande impulso às obras do Hospital de Clínicas, e do prédio da Faculdade de Filosofia, êste a ser inaugurado pròximamente. Na Universidade do Rio Grande do Sul, concluiram-se os edifícios da Faculdade de Arquitetura e da Faculdade de Farmácia, ambas em Pôrto Alegre, da Faculdade de Odontologia de Pelotas, da Reitoria da Universidade, e os acréscimos da Faculdade de Ciências Econômicas da Capital. Ainda nesse Estado, foram instalados os Institutos de Pesquisas Hidráulicas e de Ciências Naturais; deu-se prosseguimento, na Capital, às obras do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Odontologia e da Casa do Estudante; e deu-se andamento, ainda, às obras da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Foi também equipado o Pavilhão do Instituto de Tecnologia Química, de Pôrto Alegre, e criada e instalada a Rádio da Universidade, completando-se, finalmente, as obras da Escola de Agronomia e Veterinária.

Para aperfeiçoamento do docentes do ensino superior, prosseguiu a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em seu programa de criação de centros especializados, junto às Universidades brasileiras, e de envio de bolsistas ao estrangeiro, concentrando sua atenção nos engenheiros e químicos, conforme os planos de desenvolvimento nacional.

A fim de melhorar e atualizar a organização do ensino, em todos os níveis e ramos, vem-se fazendo completa revisão da legislação vigente. Como resultado, foram enviadas à apreciação do Congresso Nacional proposições de lei que reformam o ensino mé-

dico e de enfermagem, e o industrial. Substitutivos foram propostos aos projetos de reforma do ensino secundário e ao que fixa as Diretrizes e Bases da Educação. Por via de decretos executivos, têm sido criados novos cursos, e conferida maior flexibilidade a outros, dentro da legislação substantiva em vigor.

CAPITULO II

SAÚDE PÚBLICA

Conquanto haja o Govêrno aumentado as dotações orçamentárias atribuídas aos serviços de saúde, os recursos de que dispõe não lhe permitem enfrentar, a um só tempo, todos os variados e complexos problemas que lhe cabe resolver, no âmbito federal. Impunha-se, dêsse modo, concentrar os meios de ação no combate aos males que atingem grandes massas da população, desfalcando a mão-de-obra nacional e acarretando pesado ônus ao povo brasileiro.

Dentro dessa orientação, e baseando-se em resultados satisfatórios já conseguidos em outros países, tem o Govêrno feito convergir seus esforços para o combate a certas doenças transmissíveis, e para a melhoria das condições de saneamento de várias regiões do País, sem, contudo, descurar os problemas assistenciais que exigem, em escala crescente, a inversão de vultosos recursos.

Doenças Transmissíveis

No setor das doenças transmissíveis, seja em virtude da maior eficácia dos recursos para combatê-las, seja pela existência de planos internacionais de erradicação, seja, ainda, pela gravidade com que se apresentam entre nós, merecem destaque especial a malária, bouba, varíola, tuberculose e lepra.

MALARIA

A despesa que o País realiza, anualmente, no combate à malária, aumenta na razão direta da extensão da área atendida, dentro do programa de contrôle que vem sendo executado,

com grande êxito, há vários anos. Com essa orientação, o Govêrno despende, por prazo indefinido, elevadas quantias para manter a doença sob contrôle, resultado sem dúvida aceitável do ponto de vista sanitário, mas sumamente desaconselhável sob o aspecto financeiro. Por isso, acatando recomendação de peritos, endossada pela IX Assembléia Mundial de Saúde decidiu o Govêrno transformar os atuais programas de contrôle em planos de erradicação. Essa nova política baseia-se fundamentalmente na verificação de que os anofelíneos acabam desenvolvendo resistência aos inseticidas de ação residual — o que põe em sério risco todo o êxito já conseguido no combate à malária, caso não se tomem as medidas necessárias para eliminação da doença, antes que a resistência aos inseticidas se desenvolva nos anofelíneos transmissores.

O custo de um programa de erradicação em país com vasta área malarígena será bastante elevado, bem maior do que o necessário para manter um programa rotineiro de contrôle. Mas tal despesa se fará em prazo limitado, redundando, afinal, em economia, além de libertar definitivamente o País de uma enfermidade que representa grande perigo potencial em qualquer região, mesmo quando reduzida a baixos índices de prevalência.

A erradicação da malária é considerada uma das principais metas do setor de saúde e contará com a decidida colaboração técnica e financeira de organizações internacionais e do Govêrno dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, os entendimentos com a International Cooperation Administration do Govêrno dos Estados Unidos (Ponto IV) já se acham bastante adiantados, devendo os trabalhos de erradicação iniciar-se neste ano.

Dada a grande extensão da área malarígena brasileira e as limitações de ordem financeira, a Administração elaborou um plano de erradicação da malária, por etapas, com duração aproximada de dez anos.

BOUBA

Doença que representa entrave ao desenvolvimento das zonas rurais, em cêrca de 250 municípios brasileiros, atingindo quase 9 milhões de pessoas, a bouba, em face dos recursos terapêuticos

atuais, entrou para o rol dos problemas sanitários passíveis de solução.

Com o fim de eliminá-la, iniciou o Govêrno, em 1956, um programa de ação, que foi ampliado em 1957, e será consideràvelmente expandido em 1958, para que se atinja tôda a área de distribuição da enfermidade no País.

Magníficos resultados se obtiveram em outras regiões do mundo com essa orientação. Espera, pois, o Govêrno obter em prazo curto a recuperação das populações vitimadas pela treponematose, incorporando-as novamente ao contingente produtivo do País.

VARIOLA

Conquanto a vacina antivariólica seja conhecida há dois séculos como recurso de alta eficiência para contrôle desta virose, os processos de produção e conservação, até há pouco empregados, só permitiam que o antígeno mantivesse sua capacidade imunizante por tempo relativamente curto. Tornava-se assim impraticável, em país, como o nosso, de grande extensão territorial e população rarefeita, manter o nível de proteção necessário para que não ocorressem surtos ocasionais, que se verificam mesmo em cidades grandes. Ao lado disso, observam-se falhas na execução dos programas de vacinação.

Com o advento da nova técnica de produção e conservação de linfa, a varíola tornou-se também passível de erradicação, e nesse sentido vem o Govêrno concentrando seus esforços em dois pontos principais. Em primeiro lugar, capacita os laboratórios a produzir a vacina liofilizada; em segundo, diligencia que todos os órgãos federais participem da campanha de vacinação em massa, em articulação com os governos estaduais e municipais, para cobrir todo o território nacional.

TUBERCULOSE

A tuberculose continua a ocupar lugar de destaque entre os graves problemas médico-sanitários do País, apesar da acentuada baixa dos coeficientes de mortalidade observados no período

1943-1956. Pesa acentuadamente nas estatísticas de mortalidade de tôdas as Capitais brasileiras, destacando-se, no obituário de 1956, no grupo das doenças infecciosas e parasitárias, como a causa de morte mais importante em Vitória, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e no Distrito Federal.

Evidencia-se, por outro lado, que os coeficientes de morbidade não acompanharam o declínio da mortalidade, havendo, mesmo, crescido. Êsse fato deve ser levado em conta, na formulação dos nossos planos de trabalho, de vez que se torna impraticável basear a campanha contra tal doença precipuamente no isolamento sanatorial.

Basta atentar nas despesas de manutenção dos leitos atuais, tidos como insuficientes, e nos resultados pouco satisfatórios conseguidos até agora, para se aquilatar da impossibilidade de manter a política sanatorial como eixo da luta contra a tuberculose.

Considerada a indiscutível importância dos contactos dos casos internados ou não, muito mais expostos ao risco da doença, nêles se deve concentrar o grande pêso do trabalho profilático. Para isso, impõe-se a dinamização da rêde de dispensários e ambulatórios, equipando-os técnica e materialmente, numa ação de grande envergadura, a fim de que atendam aos objetivos fundamentais na profilaxia da tuberculose, que são a descoberta e o tratamento precoce dos novos casos. Para êsse efeito, vem o Govêrno envidando esforços, em íntima articulação com os Estados e Municípios, com vistas a ampliar a rêde dispensarial, aproveitando ao máximo as unidades sanitárias existentes.

LEPRA

A distribuição da lepra por tôdas as Unidades da Federação, com índices crescentes de prevalência, indica a gravidade dêsse problema entre nós.

A luta contra a doença vinha-se fazendo, principalmente, através da construção e manutenção de leprosários e preventórios, relegando-se a plano secundário o contrôle dos contactos.

O ano de 1957 marcou o início de radical transformação nesses métodos de combate, que, até então, não lograram reduzir os

coeficientes de mortalidade, e só permitiram isolar cêrca de um têrço dos 63 mil doentes conhecidos.

Com a nova orientação adotada, tornou-se possível estender o trabalho profilático a 850 municípios, elevando-se, em muitas localidades, de 10 para 80% o número de comunicantes controlados. Ao mesmo tempo, novos casos foram descobertos nas suas formas iniciais, e, portanto, em condições muito mais favoráveis de tratamento.

Pretende a Administração, em 1958, estender a tôdas as áreas de importância epidemiológica êsse novo sistema de trabalho, visando ao contrôle da lepra em futuro próximo.

Saneamento do Meio

Entre os problemas de saneamento do meio, os referentes ao abastecimento de água potável e à remoção de dejetos são os de maior envergadura. Cêrca de 80% das nossas sedes municipais não dispõem ainda de serviços de água satisfatórios, sob o ponto de vista sanitário. Bem menor é o número daquelas que dispõem de rêdes de esgotos. Tal situação exige do Govêrno grandes esforços, para eficazmente auxiliar os Municípios a resolver questão de tamanho interêsse para as populações locais.

ABASTECIMENTO DE AGUA

Atendendo a constantes solicitações que recebe dos Municípios, para auxiliar a instalação de serviços de água, resolveu o Govêrno Federal baixar o Decreto nº 41 446, que regulamenta a Lei nº 2 973, de 1956, facultando às municipalidades obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais, mediante refinanciamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Reconhece o Govêrno que a taxa de juros cobrada por essas organizações bancárias constitui pesado ônus para o Município. Além disso, a pequena disponibilidade dos meios de pagamento, aliada à instalação de serviços de baixa rentabilidade, embora de alto valor social, reduz o montante dos empréstimos, não permitindo, em alguns casos, o levantamento de todo o capital necessário para as obras. Entretanto, foi o meio encontrado

para colocar, de imediato, à disposição das Prefeituras, recursos destinados a obras de saneamento.

Objetivando solução definitiva da matéria, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 272, transformada depois no Projeto de Lei nº 1 473/56, cuja aprovação virá, sem dúvida, oferecer aos Municípios fórmula mais favorável de financiamento.

A semelhança do que se faz em outros países do nosso Continente — como Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela e México — assumirá o Govêrno, caso aprovado o Projeto de Lei, o papel de agente financiador, proporcionando condições que a organização bancária não poderá oferecer, como sejam a inexistência de juros e o prazo variável de amortização, de acôrdo com a capacidade de pagamento dos Municípios.

ESGOTOS SANITÁRIOS

Embora a instalação de sistemas de esgotos, em escala nacional, esteja na dependência do aceleramento da construção dos serviços de água, áreas há que reclamam atenção imediata. São aquelas onde a concentração demográfica e o rápido processo de industrialização tendem, pelos seus despejos, a dificultar e mesmo tornar econômicamente impraticável o aproveitamento dos cursos de água a jusante, nas respectivas bacias hidrográficas.

É normal a utilização dos cursos de água para veiculação dos despejos urbanos e industriais; entretanto, êsse uso não deve impedir o aproveitamento da água para outras finalidades. O panorama que já se delineia entre nós, em certas regiões, pode agravar-se, caso não se tomem as medidas necessárias para evitar o excesso de poluição. Quando se considera o que tem ocorrido em países mais desenvolvidos, onde o custo da produção industrial foi enormemente agravado pelo tratamento especial da água — tornado indispensável por causa da poluição maciça — vê-se quão imperativo é, desde já, encararmos o problema.

Pretende o Govêrno, por êsse motivo, promover as medidas necessárias para obviar aos graves inconvenientes que decorrem da poluição das águas.

Não menos importante é a questão da remoção de resíduos radioativos. Conquanto o emprêgo de isótopos radioativos ainda seja de pequeno volume, espera-se grande incremento na sua utilização em futuro próximo. Laboratórios médicos e de pesquisas, que empregam essas substâncias, deverão aumentar ràpidamente de número e, se não forem tomadas medidas em tempo oportuno, poderá surgir uma situação de calamidade.

O Govêrno promoverá os estudos necessários para estabelecimento de normas a serem adotadas em relação aos resíduos radioativos.

Problemas Assistenciais

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Entre os problemas de maior importância para as populações do nosso interior, destaca-se, sem dúvida alguma, o de assistência médica adequada. A deficiência numérica de médicos, aliada a uma distribuição inadequada dêsses profissionais pelas diferentes regiões do País, constitui um dos pontos mais vulneráveis da nossa estrutura sanitária. Tentando corrigir esta situação, criou-se o Serviço de Assistência Médica Federal aos Municípios, com o objetivo de facilitar a radicação de médicos em localidades que ainda não os possuem, por falta de recursos.

Além desta, outras medidas assistenciais vêm sendo tomadas, como a visita de Unidades Sanitárias Aéreas às áreas de difícil acesso onde o pequeno número de residentes não justifica a existência de um serviço médico em caráter permanente.

No campo da assistência à maternidade e à infância, vem o Govêrno envidando esforços no sentido de diminuir os altos coeficientes de natimortalidade e de mortalidade infantil e materna, que ainda ocorrem em várias regiões do País. Dando ampla divulgação aos modernos métodos da terapêutica das gastrenterites — principal causa da mortalidade infantil entre nós — pôde-se registrar acentuada queda do número de mortes produzidas por essas infecções, nas localidades onde aquêles métodos foram empregados com a continuidade e eficiência desejáveis.

Os dados estatísticos de 1957, em relação a algumas áreas do Nordeste onde a situação é extremamente grave neste particular, mostram reduções, nos coeficientes de mortalidade infantil, da ordem de 15 %, em cotejo com os do triênio 1954-1956.

Em colaboração com o Fundo Internacional de Socorro à Infância, realizou-se amplo programa alimentar, compreendendo distribuição de leite em pó desnatado e vitaminas A e D a 200 000 beneficiários em todos os Estados do Norte, Nordeste e Centro do País, assim como instalação da usina de pasteurização de leite, em João Pessoa, e de uma fábrica de leite em pó, em Pelotas.

Planejados e executados pelos respectivos serviços de saúde, vários empreendimentos do Exército, Marinha e Aeronáutica contribuíram sensìvelmente para expansão da assistência médico-hospitalar. Releva mencionar, entre as obras inteiramente novas, a construção do modelar Hospital Naval de Florianópolis. Outras obras importantes foram concluídas, como a ampliação do Hospital Central da Marinha e Hospital Naval Marcílio Dias, ambos no Rio de Janeiro, Sanatório Naval em Nova Friburgo, e Hospital Geral do Exército em Curitiba.

A participação das Fôrças Armadas no setor de saúde não se limitou apenas à construção de nosocômios e à modernização dos existentes. Seu decisivo apoio também se fêz sentir no saneamento do meio, com as grandes obras de açudagem executadas pelo Exército, e na prestação de assistência às populações de remotas localidades do interior, pelas Unidades Sanitárias Aéreas organizadas em colaboração com a F.A.B.

Deu-se, igualmente, vigoroso impulso ao programa hospitalar das autarquias de previdência, mediante ampliação de vários hospitais sediados nesta Capital e nos Estados, e multiplicação do número de ambulatórios no interior. Como principais iniciativas nesse sentido, ressaltam a ampliação dos hospitais de vários Institutos no Distrito Federal, Salvador, Campina Grande e Correias, e a instalação de Postos de assistência médica domiciliar de urgência, em vários Estados.

A rêde médico-hospitalar da Previdência Social é um dos setores vitais da organização sanitária do País, pela assistência que

oferece a considerável massa de população em todo o território nacional, entre os segurados dos Institutos e seus dependentes. Assim sendo, seu desenvolvimento não pode sofrer solução de continuidade, pois, com a diversificação das indústrias e de tôdas as atividades produtivas do País, cresce, dia a dia, a população assalariada que se deve vincular às autarquias previdenciárias. Deverá prosseguir, assim, no corrente ano, o programa de reaparelhamento e modernização do sistema hospitalar daquelas autarquias.

Finalmente, não pode deixar de ser mencionado o Fundo de Assistência Hospitalar, como importante fonte de recursos para difusão da assistência médica em todo o território nacional, especialmente pelas subvenções proporcionadas às Santas Casas de Misericórdia.

DOENÇAS MENTAIS

Entre os problemas de assistência médica que mais preocupam o Govêrno, está o das Doenças Mentais, quer pelo seu aspecto humano, quer pelo grande ônus que representa para a União e para os Estados. O progresso e a industrialização rápida produzem choques emocionais capazes de desencadear crises neuróticas, geradoras de inadaptações, as mais das vêzes temporárias, mas que representam, pela não produtividade dos pacientes, elevada perda para a sociedade. O trabalho desenvolvido nesse setor dirige-se para três pontos fundamentais: profilaxia da doença, seu tratamento e assistência aos egressos dos nosocômios especializados.

A assistência ao doente mental, no Brasil, tem gradações como problema. Estados há que necessitam urgentemente da construção de hospitais; outros, em sua maioria, precisam de pessoal apto a dar adequada assistência e tratamento especializado; para um terceiro grupo, problema crucial é o da assistência aos egressos dos nosocômios especializados e sua readaptação.

Atendendo a essa situação, o Govêrno Federal celebrou convênios, em 1957, com todos os Estados da União, com o objetivo de prestar auxílio técnico e financeiro à manutenção dos nosocômios especializados. Saliente-se, ainda, a inauguração do Hospital-Colônia de Natal, com 400 leitos; Hospital de Psicopatas de

Santa Catarina; Pavilhão de Neuropsiquiatria Infantil, de João Pessoa; e dos ambulatórios de Higiene Mental, em João Pessoa e Pelotas.

CANCER

Também vem o Govêrno se desvelando no combate ao câncer, atento que está à circunstância de as doenças degenerativas ocuparem os primeiros lugares nas causas de mortalidade, nos países que atingem a plenitude do desenvolvimento.

Nos grandes centros do Brasil já se nota aumento significativo da mortalidade por câncer. Assim, em 1956, na Capital de São Paulo, o percentual de óbitos por neoplasmas malignos, sôbre o total de óbitos ocorridos, foi superior (10,8%) ao percentual dos óbitos por tôdas as doenças infecciosas e parasitárias (8,2%).

Porque a morbidade por câncer aumenta dia a dia, e porque essa doença é curável em grande percentual, quando diagnosticada com oportunidade, os países em fase acelerada de desenvolvimento sócio-econômico devem aparelhar-se para um combate sistemático ao câncer. Neste sentido, o ano de 1957 foi um dos mais profícuos para a Campanha Nacional do Câncer. Inaugurou-se, no Distrito Federal, o novo Instituto Nacional do Câncer, com capacidade para 350 leitos e equipamento moderno, inclusive bomba de cobalto e oito aparelhos de radioterapia. Com a ajuda federal, foi completada, em Niterói, uma Clínica de Câncer; ampliou-se a Clínica de Câncer de Recife; concluiu-se a construção do Hospital da Fundação Laureano, em João Pessoa; terminou-se a instalação da Clínica de Tumores da Associação Médica Catarinense, bem como a do Centro de Pesquisas no Distrito Federal.

BÓCIO ENDÊMICO

A campanha contra o bócio endêmico vem-se concentrando em medidas que visam ao aumento da produção do sal iodado no País. Conseguiu-se, em 1957, que a indústria salineira dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, à semelhança do que vem ocorrendo com a do Estado do Rio de Janeiro, começasse

a iodar sistemàticamente tôda a produção de sal destinada ao consumo alimentar. Em cumprimento à legislação vigente, cêrca de 280 mil toneladas de sal, das 350 mil anualmente produzidas para consumo doméstico, isto é, 80% da produção total, já estão sendo convenientemente iodadas. Não se têm descurado as autoridades sanitárias de analisar sistemàticamente o produto distribuido, a fim de assegurar, às populações consumidoras, quotas adequadas de iôdo, fundamento básico da profilaxia do bócio endêmico.

Está prevista, no exercício de 1958, a completa iodação do sal em todo o território brasileiro, bem como o início de pesquisas visando à determinação do teor de iôdo nos alimentos habitualmente consumidos.

O Problema da Produção de Medicamentos

A fabricação de produtos medicamentosos, que já atingiu a um grau de desenvolvimento apreciável entre nós, é problema estreitamente ligado ao da assistência médica.

Basta dizer que, em 1952, importamos mais de cinqüenta trilhões de Unidades Oxford de penicilina, e que hoje êsse produto é todo fabricado no Brasil, com uma economia anual superior a um milhão de dólares. A indústria nacional já está produzindo cloranfenicol e estreptomicina e, em 1958, começará a fabricar tetraciclinos, o que significará grande progresso no terreno da produção de antibióticos e maior economia de divisas.

Apesar disto, uma análise da indústria farmacêutica nacional revela a existência de lacunas, que podem comprometer a base de sua estrutura. Assim, ainda depende, em grande parte, da importação de matéria-prima, além de não criar produtos originais, limitando-se geralmente a reproduzir produtos estrangeiros. As causas principais de tal situação residem na falta de uma indústria química básica, capacitada a produzir substâncias químicas de síntese que, na maioria dos casos, constituem a base dos produtos farmacêuticos. Outra lacuna importante é a falta de pesquisa científica e de experimentação clínica planejadas. Em conseqüência, a prosperidade se verifica entre as indústrias subsidiárias ou consorciadas

de emprêsas estrangeiras, enquanto as genuinamente nacionais encontram dificuldades cada vez maiores.

Considerando a importância e significação da produção de medicamentos, o Govêrno pretende incentivar o ensino da bioquímica nas escolas de medicina e farmácia, mediante orientação adequada e suprimento de recursos, bem como a pesquisa, no campo da síntese de medicamentos. Cogita-se, ainda, de aparelhar hospitais e outros serviços médicos e sanitários, para experimentação de medicamentos e produtos farmacêuticos.

Gripe Asiática

Tendo acompanhado o itinerário da gripe asiática em todos os Continentes, pôde o Govêrno, em tempo útil, estruturar uma rêde nacional de alerta, que funcionou com eficiência no momento oportuno.

Com êsse objetivo, foram reaparelhados os órgãos sanitários regionais, tendo o Govêrno Federal contribuído, decisivamente, com auxílio financeiro e assistência técnica. Simultâneamente, foram adotadas providências para isolamento e identificação do vírus, contrôle dos estoques de medicamentos específicos, e intensificação da fabricação de vacinas.

A irrupção da epidemia em território nacional encontrou, assim, perfeitamente articulados e prontos para combatê-la, todos os instrumentos de ação governamental. O êxito das medidas adotadas foi demonstrado pelo reduzido índice de mortalidade — inferior a um por mil — não tendo a epidemia perturbado de modo sensível as atividades coletivas da população.

INDICE

Págs.

INTRODUÇÃO 9

PARTE PRIMEIRA

SITUAÇÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I

POLITICA INTERNA

O Executivo e o Congresso Nacional 28
Funcionamento do Sistema Federativo 29
Reforma da Constituição 33
Legislação Eleitoral 33
Transferência da Capital Federal 34
Plano de Obras 35
Plano Urbanístico 40
Plano Financeiro 41

CAPITULO II

POLITICA ADMINISTRATIVA

Pessoal 42
Estudos Gerais 42
Limitação de Admissões 43
Recrutamento e Seleção 45

Págs.

Orçamento 46
Elaboração e Contrôle 46
Plano de Contenção de Despesas 48
Receita Pública 48
Análise dos Orçamentos das Autarquias 49

Organização 50

Cooperação do Govêrno Federal com os Estados e Municípios 51

CAPITULO III

RELAÇÕES EXTERIORES

Política Internacional 53
Posição Internacional do Brasil 53
Atuação nas Nações Unidas 54
Participação na U.N.E.F. 57
Relações Luso-Brasileiras 57
Relações com os Países do Sudoeste da Ásia e do Oriente Médio 58
Atos e Congressos Internacionais 59
Outros Acontecimentos 59

Política Continental 60
Posição Continental do Brasil 60
Defesa do Hemisfério 61
Conferência do Atlântico Sul 61
Acôrdo de Fernando de Noronha 62

Organização dos Estados Americanos 62
Brasil-Chile 63
Brasil-Peru 64
Brasil-Bolívia 65
Brasil-Paraguai 67
Brasil-Uruguai 68
Brasil-Argentina 69

Cooperação Internacional 69
Comissão Nacional de Assistência Técnica 69
Organização das Nações Unidas 69
Organização dos Estados Americanos 70
U.N.E.S.C.O. 71
Ponto IV 72

PARTE SEGUNDA

SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPITULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

	Págs.
Segurança Nacional	75
Conselho de Segurança Nacional	76
Estado-Maior das Fôrças Armadas	77

CAPITULO II

ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

Exército	78
Formação de Quadros para o Serviço Industrial	78
Produção	80
Desenvolvimento da Indústria Bélica	80
Obras Militares	82
Obras e Serviços Civis	83
Instrução da Tropa	83
Marinha	84
Reaparelhamento	84
Indústria de Material Bélico	85
Obras Militares	86
Obras e Serviços Civis	86
Vigilância do Litoral	88
Instrução e Aperfeiçoamento do Pessoal	88
Adestramento do Pessoal	90
Aeronáutica	90
Indústria Aeronáutica Militar e Civil	92
Obras Militares	93

Págs

Obras e Serviços Civis 93
Aeronáutica Civil 94
Aeronaves e Aeronautas 94
Linhas Internacionais 95
Aviação Desportiva 96
Formação de Pessoal Especializado 96

CAPITULO III

ORDEM PÚBLICA

Ordem Pública 96

PARTE TERCEIRA

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

CAPITULO I

EVOLUÇAO DA ECONOMIA NACIONAL EM 1957

Evolução do Produto Real 103
Investimentos 104
Renda Nacional 104
Custo de Vida 105

CAPITULO II

POLITICA ECONOMICA: ASPECTOS GERAIS

Desenvolvimento Econômico 106
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico 109
Levantamento de Recursos em Moeda Nacional 110
Levantamento de Recursos em Moeda Estrangeira 115
Estabilização Monetária 117

CAPITULO III

MOEDA E CREDITO

	Págs.
Política Monetária e Bancária	119
Evolução da Situação Monetária e Bancária	123
Operações Financeiras entre as Autoridades Monetárias e os Bancos	123
Expansão de Crédito	124
Meios de Pagamento	126

CAPITULO IV

FINANÇAS PÚBLICAS

Desequilíbrio Previsto para 1957	127
Medidas de correção adotadas	128
Política de Gastos Públicos	129
Receita	129
Financiamento do Déficit Residual	130
Resultados Financeiros de 1957	131
Déficit do Tesouro Nacional	131
Despesa	132
Receita	133
Déficits das Autarquias	134
Dívida Pública	135
Dívida Interna Flutuante	135
Dívida Consolidada Interna	136
Dívida Consolidada Externa	138
Previsão para o Exercício Financeiro de 1958	140
Proposta Orçamentária	140
Orçamento para 1958	140

CAPITULO V

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR

Política de Comércio Exterior e Câmbio	142
Estímulo às Exportações	143
Seleção das Importações	143

Págs.

Proteção à Agricultura 144
Multilateralismo e Bilateralismo 144
Política de Capitais Estrangeiros..... 145
Novo Processo Seletivo dos Investimentos 145
Financiamentos Externos e Inversões Diretas 146
Balanço de Pagamentos 147
Transações Correntes 147
Capitais 150
Situação Cambial 151
Perspectivas para 1958 152

CAPITULO VI

ENERGIA

Energia Elétrica 153
Carvão Mineral 154
Petróleo 155
Produção e Importação de Petróleo Bruto 155
Produção e Importação de Derivados de Petróleo 156
Pesquisas e Exploração 156
Plano de Instalação de Refinarias 157
Situação Financeira da Petrobrás 157
Industrialização do Xisto 158
Oleodutos 158
Programa para 1958 158
Perspectivas para o Qüinqüênio 1957-61..... 158
Energia Nuclear 159

CAPITULO VII

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes Ferroviários 160
Reaparelhamento Ferroviário 161
Construção Ferroviária 162
Programa para 1958 164

Pág.

Transporte Rodoviário 166
Construção e Reconstrução 166
Pavimentação 167

Transportes Marítimos, Fluviais e Lacustres 167
Portos e Aquavias 167
Marinha Mercante 170

Transportes Aéreos 173

Comunicações 175

Correios e Telégrafos 175
Plano Postal-Telegráfico 176
Programa para 1958 177

CAPITULO VIII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

Agropecuária 178
Posição na Economia Nacional 178
Produção Agropecuária em 1957 179
Destino da Produção Agropecuária 181
Area Cultivada 182
Melhor Aproveitamento dos Fatôres de Produção 182
Mecanização 183
Fertilização 184
Armazenagem e Transportes 185
Crédito Rural 187

CAPITULO IX

INDÚSTRIA

Mineração 189
Siderurgia 192
Metalurgia dos Não-Ferrosos 194
Cimento 195
Química Básica 196

Págs.

Celulose e Papel 198
Mecânica Pesada e Material Elétrico Pesado 200
Automóveis, Caminhões e Tratores 201
Construção Naval 204

CAPITULO X

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia . 205
Banco de Crédito da Amazônia 209
Administração Territorial 209
Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste..... 210
Grupo de Trabalho da Bacia do Parnaíba 210
Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas 210
Banco do Nordeste do Brasil, S. A. 213
Comissão do Vale do São Francisco 214
Companhia Hidrelétrica do São Francisco 217
Companhia Vale do Rio Doce 219

PARTE QUARTA

TRABALHO, BEM-ESTAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPITULO I

TRABALHO

Produtividade 224
Relações entre Trabalhadores e Empregadores..... 224
Salários 225
Desemprêgo 226
Trabalho Rural 226
Higiene e Segurança do Trabalho 227
Conferência Internacional do Trabalho..... 227
Elaboração Legislativa 228

CAPITULO II

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei Orgânica da Previdência Social 228
Situação Econômica e Financeira da Previdência Social 229
Leis Promulgadas 231
Atividades Gerais no Setor da Previdência Social 231
Atividades Específicas das Instituições de Previdência Social 233

PARTE QUINTA

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Educação 243
O Ensino Elementar 243
Metas do Ensino Primário 246
Erradicação do Analfabetismo 247
O Ensino Médio 249
Metas do Ensino Médio 250
Recursos para o Ensino Médio 251
O Ensino Superior 252
Metas do Ensino Superior 253
Recursos Destinados ao Ensino Superior 254
Bases e Diretrizes da Educação 254
O Ensino nas Fôrças Armadas 255
Ciência para o Desenvolvimento 256
Cultura e Desenvolvimento 260
Livros 261
Radiodifusão 262
Cinema 263
Teatro 265
Patrimônio Histórico e Artístico — Museus 265

Págs.

Realizações em 1957 267
Educação Primária 268
Educação de Nível Médio 269
Ensino Superior 270

CAPÍTULO II

SAÚDE PÚBLICA

Doenças Transmissíveis 272
Malária 272
Bouba 273
Variola 274
Tuberculose 274
Lepra 275
Saneamento do Meio 276
Abastecimento de Água 276
Esgotos Sanitários 277
Problemas Assistenciais 278
Assistência Médica 278
Doenças Mentais 280
Câncer 281
Bócio Endêmico 281
O Problema da Produção de Medicamentos 282
Gripe Asiática 283